

JAKSON FERREIRA DE ALENCAR

A DITADURA CONTINUADA

**FATOS, FACTOIDES E
PARTIDARISMO DA IMPRENSA
NA ELEIÇÃO DE
DILMA ROUSSEFF**



JAKSON FERREIRA DE ALENCAR

A DITADURA CONTINUADA

**FATOS, FACTOIDES E
PARTIDARISMO DA IMPRENSA
NA ELEIÇÃO DE
DILMA ROUSSEFF**



PAULUS

JAKSON FERREIRA DE ALENCAR

A DITADURA CONTINUADA

**FATOS, FACTOIDES E PARTIDARISMO DA IMPRENSA
NA ELEIÇÃO DE DILMA ROUSSEFF**



“É possível contar um monte de mentiras dizendo só a verdade! Por isso é preciso tomar muito cuidado com a informação e o jornal que você recebe!”

Anúncio publicitário da *Folha de S. Paulo*.
(www.youtube.com/watch?v=nd9R7ZxhjJ8)

“O resultado das urnas vindouras periga ser muito educativo para o jornalismo em voga.”

Muniz Sodré, às vésperas da eleição de 3 de outubro de 2010.
(www.advivo.com.br/blog/luisnassif/o-espaco-publico-brasileiro-por-muniz-sodre)

Siglas e abreviaturas

Abap: Associação Brasileira de Agências de Publicidade

Abert: Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão

ALN: Aliança Libertadora Nacional

Anac: Agência Nacional de Aviação Civil

Aner: Associação Nacional de Editores de Revista

ANJ: Associação Nacional de Jornais

BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CBS: Columbia Broadcasting System

CGU: Controladoria Geral da União

Colina: Comando de Libertação Nacional

DEM: Democratas (partido político)

Deops: Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (antiga Delegacia de Ordem Política e Social: DOPS)

DIP: Divisão de Inteligência Policial

Dnit: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

DOU: Diário Oficial da União

FDE: Fundação para o Desenvolvimento da Educação

Finatec: Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos

FUB: Fundação Universidade de Brasília

IML: Instituto Médico Legal

MCid: Ministério das Cidades

MP: Ministério Público

MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MTA: Master Top Airlines Ltda.

OAB: Ordem dos Advogados do Brasil

Oban: Operação Bandeirantes

PAC: Programa de Aceleração do Crescimento

PF: Polícia Federal

PIG: Partido da Imprensa Golpista (denominação para a imprensa tradicional brasileira difundida pelo jornalista Paulo Henrique Amorim)

PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PSDB: Partido da Social Democracia Brasileira

PT: Partido dos Trabalhadores

PV: Partido Verde

Semob: Secretaria Nacional de Transportes e Mobilidade Urbana

Senac: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

Sicro: Sistema de Custos Rodoviários

Sinapi: Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil

STF: Superior Tribunal Federal

STM: Superior Tribunal Militar

TCE: Tribunal de Contas do Estado

TCU: Tribunal de Contas da União

Ternuma: Terrorismo Nunca Mais

UDN: União Democrática Nacional (partido político)

UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais

UnB: Universidade de Brasília

UNE: União Nacional dos Estudantes

Unicamp: Universidade Estadual de Campinas

USP: Universidade de São Paulo

VAR-Palmares: Vanguarda Armada Revolucionária Palmares

VPR: Vanguarda Popular Revolucionária

INTRODUÇÃO

Apesar do discurso em torno da imparcialidade, objetividade e pluralidade feito pela imprensa, de modo particular pelo jornal que abordaremos neste livro como paradigmático da atuação da imprensa tradicional na eleição de Dilma Rousseff, a *Folha de S. Paulo*, as críticas à cobertura jornalística das últimas eleições presidenciais foram muitas e constantes. A *Folha* respondia a tais críticas como provenientes de pessoas que não respeitam a liberdade de imprensa ou manifestam apenas um viés partidário contrário. Entretanto, tais questionamentos partiram não apenas de políticos, mas de vários setores da sociedade interessados na consolidação da democracia, de suas instituições, e na qualificação da imprensa. Em particular, setores da blogosfera constituíram importante instância crítica e de contraponto à imprensa.

A *Folha de S. Paulo*, como veremos, tinha uma opção partidária definida e agia em favor de uma candidatura, usando de métodos que simplesmente desconsideravam os princípios éticos do próprio *Manual da Redação* enaltecidos nos discursos do jornal sobre sua suposta imparcialidade. A opção partidária da imprensa não se restringia a esse jornal, foi quase unânime em toda a imprensa hegemônica do país, com poucas exceções, o que comprometeu, em muito, a qualidade e veracidade, ou mesmo verossimilhança, das informações jornalísticas. Parte da blogosfera, em particular os blogues agrupados pela

denominação por eles escolhida “blogues progressistas”, desenvolveu um processo de contraposição às informações da imprensa hegemônica que evidenciou sua partidarização.

A reflexão sobre a imprensa e sua relação com o poder político e a forma como se porta nas eleições insere-se na busca de ampliação da democracia no país. Não se trata de simplesmente criticá-la ou desmerecê-la, e muito menos oferecer argumentos para o cerceamento de sua liberdade. Pelo contrário, trata-se de um esforço em contribuir para seu amadurecimento e qualificação, e conseqüentemente para a maturidade da democracia.

A imprensa, fundamental espaço público de discussão, desde muito tempo é considerada o quarto poder, por alusão à sua influência sobre a sociedade e por referência aos outros três poderes do Estado democrático (Legislativo, Executivo e Judiciário); entretanto, na atualidade, devido ao seu desenvolvimento, ao avanço tecnológico e à forma ostensiva como a mídia faz parte da vida das pessoas e das sociedades, ela é considerada não o quarto, mas o primeiro poder. Uma imprensa plural, séria e verdadeiramente livre é fundamental para o aprofundamento da democracia. E a verdadeira liberdade de imprensa implica que ela não seja monopólio de determinados setores, nem de determinadas formas de pensamento ou de interpretação da realidade.

Entre os veículos criticados por sua atuação durante a campanha eleitoral sobressaíam-se alguns, como a Rede Globo de Televisão, a revista *Veja* e alguns jornais, como *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*. Constatou-se até mesmo, como veremos, uma retroalimentação ou uma espécie de “coro” nas pautas políticas entre esses veículos que, por meio de suas agências de notícias e redes, fornecem conteúdos para muitos outros, espalhados pelo país. Neste livro, delimitamos a descrição e argumentação à imprensa escrita, e, dentro desta, ao jornal *Folha de S. Paulo*, por ser o de maior tiragem até então,¹ e por receber críticas de maior radicalização partidária. Em especial, o livro concentra-se na parte informativa da cobertura política, que é considerada e divulgada como neutra, objetiva e imparcial.

Em virtude das semelhanças da pauta política e da forma de abordagem, o que se descreve e analisa com relação à *Folha* relaciona-se estreitamente com os outros veículos da imprensa citados, que tiveram atuação muito semelhante no período da campanha. Como veremos, a diversidade, que tendeu a desaparecer nas pautas, informações, pensamento, opiniões e formas de abordagem desses veículos reapareceu em muitos blogues e sites, entre os quais, em sua ampla

diversidade, há, evidentemente, os que endossam e alimentam as mesmas pautas e informações que circulam na imprensa, até mesmo alguns blogues que são hospedados e custeados pelos portais de veículos da imprensa e pelas redes de televisão. Entretanto, nosso trabalho se foca nos blogues e *sites* que ofereceram contrapontos às informações da imprensa tradicional e do coro que se formou em torno de certas pautas durante a campanha eleitoral.

Ainda no período da pré-campanha, em abril de 2009, surgiu um caso emblemático: o episódio em que a *Folha de S. Paulo* publicou uma reportagem sobre a suposta participação da então ministra Dilma Rousseff na luta armada contra a ditadura. A ministra começava a ser apontada como candidata do governo à sucessão presidencial. Na reportagem, que classificava a resistência à ditadura, em particular a armada, como crime comum e terrorismo, o jornal publicou uma ficha policial da ministra que afirmava ser reproduzida do arquivo do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (Deops) – antiga Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) –, órgão ligado às torturas, à repressão e aos demais crimes dela decorrentes. O documento foi usado como “prova”, nessa reportagem, para o que se afirmava no texto: na juventude, Dilma teria participado da resistência armada à ditadura e até de planos de sequestro de um ministro do governo militar, o que a matéria trata como crime comum. Tão logo a reportagem foi publicada, pipocaram desmentidos em blogues, *sites*, e reações das pessoas envolvidas na matéria. Entre os contrapontos, muitos indicavam que a ficha era falsa e construída digitalmente. A atuação do jornal na reportagem e na recusa em esclarecer suficientemente o caso, o alto teor político do assunto, sua importância e a publicação de um documento falso contendo acusações falsas constituíram um fundamental recurso de identificação do partidarismo radical do jornal, de sua forma de atuação na campanha e dos laços que ainda mantém com o ideário que promoveu a ditadura militar no país. Por isso dedicamos a esse episódio emblemático um capítulo do livro, o primeiro.

Optou-se pela abordagem detalhada desse factóide jornalístico, que se deu ainda na fase inicial da pré-campanha, tanto por ele ser classificado como um dos mais graves na imprensa nos últimos anos como pela existência de provas documentais e de respostas e explicações pírias do jornal às questões levantadas sobre ele. Trata-se de elementos que embasam e dão segurança à argumentação aqui apresentada, constituindo demonstrações empíricas que sustentam a abordagem feita. Pois, como o tema é a partidarização e a criação de factóides pela imprensa, faz-se necessário evitar a possibilidade de o livro ser criticado como mera subjetividade partidária, o que, diante dessa e de outras

demonstrações empíricas, não se sustenta. Como sabemos, a mídia no Brasil é concentrada em poucas mãos em decorrência da má distribuição de todas as riquezas do país. O período da ditadura acentuou ainda mais essa situação. No caso da imprensa, isso se verificou pelo apoio que o regime deu a empresas de meios de comunicações que lhe eram favoráveis. A maior parte da imprensa saudou o golpe euforicamente e forneceu apoio e colaboração ao regime; assim como boa parte do empresariado de então. A ditadura durou vinte e um anos, com o apoio desses setores sociais. Essa aliança entre ditadura, mídia e setores econômicos tem ainda muita influência sobre a realidade política e social do país hoje e sobre a configuração e a forma de agir da mídia. É um passado que ainda não terminou de passar. Ao longo de toda a campanha eleitoral de 2010 a mídia hegemônica, além de apresentar como algo negativo a participação de Dilma Rousseff na resistência à ditadura, agiu de maneira pouco democrática e republicana, com base na concentração e nos interesses que representa, para impor à campanha uma agenda focando apenas em alguns temas e evitando outros, desqualificando qualquer dissenso a respeito da agenda por ela criada. Na campanha aparece em cores mais nítidas as formas de pressão da mídia que visam continuamente tutelar a vida política do país, os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

O foco principal dos capítulos dedicados à campanha propriamente dita recai sobre o período mais quente, o intervalo de pouco mais de um mês que antecedeu o primeiro turno, de 26 de agosto a 3 de outubro de 2010. Nesse curto espaço de tempo verificou-se uma intensa atuação do jornal e da maior parte da imprensa tradicional aqui denominada “operação segundo turno”. Centrou-se fogo na imprensa hegemônica contra uma das candidaturas, a de Dilma Rousseff, e a favor da de José Serra. Esse período, que é assunto do terceiro capítulo, foi marcado por forte escandalização na cobertura política, por pautas negativas para a candidatura de Dilma Rousseff, parte das quais com base em factoides, e pelo silenciamento a respeito de temas espinhosos para o candidato José Serra.

No capítulo do meio, o segundo, aborda-se o período da pré-campanha, de 3 de abril de 2010 – seis meses antes do primeiro turno – até 25 de agosto, um dia antes do desencadeamento da escalada de escândalos que se seguiu até a votação do primeiro turno. Nesse segundo capítulo fazemos uma ligação entre o episódio da ficha falsa, abordado no primeiro capítulo, e o período da campanha no qual o livro concentra-se mais profundamente. Para tanto, demonstram-se os indícios de tomada de partido por parte da imprensa e da *Folha*, em particular, por meio

de declarações públicas emitidas por representantes desses setores da imprensa, pelo panorama da cobertura do jornal no período e de seus posicionamentos políticos.

Ao mesmo tempo em que o jornal e a imprensa hegemônica, que com ele fazia coro, evocavam valores, alguns já citados acima, como a objetividade, o apartidarismo, a contribuição para a democracia, o respeito à liberdade de imprensa, a defesa da justiça, do bem comum, na realidade das matérias, como demonstraremos, se verificou muitas vezes a tendência de seguir em sentido contrário a tais valores e do que eles indexam concretamente. Justifica-se, assim, debaixo da aparência de liberdade de imprensa, praticar interesses e enviesamentos, que se revelam quando o jornal tematiza com determinada forma de narração alguns fatos e silencia sobre outros. Essa forma de racionalidade, denominada por Vladimir Safatle (2008) como “racionalidade cínica”, mascara a insinceridade, a hipocrisia, a má-fé, dissolve as distinções entre essência e aparência, levando os sujeitos a ver como objetivamente racionais esses modos de ideologização. Essas máscaras caem mediante uma crítica capaz de desvelar os verdadeiros interesses por trás da universalidade, confrontando, assim, o texto narrado com o “texto recalcado”, ao demonstrar os indícios nos quais se lê essa contradição.

A *Folha de S. Paulo*, de acordo com o livro de Beatriz Kushnir (2004), sobre a atuação do jornal na ditadura, pode ser definida como “*locus privilegiado*” para o estudo da atuação da imprensa no período. Pelo que se verá ao longo das páginas que se seguem, até mesmo quanto à publicação de documento falso e à recusa em esclarecer o caso, o jornal pode também ser definido como *locus privilegiado* para entender a forma de atuação da imprensa hegemônica nas eleições de 2010. Os resultados da análise da cobertura desse jornal e de seus contrapontos lançam luzes sobre a atuação de amplos setores da imprensa em tais eleições e sobre o papel da blogosfera na ampliação do espaço público de discussão.

1. Como veremos, a Folha perdeu essa posição para o popular Super Notícias de Belo Horizonte, conforme verificação de circulação divulgada no início de 2011 (Borges, 26/1/2011).

1.

O CASO DA FICHA FALSA DE DILMA ROUSSEFF E SEUS DESDOBRAMENTOS

Na edição de 5 de abril de 2009, um domingo, a *Folha de S. Paulo* publicou uma matéria de três páginas, no caderno de política (p. A8-A10), com chamada na primeira página, destacada em local e formato bastante incomuns para o padrão do jornal: no alto da página, com fundo bordô e letras vazadas em branco. O “chapéu”² da chamada indicava que o assunto tratava de “história”. Um fragmento de fac-símile de uma ficha atribuída aos arquivos da ditadura, com foto da então ministra Dilma Rousseff e carimbo de “capturado”, ilustrava a chamada. Todos esses elementos denotam o caráter bombástico que o jornal quis dar à matéria. O título era: “Grupo de Dilma planejou o sequestro de Delfim Netto”. No dia seguinte, a matéria começou a ser desmentida pelas pessoas nela envolvidas, e o assunto repercutiu em muitos blogues e *sites*, que foram fundamentais para o esclarecimento do caso, como veremos a seguir.

história

Ficha de
Dilma
Rousseff
no Dops



Grupo de **Dilma** planejou sequestro de **Delfim Netto**

FERNANDA ODILA
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Antonio Spinoza, ex-colega da ministra (Casa Civil), diz que o grupo armado que dirigiram teve como alvo o titular da Fazenda em 1969.

A ação chegou a ter data e local definidos. Um mapa da emboscada consta de processo no STM. Dilma, hoje aliada de Delfim, negou de forma “peremptória”. “Ele fantasiou. Não me lembro disso.” Pág. A8

D ve

Estuac

Em 2008, o
gastaram R\$
em “spread”
ferença entre
lo banco e a
em emprésti
dores. O valc
meia o orçan
tério da Saúde

Chamada de capa, em destaque na *Folha de S. Paulo*, 5 de abril de 2009.

Primeiramente, introduzimos a problematização acerca de fatos, narração, objetividade, construção de fatos e factoides no jornalismo; em seguida, abordamos as narrativas do jornal no período da ditadura militar, e então passamos a fazer uma descrição do caso da ficha falsa e de seus desdobramentos, nos quais se podem perceber as ligações fortes ainda existentes com as narrativas

da ditadura encerrada há mais de vinte anos.

1. Objetividade, narração, fatos e factoides

Na concepção do “espírito positivo” da Idade Moderna, que marca a humanidade e suas ideias de cognição até hoje, fato é uma experiência sensível da realidade; a cada fato deve corresponder um dado possível, uma sensação, de modo que a intuição empírica (a percepção imediata de tipo sensorial) torna-se a fonte de todo saber. Vale apenas o empiricamente observável. O mundo dos fatos é ligado ao “estado de coisas”, e os enunciados devem ter correspondência transparente com esse estado de coisas empiricamente comprováveis, com idêntica validade para todos os sujeitos (Sodré, 2009, p. 28-31). No senso comum, o significado de fato inclui ocorrências e ações em geral, logo englobando o que se sabe sobre o caso por observação e experiência, mais que por inferência. Os dados reais da experiência são considerados as coisas existentes, em oposição à ficção.

O jornalismo incorpora esse espírito do positivismo e o senso comum sobre os fatos, cultivando o “mito da neutralidade”. A ideia segundo a qual o jornalismo em sua “objetividade” funciona como uma espécie de espelho do real é histórica e muito arraigada na sociedade. Há uma ideia implícita ou explícita de que, ao se ler um jornal, ali está a “verdade” dos fatos, seu retrato e espelho, e de que os textos descrevem-nos da forma mais fiel possível ao real, de modo empiricamente comprovável.

No mundo científico, após a crítica ao positivismo, sabemos que hoje, mesmo com todo o rigor, a objetividade total não é possível. A crítica feita pela filosofia e pelas teorias da ciência concluíram pela impossibilidade dos fatos de garantir o necessário rigor ao conhecimento. Com base nisso, há um dito espirituoso, segundo o qual “os jornalistas seriam os últimos positivistas do mundo”. Para Muniz Sodré, “essa estrita colagem dos fatos, sem maiores preocupações com a sua sobredeterminação histórica, é típica da ideologia corporativa do jornalismo de extensão norte-americana” (ibidem, p. 31), que, como sabemos, influencia muito a cultura jornalística brasileira.

A imprensa traz consigo a ideia de liberdade de expressão e de defesa da cidadania e dos direitos, juntamente com a narrativa que constrói sobre si mesma como “entidade mítica que administra a verdade dos fatos sociais, e mais,

a retórica encantatória na narração fragmentária sobre a atualidade” (ibidem, p. 12). Sabemos, no entanto, que a notícia é elaborada em estratégias de construção do acontecimento. Os fatos podem não só ser transformados pela subjetividade de quem os narra, mas muitas vezes conter elementos de ficção.

Na concepção de Sodré, ainda que a ficção literária seja outra coisa, a construção jornalística se aproxima e produz efeitos (numa escala diferente) análogos àqueles elaborados literariamente. Também a narração jornalística constrói com base em regras e convenções discursivas, em hábitos e práticas sociais, um esquema narrativo que transforma a factualidade da vida, envolvendo enredo ou intriga. A narrativa jornalística tem caráter performático, associado à verossimilhança do que narra. “Ela é uma *função* que cria aquilo mesmo que narra, assim como se escreve uma obra de ficção ou se faz um filme” (ibidem, p. 27). Tal construção da narrativa jornalística é atravessada pelas representações das vicissitudes da vida social e pelos conflitos em torno da hegemonia das representações.

No enredo da narração jornalística procura-se atribuir coerência espacial e temporal a determinadas manifestações factuais, o que consiste na imitação da realidade, mas com aproveitamento de aspectos da realidade para produzir um discurso que lhe é semelhante ou homólogo (ibidem, p. 37). Dessa forma, o discurso jornalístico não é apenas informativo, mas também autoconformativo, gerador de uma circularidade que tem capacidade de modificar os fatos que aborda. Os enunciados são profecias realizadoras, ou seja, “suposição ou predição que, só pela única razão de ter sido feita, converte em realidade o fato suposto, esperando ou profetizando e, desta maneira, confirmando a sua própria ‘objetividade’” (ibidem, p. 39).

No caso do jornal *Folha de S. Paulo*, embora seu discurso em torno da política editorial destaque a importância da neutralidade e do rigor que devem nortear o jornalismo, como mencionado acima, ele mesmo reconhece oficialmente em seu *Manual da Redação*, (2001, p. 45), que a objetividade total é impossível:

Não existe objetividade em jornalismo. Ao escolher um assunto, redigir um texto e editá-lo, o jornalista³ toma decisões em larga medida subjetivas, influenciadas por suas posições pessoais, hábitos e emoções. Isso não exime, porém, da obrigação de ser o mais objetivo possível. Para relatar um fato com fidelidade, reproduzir a forma, as circunstâncias e as repercussões, o jornalista precisa encarar o fato com distanciamento e frieza. [...]

Na realidade, “a maior objetividade possível” muitas vezes limita-se a uma não

realidade. Sodré aponta a existência de dois tipos de fato: o *causus facti*, da ordem da comprovação objetiva ou realista, e o *causus ficti*, ou inventado (factoide), o qual, quando se verifica, termina recebendo sanção negativa do campo profissional, sob a pecha de fraude, se não de banimento moral ou contratual do autor. Ele cita, entre outros, o exemplo do *The New York Sun*, que noticiou “descobertas científicas” que provariam a existência de vida na Lua. No *The New York Times* tornou-se famoso o caso do repórter Jason Blair, que, durante três anos, inventou notícias e fabricou personagens, causando um dos maiores danos à credibilidade do jornal em toda a sua história. No Brasil temos diversos exemplos emblemáticos da criação de narrativas jornalísticas. Veremos alguns com relação ao período ditatorial.

2. As narrativas da imprensa durante a ditadura

Ao longo da história do Brasil há inúmeros registros de relações promíscuas entre a imprensa e os setores do poder político, incluindo a partidarização quase unânime da mídia de maior audiência ou circulação. Há, por exemplo, diversos estudos que demonstram as relações de apoio e colaboracionismo da maior parte da imprensa ao golpe e à ditadura civil-militar, em consonância com setores políticos e das classes empresariais nacionais e de multinacionais implantadas no país, além de parte das classes médias (cf., p. ex., Dreifuss, 1981; Kushnir, 2004). Após a redemocratização, não são poucos os registros de interferências de meios de comunicação nas eleições e nos governos. Apenas para citar alguns exemplos, entre tantos possíveis: o apoio quase unânime da imprensa à eleição de Fernando Collor (Conti, 1999), à implantação da agenda neoliberal no país (Fonseca, 2005), e sua oposição, também quase unânime, ao governo Lula (Summa, 2008; Makhoul, 2009; Lima, 2006, 2007; Souza, 2007). Houve até mesmo casos em que a escolha de ministros de Estado, e mesmo do candidato à presidência, no período da redemocratização, teve a participação ativa da rede de televisão de maior audiência nacional, a Globo (cf. Hers, 1986).

Com relação especificamente à ditadura e à atuação da imprensa no período, em particular da *Folha de S. Paulo*⁴, um rápido panorama, com base em Beatriz Kushnir (2004) e Gisela Taschner (1992), torna possível observar algumas mediações sociais que fizeram parte da história do jornal e ajudam a compreender o seu presente. A partir de 13 de agosto de 1962 o jornal (as *Folhas*

e outros do mesmo grupo) foi vendido a uma nova sociedade: Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho, que o compraram no vermelho, segundo Frias (ibidem, p. 123). A partir de 1991 a família Frias passou a ser a única proprietária do jornal, hoje dirigido por Otavio Frias Filho.

As *Folhas*, já antes da compra por Frias e Caldeira, tendiam a caminhar pelo centro das classes então dominantes economicamente, conjugando apoio ao desenvolvimentismo e ao capital estrangeiro; preocupavam-se em resguardar o capitalismo de uma transformação pela força; simpatizavam com a UDN (União Democrática Nacional – partido de orientação conservadora de então) e seu anticomunismo. Eram legalistas e assumiam a questão social, procurando defender, de modo vago e contraditório, os efeitos mais perversos da desigualdade, de modo a evitar mudanças radicais. Por exemplo, defendiam a educação e a instrução como antídoto contra o comunismo. As *Folhas* se definiam como jornais da classe média para a classe média (Taschner, 1992, p. 72-73, 76).

Na preparação do golpe civil-militar e na sua realização, bem como ao longo da maior parte da vigência do regime ditatorial, houve uma aliança entre grande parte dos setores empresariais, classes médias e militares, e até da maioria da imprensa (Dreifuss, 1981; Kushnir, 2004; Taschner, 1992). A quase totalidade dos grandes jornais de então apoiou o golpe e o saudou com manchetes entusiastas. Tanto o golpe como o autoritarismo subsequente foram justificados pelo combate às forças de esquerda e ao “comunismo”, cujo crescimento não agradava a setores que funcionavam em regime de produção capitalista. No conjunto dos jornais, embora a *Folha* não tenha sido o único a apoiar e colaborar com o regime, ela se converteu, segundo Beatriz Kushnir, em “locus privilegiado” para estudar a imprensa do período por causa de algumas características, das quais citaremos as principais.

Os militares assumiram os interesses econômicos do empresariado como se fossem os da nação; houve grande desenvolvimento da indústria e da classe média alta em detrimento dos assalariados da base da pirâmide desenvolvimentista e das classes populares. Também a indústria cultural passou por grande expansão nesse período, beneficiando-se de fatores propiciados pelo governo: tendência à centralização econômica; medidas para gerir a crise e preparar as bases do novo ciclo de expansão; e até mesmo o autoritarismo governamental, pois a perseguição a alguns meios de comunicação abriu espaços para outros mais simpáticos ao regime, muitos dos quais receberam apoio

governamental para seu crescimento. Exemplo disso foi o cerco feito ao jornal *Última Hora*, de Samuel Wainer, que, exilado, se viu obrigado a vendê-lo “praticamente de graça” (Taschner, 1992, p. 134-135) para a Folha da Manhã S.A., que também assumiu suas dívidas trabalhistas. Na época, a Folha comprou também o jornal *Notícias Populares*, e, ao longo da década de 1960, os jornais do grupo abocanharam uma fatia de mercado de cerca de 50% no que se refere a vendas avulsas na Grande São Paulo. Houve discordâncias em relação à censura, mas muitos jornais a acataram e aplicaram-na por conta própria. No caso da *Folha* não foi necessário haver censores externos na redação. Entre 1962 e 1967 o jornal passou por um período de afirmação e reorganização financeiro-administrativa e tecnológica, aumentando, em larga escala, sua tiragem e distribuição. Um punhado de empresas em crise, algumas em ruínas, se transformaram, nessa época, em um império jornalístico.

Em 1967, diante do impacto que o *Jornal da Tarde*, lançado no ano anterior, vinha fazendo no mercado e percebendo a efervescência cultural e dos movimentos contrários à ditadura, a direção do grupo Folha decidiu relançar a *Folha da Tarde*, que havia sido fechada em 1959, para aproveitar o nicho de mercado formado pelas pessoas descontentes com o regime. O jornal se propunha ser mais independente e crítico em relação ao poder constituído e ficar à esquerda da *Folha de S. Paulo*, dando voz aos movimentos contrários à ditadura. A aventura durou pouco mais de um ano e oito meses, sucumbindo com o decreto do Ato Institucional nº- 5 (AI-5), no final de 1968.

A partir de então o jornal fez outra aposta, em direção contrária, passou a ser conhecido como “o jornal de maior tiragem”, pelo número de tiras (policiais) trabalhando na redação⁵, e como “diário oficial da Oban” (Operação Bandeirantes, que prendia e torturava manifestantes contrários ao regime) (Kushnir, 2004, p. 30). O jornal se alinhou às ideias autoritárias, passando a praticar censura internamente com jornalistas/autocensores e jornalistas/policiais, distorcendo os fatos, criando narrativas distantes da realidade. Transformava as notas oficiais enviadas pelo governo ditatorial em “matérias jornalísticas”, com aparência de verdadeiras (ibidem, p. 291); ajudava a “legalizar” as execuções de membros de movimentos contrários ao regime, publicando como se tivessem ocorrido durante uma fuga ou em combate o que, na verdade, era assassinato ou morte sob tortura. Chegou a noticiar a morte de presos sentenciados para execução antes que se desse o desfecho (ibidem, p. 289-290). O jornal cedia os veículos de distribuição aos órgãos de repressão, que

os usavam em emboscadas para prender militantes (ibidem, p. 273), e os jornalistas da casa entravam no Deops por uma entrada lateral, sem passar pela revista. Segundo Claudio Abramo (citado por Kushnir, 2004, p. 273), “os jornais, como a *Folha de S. Paulo*, transformaram-se em porta-vozes do governo militar e mesmo cúmplices de algumas ações”.

O jornal, em sintonia com o regime e com setores da sociedade que o apoiavam, imbuu-se de uma ideia de “cruzada” de suposto caráter sublime e magnânimo, que resultava em uma linha agressiva e policialesca contra os atos chamados de “terrorismo”, praticados pela resistência à ditadura. Como nos inquéritos do Deops, em que antes do julgamento os militantes já eram considerados “criminosos”, “culpados”, “terroristas” e “subversivos”, “elementos”, “guerrilheiros”, a imprensa e a *Folha da Tarde*, em particular, passaram a usar a mesma rotulação em suas manchetes e matérias. Conforme Beatriz Kushnir, “se alguns jornais mantinham uma postura híbrida, a *Folha da Tarde* foi radical” (2004, p. 314). As manchetes e matérias do jornal “demonizavam” a resistência: “Oban desmantela quadrilha do terror” (28/1/1970), sobre 320 militantes políticos que foram presos; “Prisão para os 140 terroristas da ALN [Aliança Libertadora Nacional]” (1º-/4/1970); “Chantagem sexual é arma do terror” (28/7/1971), sobre uma militante que se entregou à repressão e mais tarde teria se suicidado (Kushnir, 2004, p. 326); “Terror, metralhado e morto outro facínora” (7/12/1970; ibidem, p. 303); “Terrorismo é uma farsa, denunciam jovens presos” (22/5/1970) (ibidem p. 306). Esta última manchete e outras como ela se referiam a depoimentos forçados sobre supostos arrependimentos obtidos pela repressão de militantes presos, para assim deslegitimar os movimentos de resistência. Em 22 de setembro de 1971 um editorial intitulado “Banditismo: a sanha assassina do terrorismo voltou-se contra nós”, primeiro e único a ser assinado pelo proprietário do jornal, reagia ao fato de grupos da resistência terem incendiado dois carros de distribuição do jornal como resposta à cessão de veículos à repressão e ao apoio do jornal ao regime. Entre outras coisas, o texto afirmava:

[...] Não distinguimos terrorismo do banditismo.

[...] Quanto aos terroristas, não podemos deixar de caracterizá-los como marginais. O pior tipo de marginais: os que se marginalizam por vontade própria. Os que procuram disfarçar sua marginalidade sob o rótulo de idealismo político.

[...] Como o pior cego é o que não quer ver, o pior do terrorismo é não compreender que no Brasil não há lugar para ele. Nunca houve.

E de maneira especial não há hoje, quando um governo sério, responsável, respeitável [grifo

nosso] e com indiscutível apoio popular, está levando o Brasil pelos seguros caminhos do desenvolvimento com justiça social – realidade que nenhum brasileiro lúcido pode negar, e que o mundo todo reconhece e proclama.

[...] Um país, enfim, de onde a subversão – que se alimenta do ódio e cultiva a violência – está sendo definitivamente erradicada, com o decidido apoio do povo e da Imprensa, que reflete os sentimentos deste. Essa mesma Imprensa que os remanescentes do terror querem golpear.

Porque, na verdade, procurando atingir-nos, a subversão visa atingir não apenas este jornal, mas toda a Imprensa deste país, que a desmascara e denuncia seus crimes. (Octavio Frias de Oliveira, *Folha da Tarde e Folha de S. Paulo*, 22/9/1971)⁶

O tom agressivo aumentava as vendas do jornal: sua tiragem cresceu muito nesse período. Parte desse vocabulário relativo à resistência voltou a ser usado pela *Folha* e por grande parte da imprensa em 2009 e 2010 em relação a uma ex-militante contra a ditadura que, então, se tornou candidata a presidente do país, como veremos a seguir.

A resistência armada, embora não praticada pela maior parte dos movimentos de oposição à ditadura, foi usada por alguns grupos como último recurso, após o total cerceamento das liberdades política e de expressão. O principal objetivo, levado a cabo sobretudo pelo sequestro de diplomatas internacionais, além da libertação de militantes presos, era desfazer a imagem que o governo procurava passar para o exterior e também para o país, como a de um regime pacífico, que funcionava legalmente, não tinha presos políticos, nem tortura, e estava somente conduzindo o Brasil a um milagre econômico – como também se pode ver nos argumentos dos trechos do editorial acima.

A *Folha* ficou atrelada ao regime até por volta de 1974-1975, quando este já se distendia. Se o autoritarismo favoreceu a indústria cultural no começo, depois, pelo menos para alguns meios, passou a atrapalhar seus rumos. Com protestos e insatisfações por todos os lados, o silenciamento dos jornais os depreciavam. A partir de então a *Folha de S. Paulo* modificou sua linha editorial, passando a assumir posturas favoráveis à redemocratização, aproximando-se de setores que queriam o fim do regime. Enquanto isso a *Folha da Tarde* entrara em lenta decadência e permanecia em sua postura ligada aos setores mais duros do regime ditatorial. As duas *Folhas* mantiveram posturas diversas em relação à campanha “Diretas já”, mas seus perfis editoriais se encontraram por volta de 1985. A *Folha da Tarde* foi fechada em 1999.

Durante o processo de redemocratização, com o auxílio do jornalista Claudio Abramo, o jornal desenvolveu o “Projeto Folha”, com o intuito de torná-lo

pluralista, apartidário e mais qualificado jornalisticamente. Foram retirados os policiais da redação, criou-se um conselho editorial, iniciaram-se novas estratégias de *marketing* e, na véspera de assumir a direção, Otavio Frias Filho anunciou as diretrizes a ser seguidas: “Um jornalismo crítico e imparcial”. Para Kushnir, o conceito básico da transformação do jornal foi a questão do *marketing* da difusão e venda como produto mercadológico (2004, p. 338-339). A nova posição repercutiu muito bem e o jornal passou a ser reconhecido como o jornal a favor das “Diretas já”.

Nos anos seguintes, embora o discurso da imparcialidade e objetividade seja mantido, os horizontes dessas diretrizes, que melhoraram a imagem do jornal, estreitaram-se e ele foi tendendo ao pensamento único. Por exemplo, ao participar do apoio quase unânime da mídia à eleição de Fernando Collor de Mello e ao estabelecimento da agenda neoliberal no país, e da oposição às candidaturas e ao governo Lula, conforme citado acima, com referência a algumas obras e pesquisas que se debruçaram sobre esses períodos.

3. A matéria sobre a resistência à ditadura e a ficha falsa de Dilma Rousseff

O gancho para a *Folha* dar uma notícia em tom bombástico sobre a luta armada e a resistência à ditadura no ano de 2009 foi uma alegada “novidade” descoberta: o plano de sequestro do ex-ministro do governo militar, Delfim Netto. A partir disso, o assunto principal direciona-se à suposta atuação da então pré-candidata à presidência Dilma Rousseff nos movimentos armados contra a ditadura. O sequestro teria sido planejado, segundo o jornal, pelo grupo de Dilma Rousseff. Mas a própria matéria diz que o sequestro foi uma “lenda urbana” entre alguns militantes do período:

O ambicioso sequestro era uma espécie de “lenda urbana” entre poucos militantes de esquerda nos anos 1970. Sem mencionar o nome de Dilma, foi citado de passagem no livro *Os carbonários* (1981), do hoje vereador carioca Alfredo Sirkis (PV), e esquecido. Na página 180, há uma citação ao possível sequestro do ministro: “Preparavam, na época, o sequestro do ministro Delfim Netto”. (*Folha de S. Paulo*, 5/4/2009, p. A8-A10)⁷

A partir dessa frase de tal livro sobre uma “lenda urbana”, a *Folha* dá contornos de realidade, de forma bombástica, a esse não fato do passado e o associa a

vários outros atos da resistência, que são tratados como “crimes” comuns, como assaltos a bancos e a depósitos de armas das forças armadas, sequestros, assassinatos, e a própria militância aparece como crime, seja no elenco que consta na ficha que o jornal reproduz, seja no tratamento ao tema dado pelo jornal em seus textos. Não se faz nenhum contraponto com relação à ilegalidade do regime, instaurado via golpe, e aos seus atos.

Nas páginas internas, além do título já citado, havia dois subtítulos: “Ex-integrante da cúpula da organização terrorista dá detalhes do plano, do qual a ministra declara jamais ter tido conhecimento” e “Delfim confirma localização de sítio mostrado em um mapa, apreendido durante a ditadura, que indicava onde o sequestro seria realizado”. No primeiro subtítulo é sintomático que o jornal classifique como “organização terrorista” um grupo de resistência à ditadura, exatamente a mesma denominação dada pelos militares quando o regime estava em pleno vigor e também usada de maneira abundante pela imprensa na época, a *Folha*, em particular. Na falta de mais sustentações para a matéria, o fato de Delfim confirmar a localização do sítio por meio de um mapa obtido pela reportagem serve para confirmar as teses do jornal, embora a identificação da localização de um sítio em mapa do qual não se sabe a procedência não seja prova segura de nada.

Em outro título interno o jornal diz: “Ex-guerrilheira é elogiada por militares e vista como ‘cérebro’ do grupo”, classificando a personagem principal da matéria taxativamente como “guerrilheira”, também ressaltando o ponto de vista de um ex-agente do regime, o militar da reserva Maurício Lopes Lima, ex-capitão do exército e integrante da Oban, que buscava, prendia e torturava militantes da resistência. Para o jornal, entre as palavras de um agente da ditadura e as de Dilma, prevaleceram as do militar.

Outro título interno diz: “Aos 19, 20 anos, achava que eu estava salvando o mundo”, com o subtítulo: “Dilma diz não ter a mesma cabeça da época em que era guerrilheira, mas se orgulha de não ter mudado de lado, e sim de métodos”. Esses títulos referem-se à longa entrevista concedida pela então ministra. Ao relacionar a expressão “achava que estava salvando o mundo” com “métodos” e “mudança de métodos”, o jornal dá a entender um reforço ao mote de que ela participou da luta armada e só depois mudou de métodos. Na abertura, a frase do título, dita por Dilma na entrevista, é retirada de um contexto e colocada em outro, de modo a confirmar as teses do jornal: “Na época em que pegou em armas para combater o regime militar, diz ela, *‘achava que estava fazendo tudo pelo*

bem da humanidade” [grifo nosso]. A frase publicada assim afirma, de início, que a ministra assumiu ter pegado em armas pelo bem da humanidade, o que é justamente o contrário do que ela argumentou em toda a entrevista. Trata-se de uma distorção, como veremos abaixo, lendo a frase no contexto em que foi dita, ela refere-se a um congresso da resistência à ditadura, de vinte dias de duração, realizado em Teresópolis, Rio de Janeiro. Diz respeito à motivação para suportar um congresso tenso e sem infraestrutura adequada:

FOLHA – Foram mais de 20 dias. Deve ter sido um congresso extremamente tenso, porque ninguém entrava nem saía...

DILMA – Na minha cabeça, eu só lembro que a gente conversava e discutia muito, debatia. Tinha uma infraestrutura complexa porque a gente não saía de lá, não podia aparecer. Bom não era. Mas, naquela época, você *achava que estava fazendo tudo pelo bem da humanidade* [grifo nosso, frase pinçada para a abertura, conforme dito acima]. Nunca se esqueça que a gente achava que estava salvando o mundo de um jeito que só se acha aos 19, 20 anos. Sem nenhum ceticismo, com uma grande generosidade. Tudo fica mais fácil. Tudo fica mais justificado, todas as dificuldades. Você não ter roupa não tem problema. Às vezes, andava com uma calça xadrez e uma blusa xadrez. (*Folha de S. Paulo*, 5/4/2009, p. A8-A10)

Pelos títulos e pelo trecho da abertura citados, fica evidente a intenção de associar, sem deixar margens a dúvida, a então ministra à resistência armada, a caracterização dessa luta como terrorismo e a transformação de um não fato de quarenta anos atrás em polêmica para hoje. Ou seja, um factóide, que sai de uma “lenda urbana” do período da ditadura e ganha aspectos de realidade a interferir na vida política do presente por meio da narrativa construída pelo jornal.

A reportagem dá importância obsessiva à luta armada, deslocando-a de todo o conjunto da história em que se deu e do dos movimentos de resistência, como se fosse uma forma de violência qualquer, semelhante a alguma luta que surgisse hoje contra um regime de governo legítimo. Além de procurar deslegitimar a resistência à ditadura, os textos são incisivos e insistentes em inserir Dilma Rousseff nessa luta. Em um trecho, o jornal afirma que ela, quando jovem, era de grupo de luta armada e sabia montar e desmontar fuzil de olhos fechados. Tais afirmações são colocadas sem aspas nem indicação de quem disse ou de onde foram retiradas. Não há contraponto algum que respeite as negativas dela e outras evidências em contrário:

Luiza⁸, 22, abandonou a faculdade de economia e agora sabe montar e desmontar um fuzil de olhos fechados. Na clandestinidade, seu grupo planeja uma das ações ousadas da luta armada em 1969 contra a ditadura militar: o sequestro de Delfim Netto, símbolo do milagre econômico e civil mais poderoso do governo federal. Quarenta anos depois, o antigo alvo é

agora aliado de Luiza, aliás Dilma Rousseff, na empreitada que tenta fazer da ex-guerrilheira, também conhecida à época como Estella, Wanda, Marina e Patrícia, a sucessora do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. (*Folha de S. Paulo*, 5/4/2009, p. A8-A10)

Em toda a matéria, a abordagem da resistência e da luta armada e sua associação com Dilma Rousseff são descontextualizadas. O “chapéu” dado tanto à chamada de capa, como às matérias internas, respectivamente “história” e “memória da ditadura”, não corresponde ao que foi produzido como conteúdo. O jornal não elucida o que foi a ditadura, o que significou e o que fez; narra-a só à medida que interessa ao enquadramento que se quis dar à reportagem e pela ótica dos que apoiaram e fizeram o regime.

Não aparece na matéria nem sequer uma alusão ao heroísmo do movimento estudantil em se opor a um regime violento, sob risco de tortura e morte. Os movimentos de resistência já foram retratados em muitos livros, filmes, minisséries, artigos... entre os quais *1968, O ano que não terminou*, de Zuenir Ventura (1988), que dá ênfase ao movimento estudantil. A reportagem ignorou tudo isso. A matéria dá um grande destaque aos chamados “crimes” da resistência como algo a desqualificar as pessoas hoje, mas fala pouquíssimo dos crimes do regime, como as torturas; as mortes; o cerceamento das liberdades de imprensa, de expressão artística e política; o cerceamento do pensamento e da educação; a expulsão de artistas e pensadores do país; a perseguição a movimentos sociais. Não menciona o fato de cerca de 20.000 pessoas terem sido torturadas e pelo menos 360, mortas, e muitas delas se encontram até hoje desaparecidas (Safatle e Teles, 2010, p. 30). Ocultando tudo isso, a *Folha* classifica suas matérias de “história” e “memória da ditadura”. Tirando as falas de Dilma Rousseff, em sua entrevista, bastante truncadas pelo direcionamento dado pela entrevistadora, como veremos abaixo, a única menção a crimes da ditadura que a matéria faz é a seguinte:

Gritos de “mata”, “tira a roupa” e “terrorista filha da puta” receberam Luiza-Dilma no primeiro dia de prisão no pátio do prédio da rua Tutoia, no Paraíso, zona sul de São Paulo. No local funcionava a Oban, sigla da Operação Bandeirantes, estrutura que integrava as polícias civis e os serviços de inteligência das Forças Armadas. As sessões de palmatórias, choques, chutes e socos até hoje são tratadas com reticências pela ex-guerrilheira. “Você não sabe o que é a quantidade de secreção que sai de um ser humano quando ele apanha.” Segundo o *Tortura Nunca Mais*, ela ficou 22 dias no local. Para Dilma, “foi muito tempo” a ponto de não entender por que todo mundo ia embora, menos ela. (*Folha de S. Paulo*, 5/4/2009, p. A8-A10)

Há uma sensível diferença entre narrar as torturas dessa forma e a maneira

como elas são descritas por quem foi torturado, embora muitos dos torturados tenham lapsos de memória com relação a tais momentos, em virtude do trauma sofrido:

Vieram então socos de todos os lados. Insistiram na pergunta, com socos na boca, no estômago e no tórax. Mal podendo falar, eu disse que meu nome estava na carteira de identidade. Aumentou a violência. Ligaram fios e vieram os choques. Fiquei muda daí para a frente. Quando paravam os choques vinham as perguntas. Mas meu silêncio continuava. Eu só pensava que ali estava terminando a minha vida. [...] Fui colocada no pau de arara. Conheci o terror da dor física violenta, quase insuportável, e a dor de alma diante daquele terror que eu jamais imaginara que pudesse existir, embora já tivesse lido relatos sobre torturas. Eram pontapés na cabeça e choques por todo o corpo. Minha indignação cresceu violentamente quando resolveram queimar minha vagina e meu útero. [...] E eu seguia muda. A raiva era tanta que não conseguia gritar [...] colocaram uma bacia no chão e o sangue continuava a cair. Não sei quanto tempo isso durou nem quantas vezes aconteceu esse ritual macabro. Assombravam-me ao perceber que, nos intervalos, eles comiam, conversavam, como se há instantes não estivessem cometendo aquelas atrocidades.⁹

Além de suavizar as torturas, o jornal ainda ironiza o fato de a pessoa que é a principal personagem da matéria considerar muito tempo vinte e dois dias de prisão sob tortura e falar com “reticências” sobre os atos de tortura, como se fosse uma recordação qualquer que pudesse ser narrada efusivamente por quem a experienciou.

Na matéria, jamais se estabelecem as relações naquele contexto entre um ministro do governo e o que este realizava. Enquanto se ocultam dados negativos sobre a ditadura, se fala mais de uma vez no milagre econômico, permitindo entrever o regime como algo positivo, que possibilitou tal milagre, que também não tem maior explicação e discussão. Foi milagre para alguns, mas não para outros, uma vez que houve arrocho salarial de dez anos e a desigualdade social deu um salto no período. Já a resistência é sempre referida como algo que tumultuou e promoveu crimes.

O jornal assume posições favoráveis às da ditadura, que, no conteúdo de toda a matéria, implícita ou explicitamente, é representada como “ordem”. A resistência, ao contrário, é representada como “desordem”, “crime”, “terrorismo”. No decorrer dos textos, muitas falas de militares reformados que participaram do regime são citadas entre aspas, corroborando o enquadramento do jornal para a matéria. Esse alinhamento do jornal com os posicionamentos do regime, mesmo vinte e cinco anos depois de seu encerramento, aparece em outros trechos:

A ministra foi uma guerrilheira que até hoje impressiona os militares. Colecionou epítetos superlativos nos relatórios da repressão, que a definiram como “um dos cérebros” de esquemas revolucionários. “Era a grande dirigente da VAR-Palmares. Era realmente boa guerrilheira. A gente tem que respeitar ambos os lados.” (*Folha de S. Paulo*, 5/4/2009, p. A8-A10)

Para o delegado Newton Fernandes, que investigou a VAR em São Paulo e traçou o perfil de 30 dos 70 integrantes, Dilma era muito mais do que a responsável pela distribuição do dinheiro. “Através de seu interrogatório, verifica-se ser uma das molas mestras e um dos cérebros dos esquemas revolucionários postos em prática pelas esquerdas radicais”, diz no relatório, cujo conteúdo nem a ministra conhecia. O promotor que denunciou a VAR disse que Dilma “chefiou greves e assessorou assaltos a bancos” e a definiu como “Joana d’Arc da subversão”. (Ibidem)

Nesses trechos, a *Folha* dá credibilidade e peso a declarações de militares reformados e a um delgado do regime de repressão, sem fazer questionamento ou problematização. São tratadas como declarações de autoridade ou fontes comuns, e não de pessoas que participavam do regime. No trecho abaixo, as informações do delegado sobre suposto assalto e uso do dinheiro dele proveniente são assumidas pelo jornal, sem o uso de aspas:

A extravagância foi bancada depois da ação que deu fama à VAR-Palmares: o assalto ao cofre do ex-governador de São Paulo Adhemar de Barros, guardado na casa da amante dele, com cerca de US\$ 2,4 milhões. Dilma não participou diretamente do crime. Mas, de acordo com depoimentos e relatórios policiais, ela administrou parte do dinheiro roubado para bancar salários de militantes, achar abrigo para eles e comprar um fusca cinza. Como não sabia dirigir, ela escalava uma colega da VAR como motorista.

O jornal reconhece que Dilma não participou diretamente do assalto ao cofre de Adhemar Pereira de Barros, acusações que já circularam de diversas maneiras, em particular em *e-mails* apócrifos. Entretanto, fica subentendida a participação indireta. Também afirma que ela administrou o dinheiro, usando-o para fazer “extravagâncias”, além de financiar a resistência, embora, na entrevista, Dilma afirme que não era responsável pelo caixa da resistência. De fato, nas fichas autênticas dos arquivos da ditadura, não há acusação ou indiciamento dela com relação a isso (*Observatório da Imprensa*, 25/4/2009¹⁰). O jornal prefere dar mais crédito a declarações de militares reformados a crer em supostos relatórios policiais da época, para os quais não dá referência alguma de localização. A matéria também confere muita importância a hipotéticos depoimentos obtidos sob tortura, mas não informa sua proveniência ou fonte. A fala de Dilma Rouseff na entrevista sobre a questão do dinheiro é desconsiderada em favor das falas

provenientes de pessoas participantes da repressão: “Também não me lembro disso, não, que eu era do dinheiro. Se eu fosse do dinheiro, eles tinham me matado a pau. Tudo o que eles queriam era o dinheiro. Não lembro isso, não. Não me lembro de ter caído com um tostão. Se eu tivesse dinheiro, ia ser um festival”.

A argumentação da *Folha* para sustentar a facticidade e o provável sequestro de Delfim Netto, bem como para relacionar Dilma a esse suposto plano e a toda a luta armada, baseia-se principalmente em uma entrevista realizada anteriormente com o também ex-militante, atual professor universitário e doutorando em relações exteriores, Antonio Roberto Espinosa, o qual atuou na resistência armada à ditadura. Entretanto, o jornal, além de não publicar tal entrevista, usou nas matérias apenas três curtas frases pinçadas das três horas de entrevista: “O grupo foi informado. Os cinco [ele, Dilma e os outros três dirigentes da Vanguarda Armada Revolucionária (VAR)] sabiam”. “Ainda levaria 15 ou 20 dias. Aconteceria por volta de dezembro. O comando nacional sabia, não houve nenhum veto. Mas não detalhou o plano do ponto de vista político. Havia uma preparação militar que não estava concluída.” “Tínhamos o endereço, sabíamos tudo. Era um local em que ele [Delfim Netto] ia sem segurança porque imaginava que ninguém soubesse” (*Folha de S. Paulo*, 5/4/2009, p. A8-A10).

As falas de militares reformados tiveram maior espaço na matéria que essa longa entrevista. Outras ideias atribuídas a Espinosa foram usadas sem aspas para justificar o plano de sequestro, o envolvimento de Dilma na luta armada e para ajudar a formular perguntas feitas a Dilma, de forma a tentar forçar uma comprovação quanto a uma possível participação dela na luta armada.

A maior parte da matéria é ocupada pela entrevista com Dilma Rousseff, na qual se encontram muitas das características já apontadas no conjunto do texto. Embora haja muita variedade de temas e enfoques a ser abordados numa entrevista com uma ex-militante e então ministra de Estado, pré-candidata à presidência da República, a entrevista focou-se com insistência no sequestro não ocorrido, na luta armada, na clandestinidade e nos “crimes” atribuídos à resistência. E, entre tantas questões que envolvem esse período da história do Brasil, receberam atenção também na entrevista coisas triviais, como a ida de militantes a salão de beleza; se o corte de cabelo durou muito; se ir a um cabeleireiro chique estava de acordo com os princípios da resistência; se a entrevistada fazia tricô e crochê na prisão; se gostava de fazer isso e se ainda faz; sobre bilhetinhos de amor trocados entre a entrevistada e namorados do período;

se ela noivou e casou segundo prevê a tradição, família e propriedade; a quem pertencia o fusquinha que ela usava e quem dirigia...

Quando não trata dessas trivialidades, a entrevista tem tom de interrogatório policial, procurando encurralar a entrevistada na questão do plano de sequestro, quase forçando-a a dizer que sabia ou que tinha participado dele. A entrevista, ao procurar imputar “crimes” apontados pelo regime, ou indo até além de suas acusações, bem como ao tratar a resistência política como crime comum, usando para isso argumentos do próprio regime, deixa transparecer alinhamento com a ditadura, seu ideário e autoritarismo.

As entrevistas, tanto com Dilma Rousseff como com Antonio Espinosa, foram realizadas por telefone, pela repórter Fernanda Odilla, pertencente à sucursal de Brasília do jornal. Passamos a exemplificar a caracterização da entrevista por meio de citação de alguns trechos. Ela começa já com a questão do plano de sequestro, sem nenhuma conversa introdutória sobre ditadura e resistência. Isso indica a busca da repórter por comprovar hipótese de trabalho certamente levantada na fase de planejamento da matéria. De acordo com o *Manual da Redação*, as reportagens partem da definição de um gancho e de uma hipótese que seja mola mestra da pauta (*Folha de S. Paulo*, 2001, p. 24-25). A insistência no tema do plano de sequestro também revela o enquadramento que se quis dar à matéria, visando envolver Dilma Rousseff no plano não executado e, conseqüentemente, na luta armada. No trecho abaixo é possível notar que a entrevista vai sendo direcionada em forma de interrogatório, procurando levar a entrevistada a uma “confissão”:

FOLHA – A senhora não se lembra dos planos de sequestrar Delfim e de montar a fábrica...

DILMA – Nem sabia que houve. Qual era o outro?

FOLHA – Construir uma fábrica de bombas acionadas por controle remoto.

DILMA – Ah, pelo amor de Deus. Nenhuma das duas eu lembro e nunca me perguntaram. Veja bem, nunca ninguém do Exército, da Marinha e da Aeronáutica me perguntou isso [grifo nosso].

FOLHA – Antonio Roberto Espinosa [ex-comandante da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares] me disse que logo depois do racha a VAR começou a se reestruturar e a traçar alguns planos. Apesar de estar mais focada na mobilização operária e estudantil, havia dois planos que ele considerava ousados e que não deram certo: sequestro do Delfim Netto e o outro...

DILMA – Eu não participei disso.

FOLHA – Ele diz que era o responsável direto da ação e que informou ao comando, que seria composto pela senhora, o Carlos Aberto Soares de Freitas, o Loyola [Mariano Joaquim da Silva] e o Max [Carlos Araújo, segundo ex-marido de Dilma].

DILMA – Deixa eu te explicar uma coisa, eu tinha saído do comando. Quando houve a fusão, eu saí do comando e fui para São Paulo. Quando recompôs, eu fui presa. Eu não sei o que eles iam fazer.

FOLHA – O que Espinosa fala é que, depois do racha, a senhora era do comando.

DILMA – Ah, minha santa, eu não me lembro disso mais. Não sei se fui, se não fui. É um período muito pequeno até a queda. Eu sou uma das primeiras a cair. Eles só vão cair lá para a metade do ano. (*Folha de S. Paulo*, 5/4/2009, p. A8-A10)

O trecho abaixo é uma das partes em que a entrevistadora entra na questão da luta armada e a ministra dá uma explicação com relação ao racha ocorrido na VAR, entre os que queriam a luta armada e os que eram contra, preferindo a mobilização urbana de massas. A repórter não se contenta com a explicação e continua insistindo na questão, até o momento em que a entrevistada afirma que é difícil falar nisso porque fica parecendo que é querer “limpar a barra” e porque é “daquela época e deu”. Mas a insistência da repórter continua, subentendendo-se que a anistia para a resistência não tem lugar nos seus posicionamentos e que o julgamento implícito da luta armada da resistência como crime, quase três décadas após o fim do regime, continua similar ao julgamento dos militares e partidários do regime na época.

FOLHA – Por quê?

DILMA – Porque eram duas linhas: uma era a revolução socialista e a outra a libertação nacional. O povo da revolução socialista era linha de massa e o povo da libertação nacional era luta armada.

FOLHA – Foi uma escolha da senhora o trabalho no setor de mobilização urbana?

DILMA – Qual era a outra alternativa?

FOLHA – Havia o setor de expropriação.

DILMA – Disso eu nunca quis ser. Nós não achávamos isso grande coisa.

FOLHA – Mas, por um momento, foi importante para manter funcionando as organizações, não?

DILMA – A partir de um determinado momento, houve uma visão crítica disso, do que a gente chamava militarismo. Na nossa não valorizava muito isso [ações armadas], como as outras [organizações]. É muito difícil falar isso porque as pessoas ficam achando que a gente está limpando a barra. Não me interessa ficar falando nisso, é da época e deu.

FOLHA – Algumas ações ganharam notoriedade, como o cofre do Adhemar. Mas eram dois setores bem distintos como o setor operário e estudantil e outro mais focado nas ações militaristas...

DILMA – Na VAR, a grande maioria esteve na outra [operário e estudantil].

FOLHA – Mesmo no tempo do Lamarca?

DILMA – Foi curtíssimo. Eu não me lembro, eu não fui da direção, desse período eu não sei o que fizeram. Eu sei que havia uma tensão eterna, nunca concordávamos uns com os outros porque pensávamos diferente. E aí bota todo mundo junto, você imagina. Eu não posso dizer o que aconteceu dentro da direção. (*Folha de S. Paulo*, 5/4/2009, p. A8-A10)

Nessa outra pergunta transcrita abaixo, referente ao congresso dos estudantes em Teresópolis, novamente aparece o embasamento da reportagem em militares reformados que participaram da repressão. O *site* referido pela entrevistadora é um que defende o ideário da ditadura e criminaliza a resistência. Trata-se do *site* identificado entre os primeiros a difundir a ficha falsa da qual trataremos abaixo. A referência revela que a entrevistadora fez pesquisa nesse *site*, o qual já exibia a ficha desde o ano anterior à publicação da matéria.

FOLHA – E teve essa história do site Ternuma (Terrorismo Nunca Mais), dos militares, que o Darcy Rodrigues [que rachou com a VAR] tentou agredir a senhora porque foi contra?

DILMA – Não. Eu era bastante amiga do Darcy. Eles [os militares] reescrevem a história. (Folha de S. Paulo, 5/4/2009, p. A8-A10)

No trecho abaixo, a entrevistadora faz uma pergunta que supõe a necessidade de um *mea culpa* por parte dos movimentos de resistência, ou seja, fazer oposição à ditadura em favor de sua superação é considerado um pecado do qual se precisa confessar a culpa. Nas respostas, Dilma fala da crueldade da tortura e faz referência ao fato de o jornal ter criado o neologismo “ditabranda”¹¹ para dizer que o regime não foi tão cruel, afirma também que a entrevistadora não tem noção exata do que seja tortura. Nisso se percebe a ministra deixando de lado a amenidade que procurou manter no início da entrevista e apontando a superficialidade da entrevista e de seus posicionamentos similares aos da ditadura. Pelo que se verifica, a entrevistada foi percebendo o tom e o objetivo da entrevista ao longo das perguntas. Chegou a dar algumas respostas cordiais no início, evitando contrapor-se de maneira firme, depois passou a um tom mais assertivo.

FOLHA – A senhora faz algum mea culpa pela opção pela guerrilha?

DILMA – Não. Por quê? Isso não é ato de confissão, não é religioso. Eu mudei. Não tenho a mesma cabeça que tinha, seria estranho que tivesse a mesma cabeça. Seria até caso patológico. As pessoas mudam na vida, todos nós. Eu não mudei de lado não, isso é um orgulho. Eu mudei de métodos, de visão. Inclusive por causa daquilo eu entendi muito mais coisas.

FOLHA – Como o quê?

DILMA – O valor da democracia, por exemplo. Por causa daquilo, eu entendi os processos absolutamente perversos. A tortura é um ato perverso. Tem um componente da tortura que é o que fizeram com aqueles meninos, os arrependidos, que iam para a televisão. Além da tortura, você tira a honra da pessoa. Acho que fizeram muito isso no Brasil. Por isso que, minha filha, esse seu jornal não pode chamar a ditadura de ditabranda, viu? Não pode não. Você não sabe o que é a quantidade de secreção que sai de um ser humano quando ele apanha e é torturado. Você não imagina. Porque essa quantidade de líquidos que nós

temos, que vai do sangue, a urina e as fezes aparecem na sua forma mais humana. Então, não dá para chamar isso de ditabranda não. (*Folha de S. Paulo*, 5/4/2009, p. A8-A10)

Verifica-se o intento de levantar informações que desabonassem a entrevistada, o que aparece em muitos pontos da matéria e da entrevista. No trecho que se segue, procura-se demonstrar que a ministra teria delatado companheiros à repressão e tenta-se levá-la a responsabilizar outras pessoas por isso.

FOLHA – Como foi, durante os dias de Oban, para conseguir proteger a direção? Pelo que vi, alguns nomes não foi possível proteger, como a Maria Joana Telles, o Ruaro, o Vicente...

DILMA – Eles sabiam deles porque tinha caído outra pessoa que era da direção. Foi por isso que caí. Eu caí porque caiu uma outra pessoa.

FOLHA – Era com quem a senhora teria um encontro...

DILMA – Era com quem teria um encontro.

FOLHA – Era o José Olavo?

DILMA – Essas coisas eu não quero falar não, viu, minha filha? Não quero dar responsabilidade para ninguém não. Estou muito velha para fazer isso.

FOLHA – No depoimento da Justiça, a senhora cita os quatro como tendo caído em consequência direta de sua queda. A senhora dá os quatro nomes?

DILMA – É. Caíram, ponto. (Ibidem)

Perguntas em desacordo com a complexidade do tema, a insistência nos mesmos assuntos e a falta de contextualização histórica são evidentes. A ministra, em alguns momentos, perde a paciência. Ela então ironiza a entrevistadora, dizendo que “a vida é um pouquinho mais complicada que isso”:

FOLHA – Eu conversei com o hoje coronel, antigo capitão Maurício...

DILMA – Ele existe ainda?

FOLHA – Existe, é um senhor de 74 anos que vive no Guarujá...

DILMA – Ele já não batia bem da bola. Ele continua sem bater?

FOLHA – Eu perguntei se ele votaria na senhora para presidente. Primeiro, disse não. Depois, pediu para retificar dizendo que “depende com quem ela vai concorrer”. Ele elogiou a senhora bastante, falando que era uma excelente guerrilheira.

DILMA – Minha querida, pelo amor de Deus.

FOLHA – Só estou reproduzindo o que ele me disse.

DILMA – Eu sei. Sabe o que é, a vida é um pouquinho mais complicada que isso.

FOLHA – Em que sentido, ministra?

DILMA – Em todos. Mas eu respeito o que ele falou, tá? (Ibidem)

Em seguida, novamente a repórter volta com a questão da resistência armada, ao que a ministra responde que não adianta negar, pois se publica o contrário.

FOLHA – Li uma entrevista em que a senhora diz que fez treinamento no exterior. Mas não

consegui encontrar o período que isso pode ter acontecido. Deu tempo de sair do Brasil para treinar?

DILMA – Eu acho engraçadíssimo porque quando me perguntaram isso eu neguei que tivesse feito. Não acredita e fala que eu falei que fiz.

FOLHA – *Não deu tempo de jeito nenhum, não é?*

DILMA – Então, minha filha, esclarece. Eu não falo isso mais. É que nem aquela lista que sai aí dizendo que eu fiz dez assaltos armados. (Ibidem)

No trecho que se segue, na primeira pergunta a repórter demonstra estar ciente de que se atribuem à entrevistada ações feitas por organizações das quais ela não participou. Na resposta, Dilma Rousseff reforça sua argumentação, negando participação na luta armada ao dizer que, se tivesse participado dela, estaria condenada e que, para comprovar isso, a entrevistadora deveria perguntar a outras pessoas. Mais uma vez, diz que não gosta de ficar negando isso. Embora a repórter diga que já tenha perguntado a outras pessoas, dando a entender que o assunto está suficientemente esclarecido, as matérias saíram com os mesmos posicionamentos manifestados nas perguntas, procurando estabelecer vínculos entre Dilma Rousseff e a luta armada. Nem a entrevista de Antonio Espinosa nem a entrevista com a então ministra ofereciam sustentação para isso. Do mesmo modo, na reportagem transparece a carência de fontes que comprovem sua tese. A única sustentação obtida realmente com pessoas são falas de militares reformados que participaram do regime e dão a sua versão dos fatos (dos quais se esperaria uma razoável ponderação por parte do trabalho jornalístico). Tais falas não batem com a documentação existente em arquivos do período (*Observatório da Imprensa*, 25/4/2009). Em uma das respostas, Dilma Rousseff afirma a superficialidade em torno da qual a entrevista estava girando:

FOLHA – *Inclusive atribuindo ações de outras organizações...*

DILMA – Eu nunca fiz uma ação armada e se tivesse ação armada eu estaria condenada por isso. É a mesma coisa essa história do treinamento. Eu nunca fiz, então, tudo bem. Eu não fiz nem treinamento no exterior nem ação armada. É só perguntar para as pessoas.

FOLHA – *Já perguntei...*

DILMA – Elas sabem disso. Agora, minha santa, a lista você vai olhar...

FOLHA – *Já olhei, há muitas ações em São Paulo [no período em que a senhora não estava lá]...*

DILMA – Eu acho chatíssimo ficar negando.

FOLHA – *Incomoda a senhora atribuir essas ações a seu nome?*

DILMA – Sempre que falam uma coisa que você não fez ou atribuem coisas que você não fez, incomoda. É chato. Não sou supermulher para dizer que não me incomoda. Agora não perco a cabeça por isso, só acho um absurdo. Estão mentindo, têm uma segunda intenção. Tem coisas nesse período que eu não discuto porque, para discutir, precisa de outro tipo de

enfoque. Não dá para discutir com superficialidade. Não posso discutir o que aconteceu com meus companheiros nem atribuir a eles coisas, porque implicaria que eu estivesse fazendo algo como se fosse uma avaliação crítica e me colocando de fora. (*Folha de S. Paulo*, 5/4/2009, p. A8-A10)

A repórter volta novamente ao assunto do caixa da resistência, subentendendo-se na abordagem sua proveniência de assaltos que anteriormente ela havia reconhecido terem sido realizados por organizações nas quais a entrevistada não militou. Fernanda Odilla também volta a fazer perguntas embasadas em perfil feito por um delegado da repressão e em depoimentos realizados sob tortura:

FOLHA – No perfil que o delegado traça da senhora, ele fala que movimentava grandes quantias de dinheiro. E tem vários depoimentos dizendo que a senhora dava dinheiro para a sobrevivência do setor operário, o setor de imprensa.

DILMA – Não me lembro de ter caído com um tostão.

FOLHA – Dinheiro não há registro.

DILMA – Estou te dizendo, se eu tivesse dinheiro ia ser um festival. Eu fui presa com um carro.

FOLHA – Um fusquinha, não é?

DILMA – É, que não sei aonde foi parar.

FOLHA – Esse fusquinha era da senhora, ministra?

DILMA – Não, era da organização. (*Ibidem*)

Nas perguntas a seguir, a entrevistadora revela saber que os militantes da resistência faziam treinamento para esquecer informações de forma a evitar revelá-las sob tortura, embora muitas vezes tenha insistido que a entrevistada tivesse reconstituição fidedigna de fatos, informações e detalhes do período, muitos dos quais de baixa relevância. Demonstra também saber que informação obtida sob tortura é de responsabilidade do torturador, e não do torturado:

FOLHA – Do dia da prisão até o depoimento na polícia, são 40 dias.

DILMA – Então fiquei 40 dias. Porque você começa a fazer no Dops uma coisa que chamava cartório. Eu lembro que era muito tempo, eu achava estranho eu não ir embora. Todo mundo ia, e eu ficava. Eu não lembro a data. Vai ficando muito obscuro, como foi, como é que não foi.

FOLHA – Vocês passavam por um treinamento intensivo para deletar as coisas. Tinha que esquecer para não contar?

DILMA – Tinha, uma parte você tentava esquecer. Sabe que teve uma época que eu falei uma coisa que eu achava que era verdade e não era. Sobre um fato que aconteceu. Era mentira que eu tinha contado e aí depois eu descobri que era mentira. Você conta e se convence. Tinha hora que era muito difícil você manter.

FOLHA – Informação obtida sob tortura é de responsabilidade de quem tortura e não de quem

fala? Dá para culpar a pessoa que falou?

DILMA – Não dá mesmo. Até porque ali, naquela hora, tinha uma coisa muito engraçada que eu vi. Aconteceu com muita gente, não foi só comigo. É por isso que aquela pergunta é absurda do senador [Aripino Maia, do DEM]. A mentira é uma imensa vitória e a verdade é a derrota. Na chegada do presídio [Tiradentes] estava escrito “Feliz do povo que não tem heróis”, que era uma frase do Brecht que tem um sentido amplo. Esse fato de não precisar de heróis mostra uma grande civilidade. O povo que precisa de heróis precisa de heróis anônimos. Precisa que cada um tenha um pouco de heroísmo. (*Folha de S. Paulo*, 5/4/2009, p. A8-A10)

Novamente a repórter repete o já enfadonho assunto do plano de sequestro de Delfim Netto, desconfiando mais uma vez das negativas dadas pela ministra, embasando-se em supostos argumentos da entrevista não publicada feita com Antonio Espinosa. Esse retorno ao assunto é feito no final da entrevista, como uma última tentativa de comprovar as teses da reportagem. Dilma Rousseff, após ter dado tantos argumentos a esse respeito e vê-los todos desconsiderados, responde: “Ah, tem dó, minha filha. Você sabe que tem isso. Todos os dias arranjam uma ação para mim. Agora é o sequestro do Delfim? Ele vai morrer de rir” (ibidem).

Ao final, a ministra reforçou as negativas dadas ao longo da entrevista com o adjetivo “peremptória”, que de pouco valeu, pois a matéria saiu da maneira acima descrita.

FOLHA – De qualquer forma, muito obrigada por tocar nesse assunto delicado...

DILMA – Eu estou te fazendo uma negativa peremptória, para mim não disseram. Tá? (ibidem)

Como coroamento da argumentação da reportagem e da entrevista, o jornal exhibe um fac-símile de uma ficha que diz ser proveniente dos arquivos do Deops. Na primeira página, aparece um pedaço da ficha e, na matéria interna, ela é reproduzida inteira. Se o leitor da reportagem ainda tivesse dúvidas sobre as ligações de Dilma Rousseff com a luta armada, a imagem da ficha, que elenca os “crimes” de “assaltos a bancos”, “a casas”, “a quartéis e lojas de armas”, “planejamento de assassinatos”, “congresso da VAR em Teresópolis” e “militância” – o que se entendia como crime de opinião –, seria suficiente como “prova”. Todos os “crimes” são acompanhados de data. Abaixo da ficha, uma discreta legenda informa: “Ficha com crimes atribuídos a Dilma Rousseff, mas que ela não cometeu”. Contrariando a legenda, a reportagem e a entrevista associam a Dilma parte dessas formas de resistência armada, com obsessão até. A ficha foi publicada de forma que tivesse grande visibilidade, com foto da

“acusada”, uma impressão digital atribuída a ela e um carimbo de “CAPTURADO”. A legenda diz que os crimes são imputados a Dilma Rousseff, mas as matérias não informam quem os atribuiu. Nenhum dos documentos autênticos existentes em arquivos da repressão (*Observatório da Imprensa*, 25/4/2009) corrobora o conteúdo da ficha publicada. Mesmo as fontes que foram participantes da repressão e fazem atribuições daqueles crimes a ela apenas aludem a uma possível participação sua na luta armada.

Todos os “crimes” relacionados na ficha reproduzida no jornal ocorreram em São Paulo, em época que Dilma Rousseff morava em Belo Horizonte. Nas fichas autênticas supracitadas, as informações são bem mais amenas em comparação com as da ficha falsa: “militante da VAR-Palmares”; “ao ingressar na VAR-Palmares militou no Comando de Libertação Nacional (Colina) do antigo estado da Guanabara”; “Em 1970 era membro do Comando Regional do Rio Grande do Sul da VAR-Palmares, sendo a coordenadora do setor de massas”¹²; cumprimento de pena por “crime contra a segurança nacional”, funcionária do Estado “acusada de subversão pelo ex-ministro Sylvio Frota”, “subversiva foragida da Justiça Militar”, “citada por Rejane do Amaral Queiroz” [que se supõe ser outra militante]; “elemento com o qual JOÃO BATISTA DE SOUZA, vulgo Mauro, Beto ou Brasilino [esse codinome está bastante ilegível] manteve contato na A.L.N. [Aliança Libertadora Nacional]”; “elemento envolvido em atividades subversivas no Rio Grande do Sul, em 1970”; “indiciada em Inquérito Policial por praticar atos destinados a provocar a guerra revolucionária e subversiva”; “indiciada em Inquérito Policial, VAR-Palmares”; “mandado de prisão preventiva, expedido por aquele digno Juízo, contra a subversivo-terrorista Dilma Vana Rousseff Linhares. O mandado de prisão preventiva deixou de ser expedido, de vez que a acusada supra já se encontrava recolhida ao presídio Tiradentes”. Os considerados crimes nessas fichas autênticas giram em torno da militância de massas, subversão, indo à paranoia da guerra revolucionária. Os militares a qualificam como terrorista, da mesma forma que a *Folha* classificou setores da resistência na matéria e a imprensa também o fazia no tempo da ditadura, mas não há nenhuma acusação de assalto, planejamento de assassinato ou de sequestro. Essas fichas são provenientes de arquivos diversos; umas remetem às outras, por número de pasta e folha ou nome de pastas, por exemplo, “pasta comunismo”.

L I N H A R E S

Sobrenome

TERRORISTA/ASSALTANTE DE BANCOS

Número do artigo

00237

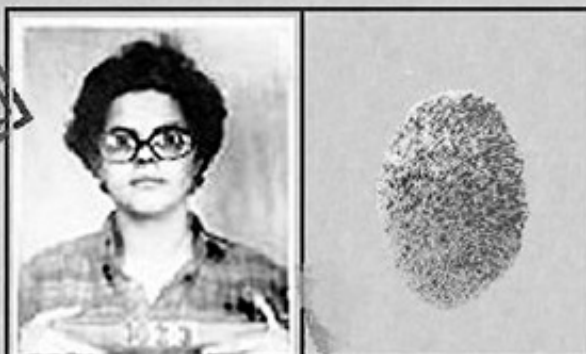
DILMA VANA ROUSSEFF LINHARES

Nome

ESTELA

Alcunha

POLEGAR
DIREITO



Outros nomes: LUIZA: PATRICIA: WANDA

Assinaturas: _____

Filiação: Pedro Rousseff e Dilma Rousseff

Endereço: Av. João Pinheiro, 85 apto. 1001

Naturalidade: Belo Horizonte - MG

Data Nasc: 14/12/47

Profissão: Desconhecida

Est. civil: Casada (Lobato?)

Atividade: _____

1967 - militante da Política Operária (POLOP), MG

06/10/68 - assalto ao BANESPA, Rua Iguatemi: NCr\$ 80 mil.

12/10/68 - planejamento assassinato Cap. Charles R. Chandler (?)

11/12/68 - assalto à casa de Armas Diana, R. do Seminário: 48 armas

??/04/69 - Comando de Libertação Nacional (COLINA)

24/01/69 - Assalto ao 4º RI Quitaúna, Osasco - SP: 63 FAL; 3 INA; 4
cunhetes munição

18/07/69 - Assalto casa Gov. Adhemar de Barros.

01/08/68 - assalto ao Banco Mercantil de São Paulo

??/09/69 - Congresso VAR Palmares (Teresópolis)

20/09/69 - assalto ao quartel da Força Pública, Barro Branco (cont.)

4. A reação de Antonio Roberto Espinosa

No mesmo dia da publicação da matéria, 5 de abril de 2009, Antonio Espinosa escreveu ao jornal, desmentindo informações atribuídas a ele e solicitando esclarecimentos na edição do dia seguinte. Ele é ex-militante de movimentos contrários à ditadura, atual jornalista e professor da Universidade de São Paulo (USP), onde fez doutorado em ciência política. Sua entrevista, concedida a Fernanda Odilla antes da realizada com Dilma Rousseff, foi usada como base para relacionar a então ministra ao plano de sequestro de Delfim Netto. Na carta ao jornal, ele solicitou o “restabelecimento da verdade”:

Chocado com a matéria publicada na edição de hoje (domingo, 5), páginas A8 a A10 deste jornal, a partir da chamada de capa “Grupo de Dilma planejou sequestro de Delfim Netto”, e da repercussão da mesma nos blogues de vários de seus articulistas e no jornal *Agora*, do mesmo grupo, solicito a publicação desta carta na íntegra, sem edições ou cortes, na edição de amanhã, segunda-feira, 6 de abril, no “Painel do Leitor” (ou em espaço equivalente e com chamada de capa), para o restabelecimento da verdade, e sem prejuízo de outras medidas que vier a tomar.¹³

O ex-jornalista do *Última Hora*, em seus esclarecimentos, que pretendia fossem publicados pelo jornal, critica o fato de um jornal do porte da *Folha* publicar matéria de tamanha relevância com base “somente em ‘investigações’ telefônicas”; desafia o jornal a publicar na íntegra a entrevista que concedeu, “para que o leitor compare com o conteúdo da matéria editada”; informa que ela teve duração de três horas e que a concedeu porque defende a transparência e a clareza histórica; informa que quem avisou a reportagem do arquivo do Superior Tribunal Militar (STM) foi ele próprio. Depois, a repórter o procurou com um mapa do trajeto para o sítio Gramadão, em Jundiaí, que era usado por Delfim Netto. O croqui teria sido encontrado no “aparelho” em que ele residira, no bairro Lins de Vasconcelos, no Rio de Janeiro, e estaria no arquivo do STM. A repórter indagou se ele reconhecia o desenho, ao que ele respondeu jamais tê-lo visto, sugerindo, como jornalista que também é, que ela o mostrasse a Delfim Netto. Sobre essa transformação de uma “lenda urbana”, como o próprio jornal chama, em fato bombástico, Espinosa diz:

Afirmo publicamente que os editores da *Folha* transformaram um não fato de quarenta anos atrás (o sequestro que não houve de Delfim) num factóide do presente (iniciando uma forma sórdida de anticampanha contra a ministra). A direção do jornal (ou a sua repórter, pouco importa) tomou como provas conclusivas somente o suposto croqui e a distorção grosseira de uma longa entrevista que concedi sobre a história da VAR-Palmares. Ou seja, praticou o

pior tipo de jornalismo sensacionalista, algo que envergonha a profissão que também exerço há mais de 35 anos, entre os quais, por dois meses, no *Última Hora*, sob a direção de Samuel Wayner (demitido que fui pela intolerância do falecido Octavio Frias a pessoas com um passado político de lutas democráticas). (Ibidem)

Com relação ao posicionamento do jornal, que oculta as mortes cometidas pela ditadura e criminaliza a resistência, julgando-a com critérios descontextualizados, como mostramos acima, ligando isso a Dilma Rousseff, ele diz:

A VAR-Palmares não era o “grupo da Dilma”, mas uma organização política de resistência à infame ditadura que se alastrava sobre nosso país, que só era *branda* [grifo nosso]¹⁴ para os que se beneficiavam dela. Em virtude de sua defesa da democracia, da igualdade social e do socialismo, teve dezenas de seus militantes covardemente assassinados nos porões do regime, como Chael Charles Shreier, Yara Iavelberg, Carlos Roberto Zanirato, João Domingues da Silva, Fernando Ruivo e Carlos Alberto Soares de Freitas. *O mais importante, hoje, não é saber se a estratégia e as táticas da organização estavam corretas ou não, mas que ela integrava a ampla resistência contra um regime ilegítimo, instaurado pela força bruta de um golpe militar* [grifo nosso]. (*Observatório do Direito à Comunicação*, 11/8/2010)

Em seguida, o professor afirma que Dilma Rousseff praticou apenas militância política e jamais participou de luta armada, o que confirma as respostas que ela deu em sua entrevista e as informações da carta dela ao *ombudsman*, não publicada no jornal, mas difundida posteriormente em blogues:

Dilma Rousseff era militante da VAR-Palmares [Vanguarda Armada Revolucionária Palmares], sim, como é de conhecimento público, mas sempre teve uma militância somente política, ou seja, jamais participou de ações ou do planejamento de ações militares. O responsável nacional pelo setor militar da organização naquele período era eu, Antonio Roberto Espinosa. E assumo a responsabilidade moral e política por nossas iniciativas, denunciando como sórdidas as insinuações contra Dilma. (Ibidem)

Espinosa passou, então, a explicar a informação muito usada na entrevista, segundo a qual Dilma, por ser do comando da VAR, teria conhecimento do plano, explicitando a simplicidade da apuração e das ilações feitas pela reportagem.

Dilma sequer teria como conhecer a ideia da ação, a menos que fosse informada por mim, o que, se ocorreu, foi para o conjunto do Comando Nacional e em termos rápidos e vagos. Isto porque a VAR-Palmares era uma organização clandestina e se preocupava com a segurança de seus quadros e planos, sem contar que “informação política” é algo completamente distinto de “informação factual”. Jamais eu diria a qualquer pessoa, mesmo do comando nacional, algo tão ingênuo, inútil e contraproducente como “vamos sequestrar o Delfim, você

concorda?”. O que disse à repórter é que informei politicamente ao nacional, que ficava no Rio de Janeiro, que o Regional de São Paulo estava fazendo um levantamento de um quadro importante do governo, talvez para sequestro e resgate de companheiros então em precárias condições de saúde e em risco de morte pelas torturas sofridas. A esse propósito, convém lembrar que o próprio companheiro Carlos Marighela, comandante nacional da ALN, não ficou sabendo do sequestro do embaixador americano Charles Burke Elbrick. Por que, então, a Dilma deveria ser informada da ação contra o Delfim? É perfeitamente compreensível que ela não tivesse essa informação. (*Observatório do Direito à Comunicação*, 11/8/2010)

Ele explica também a complexidade de um plano de sequestro a ser feito pelos movimentos de resistência de então e a forma como se dava. Não nega que o levantamento começou a ser feito, mas ressalta que essas informações não podiam circular livremente. Em um regime com mecanismos de informação e repressão fortes, é crível que tais levantamentos fossem feitos com muito método e cuidado.

Dessa forma, na questão do sequestro, ficam os argumentos do jornal, que levanta a possibilidade de que Dilma soubesse do plano de sequestro e militasse na luta armada, contra os argumentos expendidos por ela, que nega isso, e os de Espinosa, que também refuta. Este, como militante da resistência armada, explica como isso se dava. Espinosa conclui dizendo que o jornal foi capaz de chegar a atitudes mais peremptórias que as da própria ditadura, imputando a ele e a Dilma Rousseff uma acusação de “crime” que nem o regime lhes atribuiria:

Chocou-me, portanto, a seleção arbitrária e edição de má-fé da entrevista, pois, em alguns dias e sem recursos sequer para uma entrevista pessoal – apelando para telefonemas e e-mails, e dependendo das orientações de um jornalista mais experiente, no caso o próprio entrevistado –, a repórter chegou a conclusões mais peremptórias do que a própria polícia da ditadura, amparada em torturas e num absurdo poder discricionário. Prova disso é que nenhum de nós foi incriminado por isso na época pelos oficiais militares e delegados dos famigerados Doi-Codi e Deops, e eu não fui denunciado por qualquer um dos três promotores militares das auditorias onde respondi a processos, a Primeira e a Segunda auditorias de Guerra, de São Paulo, e a Segunda Auditoria da Marinha, do Rio de Janeiro. (*Observatório do Direito à Comunicação*, 11/8/2010)

A carta de Espinosa não foi publicada pelo jornal no “Painel do Leitor”, na edição seguinte, de 6 de abril, como solicitado por ele. O que a seção do leitor do dia seguinte publicou foi a carta de um suposto leitor, que depois o jornal informará ter tido o nome trocado. Essa outra carta endossava o enquadramento da matéria. Nela, o autor dizia que jamais deixaria um filho seu casar-se com uma “ex-guerrilheira” como Dilma.

Como Espinosa havia enviado sua carta também para diversos órgãos de imprensa do país e para *sites* e blogs de informação alternativa, estes últimos a difundiram largamente e levantaram importante debate sobre o episódio, o conteúdo da matéria e os posicionamentos do jornal, o que foi importante para esclarecer o caso, como veremos adiante. Por causa da enorme repercussão da carta de Espinosa, o editor do “Painel do Leitor”, Luiz Antonio Del Tedesco, entrou em contato com Espinosa às 17h30 do dia 6 de abril de 2009 (lembrando que o expediente no jornal inicia por volta de 14 horas) e solicitou uma segunda carta, com urgência, devido à proximidade do fechamento da edição, para publicar no dia seguinte, 7 de abril. A justificativa dada para a não publicação da primeira carta no dia 6 foi o tamanho, julgado muito longo, e por já não ser inédita, uma vez que circulava na internet. O prazo dado a Espinosa para que escrevesse a segunda carta, com 1.500 caracteres, foi de duas horas, até as 19h30. Depois, a pedido de Espinosa, a quantidade de caracteres foi aumentada para 2.000. Por *e-mail*, ele se queixa a Tedesco quanto ao prazo e ao espaço reduzidos: “Isso implica a necessidade de cortar mais de 3/4 do texto original, o que não é tarefa fácil, pois o senhor só se comunicou comigo às 17h13, informando-me que meu prazo vai até as 19h30”¹⁵.

No entender de Espinosa, “parece evidente que a única fonte para uma incriminação tão grave contra uma ministra de Estado deveria ter prioridade”, por isso ele solicitou por *e-mail* a Tedesco a possibilidade da publicação da primeira carta na íntegra, na seção “Tendências e Debates”, na página A3 do jornal. Outra proposta seria a publicação de uma matéria sobre o assunto na quarta ou quinta-feira seguintes, com 4.500 caracteres. Se isso não fosse possível, o que, segundo ele, “seria lamentável, um desrespeito às fontes e à inteligência dos leitores”, ele se dispunha a escrever a nova carta dentro dos limites determinados.

As propostas não foram aceitas, e Espinosa entregou a segunda carta, após ter recebido cinco telefonemas de Tedesco. Em um deles, segundo Espinosa, ele aceitou que os caracteres ultrapassassem um pouco a quantia estipulada, ficando com 2.300. Em outro, Tedesco avisou que seu computador não abria arquivos em *docx* e pediu para enviar em outro formato. Conforme Espinosa, isso atrasou um pouco o horário do recebimento do texto, que foi entregue apenas “alguns minutos” além do prazo determinado¹⁶. Novamente a carta não foi publicada. Tedesco justificou a não publicação por *e-mail*:

Como eu já havia comunicado ao senhor antes, a *Folha* tem todo o interesse em publicar a sua manifestação no “Painel do Leitor”. Mas nós havíamos combinado um tamanho (2.000 toques) e um horário (19h30), e a sua carta veio às 20h19 com 2.500 toques.¹⁷ Além disso, o senhor cita um fato (não termos publicado sua carta na segunda-feira) para o qual já lhe dei a explicação (o jornal fecha às 20h; a sua carta chegou aqui às 21h58 – saiu de seu *e-mail* às 21h41). Isso não irá ajudar em nada o entendimento do leitor sobre o assunto, porque eu seria obrigado a fazer uma resposta para essa questão. Continuo aguardando a sua carta, no tamanho e horário acordados, lembrando que não publicamos cartas que já são de conhecimento público ou da imprensa. (Amorim, 11/8/2009)

Sobre a matéria de domingo, o jornal publicou, na edição da terça-feira seguinte, apenas algumas linhas na seção *Erramos* sobre dois erros irrelevantes, se comparados às falhas de toda a reportagem. Diante da gravidade dos erros e distorções apontadas na carta não publicada, o fato de o jornal publicar na *Erramos* apenas esses dois erros menores denota uma dose de arrogância, reveladora da atitude do jornal em toda a reportagem, bem como em seus desdobramentos. A seção *Erramos* dizia o seguinte:

PRIMEIRA PÁGINA (5/4/2009): O sobrenome de Antonio Roberto Espinosa, ex-colega da hoje ministra Dilma Rousseff na guerrilha, foi grafado incorretamente como “Spinoza” no texto “Grupo de Dilma planejou sequestro de Delfim Netto”.

OPINIÃO (6/4/2009, p. A3): A carta sobre Dilma Rousseff assinada por Raul Guilherme do Norte Lourenço Leal na verdade é de autoria do leitor Luis Felipe de Araújo Sousa. O erro é de autoria do próprio senhor Sousa. (*Folha de S. Paulo*, 7/4/2009, p. A3)

O segundo erro se refere à troca de nome do autor da carta de suposto leitor, publicada em 6 de abril, que endossava o conteúdo e enquadramento da matéria. A troca do nome reforça as suspeitas em relação à carta. O primeiro erro diz respeito a um dos esclarecimentos feitos por Espinosa na primeira carta enviada ao jornal.

Com a não publicação também de sua segunda carta e percebendo a tática de ocultar seus esclarecimentos, Espinosa escreveu um *e-mail* indignado ao editor do “Painel do Leitor”, posteriormente divulgado na internet, o qual se pode definir como um desabafo sem meias palavras:

A cada momento fica mais claro que a *Folha* não tem compromisso com a verdade, mas se guia pela intenção de fabricar a verdade. A sua verdade, ou seja, a versão da ditadura (ou ditabranda, como ela gosta de intitular o regime de terror que apoiou). Age sem respeito aos leitores e fontes, inventando, maculando, praticando arbitrariedades. Publica somente as cartas que lhe convêm. E, quando não as tem, inventa! Não checa a origem das correspondências recebidas e não respeita compromissos de honra. Ou seja, não tem

palavra e carece de seriedade. (Amorim, 11/8/2009)

Sobre os motivos alegados pelo editor para não publicar a carta, Espinosa diz no mesmo *e-mail*:

Sejamos francos ao menos uma vez: a *Folha* decidiu não publicar a carta não pelos motivos burocráticos alegados, mas pelo seu conteúdo. Não publicou porque quer ter o monopólio da verdade e manipular seus leitores, sem ética e sem princípios. É irônico e ofensivo que o senhor me peça hoje uma terceira carta. Não sou empregado da *Folha* e não tenho salário dela para trabalhar diariamente em cartas que não serão publicadas. No passado, seu jornal divulgava propaganda dizendo que teria o rabo preso com o leitor. Com o leitor, está provado, não tem, mas que tem rabo lá isso tem. E é bem longo, a ponto de chegar aos porões sombrios da década de 1970. (Ibidem)

A segunda carta também não foi publicada pelo jornal. O autor, então, enviou para *sites* e *blogues* que a difundiram. Pelo tamanho limitado estipulado pelo jornal para a segunda carta, muitas informações importantes que constavam na primeira foram cortadas. Mantiveram, no entanto, o questionamento e o pedido de esclarecimentos fundamentais, que, embora reduzidos, permanecem impactantes:

Por isso, desafio a *Folha* a esclarecer todos os pontos nebulosos da matéria do domingo e a publicar a íntegra da entrevista, de mais de três horas, para que os leitores a comparem com a imundície publicada, que constitui um dos momentos mais tristes da liberdade de imprensa e uma vergonha para a imprensa brasileira. (Amorim, 11/8/2009)

Espinosa recusou o pedido do jornal para que escrevesse uma terceira carta e sugeriu que o jornal pusesse “as desculpas burocráticas de lado” e escolhesse uma das duas já escritas ou que publicasse as duas, o que, segundo ele, “seria muito mais honesto” (ibidem). O jornal, então, publicou a segunda carta, em 8 de abril (quarta-feira), acompanhada de uma resposta da repórter que assinou a matéria, Fernanda Odilla, na qual ela dizia:

A reportagem não afirmou que Dilma Rousseff planejou o sequestro de Delfim Netto. Trouxe, sim, declarações do ex-dirigente da VAR-Palmares, que, pela primeira vez, assumiu que o plano existia e que ele foi seu coordenador. À *Folha*, Espinosa disse que, no final de 1969, todas as tarefas (as “políticas” e o “foco guerrilheiro”) da VAR “eram do comando nacional”, citou três vezes Dilma Rousseff como um dos cinco integrantes desse colegiado e, indagado pela *Folha* em diferentes momentos, afirmou que “os cinco sabiam” do plano de sequestro e que “não houve nenhum veto” deles à ideia. Todas as suas declarações estão gravadas. Na entrevista, Espinosa informou que o sequestro ocorreria num sítio no interior de São Paulo em dezembro de 1969 – informação que reiterou, com mais detalhes, em posterior troca de *e-mails* com esta repórter.

Nota da Redação: A primeira carta do missivista chegou à Redação às 21h58 do domingo; o “Painel do Leitor” fecha às 20h. (Ibidem)

Ao dizer que a matéria não afirmou que Dilma planejou o sequestro, o texto nega as inúmeras relações feitas entre a ministra e o plano, já apontadas acima. Os argumentos da primeira carta de Espinosa explicando a complexidade e a forma de planejamento de sequestros políticos na época são ignorados. A argumentação continua sendo sustentada pela entrevista de Espinosa, cujos argumentos apresentados pelo jornal como sendo do entrevistado foram por ele contestados. O texto é escrito como se entre 5 e 7 de abril de 2009 não tivesse se passado nada a respeito da matéria, nenhum questionamento ou nenhuma contestação, de forma que os argumentos pudessem continuar sendo os mesmos. Ignora-se completamente a movimentação em torno do tema ocorrida na internet. Enquanto isso, o tema rendia debates acalorados na rede, que abalavam profundamente a sustentação dos posicionamentos do jornal. A entrevista de Espinosa continuou sem publicação na íntegra, mesmo que ele tenha solicitado e até desafiado o jornal a fazê-lo mais de uma vez. Sua publicação poderia esclarecer quem estava com a razão: se ele ou o jornal. A não publicação enfraquece a argumentação da *Folha*.

5. A reação de Dilma Rousseff

A primeira reação pública de Dilma Rousseff com relação à matéria, e mais especificamente a respeito da suposta ficha do Deops, ocorreu em uma entrevista concedida à rádio Itatiaia, de Belo Horizonte, em visita à cidade, em 17 de abril de 2009. Na entrevista, ela afirma que a ficha é “manipulação recente” feita por “órgãos ou de interesses escusos daqueles que praticaram esses atos no passado”, que não consta dos arquivos em que mandou fazer levantamento e que estava discutindo a questão com a *Folha* para esclarecer a proveniência do documento (Mello, 20/4/2009).

A essa altura, já circulavam muitos comentários e *posts* em blogues que indicavam que a ficha era veiculada havia muito tempo em *spams* e difundida em *sites* e blogues favoráveis ao regime de ditadura civil-militar, criados por simpatizantes ou por militares reformados que participaram dela.¹⁸ No *post* do *Blog do Mello* (ibidem), que fala da entrevista de Dilma à rádio de Belo Horizonte, há o seguinte comentário: “Esta ficha está circulando nos *e-mails*. Recebi em 9 de

março de um amigo tucano com os seguintes dizeres: ‘Esta terrorista será nossa presidente?????’’. Não sabia se era uma ficha falsa ou verdadeira”.

A então ministra, conforme informações que constam em sua carta enviada ao jornal (*Observatório da Imprensa*, 5/5/2009), tentou, sem sucesso, convencer o próprio jornal a esclarecer o caso. Ela entrou em contato, por telefone, com o diretor da sucursal de Brasília, Melchíaldes Filho, solicitando esclarecimentos sobre a ficha publicada. Este lhe informou que a repórter havia de fato conseguido no arquivo do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (Deops) e ficou de enviar-lhe a prova, o que jamais foi feito. Ela própria, então, tomou a iniciativa de investigar o caso, o que tem sido comum no noticiário político. Os veículos que fazem acusações e levantam escândalos muitas vezes não têm o ônus da prova, o qual fica a cargo do acusado. Diferentemente dos processos judiciais, em que as acusações precisam ter provas, na imprensa brasileira, em casos assim, a acusação, o julgamento e a sentença são sumários e sem provas suficientes, com base em suposições. Dilma Rousseff informou ter feito levantamentos nos arquivos em que a repórter afirmou ter realizado pesquisa, o Arquivo Público de São Paulo, que guarda os documentos do Deops, e o arquivo do STM. Em nenhum dos arquivos foi encontrado documento similar ao publicado.¹⁹

No dia seguinte à entrevista de Dilma à rádio Itatiaia, 18 de abril de 2009, a *Folha* publicou matéria sobre a entrevista, com o título: “Dilma questiona autenticidade de ficha sobre sua prisão pelo regime militar”. O *lead*²⁰ da matéria publicada pelo jornal dizia:

A ministra Dilma Rousseff (Casa Civil) questionou a autenticidade de um dos documentos referentes à sua prisão pelo regime militar publicado, com outros quatro, em reportagem da *Folha* no dia 5. Segundo a ministra, a ficha em que ela aparece qualificada como “terrorista/assaltante de bancos” e da qual consta o carimbo “capturado” sobre a sua foto é uma “manipulação recente”²¹.

Se na matéria inicial o jornal resume à legenda do fac-símile da ficha a chance de o leitor conhecer a verdade (“Ficha de Dilma após ser presa com crimes atribuídos a ela, mas que ela não cometeu”), neste *lead* de matéria posterior não se afirma, como na legenda da ficha, que os crimes não foram cometidos por ela, mas apenas que ela questionou o documento, e ainda que este foi publicado junto com outros quatro, os quais, na realidade, não figuraram na matéria. O texto dessa matéria de 18 de abril continua jogando com as ideias de “prisão”,

“terrorismo”, “assalto a banco”, “capturado” presentes na matéria do dia 5 do mesmo mês, e novamente associadas à então ministra. No final dessa nova matéria há uma “nota da redação”: “Tão logo a ministra colocou em dúvida a autenticidade de uma das reproduções publicadas, a *Folha* escalou repórteres para esclarecer o caso e publicará o resultado dessa apuração numa próxima edição”.

Treze dias após a matéria inicial, após tanta repercussão e questionamentos, depois de o diretor da sucursal de Brasília não conseguir demonstrar à ministra a proveniência do documento, o jornal simplesmente anuncia que escalou repórteres para esclarecer o caso e que publicará os resultados em edição posterior. Como explicar que a agilidade que caracteriza um jornal diário não tenha sido capaz de fazer as devidas apurações até treze dias depois da publicação de uma matéria tão polêmica? Apurações que, como recomendam as regras contidas no seu *Manual da Redação*, deveriam ter sido feitas antes da publicação:

A desatenção ao efeito de construção midiática dos fenômenos resulta em abordagem ingênua e anacrônica. A sua ocultação voluntária, por outro lado, é prova de má-fé.

[...]

Para evitar a difusão inconsequente de ganchos construídos ou notícias “plantadas”, o jornalista deve ser crítico em relação a assessorias de imprensa, *press releases*, boatos, pronunciamentos oficiais, pesquisas de opinião, estatísticas, informações difundidas por grupos, partidos ou organizações e notícias veiculadas por outros meios de comunicação. (*Folha de S. Paulo*, 2001, p. 25)

Após a matéria publicada pelo jornal em 18 de abril, Dilma Rousseff enviou carta ao *ombudsman* na qual relata o percurso de sua participação na matéria, desde a entrevista concedida por telefone em 30 de março de 2009 até suas ligações telefônicas ao diretor da sucursal de Brasília solicitando esclarecimentos. Essa carta jamais foi publicada pelo jornal, exceto alguns trechos que ofereciam menores questionamentos aos posicionamentos do jornal, diluídos no interior de uma matéria em 25 de abril de 2009. A então ministra passou a difundir a carta na internet, primeiramente por meio do blogue do jornalista Luis Nassif (7/7/2009), daí se espalhando para inúmeros outros blogues e *sites*. Entre os questionamentos da carta estão a associação de sua pessoa com o plano de sequestro de Delfim Netto e a ficha de origem escusa:

Apesar da minha negativa durante a entrevista telefônica de 30/03 sobre minha participação ou meu conhecimento do suposto sequestro de Delfim Netto, a matéria publicada tinha

como título de capa “Grupo de Dilma planejou sequestro do Delfim”. O título, que não levou em consideração a minha veemente negativa, tem características de “factoide”, uma vez que o fato, que teria se dado há 40 anos, simplesmente não ocorreu.

O mais grave é que o jornal *Folha de S. Paulo* estampou na página A10, acompanhando o texto da reportagem, uma ficha policial falsa sobre mim. Essa falsificação circula pelo menos desde 30 de novembro do ano passado na internet, postada no site <www.ternuma.com.br> (“terrorismo nunca mais”),²² atribuindo-me diversas ações que não cometi e pelas quais nunca respondi, nem nos constantes interrogatórios, nem nas sessões de tortura a que fui submetida quando fui presa pela ditadura. Registre-se também que nunca fui denunciada ou processada pelos atos mencionados na ficha falsa.

[...]

Além disso, elas ocorreram em São Paulo em datas em que eu morava em Belo Horizonte ou no Rio de Janeiro. Ressalte-se que todas essas ações foram objeto de processos judiciais nos quais não fui indiciada e, portanto, não sofri qualquer condenação. Repito, sequer fui interrogada, sob tortura ou não, sobre aqueles fatos. (Nassif, 7/7/2009)

Nessa carta, Dilma ainda aborda a insuficiência de esclarecimentos na matéria da *Folha* de 18 de abril, questiona a demora do jornal em esclarecer o caso e faz alusão à falta de responsabilidade em se publicarem documentos sobre os quais não se tem certeza da origem:

Considero ainda que a matéria publicada na sexta-feira, 17 de abril (*sic*), em que a *Folha* relata as minhas declarações ao jornalista Eduardo Costa, da rádio Itatiaia, de Belo Horizonte, não esclarece o cerne da questão sobre a responsabilidade do jornal no lamentável e até agora estranho episódio: de onde veio a ficha que afirmo ser falsa?

Após 21 dias de espera, não acredito ser necessária uma grande investigação para responder às seguintes questões: em que órgão público a *Folha de S. Paulo* obteve a ficha falsa? A quem interessa essa manipulação? Parece-me óbvio que a certeza sobre a origem de documentos publicados como oficiais é um pré-requisito para qualquer publicação responsável. (Nassif, 7/7/2009)

Dilma Rousseff anexou à carta diversos documentos: fichas autênticas escaneadas do Arquivo Público de São Paulo, cópias das solicitações de pesquisa ao STM e termo de responsabilidade tanto do STM como do Arquivo Público de São Paulo, todos assinados pela repórter Fernanda Odilla, autora da matéria; cópias das autorizações de Antonio Espinosa para que a repórter pesquisasse em suas pastas no arquivo.²³ Nos termos de responsabilidade assinados pela jornalista, são assumidas “plenas e exclusivas responsabilidades, no âmbito civil e criminal, por quaisquer danos morais ou materiais que possa causar a terceiros a divulgação de informações contidas em documentos por mim examinados e a que eu tenha dado causa”. Também declarou “estar ciente da legislação em vigor

atinente ao uso de documentos públicos, em especial com relação aos artigos 138 e 145 (calúnia, injúria e difamação) do Código Penal brasileiro”. Não havendo suficientes esclarecimentos por parte da *Folha*, a própria Dilma Rousseff encomendou laudos da ficha a institutos de pesquisa de duas universidades públicas, os quais abordaremos adiante.

6. A semirretratação do jornal

Dia 25 de abril de 2009, vinte dias após a publicação da reportagem, a *Folha* publicou uma matéria com uma semirretratação, na qual o jornal reconhece, no início, ter cometido dois erros:

O primeiro erro foi afirmar na Primeira Página que a origem da ficha era o “arquivo [do] Deops”. Na verdade, o jornal recebeu a imagem por *e-mail*. O segundo erro foi tratar como autêntica uma ficha cuja autenticidade, pelas informações hoje disponíveis, não pode ser assegurada – bem como não pode ser descartada.²⁴

Logo no início, a retratação também continua classificando a resistência à ditadura como “terrorismo”, ao dizer que a reportagem reconstituiu participação de Dilma Rousseff no grupo “terrorista” VAR-Palmares. De toda a problemática discutida até então sobre a matéria, apontando as inúmeras falhas e fragilidades de argumentação, o jornal reconhece apenas dois erros, o segundo dos quais com uma boa dose de cinismo, como veremos. Outros erros, menos óbvios, que podem ser identificados pelas próprias diretrizes do *Manual da Redação* não foram sequer mencionados. Nada foi dito também sobre o fato de Espinosa ter apontado distorções nas informações que foram pinçadas de sua entrevista. A solicitação que ele fez de publicação na íntegra de sua entrevista concedida por telefone continuou sem receber nenhuma resposta. Além do que a entrevista dele continua sendo usada da mesma forma, nessa retratação, como argumento para defesa da matéria inicial, com elementos já contestados por ele:

A reportagem da *Folha* se baseou em entrevista gravada de Antonio Roberto Espinosa, ex-dirigente da VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) e da VAR-Palmares, que assumiu ter coordenado o plano do sequestro do ex-ministro e dito que a direção da organização tinha conhecimento dele.²⁵

A retratação reconhece que a ficha não era proveniente dos arquivos do Deops, e que havia sido enviada por uma fonte via *e-mail*, mas não informa o remetente.

Para explicar o fato de um documento digital enviado por *e-mail* ter sido publicado como documento reproduzido do Arquivo Público, a matéria argumenta que houve um erro técnico: pôs-se a ficha por engano em uma pasta chamada “Arquivo de SP”. Entretanto, as fotocópias que saem realmente do Arquivo têm autenticação no verso, podem ser facilmente identificadas.

O segundo erro parcialmente assumido foi, segundo o jornal, “considerar autêntico um documento cuja autenticidade não pode ser assegurada – bem como não pode ser descartada”. Nisso o jornal evidencia indiretamente seu erro, o de publicar um documento sem a devida checagem, ao mesmo tempo que comete outro, que é o cinismo e a fragilidade de argumentação diante do que já se afirmava sobre a circulação da ficha em *spams* e em *sites* contrários à candidata Dilma Rousseff e favoráveis ao ideário da ditadura, um dos quais é citado pelo próprio texto da retratação:

Entre as imagens reproduzidas pelo arquivo, a pedido da *Folha*, não estava a ficha. “Essa ficha não existe no acervo”, diz o coordenador do arquivo, Carlos de Almeida Prado Bacellar. “Nem essa ficha nem nenhuma outra ficha de outra pessoa com esse modelo. Esse modelo de ficha a gente não conhece.”

Pelo menos desde novembro a ficha está na internet, destacadamente em *sites* que se opõem à provável candidatura presidencial de Dilma.

Grupo Inconfidência, de Minas Gerais, mantém no ar uma reprodução da ficha. A entidade reúne militares e civis que defendem o regime instaurado em 1964. Seu criador, o tenente-coronel reformado do Exército Carlos Claudio Miguez, afirma que a ficha “está circulando na internet há mais de ano”. Sobre a autenticidade, comentou: “Não posso garantir. Não fomos nós que a botamos na internet”. (Ibidem)

Se a autenticidade da ficha não podia ser comprovada nem negada, isso seria mais do que suficiente para não publicá-la, conforme critérios da ética jornalística e do próprio *Manual da Redação* (2001, p. 37):

Hierarquizar as fontes de informação é fundamental na atividade jornalística. Cabe ao profissional, apoiado em critérios de bom senso, determinar o grau de confiabilidade de suas fontes e o uso a fazer das informações que lhe passam. Esse bom senso também deve ser aplicado em relação à internet: há *sites* de grande confiabilidade, como o do IBGE, e outros cujas informações exigem cruzamento com uma ou mais fontes.

Desviando o foco de discussões sobre a ficha falsa, o jornal volta a associar a então ministra ao plano de sequestro não realizado, dizendo que o foco da matéria era isso e não a ficha. O texto faz questão de frisar novamente que o plano era de uma “organização guerrilheira à qual a ministra pertencia, a VAR-Palmares”. Mas diz que “ela afirma que desconhecia o plano”. Apenas no final da

retratação a matéria afirma que Dilma não participou das ações descritas na ficha.

Dilma integrou organizações de oposição aos governos militares, entre as quais a VAR-Palmares, um dos principais grupos da luta armada. A ministra não participou, no entanto, das ações descritas na ficha. “Nunca fiz uma ação armada”, disse na entrevista à *Folha* de 5 de abril. Devido à militância, foi presa e torturada.²⁶

Ao longo da semirretratação, o jornal cita alguns trechos da carta enviada por Dilma Rousseff ao *ombudsman* e de sua entrevista à rádio Itatiaia de Belo Horizonte. Sobre as fontes da reportagem, a semirretratação cita “centenas de documentos com fontes diversas: Superior Tribunal Militar, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Arquivo Público Mineiro, ex-militantes da luta armada e ex-funcionários de órgãos de segurança que combateram a guerrilha”. Os militares reformados entrevistados, entre os quais alguns que participaram da repressão como torturadores, são chamados simplesmente de “ex-funcionários de órgãos de segurança que combateram a guerrilha”, um eufemismo crasso.

A retratação diz ainda que o jornal destacou repórteres para apurar o caso desde que Dilma Rousseff ligou pela primeira vez para pedir esclarecimentos. Há uma contradição em relação à matéria anterior, de 18 de abril, que afirma que essa providência teria sido tomada após a entrevista da ministra à rádio Itatiaia de Belo Horizonte. Houve tempo suficiente até aquela altura para uma boa elucidação do episódio.

A semirretratação conclui procurando obter o benefício da dúvida sobre a origem da ficha:

Pesquisadores acadêmicos, opositores da ditadura e ex-agentes de segurança se dividem. Há quem identifique indícios de fraude e quem aponte sinais de autenticidade da ficha. Apenas parte dos acervos do velho Dops está nos arquivos públicos. Muitos documentos foram desviados por funcionários e hoje constituem arquivos privados.²⁷

“Pesquisadores acadêmicos”, “opositores da ditadura” e “ex-agentes de segurança” (entenda-se, agentes da ditadura) são abstrações que podem significar muitas pessoas, algumas, duas, ou mesmo nenhuma. Se eles de fato existiam, seria conveniente ao jornal e a seus leitores que pelo menos um tivesse o nome citado em matéria que trata de assunto tão sério e grave. O fato de poder haver uma ficha como a publicada²⁸ em algum arquivo particular de pessoas ligadas ao regime é uma especulação e, como tal, não é argumento válido para a

publicação de um documento assim.

Em 25 de abril, Antonio Espinosa, indignado, volta a escrever ao *ombudsman* da *Folha*, afirmando-se “obrigado” pelas circunstâncias, e questiona o fato de a retratação ter sido feita pela sucursal do Rio de Janeiro e não pela de Brasília, que produziu a reportagem. Também diz que, se era para submeter o caso a outro organismo do jornal, o correto seria fazê-lo ao “próprio editor, senhor Octavio Frias Filho, ou, no mínimo, à redação de São Paulo (sede do jornal e também sede do Deops paulista, que, supostamente, teria produzido a ficha da atual ministra-chefe da Casa Civil)”. Ele diz ainda que, “quanto mais se envolve no não fato de quarenta anos atrás (o sequestro que não houve de Delfim Netto), mais a *Folha* se enrola e atrapalha”. E elenca considerações a esse respeito em dez tópicos, dos quais reproduzimos alguns trechos:

O título da matéria é um primor de ambiguidade: “Autenticidade” da ficha “não é provada”. Ou seja, é falsa ou não? [...]

O que é realmente estranho é que a *Folha de S. Paulo*, um jornal tão preocupado com os critérios burocráticos e as formalidades da apuração dos fatos, tenha acreditado e publicado, assim dando repercussão nacional, uma ficha falsa, oriunda de fontes tão suspeitas. Por isso, talvez seja lícito que se indague a respeito das conexões da sucursal de Brasília com remanescentes dos antigos, e felizmente superados, porões do regime militar; [...]

Do ponto de vista da boa teoria liberal, esposada pela *Folha*, o direito à rebelião contra a tirania é legítimo e um dever dos cidadãos. A rigor, terroristas, ou ao menos terroristas primários, ou causadores da reação armada de setores populares, na verdade seriam os autores do golpe de força de 1964 e os signatários do Ato Institucional número 5, que romperam com a soberania popular, a legitimidade eleitoral e o Estado de Direito. Chocante também o jogo de palavras num espaço nobre da matéria, em que são repetidas as insinuações contra a ministra; [...].²⁹

Novamente ele reclama da manutenção de sua entrevista em segredo pelo jornal:

Da mesma forma que a repórter Fernanda Odilla, em resposta à minha carta, em 8/4/2009, agora a Sucursal do Rio também garante que a *Folha* dispõe das gravações de minhas entrevistas. Essas entrevistas por acaso são secretas? Constituem um segredo jornalístico, inexpugnável e à prova dos leitores? Por que a *Folha* insiste em dizer que tem mas não publica as entrevistas? Eu já estou cansado de desafiar o jornal a fazê-lo. Na sua coluna de 12/4/2009, V. Sa. [*Ombudsman*] também informou ter sugerido à Redação que as publicasse, ainda que na *Folha online*, e reiterou sua sugestão. Além dos arquivos secretos da ditadura, temos agora também as entrevistas secretas da *Folha de S. Paulo*, que são uma arma da Redação contra suas fontes, os leitores e a verdade? [...]

Creio que, além das questões técnicas da produção jornalística, estamos tratando também

de uma conspiração contra a verdade, a boa informação, a boa-fé dos leitores e a democracia. (Carta de Espinosa ao *ombudsman* em 25/4/2009, *ibidem*)

A retratação do jornal, portanto, além de sua insuficiência em esclarecimentos, comete novos erros, o que exigiria uma retratação da retratação. Se antes dela o jornal se encontrava em uma situação de difícil sustentação quanto ao caso, depois dela tornou-se ainda mais complicada. O argumento segundo o qual a autenticidade da ficha não pode ser assegurada pesa contra o próprio jornal que o formula. O fato de não reconhecer a falsidade da ficha, a qual será demonstrada empiricamente nos dias posteriores, complica seus posicionamentos. Se houve erro técnico em 5 de abril, ocasionado por algum tipo de pressa, vinte dias depois seria tempo suficiente para uma apuração séria e esclarecimentos razoáveis.

7. “Os sete erros na ficha da ministra”

No início do mês de junho de 2009, André Borges Lopes, consultor especializado em artes gráficas da Bytes & Tipos, professor das disciplinas captura digital, tratamento de imagem e gerenciamento da cor do curso superior de fotografia do Senac e também bacharel em história pela USP, publicou um artigo motivado pela afirmação da semirretratação do jornal, que dizia que a autenticidade da ficha não podia ser assegurada, como também não podia ser descartada. O texto foi publicado em canais independentes da internet.³⁰ O autor contesta o jornal por meio de estudo, no qual indica “7 erros na ficha”, sete elementos que não deixam dúvida de que a ficha foi fabricada digitalmente. Embora ele tenha feito uma análise acurada, afirma que uma mera “análise superficial demonstra que se trata de uma fraude grosseira”. Com um estudo mais completo, fortaleceu sua argumentação, indo além do que muitos comentários em blogs afirmavam sem todos esses argumentos:

Primeiro erro – O perfeito alinhamento das linhas pretas impressas no formulário e as da fotografia 3x4, colada dentro dos limites de um retângulo. As linhas são extremamente nítidas, têm exatos dois *pixels* (cerca de 0,5 mm) de espessura em todo o contorno da foto e estão perfeitamente paralelas com as bordas da imagem escaneada, o que não ocorre em documentos físicos digitalizados por escâner. A foto foi encaixada dentro do retângulo com “precisão de robô japonês”: as bordas da imagem mantêm uma distância uniforme de

exatos dois *pixels* do fio de contorno na parte esquerda, direita e superior do quadro, aproximando-se apenas na parte inferior. Isso é impossível de ter sido feito manualmente.

Segundo erro – Cantos perfeitos. No período em que a ficha teria sido confeccionada (final da década de 1960 ou início dos anos 1970), esse tipo de impressão era normalmente produzido em máquinas tipográficas. Pela própria característica do sistema de construção manual de linhas em tipografia, é difícil haver cantos perfeitamente regulares e contínuos, como são todos os da ficha analisada. E nenhum escâner capturaria os cantos de forma tão regular. É evidente a diferença entre a forma de cantos que aparecem na ficha publicada e a de cantos de documentos antigos escaneados.

Terceiro erro – Enquanto as letras impressas em corpo pequeno (nas palavras “artigo” e “Alcunha”) têm bordas perfeitamente delineadas e espessura uniforme de um *pixel*, algumas das letras de fontes que imitam caracteres de máquinas datilográficas apresentam borrões e manchas, aplicados digitalmente para simular a aparência irregular das máquinas de escrever manuais. Já o número “00237” (supostamente impresso por método tipográfico na ficha) tem aparência muito menos nítida, com bordas irregulares e difusas – com padrão mais coerente com o que se costuma obter do escaneamento de impressos físicos. Há uma possibilidade razoável de que esse número efetivamente esteja no papel de fundo, já que é o único elemento verdadeiro de todo o conjunto.

Quarto erro – As reproduções de palavras feitas com carimbos, confeccionados de borracha flexível, são distorcidas e irregulares, sendo comum o surgimento de falhas e borrões em virtude do entintamento e aplicação por impacto manual. Não é o caso do carimbo com a palavra “CAPTURADO” da ficha publicada, que consegue a proeza de imprimir no papel duas letras “A” com exatamente a mesma estrutura de *pixels*, apenas com algumas alterações de tonalidade, provavelmente aplicadas digitalmente para disfarçar a uniformidade.

Quinto erro – As pautas e as linhas são regulares e perfeitamente alinhadas. É extremamente improvável que isso ocorra em um impresso tipográfico dos anos 1960. Além de que é impossível que, no momento da captura, as linhas da pauta se encaixem com perfeição sobre os sensores do escâner, gerando esse padrão regular no qual as linhas ocupam exatamente um único *pixel* e o espaço entre elas tem sempre vinte e dois *pixels* de espessura. O autor faz a comparação entre as linhas da ficha e as pautas de um caderno escaneadas, demonstrando a diferença.

Sexto erro – O autor examinou um fragmento da ficha, na qual, em quatro linhas, aparece a palavra “assalto” três vezes, todas grafadas com enorme similaridade e com apenas as duas letras “s” um pouco elevadas em relação às demais, de maneira igual nas três vezes. Segundo ele, um texto datilografado sobre papel-cartão em nenhuma hipótese apresentaria tamanha similaridade no desenho, na estrutura e no alinhamento das letras, que são absolutamente idênticos. Para completar, as três palavras apresentam exatamente a mesma distância das linhas da pauta: três *pixels* ou 0,75 mm. É impossível obter esse resultado ao se datilografar em folhas pautadas.

Sétimo erro – O formato da suposta ficha é pouco usual para impressos de arquivo, e o furo observado no seu centro (hipoteticamente ocorrido pelo desgaste do papel) descarta a possibilidade de que seja a junção do escaneamento de uma ficha pela frente e pelo verso – é mais crível que sejam páginas de uma caderneta aberta. Além disso, é curioso que o desgaste do papel não tenha comprometido o desenho das letras datilografadas na sua adjacência, que segue nítido e regular.

O autor conclui que

qualquer uma das sete evidências apontadas acima bastaria para – isoladamente – caracterizar essa suposta ficha como grosseiramente fraudulenta. Não há nenhuma possibilidade de que essa imagem possa ter sido obtida a partir da digitalização – por qualquer meio – de uma ficha física em papel. Na realidade, só há uma maneira de produzir uma imagem com essas características: construindo-a em um programa de edição de imagens bitmap (como *Adobe Photoshop*, *Corel Photo Paint* ou similares) com deliberada intenção de simular um documento antigo. Uma busca rápida na internet traz dúzias de *sites* de “clip-art” que oferecem imagens de papéis envelhecidos similares ao da ficha analisada. Há também algumas dezenas de fontes tipográficas digitais que simulam as letras de máquinas de escrever.

Na realidade, a ficha analisada surpreende pela absoluta precariedade da falsificação. Trata-se evidentemente de uma manipulação grosseira para circulação nas comunidades menos exigentes e criteriosas da internet, a fazer companhia aos textos apócrifos de Jorge Luis Borges e Gabriel Garcia Marques.^{[31](#)}

Enfim, de uma maneira bastante simples, o autor chegou a conclusões que são mais convincentes que os argumentos da *Folha*, que, embora tenha estrutura e condições financeiras de um grande jornal, não procedeu a uma apuração semelhante para apresentar argumentos com solidez razoável como os apresentados por ele. Segundo o autor, uma ficha que fosse produzida em papel e depois escaneada exigiria análise mais sofisticada e difícil de ser

“desmascarada”. Para ele, “é surpreendente um jornal do porte da *Folha de S. Paulo* não apenas se prestar à legitimação de uma fraude grosseira, como seguir insistindo na tese insustentável de que a autenticidade dessa imagem não pode ser descartada”. E finaliza dizendo que “qualquer estagiário do setor de arte do jornal derrubaria essa canhestra desculpa da redação” (ibidem).

8. Os laudos técnicos

A carta de Espinosa sobre a semirretratação abordada acima e o artigo de André Borges sobre os sete erros evidenciam o quanto a “semirretratação” da *Folha* deixou a desejar. Com tantas evidências em contrário, o jornal preferiu continuar tentando sustentar argumentos insustentáveis.

Vendo que o jornal não faria mais esclarecimentos com relação ao caso, a própria pessoa prejudicada pela matéria, a então ministra Dilma Rousseff, encomendou dois laudos a instituições de pesquisa: Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec), instituição ligada à Universidade de Brasília (UnB), e Instituto de Computação da Universidade de Campinas (Unicamp).

O laudo da Finatec, assinado pelo perito Antônio Nuno de Castro Santa Rosa, refere-se à análise de três arquivos digitais, recolhidos na internet, idênticos ao publicado no jornal. O estudo também fez outro arquivo exatamente idêntico à ficha publicada, para demonstrar como se deu sua construção digital, assim como muitos internautas, partidários de Dilma Rousseff, criaram fichas iguais referentes ao principal opositor dela, publicadas em postagens que ironizavam o jornal. As conclusões do laudo – algumas semelhantes às de André Borges – afirmam com precisão, entre outras coisas, o seguinte:

- Os arquivos digitais apresentam padrões que se repetem na imagem e que são consequência do método de processamento utilizado em sua construção.
- A fotografia da ficha foi obtida a partir de uma foto do Arquivo Público de São Paulo e foi processada digitalmente para apresentar característica de clareamento por tempo e para apagar marcas de clipes, o que inclusive alterou a foto original utilizada.
- A impressão digital da ficha não é compatível com as impressões dos polegares direito e esquerdo da senhora Dilma Vana Rousseff presentes no Arquivo Público do Estado de São Paulo.
- A ficha possui alto índice de simetria, significando que foi construída digitalmente. Possui ainda característica de rasterização, ou seja, que o texto foi inserido digitalmente em cima

de uma *template* (página fantasia). As bordas possuem o mesmo nível estrutural, podendo ser um efeito espelhado de programas de editoração eletrônica.

- As letras foram inseridas digitalmente, utilizando fontes digitais. O deslocamento de algumas letras, como “ss”, também foi feito digitalmente.³² Foram identificadas duas fontes digitais principais para a escrita dos textos: *MS Sans Serif* e *Courier BM*. O carimbo [“CAPTURADO”] foi desenhado a partir da fonte digital Colibri.
- Concluimos que o arquivo foi fabricado digitalmente e seus elementos processados a partir de origens distintas; como a fotografia é analógica, todo o texto e seu *template* são digitais.³³

O laudo da Unicamp é mais longo que o da Finatec e foi assinado pelos peritos do Instituto de Computação Anderson de Rezende Rocha e Siome Klein Goldenstein. Os resultados são muito similares e também concluem que a ficha publicada é falsa. As evidências apontadas são muitas: regularidade das letras de forma impossível de ser obtida em máquinas de escrever; regularidade de *pixels* em todo o documento (por exemplo, na foto, os *pixels* são exatamente iguais; segundo o laudo, a probabilidade de isso ocorrer em uma foto convencional é de 1 em 10 elevado à 30.000^a- potência³⁴); impossibilidade técnica de que a imagem tenha sido produzida pelos aparelhos de escâner disponíveis para uso no Arquivo Público de São Paulo; completa diferença entre a ficha publicada e as existentes no arquivo e vários outros detalhes já apontados no laudo anterior e no estudo de André Borges. Evitando delongas repetitivas, citamos parte do laudo que o sintetiza de maneira definitiva:

O objeto deste laudo foi digitalmente fabricado, assim como as demais imagens aqui consideradas. A foto foi recortada e colada de uma outra fonte, o texto foi posteriormente adicionado digitalmente e é improvável que qualquer parte do objeto tenha sido escaneada no Arquivo Público de São Paulo antes das manipulações digitais.³⁵ Reiterando, as cinco imagens aqui analisadas [cinco arquivos da mesma ficha que foram analisados] não são *autênticas, mas possuem manipulação digital*. (Ibidem) [Grifo nosso]

Dilma Rousseff encaminhou os laudos à redação da *Folha*, juntamente com carta, na qual dizia:

Diante da prova técnica da falsidade do documento, solicito providências no sentido de que seja prestada informação clara e precisa acerca da “ficha” fraudulenta, nas mesmas condições editoriais de publicação da matéria por meio da qual ela foi amplamente divulgada, em 5 de abril de 2009.

[...]

Reitero que jamais fui investigada, denunciada ou processada pelos atos mencionados nesse documento falso e de procedência inidônea, ao qual não se pode emprestar nenhuma

credibilidade. (*Observatório da Imprensa*, 30/6/2009)

O jornal, no entanto, nem publicou nada a respeito de possíveis providências de esclarecimento, nem muito menos prestou informações nas mesmas condições da reportagem que incluiu a ficha falsa. Além disso, após a entrega dos laudos, publicou uma matéria, em 28 de junho de 2009, na qual continua associando Dilma Rousseff à luta armada, além de outras matérias de mesmo direcionamento durante a campanha no ano seguinte, como veremos nos próximos capítulos: “A ficha contém dados e foto de Dilma e lista ações armadas feitas por organizações de esquerda nas quais a ministra militou nos anos 1960. Dilma nega ter participado dessas ações”³⁶. O jornal recorre, então, à legenda publicada abaixo da ficha na reportagem inicial para justificar-se. A legenda, como vimos, dizia que os crimes são atribuídos a Dilma Rousseff, mas que ela não os cometeu. No texto, o jornal dá a entender que a ficha analisada teria, segundo os peritos, semelhanças com fichas reais, o que em nenhum momento os laudos dão a entender:

Os professores compararam a imagem com documentos reais que supostamente teriam alguma semelhança (papel, caracteres) com a ficha questionada. Trata-se de cópias de fichas de presos pela ditadura, hoje abrigadas no Arquivo Público paulista. Escolheram as produzidas entre 1967 e 1969. (*Folha de S. Paulo*, 28/6/2009)

Embora não restassem dúvidas quanto à falsidade da ficha, o jornal jamais reconheceu isso, nem fez uma retratação completa do caso. A matéria de 28 de junho cita alguns trechos dos laudos, mas usa diversos subterfúgios para desqualificá-los, evitando discutir os argumentos que eles apresentam, o que deixa transparecer a impossibilidade de refutá-los. De início, já no título, afirma que os laudos foram “contratados” por Dilma Rousseff; no *lead*, fala-se que foram “custeados” por ela. Ou seja, tenta levantar suspeitas sobre eles, pelo fato de terem sido custeados pela pessoa prejudicada pela matéria, desconsiderando a seriedade das instituições que fizeram os laudos. Realmente teria sido obrigação do jornal ter contratado peritos e esclarecido o caso suficientemente, uma vez que os laudos foram enviados para o jornal quase três meses após a publicação da matéria. Entretanto, como o jornal não o fez, a pessoa prejudicada arcou com o ônus de esclarecer o caso com a consistência negada pelo jornal em sua semirretratação.

Outro subterfúgio do jornal foi dizer que os laudos versaram sobre fichas captadas na internet, e não sobre a ficha impressa, uma vez que os peritos

preferiram analisar os arquivos digitais por terem mais qualidade. Entretanto, é óbvio que as imagens analisadas e reproduzidas nos laudos são a mesma impressa pelo jornal. A matéria também diz que, sobre a impressão digital, os peritos haviam dito que era impossível qualquer conclusão devido à baixa qualidade da imagem, embora um dos laudos, como citado acima, diga de maneira clara que a impressão digital não é de Dilma Rousseff. O laudo da Finattec mostra que a foto da ficha falsa foi captada em ficha verdadeira presente no Arquivo Público e editada digitalmente, evidenciando todos os passos do processo.

A fragilidade de argumentação da *Folha* é óbvia. O jornal tenta ainda desqualificar os laudos, dizendo que ouviu o perito da Unicamp, o qual afirmou ser o primeiro laudo externo que fez. O jornal cita declaração do perito na qual ele diz que não está criticando o que a *Folha* fez e que não leu nem a reportagem nem o blogue cujo arquivo digital foi analisado. Segundo o perito, sua incumbência foi de apenas analisar as imagens digitais que circulam na internet, verificando sua autenticidade e se sua origem foi realmente o Arquivo Público. Essa argumentação do jornal não faz sentido, pois o fato de ser o primeiro laudo externo não desmerece a formação do perito na área e não leva em consideração os laudos feitos para fins internos da instituição. Do mesmo modo, o fato de ele não ter lido as matérias, em vez de desmerecer os laudos, os qualifica, pois indica a imparcialidade com que fora feito. Também não há nenhum problema com o fato de ele ter se dedicado a investigar os arquivos digitais, sua autenticidade e origem, pois era essa exatamente a finalidade dos laudos. Seu papel como perito era mesmo estudar os documentos, e não fazer críticas à *Folha*, e os arquivos estudados, como já mencionado, correspondem exatamente à ficha que o jornal publicou.

Por fim, a matéria do jornal diz que

a *Folha* tem procurado checar a autenticidade da ficha. Foram contatados três peritos de larga experiência na análise de documentos e um especialista em imagens digitais. Todos disseram que teriam dificuldades em emitir um laudo, pois necessitavam do original da ficha, que nunca esteve em poder da reportagem. Disseram que a análise de uma imagem contida num *e-mail* não seria suficiente para identificar uma eventual fraude. (*Folha de S. Paulo*, 28/6/2009)

Quase três meses após a publicação da matéria inicial o jornal dizer que “tem procurado checar” é algo bastante desrespeitoso ao leitor, à sociedade e à pessoa atingida. “Tem procurado” soa: “não tem maior interesse em checar, não

checou”, relembrando que tal checagem deveria ter sido feita antes da publicação. Três meses após é difícil justificar que isso ainda não tenha sido feito. O jornal diz que contactou “três peritos de larga experiência” e um especialista para fazer a checagem. Não diz quem são. Já na semirretratação de 25 de abril, o jornal havia usado o mesmo recurso de entidades abstratas quando disse que “pesquisadores acadêmicos, opositores da ditadura e ex-agentes de segurança se dividem” a respeito da autenticidade ou falsidade da ficha. Agora, segundo o jornal, os peritos contactados se recusaram a fazer as perícias porque não há um documento original idêntico para comparar. Se o documento, conforme demonstrado, foi fabricado digitalmente, é óbvio que não há um documento autêntico para compará-los. O jornal exagera no cinismo. No fundo, esse argumento da *Folha*, se levado a sério, impossibilitaria a comprovação de qualquer falsificação de documento, pois um documento falso, fabricado, não tem um autêntico para compará-los, como supõe o jornal. A *Folha* continuou, então, mantendo a argumentação segundo a qual a autenticidade da ficha não pode ser assegurada, mas não pode ser descartada, e encerra o assunto; jamais volta a ele, deixando vários esclarecimentos por fazer, embora o *ombudsman* tenha *solicitado* e indicado formas de esclarecer o caso, como veremos abaixo. Os laudos e toda a discussão ocorrida nos blogues e na sociedade a respeito da matéria não foram levados em consideração pelo jornal, como se a internet não existisse.

9. Os textos do *ombudsman*

O então *ombudsman* da *Folha*, Carlos Eduardo Lins da Silva, pronunciou-se em seu espaço no jornal a respeito do caso da ficha quatro vezes, em geral com críticas consistentes e indicações de como esclarecer os pontos obscuros, embora algumas vezes procurasse amenizar as situações difíceis para o jornal. De qualquer maneira, os textos fizeram jus à sua função. No domingo seguinte à publicação da reportagem, dia 12 de abril, ele publicou artigo sob o título “Para ficar ao abrigo de desmentidos”, no qual afirma que a publicação da entrevista de Espinosa na íntegra poderia dirimir dúvidas sobre a associação feita na reportagem entre Dilma Rousseff e o plano de sequestro de Delfim Netto, usando supostas afirmações de Espinosa. Para Lins da Silva, “colocar como ilustração da entrevista de um colega seu [de Dilma] de luta armada a ficha policial dela com foto me parece uma forçada de barra. O certo, a meu ver, seria colocar ali a foto

de Antonio Espinosa”. Entre as alegações de Espinosa, as que ele considera mais sérias são a negativa dele de que a ministra conhecia o plano de sequestro e que a operação tinha local e data definidos. Ele aborda o fato de o jornal ter publicado a contestação de Espinosa com atraso de dois dias e afirma que as gravações que a redação diz ter da entrevista deveriam ser publicadas na íntegra:

Recomendei ao jornal que publicasse a transcrição da gravação para dirimir dúvidas. Ela me respondeu o seguinte: “Não faz sentido reproduzir novamente as declarações de Espinosa. Elas já estavam na reportagem de domingo. [...] Consideramos suficiente a publicação da carta do entrevistado e a Nota da Redação”. Eu mantenho a recomendação. A edição eletrônica do jornal (*Folha Online*) não tem limite de espaço como a edição impressa. Pode tanto publicar a transcrição da entrevista na íntegra quanto reproduzi-la em áudio. Afinal, um dos motivos por que entrevistas (e esta, pela sua importância, deveria ter sido feita pessoalmente, não por telefone) são gravadas é para comprovar o que o jornal publica. Como diz o *Manual da Redação*: “O jornalista que usa gravador fica ao abrigo de desmentidos”. (Silva, 12/4/2009)

Para o *ombudsman*, os leitores poderiam ter a possibilidade de ler ou ouvir e chegar às próprias conclusões sobre essa questão, o que de fato o público teria o direito de fazer. Entretanto, o jornal jamais disponibilizou a entrevista na íntegra. No mesmo artigo, Lins da Silva informa ter recebido cinquenta e oito mensagens a respeito da reportagem, das quais cinquenta e três acharam que ela tentava prejudicar as aspirações presidenciais da então ministra.

O jornal também não seguiu outra indicação do *ombudsman*, dada em outro texto, publicado após a semirretratação de 25 de abril de 2009: criar uma comissão interna para apuração rigorosa do episódio, nos moldes do que ocorreu com a CBS, que divulgou uma denúncia falsa contra George W. Bush, na reta final da campanha presidencial de 2004 nos Estados Unidos. Nesse texto ele diz que o jornal “não tem como provar que a ficha policial de Dilma na época, reproduzida na edição, é autêntica”. Nesse ponto, ele cede à argumentação do jornal na semirretratação, segundo a qual a autenticidade não pode ser comprovada, mas também não pode ser descartada. Mesmo considerando a possibilidade de erro técnico apenas, ele diz que a internet, onde a ficha circulava há meses, é fértil para fraudes e que os mecanismos de controle de autenticidade do jornal precisam ser reforçados, pois “o custo pode ser altíssimo para o jornal, o público e as pessoas envolvidas”.

A coluna do *ombudsman* de 5 de julho de 2009 voltou ao tema, após o envio dos laudos ao jornal. Nesse texto, Lins da Silva afirma que considerou insuficientes as justificativas do jornal para os erros cometidos, relembra a

sugestão de criação de uma comissão de esclarecimento e reconhece que “a Redação, no entanto, considerou a averiguação encerrada”. Em seguida, passou a abordar os laudos e a resposta do jornal a eles:

Ao noticiar a existência dos laudos no domingo, o jornal, em termos tortuosos, sugeriu que ainda há dúvida sobre a fidedignidade do documento porque o original, cuja reprodução ele publicara, não foi examinado. Se a *Folha* quer mesmo esclarecer o assunto, é simples: deve identificar a fonte que lhe enviou eletronicamente a ficha (assim, o público avaliará sua credibilidade) e instá-la a fornecer o documento original para exame de peritos isentos e pagos pelo jornal. (Silva, 5/7/2009)

Realmente o jornal seguiu caminhos “tortuosos” ao comentar os laudos e ao jamais identificar a fonte, mas o *ombudsman* também envereda por caminhos tortuosos, considerando a possibilidade de haver documento autêntico original, já totalmente descartada pelos laudos, pelo especialista em artes gráficas André Borges e pelos próprios funcionários do Arquivo Público. Entretanto, em seguida, ele reconhece isso e que o material enviado é convincente:

[...] embora, para leitores especializados em artes gráficas, nem seja necessário. Alguns me mandaram material convincente para comprovar a fraude. Um deles, André Borges Lopes, diz que “trata-se de falsificação tão grosseira que qualquer técnico do departamento de arte do jornal poderia detectar os indícios de fraude em cinco minutos de análise”. (Silva, 5/7/2009)

Como o título deste último artigo do *ombudsman* sugere: “É simples saber se a ficha é falsa”. Mas, mesmo sendo simples, o jornal jamais esclareceu suficientemente a questão, e quem se informou apenas por meio dele continua sem saber se ela é autêntica ou falsa.

Posteriormente, em setembro de 2009, Carlos Eduardo Lins da Silva, ainda como *ombudsman* da *Folha*, disse que “os dois principais erros que o jornal cometeu nos 18 meses que esteve no cargo é sobre [sic] a ficha da ministra Dilma Rousseff (Casa Civil) na época da ditadura e a estimativa sobre os números de gripe suína no Brasil”³⁷.

10. Manual da Redação

Conforme vimos a *Folha* reconheceu apenas dois erros cometidos no episódio. No entanto, se o caso for analisado com base no *Manual da Redação* (2001, p.

22-23), do próprio jornal, os erros são vários; entre outros, alguns indicados abaixo:

Investigações exclusivas exigem também, muitas vezes, trabalho de maior duração e pesquisa mais aprofundada. [...]

Nenhuma pauta será completa sem que se desenvolva a relação dos fatos com contextos variados e pertinentes, a fim de oferecer ao leitor os nexos históricos, sociais, causais, estatísticos e culturais da notícia. [...]

Um maior número de nexos surgirá entre os fatos quanto maior for o número de fontes de que se dispõe, sejam elas pessoas ou documentos.

No caso estudado, além de as fontes serem insuficientes e pouco confiáveis, o documento principal é falso e os dois principais entrevistados negaram as afirmações publicadas. A reportagem não se aprofundou quanto à ditadura e à resistência a ela; não fez nexos históricos entre a argumentação da matéria e o regime de exceção; não o contextualizou com a realidade social e política da época. Simplesmente comparou a resistência a crimes comuns, assumiu a narrativa dos ditadores e torturadores e não mostrou o outro lado, o da resistência. Trata os que lutaram pelo fim do regime, seja de forma armada ou não, independentemente de quem sejam, simplesmente como criminosos, sem considerar a possibilidade de eles terem dado alguma contribuição ao país.

Na página 25, o *Manual da Redação da Folha* diz que a equipe editorial deve definir uma hipótese de trabalho que será a mola mestra da reportagem. No caso em estudo, pelo que se constata, a mola mestra era dar factualidade aos estereótipos de terrorista e presidiária da então ministra Dilma Rousseff, imputando-lhe uma relação com o plano de sequestro do então ministro da ditadura Delfim Netto. A ministra nunca foi interrogada ou indiciada, nem durante a ditadura, sobre tais “crimes”.

Na página 26, o *Manual* diz que o outro lado pode levar o jornalista a refazer a apuração, ou mesmo abandonar a notícia, se trouxer uma informação procedente que desminta a perspectiva inicial da reportagem. No episódio da reportagem sobre a luta armada na ditadura, como já mencionado, não se deu a devida importância ao “outro lado”, nem durante a elaboração da reportagem nem em sua publicação. De igual maneira, não sendo possível encontrar documentos nos arquivos visitados pela repórter que comprovassem a hipótese principal estabelecida pela equipe para a reportagem, o que fica explicitado pela ausência de reprodução ou referência a tais documentos, publicou-se documento fabricado digitalmente que circulava na internet havia meses, embora o jornal

argumente que a ficha foi publicada por engano. Tais procedimentos, conforme tudo o que já foi explicitado até aqui, indicam que o jornal incorreu nas falhas indicadas no seguinte trecho do seu *Manual da Redação* (2001, p. 27):

Cruzar informações e ouvir o outro lado permite, ainda, que o jornalista não endosse versões interessadas, que visem a manipulação da opinião pública, nem o erro que possa ser cometido por pessoas, instituições, empresas ou grupos. É sempre importante perguntar-se a quem uma notícia vai interessar, a quem ela traz prejuízos e quem dela se beneficia. São perguntas que ajudam a esclarecer o jogo de interesses por detrás dos fatos.

No caso da ficha falsa, foi feito exatamente o contrário do que recomendam essas e muitas outras regras do *Manual*. Com alguns dos simples procedimentos indicados no *Manual* os argumentos da matéria poderiam ter sido derrubados ou modificados logo no início de sua produção. Sobretudo levando-se em consideração, como informou o próprio jornal, por meio do *ombudsman*, que a reportagem foi elaborada com base em quatro meses de pesquisa. Entretanto, parece que esses meses não foram suficientes para fazer checagens básicas, ou mesmo uma simples consulta em *site* de busca que pudesse encontrar, no mínimo, pistas para a circulação da ficha fabricada digitalmente na internet.

Ainda segundo o *Manual*, todos os *Erramos* devem passar pela direção do jornal (p. 41). Mesmo que a matéria inicial, embora sendo de capital importância e com enorme destaque no jornal (publicada em três páginas numa edição de domingo, com chamada especial na capa), não tenha passado pela deliberação da direção, os dois *Erramos* insuficientes publicados em 25 de abril e 28 de junho de 2009, segundo essa regra, devem ter passado.

11. O papel da blogosfera

Como se pôde ver ao longo do capítulo, a blogosfera teve um papel fundamental no episódio em estudo. O fato não chegou a repercutir em outros meios de comunicação tradicionais, mas na blogosfera. O fato de a contestação à reportagem ter pipocado tão rapidamente, via internet, interferiu numa possível repercussão em outros veículos de mídia de massa.

Se o caso da ficha não vingou na cadeia de meios de comunicação, outro caso bastante similar, o das posteriores acusações de Lina Vieira (ex-secretária demitida da Receita Federal)³⁸ a Dilma Rousseff e a classificação desta como

“mentirosa”, que teve curso no segundo semestre de 2009, embora também fundado em factóide com pouca sustentação, rendeu muito assunto em tais meios, os quais pautaram a discussão desse tema nos ambientes políticos e na sociedade por semanas. Tratava-se de um factóide mais difícil de ser desmentido que o da ficha falsa.

O que é fundamental registrar é que, se o caso da ficha da *Folha* foi abortado rapidamente, isso se deve em grande parte aos blogues e *sites*, que passaram a questionar imediatamente a matéria e, no dia seguinte, divulgaram a carta de Espinosa que o jornal não publicou. Tais meios ressaltaram a “censura” do jornal a essa e a outras cartas, incluindo a de Dilma Rousseff, como vimos acima. Ao longo de todo o desdobramento do fato, a blogosfera possibilitou que o caso fosse esclarecido, por meio do questionamento das inconsistências da reportagem, da disponibilização de documentos, de pontos de vista das fontes e da contestação das explicações dadas pela *Folha*. Muitos comentadores em blogues começaram a confirmar a construção digital da ficha. Sem a atuação desses setores da blogosfera e de *sites* independentes, embora Dilma Rousseff e Espinosa tenham se movimentado para contestar a reportagem, o caso poderia ter atingido proporções muito maiores e não teria sido suficientemente esclarecido.

No decorrer do capítulo abordamos a atuação dos blogues e *sites*; portanto, citaremos apenas mais alguns pontos centrais da discussão neles ocorrida. Em texto publicado em alguns blogues, Jorge Furtado arrola vários casos de escandalização na mídia que não passaram de factóides e foram esquecidos, sem esclarecimentos, no momento em que se revelou seu caráter de factóide.

A *Folha* já conseguiu provar que a ficha digital é digital ou ainda está procurando o original de papel pra ter certeza? Até quando vão sustentar a versão de Lina Vieira sobre a reunião com Dilma? O que aconteceu com a versão “19 de dezembro”? Quem chamou Dilma de mentirosa vai pedir desculpas? [...] Até quando vão continuar sendo pautados, sem críticas, por Demóstenes Torres, Heráclito Fortes, Agripino Maia, Ronaldo Caiado e Artur Virgílio?³⁹ Até que ponto vão transformar os jornais que líamos e os programas que víamos em panfletos eleitorais de José Serra? Devolver o poder ao PSDB paulista tem tanta importância assim, a ponto de liquidar a um só tempo com a credibilidade de toda a antiga imprensa brasileira? (Furtado, 28/8/2009)

A jornalista e professora Sylvia Moretzsohn publicou uma série de artigos sobre o caso no *site Observatório da Imprensa*. Ela relembra o caso da “ditabranda”, associando-o ao da ficha falsa, segundo ela um dos casos mais

graves do jornalismo recente do país. Moretzsohn afirma que a atitude arrogante e provocativa da *Folha* já se tornou um caso clínico, que só merece ser tratado porque o jornal ainda se inclui entre as publicações de referência no país. Após a publicação da retratação em 25 de abril de 2009, ela escreveu um artigo no qual classificou-a como “erramos envergonhado” e como “dissimulado pedido de desculpas” (Moretzsohn, 28/4/2009): o “erramos pretende encobrir a fraude”. Ela afirma que o jornal continua errando “ao tratar como ‘erro’ algo que é evidentemente uma fraude”. Ela passa, então, a diferenciar erro de fraude: erro é algo casual, que independe da gravidade; é um acidente. Em outro artigo, publicado após o jornal desconsiderar os resultados dos laudos da UnB e da Unicamp, ela chama a atenção para a arrogância do silêncio da *Folha* ao manter até então sem divulgação a carta de Dilma Rousseff enviada ao jornal (idem, 5/5/2009). O silêncio foi maior e mais eloquente quando o diário deu o caso por encerrado sem dar os esclarecimentos devidos à sociedade:

[...] desde sempre, a *Folha* sabia da origem do documento e também sabia que não havia confirmado sua autenticidade. No entanto, vendeu-o como fidedigno e falseou a fonte. Não apenas no minúsculo “Arquivo Dops” que aparece como crédito, mas no escancarado FICHA DE DILMA ROUSSEFF NO DOPS, menor apenas que o título da chamada de capa da edição de 5 de abril. (Idem, 28/4/2009)

Para ela, a publicação de fotos e documentos só se justifica como comprovação de fatos. Por isso, precisam ser fidedignos. Se o jornal estivesse comprometido com o nobre propósito de zelar pela “memória da ditadura”, não teria motivos para publicar a ficha da ministra, já que as informações sobre luta armada foram dadas por Antonio Espinosa. Então, por que envolver a ministra e publicar um documento falso a respeito dela? Sobre a declaração do jornal segundo a qual a ficha não pode ser comprovada nem descartada, ela classifica-a como uma “pérola de cinismo” e diz que, no fundo, ajuda a “escancarar a fraude”:

Esta pérola de cinismo – esse cinismo que campeia nas redações e que exige de todos os que vivem ou passaram por essa experiência um estômago de avestruz para discutir a sério tais argumentos –, esta pérola de cinismo tem, no entanto, efeito oposto ao pretendido: só ajuda a escancarar a fraude, que induz o público a erro e o leva a duvidar do jornal que lê. (Ibidem)

No segundo artigo publicado, ela diz que “quem trabalhava naquela ‘reportagem’ sabia desde sempre a origem do material. Não houve erro, mas cumplicidade para a perpetração de uma fraude”. Ao buscar informações na redação, ela recebeu por resposta que nenhum dos jornalistas envolvidos na

reportagem sabia da circulação da ficha falsa na internet: “Santa ingenuidade”, diz ela. Para completar, na matéria sobre os laudos, o jornal ainda inverte as responsabilidades, insinua que a ministra poderia estar manipulando a perícia, “quando na verdade a manipulação foi do jornal, ao publicar um documento falso” (ibidem).

Moretzsohn aponta três hipóteses para explicar a publicação da tal ficha. A primeira seria o teste de uma hipótese do jornal, já então apontado pelo jornalista Luiz Azenha: testar se o documento era falso ou não. A segunda, “a fonte implicada, uma ministra de Estado, não iria correr atrás da informação”; a terceira, “(do atual *Erramos*): o público é idiota”. Para ela, o principal atingido é o público, embora a gravidade seja percebida apenas por uma pequena parcela, que tem consciência dos compromissos éticos que todo jornal deve assumir.

Outro jornalista, Ricardo Kotscho, divulgou também em seu blogue uma análise sobre o caso. Para ele, a queda de assinaturas e vendas avulsas dos jornais brasileiros não se deve apenas à internet, mas à contínua incidência de casos como esse. Ele cita um leitor da *Folha* que enviou carta ao jornal (Kotscho, 29/4/2009), dizendo o seguinte sobre a semirretratação: “O erro não é técnico, é ético. O texto tinha visivelmente a intenção de manchar a imagem de Dilma, qualificando-a como terrorista. Isso é erro técnico? Onde?”. E mais: “O erro não pode ser atribuído à internet, pois ninguém com um mínimo de responsabilidade publica este lixo sem checar a sua origem”.

Para o blogueiro Luis Nassif, se o jornal não sabia que a ficha era falsa quando publicou a matéria, “foi informado quando escreveu o semidesmentido, pelo responsável pelos arquivos do Deops, da mesma maneira que ele próprio explicou para Dilma, quando ela o procurou” (Nassif, 7/7/2009).

Tentamos entrar em contato com diversas pessoas do jornal para possíveis entrevistas a respeito desse caso e das críticas a ele levantadas; algumas não responderam aos contatos via *e-mail*, outras se recusaram a conceder entrevista a esse respeito e Carlos Eduardo Lins da Silva respondeu que, como ex-*ombudsman*, não mais se pronunciaria sobre esse fato. Segundo ele, o que tinha que dizer sobre o caso já havia sido escrito nas suas colunas.⁴⁰ Entramos também em contato com o jornalista Luis Nassif, que, por meio de seu blogue, foi um dos principais contrapontos à matéria da ficha falsa e às semirretratações do jornal, bem como tem sido um dos principais intérpretes da história do jornalismo brasileiro das últimas duas décadas. O jornalista aceitou conceder-nos entrevista. Para ele, “o que motivou a matéria é o empenho da *Folha* em

desestabilizar o governo, algo que surge em 2005, com o pacto *Veja-Globo-Folha*. Pesaram também idiosincrasias de Otavinho. A demora em admitir o erro se deve à inexperiência do herdeiro Otavio Frias Filho”. A intenção do jornal com tal matéria, na sua visão, “não foi fazer história, mas criar um fato político para beneficiar o futuro candidato José Serra, a quem a *Folha* deve favores”. Ele acredita que esse tipo de matéria ajuda ainda mais a desmoralizar a grande mídia e enfraquece sua capacidade de provocar escândalos novos. À nossa pergunta quanto à possibilidade de poder ser assegurada com certeza a ocorrência de fraude nesse caso, ele responde: “Com toda certeza. O jornal se baseou em um *spam* apócrifo”.

O jornalista Luiz Azenha publicou dois artigos em seu blogue, intitulados “A demonização de Dilma”, nos quais fala da constante tematização negativa em relação à ministra feita na imprensa e cita alguns exemplos, dos quais reproduzimos dois. O primeiro refere-se a trecho de artigo de Eliane Cantanhêde e o segundo, a de Danusa Leão:

Dilma parece estar no seu inferno astral. Além da radioterapia, ela enfrenta a entrada em cena de Marina, o empate com Ciro nas pesquisas, o envolvimento desgastante de Lula e do PT com a defesa de Sarney e, enfim, a cristalização da imagem de mentirosa (diploma, dossiê contra FHC, embate com Lina Vieira, versões divergentes de sua ação no caso Varig). (Cantanhêde, *apud* Azenha, 21/8/2009)

Dilma personifica, para mim, aquele pai autoritário de quem os filhos morrem de medo, aquela diretora de escola que, quando se era chamada em seu gabinete, se ia quase fazendo pipi nas calças, de tanto medo. Não existe em Dilma um só traço de meiguice, doçura, ternura. (Leão, *apud* Azenha, 21/8/2009)

Para Azenha, tal tematização negativa seria planejada por marqueteiros de José Serra, “com a colaboração de uma rede de assessoria espalhada pela *Veja*, *Folha*, *Estadão* e Organizações Globo” (Azenha, 21/8/2009). Uma hora Dilma é mentirosa, outra, falsificadora, outra, terrorista; outra hora é autoritária, em outra, comete erros sucessivos. O objetivo seria desgastar sua imagem perante a classe média urbana, segmento no qual o voto no candidato José Serra não estaria seguro. Busca-se então

aumentar a rejeição a Dilma. Da mesma forma que fizeram com Marta Suplicy em São Paulo. Mulher, sim, mas destemperada. Mulher, sim, mas descontrolada. Mulher, sim, mas não dá para confiar nela. Os marqueteiros planejam. A mídia executa. Estou certo de que é um plano milimetricamente traçado e de longo prazo. (Azenha, 21/8/2009)

Sobre essa questão de fundo – a disputa política de 2010 –, quando a

publicação da ficha falsa completou um ano, o jornalista Rodrigo Viana fez um jogo de palavras com as palavras usadas pela *Folha* em sua semirretratação: “O apoio da *Folha* a Serra não pode – absolutamente – ser descartado. Aliás, já pode – perfeitamente – ser assegurado” (Viana, 5/4/2010).

Conclusão do capítulo

Vimos ao longo do capítulo falhas de grande relevância na matéria da *Folha* sobre a luta armada contra a ditadura, que não só desconsideram diretrizes gerais de qualidade jornalística, mas ignoram também várias diretrizes básicas do próprio *Manual da Redação*. Além disso, o jornal recusou-se posteriormente a esclarecer suficientemente o caso, e apresentou explicações tardias e pírias para a publicação em matéria de grande destaque de um documento construído digitalmente e que circulava em sites e *e-mails* apócrifos. As críticas, as solicitações de resposta e mesmo os pedidos de apuração feitos pelo próprio *ombudsman* do jornal foram ignorados.

A publicação da ficha é a parte mais visível do episódio. Há outro aspecto menos visível e mais grave: a tese central de toda a reportagem, segundo a qual a resistência à ditadura é criminosa e não o regime totalitário e violento, implantado de maneira ilegal, implicando o fechamento do Congresso, o descumprimento da Constituição, prisões políticas, torturas, mortes, cerceamento das liberdades políticas e de expressão. Vladimir Safatle afirma que devemos dizer “em alto e bom som: toda ação contra um governo ilegal é uma ação legal. Um Estado ilegal não pode julgar ações contra si por ser ele próprio algo mais próximo de uma associação criminosa” (Safatle e Teles, 2010, p. 245).

Podemos dizer neste sentido que os jovens que entraram na luta armada aplicaram o direito mais elementar: o direito de levantar armas contra um Estado ilegal, fundado por meio da usurpação pura e simples do poder graças a um golpe de Estado e ao uso sistemático da violência estatal. Desconhecer este direito é, este sim, o *ato totalitário por excelência* [grifo nosso]. (Safatle e Teles, 2010, p. 248)

O jornal absolveu o regime que, por meio do uso da força, rompeu com a Constituição e cometeu uma série de atrocidades e criminalizou os movimentos que se contrapuseram a ele. Promove-se assim a “amnésia sistemática” em relação à ditadura. Fez-se isso com ares de racionalidade, imparcialidade, “memória da ditadura”, em um evidente exercício de “racionalidade cínica”

(Safatle, 2008), que esconde sua insinceridade, seus posicionamentos ideológicos, hipocrisia e má-fé atrás dessas máscaras.

Como se pôde notar ao longo do capítulo, a chamada blogosfera desempenhou papel fundamental no episódio. O fato de a contestação à reportagem ter pipocado tão rapidamente, via blogues e *sites*, interferiu na possível repercussão em outros veículos de mídia de massa. Os blogues e *sites* de informação alternativa ressaltaram a “censura”, por parte do jornal, das cartas de pessoas prejudicadas pela matéria e as difundiram. Esse contraponto rápido evitou que o caso ganhasse maiores proporções, embora a ficha falsa, assim como a criminalização da resistência à ditadura, tenha continuado circulando em correntes de *e-mails*, *sites*, conversas e sendo impressa para distribuição e fixação em postes em diversos lugares do país, pelos adversários da então candidata. A criminalização da resistência à ditadura, relacionada à pré-candidata à presidência Dilma Rousseff, continuou sendo difundida em muitos veículos da imprensa brasileira durante todo o período da campanha eleitoral de 2010. Enquanto se anunciava essa forma de tratamento a fatos do passado como “memória da ditadura” e “história”, percebe-se a intenção não assumida de criar uma imagem negativa da então pré-candidata, que prosseguirá com essas e outras temáticas durante a campanha, como veremos nos capítulos seguintes. O uso de uma fonte no mínimo duvidosa, o enquadramento dado à matéria e a recusa em esclarecer o caso são demonstrativos incontestes de que o jornal assumia um lado na eleição, recorrendo para isso até mesmo a estratégias e formas de atuação heterodoxos, capazes de provocar fortes abalos em sua credibilidade.

2. Palavra-chave colocada acima do título de uma matéria para definir o assunto, também chamado de “retranca”.

3. E, como sabemos, não só o jornalista (profissional individual), mas o jornal e a empresa tomam essas posições.

4. O jornal surge como Folha da Noite, em 1921; depois veio a Folha da Manhã, em 1925; e a Folha da Tarde, em 1949, suprimido em 1959, retornou em 1967 para, a princípio, ir ao encontro do público que se manifestava contra a ditadura e, após o AI-5, passou a ser conhecido como o jornal que mais apoiou o regime. O grupo também possuía outros diários. As transformações realizadas desde 1962 até o fim daquela década instituíram para a empresa os seguintes periódicos: Folha de S. Paulo (a reunião das três antigas Folhas), Última Hora, Notícias Populares, Cidade de Santos e Folha da Tarde, a partir de 1967. Em 22 de março de 1999 a Folha da Tarde deixou de circular, permanecendo a Folha de S. Paulo. No mesmo ano foi lançado o popular Agora São Paulo.

5. Das três pessoas que dirigiam o jornal, editor-chefe, secretário-geral e chefe de reportagem,

dois eram policiais e um era relações públicas do IV Comando da Força Aérea Brasileira (IV Comar). Dois deles iam para a redação armados: um, com uma carabina turca; outro, com uma pistola automática (Kushnir, 2004, p. 316-319).

6. Citado por Kushnir, 2004, p. 332-333.

7. Todas as citações de trechos da matéria ou da entrevista de 5 de abril de 2009 estão em: Folha de S. Paulo. "Grupo de Dilma planejou o sequestro de Delfim Netto", 5/4/2009, p. A8-A10.

8. Codinome usado por Dilma Rousseff durante o período de militância na resistência. O uso de codinomes era prática corrente para despistar a repressão.

9. Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Relatório Azul, 1998, p. 3.017, citado por Safatle e Teles, 2010, p. 145.

10. São fichas disponibilizadas pela própria Dilma Rousseff na internet e compunham o material que ela enviou ao jornal juntamente com carta em que contestava a matéria e pedia esclarecimentos.

11. Neologismo criado pelo jornal em editorial polêmico de 17 de fevereiro de 2009, p. A1. O termo é usado para designar a ditadura brasileira, que, conforme o editorial, teria sido menos cruel que outras. Tal editorial rendeu muita polêmica, incluindo protesto em frente à sede do jornal e cancelamento de assinaturas.

12. Essa informação confirma aquelas dadas por Dilma na entrevista sobre a militância no setor de massas.

13. Carta completa disponível em <http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=4848>. Acesso em 11 ago. 2010.

14. Espinosa faz aqui uma alusão ao neologismo "ditabranda" do editorial da Folha de 17 de fevereiro de 2009, p. A2.

15. E-mail enviado por Espinosa ao editor do "Painel do Leitor" da Folha. A troca de e-mails entre ambos foi publicada na internet por Espinosa no blogue de Paulo Henrique Amorim: <<http://www.conversaafiada.com.br/antigo/?p=8714>>. Acesso em 11 ago. 2009.

16. Cf. nota anterior.

17. A íntegra da segunda carta foi publicada na internet, tendo 2.300 caracteres, e não 2.500, como informado pelo editor. O horário do e-mail, entretanto, é realmente 20h19.

18. Cf. Coturno Noturno: <<http://coturnonoturno.blogspot.com/>> (blogue em que, além de propagação e defesa do ideário da ditadura, fez ao longo da campanha sistemática oposição a Dilma Rousseff); Ternuma – Terrorismo Nunca Mais: <<http://www.ternuma.com.br/ternuma/index.php>> (que defende o ideário da ditadura e fez oposição ao que foi feito em termos de resistência a ela, em geral classificando a resistência como terrorismo).

19. O Arquivo Público de São Paulo disponibiliza todos os documentos para pesquisa e, em caso de fotocópias, autentica no verso com os dizeres "confere com o original", com data e assinatura do funcionário responsável pela liberação. Portanto, se a Folha tivesse uma cópia

autenticada da ficha que publicou, poderia ter mostrado como prova à ministra e ao público.

20. O lead, em jornalismo, é a abertura de uma notícia, geralmente posta em destaque relativo, que fornece ao leitor a informação básica sobre o tema e pretende prender-lhe o interesse. É uma expressão inglesa que significa “guia” ou “o que vem à frente”.

21. Disponível em <<http://www.comunique-se.com.br/conteudo/newsshowasp?editoria=8&idnot=51752>>. Acesso em 11 jun. 2009.

22. Em outro ponto da carta Dilma Rousseff elenca outros sites que divulgaram inicialmente a ficha, todos com identificação com a ditadura militar ou mesmo criados por militares reformados que pertenceram ao regime.

23. Toda essa documentação pode ser acessada no Observatório da Imprensa, 25/4/2009.

24. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u556855.shtml>>. Acesso em 11 ago. 2010.

25. Cf. nota anterior.

26. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u556855.shtml>>. Acesso em 11 ago. 2010.

27. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u556855.shtml>>. Acesso em 11 ago. 2010.

28. Embora a ficha publicada tenha sido elaborada digitalmente, como se evidencia ao longo deste capítulo.

29. A troca de e-mails entre Espinosa e a Folha sobre o tema está disponível no blogue Conversa Afiada de Paulo Henrique Amorim: <<http://www.conversaafiada.com.br/antigo/?p=8714>>. Acesso em 11 ago. 2010.

30. O artigo foi publicado desde o começo de junho de 2009, mas tomamos conhecimento dele por meio de postagem no Blog do Nassif, datada de 28 do mesmo mês. Arquivo em PDF disponível em <<http://colunistas.ig.com.br/luisnassif/2009/06/28/os-sete-erros-da-ficha-de-dilma>>.

31. Arquivo em PDF, disponível em <<http://colunistas.ig.com.br/luisnassif/2009/06/28/os-sete-erros-da-ficha-de-dilma>>.

32. Algumas letras foram deslocadas da linha digitalmente para dar ideia de que se tratava de texto realmente datilografado, mas em geral as linhas têm um padrão linear perfeito, de fonte digital, que seria impossível obter por meio de datilografia, forma pela qual as fichas da repressão eram preenchidas.

33. Laudo completo disponível em <<http://colunistas.ig.com.br/luisnassif/2009/07/07/a-ficha-falsa-de-dilma>> Acesso em 7 jul. 2009.

34. Para efeito de comparação, a probabilidade de duas pessoas terem o mesmo DNA é de 1 em 10 elevado à 12ª- potência.

35. Os peritos analisaram as possibilidades de escaneamento nos aparelhos disponíveis no

Arquivo Público de São Paulo para se fazerem cópias de documentos lá existentes.

[36.](#) Publicado na versão impressa e na digital do jornal, em 28/6/2009. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u587549.shtml>>. Acesso em 12 mai. 2010.

[37.](#) Publicado na versão impressa do jornal (21/9/2009) e na online. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u627023.shtml>>. Acesso em 11 ago. 2010.

[38.](#) Caso posterior de escandalização de factóide na imprensa que rendeu semanas de assunto no noticiário, como o de uma funcionária demitida da Receita Federal que fez acusações contra Dilma Rousseff sem jamais apresentar prova. Nesse caso, Dilma Rousseff foi constantemente tratada como mentirosa na cobertura da imprensa. O caso foi retirado de pauta sem provas e sem esclarecimentos.

[39.](#) Nomes de políticos de direita que, segundo o autor, pautam a imprensa hegemônica.

[40.](#) Em geral, houve recusa em conceder entrevistas nos casos em que os e-mails foram respondidos; em outros casos, não houve respostas. Escrevemos para o diretor da redação, o editor de política, o conselho editorial, articulistas da página 2 do jornal, a ombudsman atual e o anterior, a repórter que assinou a matéria, Fernanda Odilla, e para o editor da seção "Painel do Leitor". O diretor de redação e o editor de política não responderam nem pelos endereços que constam no jornal e no site, nem mesmo pelos endereços fornecidos pela ombudsman, Suzana Singer. Esta respondeu o seguinte: "Prefiro não opinar sobre esse assunto, porque ainda não era ombudsman. Melhor mesmo você tentar ouvir o diretor de redação e Carlos Eduardo [Lins da Silva], meu antecessor". O ex-ombudsman mesclou como resposta às perguntas a ele enviadas as seguintes frases: "Prefiro não fazer esse tipo de avaliação, agora que já não sou mais ombudsman"; "O que eu tinha a dizer sobre a reportagem, eu escrevi nas vezes em que tratei do assunto na coluna"; "Não tenho informações para responder. Sugiro que pergunte ao jornal". Do conselho editorial, respondeu à tentativa de contato apenas Clóvis Rossi, que também é articulista da página 2 do jornal, o qual foi atencioso, mas não se dispôs a conceder entrevista: "Eu não fiz a reportagem nem acompanhei os desdobramentos de perto, até porque tenho me dedicado muito mais a assuntos internacionais. Não creio que possa ser realmente útil". A articulista Eliane Cantanhêde dispôs-se a dar entrevista, mas após enviadas as perguntas não deu retorno, mesmo quando lembrada algum tempo depois. A repórter Fernanda Odilla jamais respondeu por nenhum de seus endereços eletrônicos que constam na documentação que assinou nos arquivos públicos citados neste livro.

2.

A PRÉ-CAMPANHA

Como mencionado no capítulo anterior, a temática do suposto envolvimento de Dilma Rousseff na luta armada contra a ditadura e a concepção de resistência como crime e terrorismo foram recorrentes ao longo de toda a campanha em alguns meios de comunicação⁴¹, entre os quais a própria *Folha*, correntes de *e-mail*, redes sociais da *web*, nas campanhas de adversários e nas conversas sobre as eleições. Muitas informações espalhadas, mesmo as falsas, como as demonstradas no primeiro capítulo, foram sendo reverberadas. A ficha falsa continuou circulando, seja na *web*, seja por meio de impressão por alguns adversários da candidata, distribuída em municípios do interior e pregada em postes das periferias das grandes cidades.⁴² A campanha de Dilma e alguns simpatizantes de sua candidatura receavam que o tema da resistência à ditadura fosse explorado de maneira a prejudicá-la, sobretudo às vésperas da eleição. Por isso, a campanha tomou algumas precauções antecipadamente para esclarecer o que foi sua participação na resistência, usando o que, em *marketing* eleitoral, chama-se de “vacina”: medidas antecipadas com relação a temas espinhosos para

a campanha dos candidatos. Quanto a isso, no programa do Partido dos Trabalhadores (PT) do mês de junho de 2010, o então presidente Lula apresentou Dilma, sua biografia, sua participação nos movimentos contrários à ditadura, comparando-a ao envolvimento de Nelson Mandela na luta contra o *apartheid*.⁴³ Entretanto, alguns analistas e simpatizantes temiam sempre um possível uso distorcido do tema durante a campanha e uma chamada “última bala de prata”⁴⁴ relativa a esse ou a outros temas que, às vésperas da eleição, apresentassem alguma coisa bombástica de forma a impedir a eleição da candidata.

A temática da resistência era complexa, tanto poderia levantar suspeitas contra Dilma como favorecer a demonstração, por parte de sua campanha, de pontos pessoais e biográficos positivos para a candidata. O risco de defender a ditadura em detrimento de jovens que lutaram contra ela fizera com que esse tema fosse periférico em relação a outros temas negativos levantados durante a campanha em oposição à candidata do PT. O fato de a campanha de Dilma, já desde a fase inicial, tomar precauções em relação ao tema e fortalecê-las no programa eleitoral de televisão também contribuiu para evitar maiores explorações dele.

A matéria com a ficha demonstrou, já no início de 2009, a disposição da *Folha* no sentido de uma cobertura política pouco favorável à candidata do PT, em tom agressivo. A matéria e seus desdobramentos não deixaram dúvidas quanto a isso. Após o caso da ficha, o jornal continuou sua tematização em tom ácido contra o governo e a candidatura de Dilma e simpático aos candidatos de oposição, José Serra e Marina Silva, como veremos neste capítulo e no seguinte. Tal tematização não foi exclusividade da *Folha*, mas da maioria da mídia, que agia às vezes de forma uníssona, como veremos no capítulo 3. Por isso, usamos, para definir tais setores amplos da mídia ou da imprensa, a expressão “anti-Dilma”.

Neste segundo capítulo, expomos um panorama do período entre 3 de abril (seis meses antes da eleição) e 25 de agosto, de forma a favorecer a ligação entre o caso da ficha, do começo de 2009, com o período da campanha, e facilitar a compreensão da sequência que culminou com a elevação de tom realizada a partir do final de agosto até a votação do primeiro turno, em outubro, que será tema do capítulo seguinte.

1. A imprensa anti-Dilma

Um fórum promovido em 1º- de março de 2010 por um instituto ligado à maior parte dos principais órgãos de mídia do país, que reuniu representantes de tais veículos, serviu para dirimir possíveis dúvidas quanto ao posicionamento políticos desses setores da imprensa na eleição. Trata-se do 1º- Fórum Democracia e Liberdade de Expressão, o qual marcou o encaminhamento da cobertura jornalística da maior parte da imprensa anti-Dilma dali por diante. O fórum foi promovido pela ONG Instituto Millenium, que, segundo seu *site* (Instituto Millenium, 20/3/2010⁴⁵), não tem vinculação político-partidária e promove a democracia, a liberdade individual, a propriedade privada e a economia de mercado, entre outros. O evento funcionou como uma espécie de contraponto à 1ª- Conferência Nacional de Comunicação, promovida pelo governo federal em dezembro de 2009, para discutir o tema da comunicação com representantes da sociedade, dos movimentos sociais, políticos e empresários da área. A maioria destes últimos, no entanto, se recusou a participar, alegando que o governo queria, com a conferência, prejudicar a liberdade de imprensa.⁴⁶ Entre os conselheiros do Instituto Millenium presentes no fórum estavam Roberto Civita (Editora Abril), Otavio Frias Filho (Folha) e Roberto Irineu Marinho (Globo) e muitos dos principais jornalistas desses veículos. O evento contou com o apoio de entidades como a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Associação Nacional de Editores de Revista (Aner), Associação Nacional de Jornais (ANJ) e Associação Brasileira de Agências de Publicidade (Abap).

A repórter Bia Barbosa acompanhou o evento e fez uma reportagem para a Agência Carta Maior. Segundo ela, a explanação inicial foi dada pelo sociólogo Demétrio Magnoli, para quem, em sua fala, o PT historicamente abrangia, na sua composição, uma diversidade maior de correntes, incluindo a presença de lideranças social-democratas. Hoje, para Magnoli, o partido é um aparato controlado por sindicalistas e castristas, que têm respondido a suas bases pela retomada e restauração de um programa político remanescente dos antigos partidos comunistas.

Outro palestrante, Denis Rosenfield reforçou os argumentos contra as supostas ameaças representadas pelo PT: o stalinismo e o ataque à liberdade de imprensa e de expressão. Segundo ele:

A ideia de controle social da mídia é oficial nos programas do PT. O partido poderia ter se tornado social-democrata, mas decidiu que seu caminho seria de restauração stalinista. E não por acaso o centro desta restauração stalinista é o ataque verbal à liberdade de

imprensa e expressão. (Barbosa, 18/4/2010)

Um dos jornalistas presentes no fórum, Reinaldo Azevedo, colunista da revista *Veja*, também deu sua opinião sobre o PT:

Tínhamos um partido que passou vinte anos fazendo guerra de valores, sabotando tentativas, atrapalhadas ou não, de estabilização, e que chegou em 2002 com chances de vencer as eleições. E todos os setores acreditaram que eles não queriam fazer o socialismo. Eles nos ofereceram estabilidade e por isso aceitamos tudo. (Ibidem)

Os debatedores também abordaram o que entendiam como risco: a eleição de Dilma Rousseff, o que fica claro na fala de Arnaldo Jabor, comentarista da Rede Globo, entre tantas outras:

O que está na cabeça de quem pode assumir em definitivo o poder no país é um patrimonialismo de Estado. Lula, com seu temperamento conciliador, teve o mérito real de manter os bolcheviques e jacobinos fora do poder. Mas conheço a cabeça de comunistas, fui do PC, e isso não muda, é feito pedra. O perigo é que a cabeça deste novo patrimonialismo de Estado acha que a sociedade não merece confiança. Se sentem realmente superiores a nós, donos de uma linha justa, com direito de dominar e corrigir a sociedade segundo seus direitos ideológicos. Minha preocupação é que se o próximo governo for da Dilma, será uma infiltração infinita de formigas neste país. Quem vai mandar no país é o Zé Dirceu e o Vaccarezza. A questão é como impedir politicamente o pensamento de uma velha esquerda que não deveria mais existir no mundo. (Barbosa, 18/4/2010)

Embora o Instituto Millenium ressalte em seu *site* que não possui ligações político-partidárias, os debates do fórum revelaram um partidarismo radical, como se pode ver na declaração de Jabor e na seguinte, de Demétrio Magnoli: “Se o Serra ganhasse, faríamos uma festa em termos das liberdades. Seria ruim para os fumantes, mas mudaria muito em relação à liberdade de expressão. Mas a perspectiva é que a Dilma vença” (ibidem). Jabor sustenta que a imprensa assuma atitudes agressivas na campanha para evitar os anunciados “riscos”:

Então o perigo maior que nos ronda é ficar abstratos enquanto os outros são objetivos e obstinados, furando nossa resistência. A classe, o grupo e as pessoas ligadas à imprensa têm que ter uma atitude ofensiva e não defensiva. Temos que combater os indícios, que estão todos aí. O mundo hoje é de muita liberdade de expressão, inclusive tecnológica, e isso provoca revolta nos velhos esquerdistas. Por isso tem que haver um trabalho *a priori* contra isso, uma atitude de precaução. Senão isso se esvai. Nossa atitude tem que ser agressiva. (ibidem)

Reinaldo Azevedo completou: “Na hora em que a imprensa decidir e passar a defender os valores que são da democracia, da economia de mercado e do

individualismo, e que não se vai dar trela para quem quer a solapar, começaremos a mudar uma certa cultura” (ibidem).

Uma declaração da presidente da ANJ e superintendente da *Folha* ao jornal *O Globo*, anterior ainda ao fórum, já não deixava dúvida quanto à cobertura partidarizada da imprensa:

A liberdade de imprensa é um bem maior que não deve ser limitado. A esse direito geral, o contraponto é sempre a questão da responsabilidade dos meios de comunicação. E, obviamente, esses meios de comunicação estão fazendo de fato a posição oposicionista deste país, já que a oposição está profundamente fragilizada. (Azenha, 1º/4/2010)

Tal declaração foi dada no contexto das críticas que a imprensa fazia ao terceiro Plano Nacional de Direitos Humanos, que, no entender deles, ameaçava a liberdade de imprensa.

Coincidência ou não, após o fórum, na primeira quinzena de março, o tom e a intensidade do noticiário contrários ao governo e à sua pré-candidata subiram, com poucas diferenças entre os principais veículos que participaram do encontro. Nas redações, isso ficou conhecido como “Operação Tempestade no Cerrado”. A expressão é inspirada na Operação Tempestade no Deserto, realizada em fevereiro de 1991, durante a Guerra do Golfo. Segundo Mauro Carrara, “a ordem, nas redações da Editora Abril, de *O Globo*, do *Estadão* e da *Folha de S. Paulo*, é disparar sem piedade, dia e noite, sem pausas, contra o presidente, contra Dilma Rousseff e contra o Partido dos Trabalhadores. A meta é produzir uma onda de fogo tão intensa que seja impossível ao governo responder pontualmente às denúncias e provocações” (Carrara, 15/4/2010).

Embora no fórum tenham sido expostas as opções políticas de boa parte da imprensa ali representada, jamais houve declaração em editoriais da quase totalidade deles informando os leitores sobre opção por alguma candidatura. O discurso da imparcialidade foi mantido, enquanto as pautas e as informações eram totalmente contaminadas pela opção partidária,⁴⁷ como veremos. A única exceção, entre tais meios, foi o jornal *O Estado de S. Paulo*, que, uma semana antes da votação em primeiro turno, publicou editorial declarando apoio a Serra e posição contra Lula e Dilma.

2. Panorama da cobertura da *Folha* entre abril e final

de agosto de 2010

Nesse período a *Folha* levantou uma série de temas negativos para a candidatura de Dilma, para o governo federal e para o Partido dos Trabalhadores, e temas positivos para Serra (às vezes, os textos parecem *releases* da campanha deste); dosando com alguns temas negativos de menor relevância sobre Serra, e raros temas positivos para Dilma, sempre acompanhados de viés negativo.

2.1. O esforço para “ressuscitar” escândalos passados

Uma das estratégias do jornal, que, como veremos, correspondia ao discurso de membros do PSDB no período, foi a rememoração dos escândalos que a imprensa e a oposição denominaram “mensalão” e “aloprados”⁴⁸. Em 4 de abril, o jornal publicou uma matéria com o título “Campanha de Dilma não dá espaço para o PT de raiz” (p. A10), na qual o jornal afirma que no núcleo da campanha de Dilma não há membros do PT do tempo de sua fundação, na década de 1980, pois teriam sido abatidos pelos escândalos de corrupção do governo. Ao lado, e com o mesmo espaço, o que dá a entender imparcialidade, outra matéria: “Serra chama o mesmo grupo que o ajudou quatro anos atrás”, ou seja, subentende-se que, no caso de Serra, ele pode chamar o mesmo grupo, pois no PSDB ninguém teria sido abatido por escândalos. Entretanto, “quatro anos atrás” é diferente de “trinta anos atrás” (1980). Embora pareçam equivalentes, as matérias não o são, pois não mencionam partidários de Serra de mais de quatro anos atrás. Por exemplo, não se mencionam membros do PSDB envolvidos em escândalos no governo de Fernando Henrique Cardoso.

No dia seguinte, o tema foi o caso dos “aloprados” da eleição de 2006⁴⁹: “Juiz diz que ‘aloprado’ levou mala de dinheiro” (5/4/2010, p. A4). O inquérito sobre o caso estava em andamento, mas havia sido esquecido após o fechamento das urnas das eleições de 2006, sinal de que o interesse sobre o caso restringia-se a influenciar a eleição. As tentativas de lembrá-lo, às vésperas de nova eleição, seguiam na mesma direção. Em 6 de abril, o tema aparece novamente no jornal, em espaço nobre: “Vamos ressuscitar ‘os aloprados’, diz tucano” (p. A6). Tratava-se de uma frase do presidente nacional do PSDB, o então senador Sérgio Guerra, que virou manchete no jornal. Nas entrelinhas, lê-se que, em virtude da falta de temas novos, a oposição tentava ressuscitar o caso dos aloprados e, para isso, ganhava a ajuda do jornal. A matéria parece *release* do comitê de Serra.

Temas novos foram surgindo ou sendo criados, mas as temáticas “mensalão” e “alopradados” sempre apareciam, seja em entrevistas, seja em infográficos e quadros rememorativos. Percebe-se como intuito subjacente resgatar tais casos para a agenda da eleição de 2010 e ligar temas atuais aos de 2005 e 2006 que tiveram grande impacto na opinião pública. Observa-se que há uma unidade em torno disso, entre os conteúdos do jornal e os das falas de correligionários de José Serra e do próprio candidato.

Na edição dominical de 6 de junho, duas páginas são concedidas a uma rememoração do “mensalão”, com direito a infográfico que relembra em seis tópicos os principais fatos desse caso, sob o título “Mensalão – O que foi o maior escândalo de corrupção do governo Lula” (p. A4), e na página A8 da mesma edição, título em letras garrafais, de forma diferenciada dos usados pelo jornal: “Por onde andam”. O título fica em meio a um círculo com grandes fotos dos principais envolvidos no caso, das quais partem setas para seus nomes, resumos biográficos e acusações recebidas durante o escândalo. Em 25 de agosto, o título de uma matéria alardeava o conteúdo do programa de televisão de José Serra: “No horário eleitoral, Serra liga Dilma ao mensalão e a Dirceu” (p. A11); o subtítulo completava: “Olha quem tá querendo voltar”, diz locutor ao exibir a imagem do ex-ministro ao lado da candidata petista”. No interior da matéria, uma pequena menção ao programa de Dilma, dizendo que “FHC foi citado no rádio”, e, no final, se refere a aparição de Caetano Veloso no programa de Marina Silva declarando apoio a ela. Abordando os programas dos três principais candidatos, o jornal mantém certa aparência de imparcialidade em uma matéria que claramente dá maior espaço e beneficia José Serra e Marina Silva.

2.2. “Divisões” versus “uniões”

Enquanto retomava escândalos da agenda da última eleição, a *Folha* focava outro assunto que também não era novo, mas que foi sendo renovado com novos ingredientes: o PT seria um partido dividido e provocaria divisões; a base aliada do governo teria rachas e divisões. A manchete principal da capa do domingo, 11 de abril, foi a seguinte: “Serra critica PT por dividir o país e defende o diálogo – Pré-candidato do PSDB condena ‘falange do ódio’ e a falsa disputa entre Norte e Sul e pobres e ricos”. Muitas vezes, declarações de Serra e aliados viraram manchete dessa forma na *Folha*, durante a campanha. Abaixo dessa manchete e da chamada de capa, uma foto de Serra de braços abertos, discursando, e a legenda: “Revoada Tucana – José Serra no lançamento da pré-candidatura a presidente pelo PSDB; em entrevista exclusiva, o ex-governador

defende o desenvolvimento industrial e ‘ativismo estatal’”. Na parte interna do primeiro caderno, outra manchete no mesmo tom: “Serra acusa PT de dividir o país e cultuar impunidade”. No texto, o candidato chama os opositores de “falange do ódio”. Uma matéria menor, abaixo, exalta o que para o jornal foi o sucesso do lançamento da pré-candidatura do PSDB: “Calor, lotação, musas e tecnologia marcam evento”. O conteúdo da matéria diz que o lançamento teve o dobro do público esperado. Na mesma edição, ainda: “Aécio afirma que estará ‘ao lado’ de Serra” e uma “análise”: “Tucanos largam unidos”. O jornal enaltece a suposta “união” dos tucanos, não obstante o país tenha assistido a uma disputa em clima de guerra fria entre Aécio e Serra pela candidatura presidencial. Tal disputa envolveu toda a campanha e o pós-eleição,⁵⁰ sendo evidente que Aécio envolveu-se na campanha de Serra de maneira apenas protocolar, por ter sido preterido pelo partido, o qual se negou até mesmo a atender seu pleito por uma prévia partidária para decidir quem seria candidato a presidente.

Para o jornal, o PT estava sempre dividido e promovendo divisões, embora o partido demonstrasse maior coesão interna em torno da candidatura de Dilma que o PSDB em relação à de Serra. Mesmo na base aliada do governo, apesar de haver divergências, era crescente, ao longo da pré-campanha, a coesão em torno da candidata do PT, e o partido conseguiu montar a coligação com maior número de partidos em torno de uma candidatura à presidência após a redemocratização. Em contraste com esse fato, as manchetes e matérias sobre as “divisões”, “rachas” e “divergências” da candidatura de Dilma e entre seus aliados foram frequentes, buscando-se sempre qualquer fato que pudesse servir de gancho para matérias com esse tema, seja na candidatura presidencial seja em candidaturas a governador dos Estados:

3 de abril: “Equipe de Dilma diverge sobre roteiro de pré-campanha” (p. A8).

15 de abril: “Dilma discute com base em problemas regionais” (p. A9).

23 de abril: “Com problemas entre PT e PDT no Paraná, Dilma cancela viagem” (p. A7).

15 de maio: “Crise com Jader abala aliança do PT no Pará” (p. A9).

2 de maio: “Dividido, PT-MG faz prévia para o governo (p. A9).

16 de maio: “PT e PMDB travam guerra judicial na Bahia” (p. A10).

São apenas alguns exemplos dos destaques dados às divergências entre PT e aliados.

As dificuldades desse tipo entre os tucanos, como se soube, principalmente por outros canais – a blogosfera, em particular –, alcançavam maiores proporções e eram mais preocupantes para o candidato José Serra, mas pouco apareceram nas páginas do jornal e da imprensa hegemônica. Citamos alguns Estados como exemplo. No Rio de Janeiro, o PSDB não tinha candidato competitivo e decidiu aliar-se a Gabeira, que, no entanto, ficou com dois candidatos a presidente: a de seu partido, Marina Silva, e o do PSDB, José Serra; a aliança foi marcada por atritos com César Maia e seu partido, o DEM, e, até mesmo, houve riscos de que ela fosse desfeita. No Pará, havia uma briga visceral pela definição do candidato entre os dois ex-governadores do PSDB: Almir Gabriel, um dos fundadores do partido, e Simão Jatene, que ficou com a vaga, e Gabriel, após expor publicamente suas divergências em relação ao escolhido, acabou desfilando-se do partido e apoiou, no primeiro turno, o candidato do PMDB e, no segundo, a candidata do PT. No Paraná, houve divisão entre Beto Richa e seu grupo e Álvaro Dias. Richa foi candidato, e Álvaro não o apoiou, preferindo alinhar-se a seu adversário, Osmar Dias, que era aliado ao PT. No Ceará, assim como em outros Estados, Serra também não tinha candidato que o apoiasse; o PSDB tendia a apoiar Cid Gomes, aliado de Dilma, mas decidiu, na última hora, lançar candidato para dar palanque a Serra no Estado, embora com poucas chances de vitória.

A confusão maior se deu em relação à escolha do vice de José Serra, pois muitos indicados não aceitavam o encargo. Foi um processo cheio de idas e vindas. O candidato acabou por definir um vice de seu próprio partido, Álvaro Dias. O anúncio foi destaque em toda a imprensa. Alguns dias depois, sob protestos do partido Democratas (DEM), que exigia a vaga de vice para coligar-se ao PSDB, trocou-se Álvaro Dias por Índio da Costa, do DEM. As matérias da *Folha* procuraram dar um tom otimista a essa dificuldade da escolha do vice. Em 28 de junho, próximo ao prazo final de definição dos vice-presidentes, o título de uma matéria informava: “DEM recua e articula saída política para a crise com o PSDB”, com o subtítulo: “Cúpula decide acabar com as críticas públicas à escolha de vice de Serra” (p. A4). Na matéria, o otimismo da “saída política” se transforma em quatro possibilidades: o partido aceitar o candidato indicado pelo PSDB; se rebelar e lançar uma candidatura presidencial própria; as outras duas possibilidades diziam respeito à escolha de um vice do partido; ou a neutralidade deste nas eleições. No dia seguinte, em tom ainda mais otimista, o jornal novamente utiliza uma frase de Serra como manchete: “Crise do vice será resolvida, afirma Serra”, com o subtítulo: “‘Não se preocupem’, diz o tucano a

jornalistas após reiterar que ‘algumas dificuldades’ são normais em política”, ilustrada por uma foto, na qual o candidato e alguns aliados vibravam assistindo a um dos jogos do Brasil na Copa. É óbvia a diferença de tratamento dessa ordem de problemas nas matérias que se referiam à candidatura do PT e nas relativas ao PSDB. A largada unida atribuída pelo jornal aos tucanos não passou de fantasia.

2.3. “Tropeços” versus “acertos”

Nos meses iniciais da pré-campanha, até as convenções, em junho, quando Dilma já havia subido nas pesquisas e se aproximado de Serra, além dos temas já apontados acima, o jornal destacou aquilo que chamou de “erros” de Dilma na campanha, suas supostas dificuldades, de adquirir postura de candidata, de empolgar, de fazer corpo a corpo, falta de carisma, o que certamente dificultaria muito que ela decolasse. Serra, ao contrário, era mostrado como bom gestor e líder de uma campanha bem-sucedida, como veremos adiante. Em 8 de abril, uma matéria declarava que “Dilma ainda sofre para agir como candidata e enfrentar o corpo a corpo” (p. A4). A foto, no entanto, contrastava com tal informação: a candidata aparece sorridente, cumprimentando as pessoas que a rodeavam.

Em 26 de abril, uma chamada na capa sobre a participação de Dilma em entrevistas na televisão prega que “Lula chama Dilma e se queixa de seu desempenho na TV” (p. A4). Segundo o texto, o ex-presidente havia dito que ela estava sendo muito “técnica”, quando deveria ser “direta e simples”, nas entrevistas. No interior do primeiro caderno, um dos subtítulos diz que “presidente aconselha petista a viajar menos e treinar para encarar entrevistas”; outro subtítulo diz que “assessores da pré-candidata consideram que, nesta fase da campanha, José Serra está se saindo melhor e demonstrando experiência”. Na matéria: “Nas palavras de um aliado da ministra, que não quis ser identificado, ‘a experiência de Serra em campanhas está fazendo a diferença, ele está deixando a impressão de que é mais experiente, falando serenamente, fazendo uma campanha mais governista do que Dilma”. O trecho que se segue a esse resume boa parte do que se falava de Dilma no jornal e na maior parte da imprensa nesse período: “Do outro lado, a petista tem se desgastado mais, entrado em mais polêmicas, batendo demais na tecla da comparação entre os governos FHC e Lula e deixado em segundo plano a apresentação de propostas que possam entusiasmar o eleitor”.

As fontes citadas para informar o conteúdo da suposta conversa reservada

entre o então presidente e sua candidata foram os genéricos “assessores” e “aliado que não quis se identificar”. Nenhum nome é citado. Que assessor de confiança tem tantas informações sobre uma suposta conversa reservada envolvendo personagens como esses e com tema dessa importância e, ao mesmo tempo, dá declarações à imprensa que mais parecem um *release* da candidatura adversária? Embora a matéria informe que as frases saíram da boca de assessores e aliados de Dilma, o teor se parece mais com declarações de adversários que de aliados. Se algum nome fosse citado, a matéria teria mais credibilidade e objetividade. Alguns trechos parecem muito diferentes do que diria um assessor de campanha. Outros trechos, como o que fala das dificuldades de Dilma, se assemelham a um artigo ou editorial, e não a uma matéria informativa. Uma das características do noticiário político do jornal na campanha foi esse abuso do recurso a declarações em *off*. Em 30 de abril, uma matéria afirma que “após tropeços, Lula fará *tour* com Dilma” (p. A8). Segundo a notícia, a equipe de Dilma estaria nervosa e a campanha, em crise, por causa de erros da candidata, do noticiário negativo e do fato de Serra estar entre 7 e 10 pontos à frente dela nas pesquisas. No entanto, ela, que meses atrás possuía índices de 3%, naquela ocasião estava com 30% das intenções de voto.

No domingo, 2 de maio, Elio Gaspari publicou um artigo intitulado: “Dilma está sob o efeito da lei de Murphy”. O enquadramento de muitas matérias publicadas entre a pré-campanha e o início da campanha oficial girou em torno das “ideias” que estão sintetizadas nesse artigo, embora o conteúdo seja apresentado como informação jornalística e, se confrontado com a realidade, pareça corresponder mais a desejos da torcida por um dos candidatos:

A nação petista está diante de uma manifestação virulenta de uma versão 2.0 da Lei de Murphy: “Quando uma coisa pode dar errado, ela dá errado. Quando uma coisa pode dar certo para nosso adversário, ela dá certo”. Em poucas semanas, tudo o que podia dar errado para Dilma Rousseff errado deu. Uma visita ao túmulo de Tancredo Neves acabou em encrenca. (Quem se lembra de outra pessoa criticada por visitar cemitério?). Arriscou fazer uma omelete diante da apresentadora Luciana Gimenez e contentou-se com ovos mexidos. A mocinha da Passeata dos Cem Mil não era ela, mas Norma Bengell. [...]

José Serra entrou em campo livre das chuvas, com um PSDB unido, beijou Aécio Neves, subiu nas pesquisas e, muito provavelmente, está numa linha ascendente. Serra propôs a criação de um Ministério da Segurança e viu-se aplaudido. Se outro candidato fizesse o mesmo, seria acusado de oferecer o mais surrado e inútil dos emplastros burocráticos. (Como o PT criou o Ministério da Pesca, é melhor que evite o tema.)

[...] Faltam seis meses para a eleição e ela ainda não mostrou um rosto. Ganha uma viagem de ida a Cuba quem puder escrever 20 linhas sobre o tema “O que ela traz de novo?” [...] (Folha de S. Paulo, 2/5/2010, p. A12)

O tema dos supostos “tropeços” de Dilma continuou recorrente. Em 13 de junho, o jornal publicou uma página inteira sobre Dilma, cuja maior parte é ocupada por um desenho em que ela usa um secador de cabelos e, embaixo, fotos da candidata com diversos penteados, desde que os cabelos começaram a crescer após as sessões de quimioterapia a que teve de submeter-se. A exposição dessas imagens, não por acaso, aludem ao que a oposição, com apoio de setores da imprensa, no período, procuravam colar em Dilma Rousseff: a candidata teria muitas caras. A página é completada com frases dela; uma lista de “principais promessas”; um mapa do país mostrando os lugares por onde ela já havia viajado e por quantas vezes e um gráfico de pesquisa do Datafolha atestando empate entre Dilma e Serra, em 37%. No título, em letras garrafais: “Dilma Rousseff (PT) DEBATER OU NÃO DEBATER”, no qual este último trecho aparece em tamanho bem maior, sugerindo uma suposta indecisão da então ministra em participar ou não de debates. Uma das teses dos tucanos e de quem os apoiava nesse período, até mesmo setores da imprensa, era que, quando se iniciassem os debates, Serra se sairia muito melhor e abriria vantagem nas pesquisas, por ser mais bem preparado para esse tipo de confronto.

O tema do fictício despreparo e da falta de experiência continuou rendendo até o fim da campanha, somando-se a um suposto passado que, segundo matéria de 10 de agosto, Dilma gostaria de esquecer: “Cineasta diz que Dilma tenta ocultar seu passado” (p. A7). O cineasta que ganhou página de destaque no primeiro caderno do jornal com o recorrente tema da acusação de que Dilma teria participado da resistência armada à ditadura foi Fernando Meirelles, que atuou na campanha de Marina Silva. Um dos trechos mais polêmicos da fala dele foi posto como “olho” (destaque) da matéria, em negrito e letras maiores: “Não sei se existe uma biografia da Dilma [Rousseff], mas como ela tem passado de guerrilha, que 90% da população não sabe, no caso dela não seria oportuno. Ela iria omitir uma parte”. A matéria usa como gancho o lançamento de uma biografia de Marina Silva. Em outro trecho, entre aspas, Meirelles completa: “Talvez fosse melhor para ela ficar quietinha. Não fazer biografia, não ir aos debates. Quanto menos exposição, melhor”. A matéria não concede espaço a alguém que faça contraponto, não há “outro lado”. Bem como o único “cineasta” que ganhou esse espaço no jornal foi alguém com opinião específica sobre a guerrilha, alinhada com a postura do jornal sobre o tema (ver primeiro capítulo). Não é citada a opinião de nenhum “cineasta” que pense diferente.

A temática da “inexperiência” e da “falta de preparo para debates” foi arrefecendo após o primeiro debate realizado na Rede Bandeirantes de Televisão

em 5 de agosto, no qual o desempenho dos candidatos foi equilibrado. Entretanto, o jornal continuava endossando a tese de que o candidato do PSDB seria mais experiente que sua adversária. Em 7 de agosto, uma matéria intitulada “Serra vai intensificar comparações entre históricos com Dilma” explorava o que, segundo o candidato e o jornal, seria um histórico muito superior de José Serra.

Muitas matérias publicadas nesse período também parecem *releases* do governo estadual de São Paulo ou da campanha de José Serra. Em 6 de abril, por exemplo, a manchete principal da capa segue esta linha: “Rodoanel reduz tráfego de caminhões em 43%”. O subtítulo reforça essa notícia, dizendo que a prefeitura prevê melhora na cidade toda. Em 8 de abril, uma matéria intitulada “Serra analisa dados do PAC [Programa de Aceleração do Crescimento] para discurso de pré-candidatura” (p. A7), aborda “nós” e “problemas” do programa apontados pelo tucano. Esse programa do governo federal foi frequentemente noticiado, com destaque para atraso em obras, problemas ambientais, suspeitas de desvios ou mesmo como um programa inexistente. Pouco se sabe, por meio do jornal, a respeito das obras, de suas inaugurações ou possíveis benefícios para a população. Já com relação ao governo Serra, a cobertura jornalística é bem diferente. No resumo em negrito, no início da mesma matéria, o jornal afirma que “ex-governador quer mostrar ‘linhas de ação’ e exaltar resultados obtidos por seu governo para destacar sua capacidade de investimento”. O jornal endossa as informações do próprio candidato e não faz checagem alguma para verificar se correspondem à realidade do Estado e da cidade que governou. Num trecho com o subtítulo “Ações em SP”, o jornal “informa” que

defensor de um Estado ativo, mas enxuto, Serra deverá exaltar ações do seu governo como demonstração de capacidade de investimento. A política ambiental deverá ser exibida como contraponto a Dilma. Serra deverá enaltecer gastos sociais para deixar claro que, se eleito, não acabaria com o Bolsa Família. A educação profissionalizante surge como fonte de emancipação. (Ibidem)

No domingo, 11 de abril, dia do lançamento oficial da candidatura de José Serra, o título de uma matéria de página inteira revela tom semelhante: “No governo, tucano multiplicou receita, obras e propaganda – Investimentos saltaram de R\$ 3,5 bilhões no último ano de Alckmin no comando de SP para 10,3 bilhões em 2009” (p. A16). O título anuncia o bom gestor, que multiplicaria receitas, investimentos e obras, e, para amenizar o tom de *release* de campanha, diz que aumentou também a propaganda. As letras pequenas da matéria contrastam com o título em letras garrafais não apenas na visibilidade. O

conteúdo também contrasta com o título: informa que o maior aumento de gastos do governo foi com publicidade; o incremento das receitas se deu por fontes temporárias, como empréstimos, venda de empresas estatais e concessões de rodovias, que aumentaram 200%; e a redução de despesas governamentais de custeio e pessoal, tão defendidas pelos tucanos, não houve no governo Serra, conforme havia sido prometido. Uma informação relevante torna-se quase imperceptível em dois pequenos gráficos, em meio a outros tantos: os investimentos em educação e saúde ficaram em 20,4% e 8,3%, respectivamente, do PIB estadual, o que fica, no caso da primeira, 10% abaixo do mínimo obrigatório e, no caso da segunda, 4% abaixo. Conforme a matéria, o mínimo obrigatório é atingido com manobras contábeis, com a inclusão nessas rubricas dos gastos com aposentadorias de servidores. Na parte inferior da página, uma matéria associada ao tema principal diz que “educação melhorou um pouco, mas continua ruim”. A matéria, no entanto, não revela concretamente dados e informações que demonstrem em que setores a educação melhorou no Estado e em que áreas deixa a desejar.

No mesmo dia, o jornal concede duas páginas de entrevista a José Serra, na qual o apoio à sua candidatura fica evidente. O título e o subtítulo dão o tom da entrevista: “A pior coisa é você parecer o que não é; tenho uma cara só – Tucano diz ter ‘conteúdo popular’, mas admite que não é conhecido pela origem humilde; na segunda candidatura, diz estar mais preparado para presidir o país” (p. A14-A15). A alusão a parecer o que não é e ter mais de uma cara refere-se às acusações que o tucano fazia à candidata do PT, que, segundo ele, teria diversas caras. Na foto, que toma dois terços de uma das páginas, aparece José Serra sorridente, apoiado em uma cadeira com o brasão do Estado de São Paulo, tendo ao fundo um quadro com uma pintura de Rodrigues Alves, o qual, na legenda, informa-se, foi governador de São Paulo e presidente da República, justamente a pretensão de Serra. Na página ao lado, uma seleção de fotos que mostram a biografia do candidato, como geralmente se exibem no primeiro programa eleitoral dos candidatos. As fotos mostram desde a sua infância, passando pela militância estudantil, até sua campanha pela prefeitura de São Paulo, ao lado de Covas e FHC. As perguntas são benevolentes e não há nenhuma pergunta espinhosa ou relativa a problemas do governo de São Paulo, como poderia ser o caso Alstom⁵¹, por exemplo. Em geral, são perguntas que “levantam a bola para o candidato cortar”. Citamos alguns exemplos: “O senhor era presidente da UNE [União Nacional dos Estudantes] em 1964, quando houve o golpe militar, e foi

exilado, mas *não participou da luta armada* [grifo nosso]. Por quê?”⁵²; “O senhor se definiria como desenvolvimentista?”; “O senhor vai pregar na campanha o Estado ativo. O que significa?” (11/4/2010, p. A14-A15).

O tom de apoio das matérias sobre o lançamento da candidatura e sobre a convenção que oficializou José Serra como candidato contrasta com o matiz opositor das matérias sobre os mesmos eventos relativos à candidatura de Dilma. Por exemplo, sobre a convenção da candidata, a manchete principal da capa foi: “À sombra de Lula, Dilma promete ‘alma de mulher’” (14/6), acompanhada de uma foto em que Lula levanta o braço de Dilma, com a sombra de ambos projetada no fundo. O título e a matéria reforçam a ideia acalentada pela oposição e pela própria imprensa, segundo a qual Dilma não passaria de uma sombra de Lula. Ao lado está a chamada para uma “análise”: “O presidente Lula sabe que sua criatura está longe de empolgar”. A matéria sobre a convenção, além do viés negativo, merece apenas dois terços de uma página interna.

Ainda no gênero *releases* de campanha, destacamos duas matérias: em 25 de maio, uma chamada de capa, com direito a foto e ocupando dois terços da parte superior, traz o título “Metrô do futuro”. O texto da chamada e o conteúdo da matéria (p. C3) abordam as obras e os planos de expansão do metrô até 2014, feitos pelo governo do Estado de São Paulo, como fatos consumados: as promessas de campanha viram notícias factíveis. O tom é de louvor: “O plano do governo do Estado de São Paulo é expandir a rede de metrô e trem para 520 km até 2014, ano da Copa do Mundo, 59% mais que os 327 km atuais. O custo de contratos já firmados soma R\$ 23 bilhões”. Após a posse de Geraldo Alckmin no governo do Estado, em 2011, sua equipe anunciou: do que fora divulgado nas propagandas, o andamento das obras e o orçamento do Estado permitiriam concluir até 2014 apenas o relativo à Linha Amarela, as demais ficariam para um futuro indefinido.

2.4. Em busca de novos escândalos

O assunto do dossiê contra tucanos, que, posteriormente, será a intensa pauta do jornal e da maior parte da imprensa entre 26 de agosto e 11 de setembro, já era tema da *Folha* no mês de junho. No dia 4, a manchete da capa informava: “PT interpela Serra na justiça”, e o subtítulo: “Partido quer que tucano confirme declaração que culpa Dilma por dossiê; para PSDB, ‘querem transformar vítima em réu’” (p. A4). Os tucanos levantam o tema do dossiê, acusando o PT, mas se dizem vítimas do que eles próprios difundiam, embora sem abordar o conteúdo

do suposto dossiê.⁵³ Em 12 de junho, manchete de capa em letras garrafais afirma: “Dossiê do PT traz dados fiscais sigilosos de dirigente tucano – Equipe de pré-campanha de Dilma investigou Eduardo Jorge; presidente petista nega envolvimento do partido” (p. A4). Não havia provas de que o dossiê fosse feito pelo PT. Após as investigações da Polícia Federal, como veremos no terceiro capítulo, descobriu-se que a criação do dossiê teve outro caminho. No dia seguinte, 13 de junho, uma chamada de capa divulgava: “Para tucanos, PT cometeu crime ao montar dossiê”. E, no interior do primeiro caderno, outra declaração de tucanos vira título, mas sem citações entre aspas, como ocorreu em outras ocasiões: “Dossiê do PT é crime, acusam tucanos” (p. A11). O mesmo se verifica em 8 de agosto: “Fundo de pensão do Previ é fábrica de dossiê do PT” (p. A15).

Percebe-se que nas páginas da *Folha* o que pudesse ser arrolado como tema negativo para a candidata do PT, mesmo que fosse assunto irrelevante, ganhava espaço, como o fato de a candidata ter se “irritado” com a pessoa que fazia tradução simultânea em seu encontro com empresários em Nova York (22 de maio, p. A8). No mesmo dia, o jornal mostrou na capa uma foto da candidata com correligionários em uma rua de Nova York ao passar na frente de uma vitrine com grande cartaz anunciando uma promoção. A legenda dizia: “Políticos em liquidação”. A chamada de capa, com direito à foto principal da página, refere-se a uma pequena matéria interna publicada na página A7, com um título sugestivo: “Após viagem em 1ª- classe a NY, petista almoça com Marta e Palocci e passeia”. Ao longo da campanha, o jornal acompanhou crítica e, às vezes, sarcasticamente, como nesse caso, os atos e falas da candidata. Os números citados pela candidata, por exemplo, eram sempre checados e, sempre que havia brecha, tecia-se uma crítica ou um desmentido, mesmo que se recorresse àquilo mesmo de que se acusava a candidata: distorções de números. Por exemplo, quando a candidata abordou programas de inclusão digital do governo, a matéria a esse respeito informava que “Dilma infla ação federal na venda de PCs – Pré-candidata do PT apontou números acima dos usados pelo mercado e supervalorizou o papel do governo”. O título dado ao “outro lado” a respeito disso mais parece um reforço da matéria principal: “Partido diz que ainda precisa checar números” (29/5, p. A7). Os outros candidatos, José Serra em particular e seu governo, não sofreram acompanhamento crítico do jornal nesses moldes.

Os atos do Dia do Trabalho promovidos por duas centrais sindicais, que tiveram o patrocínio de estatais, ganharam chamada de capa como se o fosse de

campanha paga pelo governo: “Estatais dão R\$ 2 milhões a festas com Lula e Dilma”. É comum que todos os anos empresas, tanto privadas como estatais, patrocinem os atos do Dia do Trabalho. Na parte interior do caderno, uma página inteira dedicada ao assunto, com infográfico, aparecem os valores do patrocínio estatal para cada um dos três atos e apenas se citam os patrocinadores privados (1º-/5, p. A4), sem mencionar os valores investidos nos eventos: Braskem, Bradesco, Itaú, BMG, Bovespa, Casas Bahia, Brahma, Nestlé, Lojas Marisa e Riachuelo. No canto inferior da página, um “outro lado”, com título em letras pequenas: “Centrais sindicais dizem que Serra foi convidado”. O texto informa que tanto Serra como o atual governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, tinham sido convidados, mas não responderam ao convite. Os organizadores informaram também que muitos outros políticos de todas as esferas foram convidados. No mesmo dia realizou-se em Santa Catarina um evento promovido por evangélicos, patrocinado pelo Estado, cujo governador apoiava Serra. O candidato compareceu ao evento, mas no jornal não aparece nada sobre o patrocínio governamental e quais valores (Cf. Serpa, 3/5/2010).

O jornal consegue transformar em notícia negativa até mesmo as visitas de Dilma a templos religiosos. Em matéria de 15 de maio: “Mães de santo abençoam católica Dilma”, e no subtítulo: “Presidenciável do PT vai a uma missa pela manhã e ao dia de Oxalá, à noite” (p. A6). Ou seja, a candidata fez algo comum a diversos candidatos, mas, para o jornal, por ser católica, ela deveria visitar apenas os templos de sua religião. O trecho em negrito, abaixo do subtítulo, já trazia a questão do aborto, que depois viraria tema mais forte, às vésperas do primeiro turno: “Questionada sobre o aborto, pré-candidata ao Planalto diz que ‘mulher nenhuma é a favor do aborto’, mas que o Estado tem de cumprir a lei”. Em contradição com a afirmação da candidata de pertencer à Igreja Católica, um pequeno texto ao lado da matéria diz que ela mudou de discurso sobre a fé, pois apenas recentemente havia passado a dizer em entrevistas que é cristã e católica, e que essa tentativa de aproximação não teria garantido apoio de setores da Igreja. No decorrer da campanha, a candidata foi cobrada, também pelo próprio jornal, sobre sua catolicidade e princípios cristãos. Já com relação à ortodoxia religiosa de José Serra, o jornal não tinha dúvida: “Padre Marcelo pede prece para Serra”. O título dá a entender que o padre manifestou apoio a Serra durante a visita dele ao templo, mas na matéria o religioso afirma que nem sua mãe sabe em quem ele iria votar. No entanto, a matéria ressalta que o candidato foi ao templo atendendo ao convite do padre. Supõe-se que em um Estado que se pretende laico as religiões tenham tratamento igual, e não diferenciado, de

acordo com a religião do político que estiver no poder, como a matéria dá a entender. Da mesma forma, não há necessidade de que candidatos a cargos públicos forneçam atestados a respeito de sua pertença religiosa, como as matérias fazem crer.

O noticiário negativo em relação ao governo federal e à sua candidata contou com inúmeras outras manchetes de capa e matérias, das quais relacionamos algumas, a seguir. Em 15 de abril, o título de uma matéria anunciava que “Lula quer remanejar recursos do PAC a 6 meses das eleições – Presidente envia ao Congresso projeto que dá ao governo direito de mexer em 30% do valor das obras” (p. A7). O governo, por lei, já podia fazer remanejamentos de até 25% nos recursos orçados de obras que ainda não tinham licença para começar ou estivessem paradas por algum motivo e apresentou projeto de lei para aumentar essa porcentagem em 5%. A matéria dá a entender que o remanejamento é para uso eleitoral, deixando também a impressão de possibilidade de desvios para uso em campanha. No domingo, 2 de maio, a manchete principal da capa destacou que a “PF vê fraude bilionária na Petrobras”; o subtítulo afirmava que “acerto de empreiteiras elevou custo em R\$ 1,4 bi; estatal e empresa negam”. Segundo a chamada e a matéria que ocupou a página A4, “ao menos 5 obras da Petrobras licitadas no governo Lula foram alvos de acordos e manobras clandestinas de empreiteiras que resultaram, de acordo com a Polícia Federal, em custo adicional”. A matéria é acompanhada de infográfico mostrando como seria todo o processo, a licitação, os “conluíus”, os “sobrepresos” em cada obra, a suposta simulação de competição e a repartição das obras e do dinheiro. Acima da matéria, uma foto de Lula com Dilma, em ato do Dia do Trabalho da Força Sindical, do qual a Petrobras foi uma das patrocinadoras. A foto capta o logotipo da Petrobras, por trás e acima da candidata.

A página seguinte, A5, é inteiramente ocupada por um anúncio e apenas na página subsequente, A6, abaixo de coluna com outro tema, o jornal publica um “outro lado” a respeito da matéria sobre a Petrobras, que fica, assim, descolado da matéria com a denúncia: “Estatal nega superfaturamento das obras”. O texto diz que a Petrobras “negou que tenha havido qualquer irregularidade ou superfaturamento nas cinco obras analisadas pelos peritos da Polícia Federal”. A estatal informou que a diferença de valores se deu pela disparidade entre os parâmetros técnicos usados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e a PF e os adotados pelo corpo de engenheiros da companhia. O TCU e a PF se pautaram, segundo a empresa, pelo Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi), usado em obras de saneamento e habitação, e pelo

Sistema de Custos Rodoviários (Sicro), utilizado pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), com relação à construção de estradas. A Petrobras “considera que esses critérios não se aplicam a obras como uma refinaria de petróleo, mais complexa e com especificidades próprias”. A nota também informa que o TCU, com relação a uma das obras envolvidas na matéria, a Unidade de Tratamento de Gás de Caraguatatuba, já fez a reavaliação e atestou ausência de sobrepreço. O “outro lado” foi ocultado, em contraste com a manchete de capa e a matéria, que carimbam o governo e a estatal como corruptos.

Em 15 de maio, o jornal usa quase toda a página A4 para negar que o programa Luz para Todos tenha sido ideia de Dilma: “Luz para todos não é ideia de Dilma, dizem textos e aliados – Na TV, Lula atribuiu programa à pré-candidata, mas proposta existe desde 89”. Já no resuminho em negrito, abaixo do título, o jornal se contradiz ao afirmar que “no governo FHC, programa similar, o Luz no Campo, era financiado parcialmente por fundos abastecidos por conta de energia elétrica”, ou seja, no governo tucano houve programa “similar”, e não igual. A matéria não oferece dados para que os leitores comparem os programas, os recursos aplicados, nem o número de pessoas beneficiadas por cada um deles.

Em 25 de maio, outra matéria afirma que “abusos ameaçam eleição de Dilma, diz procuradora” (p. A8). Tratava-se de declarações da vice-procuradora-geral eleitoral, Sandra Cureau, que aparecerá em outras matérias e entrevistas dando declarações similares em relação à candidata do PT. Segundo a matéria informa no *lead*: “A candidatura da ex-ministra Dilma Rousseff caminha para ter problemas já no registro e, se eleita, na sua diplomação”⁵⁴. O parágrafo seguinte entra em contradição em relação ao primeiro, ao informar que a procuradora diz que “esses problemas podem surgir se casos de desrespeito à legislação eleitoral continuarem na pré-campanha”. O quarto parágrafo também contradiz o título e o *lead* ao afirmar que a procuradora ainda está reunindo informações sobre os eventos dos quais a ex-ministra participava para constatar se havia campanha antecipada e abuso de poder econômico e político. Segundo ela e o jornal, haveria “uma quantidade imensa de coisas’ na pré-campanha que podem ser interpretadas como abuso de poder econômico e político”.

Na edição de domingo, 13 de junho, a manchete principal da capa reproduzia uma afirmação de Serra contra seus adversários: “Governo banca esquadrão de militantes, diz Serra – Em crítica a Dilma, tucano afirma que não caiu ‘de

paraquedas' e que não tem 'patota corporativa'". Abaixo, há uma foto do candidato sorridente, com uma camisa da seleção brasileira, de braços estendidos para cima, rodeado de correligionários também sorridentes. A foto era de um momento da transmissão de um dos jogos da seleção brasileira na Copa de 2010.

O tema das multas eleitorais por campanha antecipada foi recorrente quando se tratava de infrações de Lula e Dilma Rousseff. Já as recebidas por Serra, pela mesma razão, foram omitidas ou ocultadas. No dia 7 de abril, uma matéria anuncia: "Após multas, Lula critica uso da máquina" (p. A6). O texto faz uma ilação entre as multas e o uso da máquina, dando a entender que elas se devem a isso. Entretanto, são duas coisas distintas: a multa foi por campanha antecipada. O jornal aproveita uma fala do então presidente sobre uso da máquina e associa a ideia às multas. Nenhuma das multas a Lula e Dilma deixou de ser noticiada. Por exemplo, no dia 22 de maio: "TSE aplica 4^a- multa a Lula e 2^a- a Dilma por propaganda" (p. A4); em 29 de maio: "Procurador-geral pede ao TSE multa para Dilma, Lula e o PT" (p. A4), o mesmo pedido para o PSDB aparece em letras menores e tom ameno, tendo como subtítulo: "Já o PSDB é alvo de representação por levar Serra a seu programa". Em 5 de agosto, o tema volta novamente, com um novo pedido de multa feito pela procuradora Sandra Cureau (p. A7), que posteriormente deu entrevista de página inteira à *Folha*, na qual manifesta opiniões contra Lula e Dilma, pouco adequadas para alguém responsável pela imparcialidade e lisura da eleição: "Lula quer fazer a sua sucessora a qualquer custo" (27/9, p. A16). Por outras fontes é que se ficou sabendo das multas idênticas dadas a Serra e seu partido, seja pela blogosfera progressista ou até mesmo por outros canais ligados à imprensa anti-Dilma, como o portal G1 da Globo, que, em, 31 de julho, publicou matéria informando que "ministro do TSE aplica quinta multa a Serra por propaganda antecipada" (Bresciani, 31/7/2010). O texto vem acompanhado de uma explicação, avisando que cabe recurso: "O advogado da campanha do tucano, José Eduardo Alckmin, afirmou que vai recorrer da decisão na parte relativa a Serra". Nas matérias da *Folha* sobre multas dadas a Lula e a Dilma jamais se menciona que se tratava de sanções passíveis de recursos. Também não se concede espaço ao "outro lado". Na matéria do jornal do dia 22 de maio, pelo contrário, a possibilidade de os partidários de Dilma recorrerem é transformada em um não pagamento da multa (p. A4).

Outro tema recorrente foi a chamada "partilha" de cargos em um possível governo Dilma, acompanhado sempre da ideia de fisiologismo. Esse foi o assunto, entre outros, de uma matéria de 25 de agosto, na qual se noticia que até

siglas que não apoiam o PT “exigem” cargos e mais visibilidade (p. A4). Há um infográfico com a lista do que supostamente cada partido almejava; fotos de políticos do PMDB chamados de “caciques peemedebistas”, aliados de Dilma e uma charge do Palácio do Planalto com vários políticos o atacando, subindo no teto e em todos os lugares, demarcando sua parte. Entretanto, nem nessa matéria nem em outro momento da cobertura da campanha comenta-se algo a respeito do que pode acontecer em relação a isso em um possível governo Serra. Certamente, ele não teria condições de governar apenas com o seu partido, assim como qualquer outro que se eleger presidente no atual sistema político vigente no país. Não há também na matéria espaço para o “outro lado”, no qual a candidata Dilma pudesse expressar seu pensamento a respeito da formação de uma coalizão de governo. Quanto a esse tema, no que tange a Serra, o jornal apenas menciona, em 2 de maio, que o “PSDB” concedeu cargos em seu governo em São Paulo a Orestes Quércia, que controlava o PMDB no Estado, para obter o apoio do partido à sua candidatura (p. A3).

2.5. Temas negativos para Serra

A *Folha* dosa, em meio à cobertura negativa em relação a Dilma Rousseff, alguns temas desfavoráveis para o “governo de São Paulo”, sem acompanhamento e investigação sequencial, como em casos semelhantes conferidos ao governo federal, e sem o mesmo tom de crítica. Esses temas são sempre acompanhados de um amplo e benevolente espaço para o “outro lado” e evitando também ligar os temas e acusações aos nomes de Serra e de seu partido. São poucas e raras tais matérias, em geral em lugar de menor visibilidade. Em 14 de abril, uma pequena reportagem sobre falhas de segurança e de construção em trecho do rodoanel, recém-inaugurado por José Serra, foi publicada no caderno *Cotidiano*. Os problemas são imputados à “Dersa” (Desenvolvimento Rodoviário S.A., empresa estatal controlada pelo governo do Estado de São Paulo), e apenas no último parágrafo diz-se que a obra, “uma das mais importantes obras viárias do país”, foi inaugurada por José Serra em sua despedida do governo para ser candidato à presidência. A matéria, com o título “Depois de aberto, trecho do rodoanel recebe obras de drenagem”, informa que

de acordo com um engenheiro que participou da obra, e que pede anonimato, parte do pavimento no “lote 1” não passou nos testes de resistência e rugosidade. Além de revelar falta de qualidade, o defeito coloca em risco os usuários da via. Essa parte da via é a mesma onde ocorreram os acidentes. (p. C3)

No dia seguinte, o jornal concede espaço a Alberto Goldman, que assumiu o

governo após Serra deixar o cargo para concorrer à presidência, a fim de que ele negue os problemas citados pela matéria do dia anterior: “Governador nega problemas em trecho Sul do rodoanel” (Spinelli, 15/4/2010). O jornal não faz nenhum questionamento ou investigação do fato de a obra ter sido concluída às pressas para que José Serra pudesse inaugurá-la antes de deixar o governo; nem de outros problemas mais graves então apontados em outros canais de informação, como indícios de superfaturamento, troca de materiais por outros mais baratos, diminuição da quantidade de vigas de ferro para reduzir os custos etc. (Cf. Ferraz, 25/1/2010). Denúncias bem mais graves sobre a obra, como corrupção, foram divulgadas na blogosfera progressista, mas jamais mereceram atenção da *Folha* e da imprensa hegemônica, salvo raras exceções, como veremos no terceiro capítulo.

Se tal matéria foi publicada de maneira que chamasse pouca atenção, e no caderno *Cotidiano*, não no primeiro, a inauguração da obra mereceu maior destaque. Na matéria sobre problemas da obra, o nome de José Serra aparece uma única vez, no último parágrafo, ao passo que naquelas que falam da inauguração ele é citado muitas vezes, até nos títulos. Um dos textos sobre a inauguração serve de palanque para o governador dizer que a obra não teve suspeita levantada por nenhum órgão de controle do Estado, diferentemente do que se verificava no TCU em relação a obras do PAC do governo federal. O título pregava: “Serra ironiza problemas de Lula com o TCU na inauguração do rodoanel” e, no texto, uma frase do então governador, na íntegra, explicita o assunto:

Eu posso dizer que [o Rodoanel] foi uma obra aprovada inclusive antes da conclusão definitiva por todos os órgãos de controladoria do Brasil: Tribunal de Contas da União, Tribunal de Contas do Estado, Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual. Tendo ainda sido objeto de um termo de ajuste de conduta. É uma obra que foi feita direita”, afirmou Serra, que deixa o governo nesta semana para disputar a Presidência. (Santiago, 30/3/2010)

Em 22 de abril, o jornal reporta investigações a respeito dos contratos do governo de São Paulo com a multinacional Alstom, que fornece trens e equipamentos para o metrô e para a Eletropaulo. O caso rende investigações, na França e na Suíça, sobre propinas e contas em paraísos fiscais de diversas pessoas ligadas ao PSDB de São Paulo, desde o governo Covas até a administração Serra. O título da matéria era: “Brasil pedirá quebra de sigilos do caso Alstom no exterior” (p. A4). Abaixo do título há um minúsculo resumo em negrito:

“Solicitação para França e Suíça inclui 19 pessoas e empresas suspeitas de receber propina. Conselheiro do TCE e irmão do presidente do Metrô de São Paulo, que negam ter conta fora do país, estão em lista do Ministério da Justiça”. O *lead* também fala de maneira genérica de dezenove pessoas acusadas de receber propinas para favorecer contratos da empresa com o governo, e o texto da matéria segue citando nomes e empresas pouco conhecidos ligados ao caso, evitando mostrar vínculos de tais pessoas com o PSDB. A matéria noticia que

entre os nomes que constam do pedido estão os de Robson Marinho, conselheiro do TCE (Tribunal de Contas do Estado), e o do engenheiro Jorge Fagali Neto, irmão do presidente do Metrô. Marinho foi chefe da Casa Civil no início do governo de Mário Covas (PSDB), entre 1995 e 1997, quando o então governador, que morreu em 2001, o indicou para o TCE. A Suíça bloqueou contas atribuídas a Marinho e a Fagali Neto. (22/4/2010 p. A4)

Robson Marinho foi prefeito de São José dos Campos, no Estado de São Paulo, mas não se divulga o partido a que ele pertence, o PSDB.⁵⁵ A matéria é pouco clara e aprofundada em relação aos fatos e aos envolvidos. Por exemplo, não há lista das dezenove pessoas suspeitas de receber propina e as quantias. Conforme o blogue de Luis Nassif, apenas uma das contas, a de Robson Marinho, “recebeu três depósitos feitos pelo empresário Sabino Indelicato que somam US\$ 605.098 (cerca de R\$ 1 milhão)”. O empresário, ainda segundo o blogue, recebeu por trabalhos para a obra do rodoanel que não tiveram sua realização comprovada (Ozzy, 29/12/2010). Não se observam na reportagem da *Folha* características básicas de matérias do gênero quando abordam suspeitas no governo Lula, no PT ou em qualquer partido da base aliada, mesmo que se trate de uma pequena prefeitura do interior: além de não mencionar as cifras, não se emprega a palavra “corrupção”, o nome do partido de Serra e de seu substituto no governo, Alberto Goldman, não aparecem nos títulos e procura-se evitá-los no texto. Alguma possível suspeita com relação ao governo de José Serra é ignorada ao máximo. São citados apenas o falecido ex-governador Mário Covas e, no trecho final, Geraldo Alckmin. O texto revela que a investigação girava em torno de contratos fechados até o ano de 2003, e apenas no final informa: “Com o pedido de novos documentos suíços, os investigadores brasileiros decidiram estender o período até o ano passado, já na gestão do ex-governador e agora candidato à presidência José Serra”.

O jornal oferece espaço para um confortável “outro lado”, no qual o conselheiro do TCE acusado nega seu envolvimento: “Nunca recebi propina nem favoreci a Alstom”. Anteriormente, ele havia se recusado a falar sobre o assunto,

alegando que o caso corre em segredo de justiça. O tema é diluído entre problemas semelhantes sucedidos com a empresa em outros países da América Latina, em Cingapura e na Indonésia. No entanto, ninguém do PSDB é ouvido a respeito dos problemas locais. Não há nenhuma declaração, seja na matéria, seja no “outro lado”, o que, claramente, demonstra a intenção de não envolver pessoas do partido na repercussão das acusações. O gráfico explicativo feito para ilustrar o texto serve mais para ocultar a gravidade do caso e oferecer espaço de defesa para os acusados do que para esclarecer e ajudar o leitor a compreendê-lo. Em um dos quadros desse gráfico, há a informação de que “a Alstom diz que segue princípios éticos rígidos e não paga propina a políticos. A empresa diz colaborar com as investigações no Brasil, na Suíça, na França e na Inglaterra”. O espaço da matéria é pequeno para a gravidade do tema. Ela não tem tom investigativo, e o jornal não fez uma sequência nos dias seguintes, como costuma acontecer em casos de suspeita de corrupção, ou coisa parecida, quando ligados a administrações e candidatos apoiados pelo governo federal. Em geral, paira um enorme silêncio no jornal e na imprensa tradicional sobre o caso, que só é quebrado por alguma matéria, no meio do noticiário e pouco esclarecedora, como essa. Não há cobrança alguma, por parte da mídia quanto a maiores investigações no Brasil, nem quanto a mais explicações por parte dos acusados. Se houvesse interesse da imprensa, o caso poderia ter rendido muitas matérias de jornalismo investigativo. Com menos indícios de irregularidades e envolvimento de cifras menores, fatos ligados ao governo federal foram tratados como grandes escândalos e frequentemente fizeram parte das pautas da maior parte da imprensa durante vários dias.

Em 23 de abril o jornal publicou uma matéria sobre a greve dos professores de São Paulo, também com pouca visibilidade, na página A6, afirmando que: “Greve de professor foi política, diz procurador – Parecer enviado ao TSE afirma que manifestação organizada por sindicato de São Paulo teve caráter de propaganda anti-Serra”. Entretanto, não há espaço para que os professores exponham reivindicações, condições de trabalho e a situação da educação no Estado. O jornal também não apresenta investigação ou reportagem a respeito da educação em São Paulo, ou seja, o texto se assemelha mais a uma defesa de Serra em um tema constrangedor para ele que a uma matéria jornalística.

Também com pouca visibilidade, na página A11 do caderno *Poder 2*, de 12 de junho, a *Folha* informa: “Governo apura cartel em obra da Sabesp – Duas empresas são suspeitas de fraudar concorrência em maior estatal de São Paulo; prejuízo pode chegar a 14 mi”. A matéria menciona sempre genericamente

“governo”; a Sabesp é apenas “empresa de saneamento de São Paulo”, ou “estatal de SP”. Não se faz nenhuma ligação entre a empresa e o governador do Estado, o verdadeiro responsável por ela. O nome do partido que governa o Estado não é mencionado, muito menos o do candidato que o governou há até dois meses antes daquela data. As únicas suspeitas e acusadas são as construtoras que teriam fraudado a concorrência. Nada se diz sobre o fato de que fraudes em concorrências públicas são um problema de gestão. Não há investigação sobre eventual fraude na licitação, como muitas vezes ocorre em processos desse tipo. Embora a importância envolvida na possível fraude seja elevada e necessite de esclarecimentos, a matéria não avança, o governo aparece apenas como aquele que está apurando o caso, e o jornal não cria uma sequência de jornalismo investigativo nos dias seguintes.⁵⁶

Entre problemas de tal gravidade, pouco aprofundados pelo jornal, e outros que não são sequer abordados, surgem alguns temas negativos para Serra, para que o jornal possa parecer imparcial, mas sempre em espaços pequenos e de pouca visibilidade: “Contratos de publicidade do metrô são alvo do TCE” (5/4, p. A8 – o tom da matéria é ameno com relação a graves irregularidades apontadas no contrato, a responsabilidade fica exclusivamente com o metrô, não se faz menção ao fato de se tratar de uma empresa pertencente ao governo do Estado); “Programas de renda encolhem com Serra – Pagamento de benefícios do Renda Cidadã vai ser menor neste ano que em 2006, apesar de ter sido ampliado em março” (9/5, p. A12); “Serra utiliza estrutura do Estado após deixar o cargo” (16/5).

2.6. As propostas de governo

Quando se trata de propostas de governo dos candidatos Dilma e Serra, o jornal publicava quase com o mesmo destaque os planos de ambos. Por trás dessa aparência de imparcialidade, no entanto, está também a opção do jornal por um dos candidatos. As propostas de José Serra que se tornam manchetes e matérias são sempre aquelas de grande apelo popular: “Serra diz que criará ministério da segurança” (27/4, p. A6); “PF avaliza visão de Serra sobre a Bolívia” (9/5, p. A7); “Serra propõe curso técnico para saída do Bolsa Família (1º-/6, p. A9)⁵⁷; “Serra diz que vai criar ministério para atender deficientes físicos” (18/4, p. A7). As propostas de Dilma que viram notícia no jornal, inversamente, são sempre sobre temas indigestos para a população; algumas vezes eram assuntos não abordados pela campanha, mas apresentados como planos já definidos

concretamente, como “arrocho econômico”; outras de propostas que candidato algum divulgaria em campanha: “Dilma sugere contribuição mais longa à previdência” (1º-/6, p. A8); “Dilma estuda aperto econômico” – manchete principal da primeira página do dia 23 de agosto. Para reforçar o verniz de imparcialidade, o jornal publicou também uma matéria com proposta positiva da candidata do PT: “Dilma acena com incentivo a empresários” (17/4, p. A8). Ilustram a matéria duas fotos, uma de José Serra em fábrica de Alagoas e outra de Dilma em fábrica do Rio Grande do Sul. No meio da matéria, o jornal consegue inserir um tema espinhoso para Dilma, totalmente diferente do assunto tratado: os conflitos agrários teriam aumentado no governo Lula e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) “deflagrou uma nova edição do ‘abril vermelho’”.

2.7. Temas positivos para Dilma

Os temas positivos para Dilma Rousseff e para o governo do qual fez parte como ministra foram raros no jornal durante o período da campanha.⁵⁸ Por meio da *Folha*, por exemplo, tomava-se conhecimento de poucas informações sobre obras do PAC. O programa só aparecia quando se abordavam temas negativos, como em alguns exemplos citados acima: atrasos no cronograma, remanejamentos de recursos de uma obra para outra, problemas ambientais. Toda medida adotada pelo governo seria meramente para produzir efeitos eleitorais. Por exemplo, o plano de combate ao *crack* lançado pelo governo, segundo matéria de 27 de maio, constituiria uma “proposta casada do Planalto” com Dilma para angariar votos (p. A6). Há uma diferença evidente em relação ao tratamento dado a obras, planos e programas do governo de São Paulo, como as matérias sobre o rododanel e seus benefícios para a “melhoria” do trânsito em São Paulo e sobre o “metrô do futuro”.

Os programas sociais do governo federal recebiam sempre algum viés negativo: insuficiência ou caráter “assistencialista” e de “dependência”. Se houve avanços, “vieram do governo FHC”. Por exemplo, em 18 de abril, o jornal publicou uma matéria sobre a melhora da distribuição de renda no país e procurou desvinculá-la do governo federal: “Distribuição de renda deve marcar eleição – Melhora do poder aquisitivo retoma ritmo pré-crise; ganhos com o trabalho superam de longe os com benefícios sociais”. O resumo em negrito no início da matéria ressalta que “país tem 30 milhões de miseráveis”. No texto há uma afirmação do cientista político Leônicio Martins Rodrigues, segundo a qual a melhora da distribuição de renda seria um trunfo para Dilma: “para enfrentá-la, a oposição

teria de convencer o leitor que a melhoria se deve, em larga medida, a ações que vieram do governo de FHC e que, num governo Serra, a orientação para o social deve não apenas continuar, mas ser aprofundada” (p. A13). Geralmente os cientistas políticos e outros especialistas citados em muitas matérias têm evidente afinidade com as ideias do jornal e, por conseguinte, com as do PSDB. A página seguinte, inteira, ilustrada por fotos e infográficos, apresenta a região Nordeste como a principal beneficiária do Bolsa Família. A ideia subjacente é que os pobres do Nordeste não sabem discernir o voto, são simplesmente comprados pelos benefícios sociais do programa, multiplicam os filhos para receber benefícios e só vão para a escola para recebê-los. Todas essas informações não levam em consideração pesquisas sérias já publicadas fartamente sobre os beneficiários e a capacidade do programa de dinamizar a economia e gerar empregos.⁵⁹ Há pesquisas que demonstram também que as famílias beneficiadas passam a se organizar mais, os índices escolares delas melhoram, cresce a procura de emprego por parte dessas pessoas em relação à sua situação anterior, e, ao contrário do que diz o jornal, reduzem o índice de natalidade (Silva, Anderson, 4/4/2010). Também é evidente o tom preconceituoso com relação às classes sociais mais pobres, que, segundo a matéria, não têm discernimento político, deixando-se vender facilmente, ou seja, não formariam opinião sobre a percepção das melhorias reais em sua vida. Fica implícita a ideia de que os mais ricos não formam opinião política com base em seus interesses econômicos, entre outros interesses imediatos.

Outra matéria de capa, publicada num domingo, tem o mesmo viés, fundado em preconceitos: “Benefício social prejudica atividade rural no Nordeste” (16/5, capa e p. B1 e B3). Segundo a reportagem, as pessoas estariam recusando trabalho com carteira assinada para não perder o benefício do Bolsa Família. Também em outro domingo, dia em que o jornal tem maior tiragem, a manchete principal da capa e duas páginas internas do primeiro caderno se ocupam do Nordeste e das ações do governo federal na região: “Nordeste do país cresce em ritmo de ‘Chináfrica’ – Infraestrutura ‘africana’ da região não acompanha aumento ‘chinês’ na atividade econômica”. Embora relate um *boom* econômico, o jornal contrabalança o fato positivo com diversos aspectos negativos: a região cresce a ritmo “chinês”, mas supostamente a infraestrutura é “africana” e os preços dos imóveis subiram.

Não existiram, na pauta do jornal do período, matérias inteiramente positivas para Dilma. Alguma coisa próxima disso era sempre acompanhada de enfoques

negativos. Mesmo nas informações sobre crescimento em pesquisas de intenção procurava-se sempre amenizar possíveis percepções positivas da trajetória da candidata. A única exceção em todo o período foi uma matéria em tom ufanista, com manchete principal na capa, publicada em 21 de agosto, que causou estranhamento em quem vinha acompanhando de maneira crítica a cobertura do jornal: “Dilma dispara, dobra vantagem e venceria Serra no 1º- Turno”. O Instituto Datafolha, que oito dias antes havia divulgado pesquisa que dava vantagem de 8 pontos para Dilma, passara então a dar vantagem dobrada, de 17 pontos. Os novos números aproximam os números do Datafolha dos de outros institutos que já haviam apontado vantagem semelhante. O instituto da *Folha* por longo tempo sustentou uma diferença em relação a outros institutos, defendendo um empate técnico, uma ligeira vantagem para Serra ou uma vantagem menor para Dilma. Foi o que mais demorou para assinalar, nas pesquisas, a ultrapassagem de Dilma. Ao mesmo tempo, o jornal omitia, ou ocultava em pequenas notas, pesquisas de outras empresas que davam números mais favoráveis para a candidata. A justificativa para a “disparada” da petista foram os programas eleitorais na televisão, então iniciados três dias antes, apesar de os programas dos candidatos à presidência terem sido exibidos em apenas dois dias. Para blogueiros e analistas que acompanharam a evolução das pesquisas de diversos institutos, o Datafolha teria aproveitado o início dos programas eleitorais na televisão para ajustar seus números aos dos outros institutos de pesquisa, antes que as urnas os desmentissem. Para tais análises, ao longo da campanha até aquele momento, o Datafolha teria publicado números que visavam manter o ânimo e as contribuições financeiras para a campanha de José Serra. A necessidade de tal ajuste também explica o incomum tom ufanista da manchete dedicada a Dilma Rousseff (Nassif, 13/8/2010). A partir dessa pesquisa em que o instituto e o jornal constataam a possibilidade de Dilma vencer no primeiro turno, a cobertura política do jornal muda, subindo o tom contra Dilma e quase eliminando as matérias que contivessem temas negativos para Serra, como veremos no próximo capítulo.

Conclusão do capítulo

Vimos no início do capítulo, por meio das conferências e debates realizados no 1º- Fórum Democracia e Liberdade de Expressão, no qual tomaram parte representantes das maiores empresas de comunicação do país, que houve uma

tomada de posição clara e contrária desses setores a Dilma Rousseff e em favor de José Serra. Um dos palestrantes chegou a dizer que, se Serra ganhasse, “faríamos uma festa”. A justificativa para essa empolgação com Serra e para oposição a Lula e Dilma é a suposta defesa da “liberdade de expressão” [60](#), a qual, para esses setores, Serra defenderia e Lula e Dilma representavam uma ameaça, por serem “stalinistas”, “castristas”, “comunistas”, “velha esquerda”, “estatistas”, “socialistas” e “sindicalistas”. Percebe-se aí um ranço ideológico remanescente do período da Guerra Fria, o qual já havia sido assunto de uma matéria sobre a luta armada abordada no primeiro capítulo. Constata-se também uma lógica binária entre “capitalismo” e “comunismo”, bons e maus. Embora apontem apego dos petistas ao polo “comunista” dessa lógica, os próprios críticos mostram afinidade com a forma de ler a atualidade com as lentes usadas anos atrás. A imprensa, em muitas ocasiões, critica Lula e o PT por terem mudado os posicionamentos defendidos na década de 1980. O governo Lula e as propostas de campanha de Dilma Rousseff procuraram não situar-se dentro dessa lógica binária, ao juntarem ideias e quadros tanto ligados ao capitalismo como relacionados aos ideais da esquerda e do socialismo. Por exemplo, ao mesmo tempo em que mostravam projetos voltados à redução das desigualdades sociais falavam da criação de “mercado de massas” no país. Portanto, há diversos matizes na realidade que não permitem analisar o governo e sua candidata, e qualquer outro elemento da realidade, por essa lógica binária que marcou o 1º- Fórum Democracia e Liberdade de Expressão. A realidade é mais complexa que as lógicas binárias [61](#).

Os posicionamentos políticos e partidários manifestos no fórum, embora não tenham sido assumidos em editoriais, incidiram sobre os conteúdos informativos da imprensa. A partir de tal evento os setores da imprensa que dele participaram subiram o tom contra o governo e a candidatura de Dilma Rousseff. No caso da *Folha*, uma de suas superintendentes foi além da defesa da “liberdade de expressão”, afirmando que a imprensa era a verdadeira oposição no país, porque a oposição estava fragilizada. O jornal, que já havia demonstrado, por meio da matéria da ficha falsa, o que poderia fazer e a forma de cobertura e de expedientes que poderia adotar durante a campanha, assume posicionamentos políticos por meio das pautas, manchetes, informações e silêncios no período abrangido neste capítulo. A campanha de Dilma era qualificada como cheia de erros, tropeços, e ela própria como uma candidata que não sabia fazer campanha, não empolgava e era “sombra” de Lula. O partido e os aliados dela eram sempre alvo de matérias que reportavam rachas e divisões, as quais

representavam uma ameaça de “dividir o país e promover a falange do ódio”; as obras do governo federal não eram noticiadas; os programas sociais tratados apenas como assistencialismo e forma de cooptar eleitores pobres. Enquanto isso, ocultavam-se dificuldades e erros da campanha de Serra. Embora houvesse divisões que se mostraram insanáveis ao longo da campanha, considerava-se que os “tucanos partiram unidos”. Serra, em contraste com Dilma, que aparecia sempre associada a erros e incapacidade, era mostrado como bom gestor, a tocar grandes obras e capaz de melhorar a arrecadação, a gestão dos recursos e uma campanha eleitoral empolgante. Toda possível ou suposta irregularidade do governo federal virava matéria de destaque no jornal, manchete de capa, em tom de condenação já definida, sem “outro lado” ou com pouco espaço para isso. Muitas vezes o “outro lado” foi exposto com pouquíssima visibilidade, páginas à frente das matérias que desabonavam os feitos do governo federal, as quais exigiriam o necessário contraditório. No que tange a possíveis irregularidades e problemas governamentais e de gestão, indícios graves de irregularidades em contratos do governo de São Paulo com a empresa Alstom, na Sabesp e em obras do rododanel foram tratados com superficialidade pelo jornal. Os nomes do partido e do governador eram evitados ao máximo em tais matérias, publicadas em espaço pequeno e de pouca visibilidade, sem manchetes ou chamadas de capa; na maior parte das vezes, no caderno *Cotidiano*, e não no de política. Nas poucas vezes que os temas foram abordados, concedia-se um amplo “outro lado” para respostas às acusações. Há um evidente contraste com o tratamento dado a indícios de irregularidades do governo federal.

Algumas matérias e entrevistas pareciam peças de campanha ou *releases* do comitê de José Serra, como reportagem sobre o “metrô do futuro”, que constava dos planos do governo de São Paulo. Planos vagos e declaração de boas intenções eram noticiados como realidade concreta, sem dúvida ou questionamento. Houve muitas similaridades entre os discursos e as pautas da campanha de Serra e os discursos e as pautas do jornal, por exemplo, as tentativas de recordar e manter na ordem do dia dessa campanha os casos chamados de “mensalão” e “aloprados”. Com relação a propostas de governo, noticiavam-se propostas populares feitas por Serra e aquelas altamente impopulares supostamente preparadas pela candidata Dilma Rousseff, como arrocho econômico e aumento do tempo de contribuição previdenciária.

Embora haja esse desequilíbrio quantitativo e qualificativo nas matérias em relação aos dois candidatos, que demonstram a opção partidária do jornal, nesse período houve notícias negativas também para Serra, mesmo que em espaço

menor. O jornal manteve certa compostura, por exemplo, ao abordar os casos graves relacionados ao governo de São Paulo. Entretanto, a maneira como eles foram tratados não oferecia risco de se tornarem, por parte da imprensa, escândalo político, tanto que apenas uma pequena parte da população do país conhece essas suspeitas graves com relação a obras e contratos do governo de São Paulo. Porém, diante do que será a estratégia do jornal a partir de 26 de agosto, como veremos no próximo capítulo, tudo isso parecerá uma cobertura imparcial, com uma partidarização sutil, embora não seja nada sutil.

[41](#). Por exemplo, a matéria de capa da revista *Época*, no ano seguinte, cujo teor é o mesmo da matéria da *Folha* estudada no primeiro capítulo, embora não reproduza a ficha, cujas evidências de falsidade já haviam sido divulgadas. Na capa, o título era “O passado de Dilma – Documentos inéditos revelam uma história que ela não gosta de lembrar; seu papel na luta armada contra o regime”. A imagem usada na capa era a foto 3x4 da ficha do Deops, a mesma que havia sido colada na ficha produzida digitalmente. A legenda de tal foto era: “Dilma Rousseff, aos 22 anos, fichada no Deops em São Paulo”. A matéria continha catorze páginas e, embora fale em documentos inéditos, não divulgava novidades em relação ao assunto. O título interno era: “Dilma na luta armada” (Loyola; Silva; Rocha, 16/8/2010, p. 34-48).

[42](#). Cf., por exemplo: Farah, 27/10/2010.

[43](#). Com relação à comparação entre ela e Nelson Mandela no programa do partido, houve uma reação virulenta na maior parte da imprensa anti-Dilma. Na *Folha*, entre outras coisas, publicou-se artigo, com chamada na capa: “Comparar Dilma a Mandela é inventar candidata fictícia”. O artigo de Fernando de Barros e Silva publicado na página A2, com outro título, “Mandela no liquidificador”, afirmava que “Lula comparou Dilma Rousseff a Nelson Mandela no programa de TV do PT, anteontem à noite. É um disparate. A comparação entre o próprio Lula e Jesus Cristo, de que ele tanto gosta, soa menos extravagante. Ou, para falar em lulês: Dentinho pode fazer um gol extraordinário, um gol de Pelé. Continuará sendo Dentinho... Mandela e Dilma participaram nos anos 1960 de grupos adeptos da luta armada em seus respectivos países – num caso contra o governo racista, no outro contra a ditadura. Ambos foram presos políticos. Fim das ‘coincidências’. Mandela já era uma liderança contra o apartheid na África do Sul quando foi detido. Permaneceu quase três décadas na cadeia e saiu de lá para se consagrar como um dos mitos do século XX. Ou, como disse Lula na TV: ‘O tempo passou e o que aconteceu? Mandela virou um dos maiores símbolos da paz e da união no mundo’. E, no caso de Dilma, o tempo passou e o que aconteceu? Nada. Pelo menos nada que merecesse registro histórico até que Lula a retirasse do anonimato para inventá-la como candidata”. Outra “vacina” utilizada posteriormente no programa eleitoral da candidata também foi um jingle que apontava como uma característica da população brasileira o fato de ser “guerreira”: “Gente contente, gente guerreira, gente sorridente, gente brasileira”.

[44](#). Os posts na blogosfera e a expectativa geral de correligionários de Dilma com relação a isso foram muitos. Cf., por exemplo, Nassif, 5/9/2010; Guimarães, 25/9/2010.

[45](#). Disponível em <<http://www.imil.org.br/institucional/quem-somos>>. Acesso em 20 mar. 2010.

[46](#). O governo realizou cinquenta e duas conferências nacionais, em várias áreas, desde diversidade sexual até comunicação. Tais encontros foram recebidos por amplos setores da

sociedade como possibilidade de ampliação da democracia no país, e não de restrição, como alegaram parte dos empresários de comunicação.

[47.](#) Nos países com democracia bem consolidada, é comum que os veículos de comunicação informem em editoriais qual candidato apoiam. O ideal no jornalismo é que se faça isso em editoriais e evite-se contaminar a parte informativa com tais opções. No Brasil, entre os veículos da imprensa de maior destaque, apenas a revista Carta Capital vem seguindo esses princípios, declarando seu posicionamento no início de cada campanha presidencial.

[48.](#) Esse caso consiste no escândalo do suposto dossiê contra tucanos da eleição de 2006, que, desencadeado a quinze dias do primeiro turno daquela eleição presidencial, tornou-se praticamente o tema único na mídia de maior abrangência nesse período. O caso foi estudado na tese de doutorado de Florentina Souza (2007). A autora demonstra como o caso e a forma maciça como foi trabalhado pela mídia foram importantes para levar aquela eleição para o segundo turno. Esse caso serviu de matriz para operação semelhante ocorrida na eleição de 2010, como veremos no capítulo seguinte.

[49.](#) Cf. nota anterior.

[50.](#) Até mesmo, no discurso final, após o resultado do segundo turno, Serra fez agradecimentos a vários correligionários e não mencionou Aécio. (Cf. Congresso em foco, 1º-/11/2010.)

[51.](#) Acusações referentes a propinas em contratos do governo do Estado com a empresa transnacional Alstom.

[52.](#) O tema da luta armada e da suposta participação de Dilma nela foi uma obsessão do jornal durante a campanha.

[53.](#) Esse tema será aprofundado no capítulo 3.

[54.](#) Essa frase se assemelha a uma de Carlos Lacerda, em discurso proferido na época da pré-campanha de Juscelino Kubitschek à presidência: "Juscelino não deve ser candidato. Se for, não deve ser eleito. Se for, não deve tomar posse. Se tomar posse, não deve governar, deve ser deposto".

[55.](#) O fato de um auditor das contas do governo, membro do Tribunal de Contas do Estado, ter sido secretário da Casa Civil em um governo do PSDB e aparecer entre as denúncias de propinas que teriam sido pagas em contratos do governo, põe sob suspeita o fato de os órgãos de controle do Estado não terem encontrado irregularidade alguma na obra do rodanel, como informado no parágrafo acima. Segundo José Serra, a "obra aprovada inclusive antes da conclusão", como vimos.

[56.](#) Também, segundo a teoria denominada "Espiral do silêncio" (cf. Souza, 1999, p. 110), os meios de comunicação contribuem para que algumas "opiniões pareçam dominantes ou até consensuais, quando de fato não o são". Nesse caso, os meios ajudam a tornar predominante a ideia muitas vezes propalada de que os governos do PSDB em São Paulo são eficientes, bons gestores e sem corrupção nem escândalos. O contrário é feito em relação ao governo federal liderado pelo PT.

[57.](#) Nesse caso, a matéria não questiona o fato de se tratar de proposta sobre algo que já existe.

[58.](#) Segundo a teoria "Espiral do silêncio", os meios de comunicação contribuem para calar

setores sociais pelo isolamento e pela não referência, exercendo sobre as pessoas, a curto e a longo prazo, mudanças de atitude (Souza, 1999, p. 110).

[59](#). “Não é novidade que programas bem focados de transferência de renda, como é o caso do Bolsa Família, produzem relevantes efeitos multiplicadores no conjunto da economia. Isso só não é verdade para os que não conseguem levantar o véu ideológico que tolda a visão sobre os programas de inclusão social, para os que resistem a repartir melhor a renda produzida ou para os cegos pelas paixões partidárias. Faltava, porém, uma medição quantitativa da dimensão do impacto econômico específico do programa Bolsa Família. Pois bem, segundo as estimativas de Menezes e Landim, um aumento de 10% no repasse médio per capita do Bolsa Família leva a uma expansão de 0,6% do PIB, no ano em que ocorre o aumento e no seguinte. Em outras palavras, ou melhor, em outros números, cada R\$ 0,04 do Bolsa Família aumenta o PIB em R\$ 1” (Amorin, 25/10/2009).

[60](#). Percebe-se novamente a racionalidade cínica (Safatle, 2008): defende-se a liberdade de expressão, mas ao mesmo tempo faz-se uma cobertura jornalística altamente enviesada, partidarizada, omitindo temas importantes e procurando agendar assuntos de interesses de certas linhas políticas e econômicas. A liberdade de expressão defendida genericamente seria então apenas de alguns setores sociais detentores dos meios de comunicação ou a eles ligados.

[61](#). “Toda dominação, todo mecanismo de poder, usa a simplificação, a pobreza semiótica, a redução dos signos. [...] O fundamento de todo poder está na separação: bons x maus; anjo x demônio; essência x existência” (aula do professor Amálio Pinheiro, disciplina “Teorias culturalistas da comunicação”, PUC-SP, 19/5/2010).

3.



OPERAÇÃO SEGUNDO TURNO

Uma pesquisa de opinião de voto publicada na edição de 21 de agosto, dando vantagem de 17 pontos para Dilma Rousseff, levou a *Folha* a constatar uma possível vitória da candidata no primeiro turno. Os artigos de fundo e o editorial publicados nessa edição não deixaram dúvida quanto a isso. O tom desses textos é de avaliação e desalento em relação à campanha tucana, incluindo sugestões de possíveis redirecionamentos, como se o jornal assumisse a função de dar indicações como colaborador do candidato. Embora o foco do livro seja a parte informativa, convém citar alguns trechos desses editoriais. Além do principal editorial da edição, dois artigos de fundo concentraram-se na pesquisa eleitoral: o artigo de Fernando de Barros e Silva, “Crônica de um colapso”, e o de Fernando Rodrigues, “Desalento tucano”. O primeiro deixa transparecer maior clima de desespero:

O Datafolha de hoje, com Dilma Rousseff abrindo 17 pontos de vantagem sobre José Serra, indica que o destino da eleição presidencial está praticamente selado. A não ser em caso de uma reviravolta brusca e muito improvável no quadro eleitoral, o cenário que se desenha é o

de uma avalanche, com a aclamação já no dia 3 de outubro da candidata que Lula tirou do bolso para sucedê-lo.

Antes mesmo do resultado desta pesquisa, devastador para o tucano, já vinham se acumulando diariamente os registros de desconforto, contrariedade e insatisfação na aliança que sustenta (sustenta?) Serra. Ele e seus aliados vêm escrevendo a crônica de um colapso. (*Folha de S. Paulo*, 21/8, p. A2)

O editorial, que tomou o espaço usualmente utilizado para dois editoriais, é intitulado “O avesso do avesso” e faz uma análise da campanha em tom de indignação em relação aos erros, embora, como vimos no capítulo anterior, as informações do jornal tivessem difundido que a campanha de Serra apenas acertava, enquanto a de Dilma cometia “graves erros” constantemente. Entre o que então se passa a ver como erros na campanha de Serra, o principal é o fato de o candidato ter tentado se associar à imagem de Lula em seu programa na televisão, e não exercer a função de criticar o governo. O editorial revela que o jornal não descarta uma mudança de rumo na eleição por meio de “fatores imprevisíveis”:

Pode até ser que a candidatura José Serra à Presidência experimente alguma oscilação estatística até o dia 3 de outubro. E fatores imprevisíveis, como se sabe, são capazes de alterar o rumo de toda eleição. Não há como negar, portanto, chances teóricas de sobrevida à postulação tucana. (*Folha de S. Paulo*, 21/8, p. A2)

Essa edição, artigos e editoriais que podiam parecer um desembarque da candidatura Serra deixavam a porta aberta a “reviravoltas” e “fatores imprevisíveis” que podem “alterar o rumo” de eleições. Boa parte do que se pode considerar como “fatores imprevisíveis” era, para analistas políticos, mais do que previsível, conforme textos publicados em blogues, entrevistas e pronunciamentos diversos: uma maciça ação da imprensa contra a candidata às vésperas da eleição e uma chamada “Bala de prata”, com o intuito de alterar os rumos da campanha⁶². Se no artigo de Fernando de Barros e Silva aborda-se a fragilidade da aliança de sustentação da candidatura Serra e no editorial são reconhecidos os erros e fragilidades de sua campanha, a partir da edição de 26 de agosto, cinco dias após a divulgação da pesquisa, o jornal⁶³ passou a desenvolver com maior vigor aquilo que sua superintendente, Judith Brito, declarara meses antes: se a oposição é fraca, é preciso que a imprensa desempenhe o papel de oposição (Azenha, 1º-/4/2010).

A partir de então praticamente desaparece do noticiário da *Folha* qualquer coisa que pudesse prejudicar a candidatura de José Serra e intensifica-se o

noticiário com temas negativos e elevado tom de agressividade em relação à candidatura de Dilma Rousseff. O jornal e a maior parte da imprensa hegemônica tiveram como pauta principal, nesse período, dois temas: o dossiê com dados sigilosos da Receita Federal, que, segundo o jornal e o candidato José Serra, teria sido encomendado por petistas, e o caso Erenice Guerra, ministra que substituiu Dilma Rousseff na Casa Civil e foi alvo de várias denúncias. Esses dois tópicos acabaram por tomar conta da agenda da campanha entre 26 de agosto e 3 de outubro (passando, depois, para o segundo turno também) e influenciaram a decisão de muitos eleitores, como se constatou por meio de pesquisas, como veremos. Ao lado desses dois assuntos principais houve uma série de outros temas negativos para Dilma Rousseff na pauta do jornal. Aqueles de maior relevância, que pudessem prejudicar a candidatura Dilma, receberam maior destaque e acompanhamento ininterrupto durante dias na imprensa hegemônica. Em uma denúncia inicial iam sendo penduradas várias outras, mesmo que sem fontes confiáveis. Antes mesmo que se apurasse uma denúncia já se passava a outra, sem esclarecer a anterior e sem que houvesse tempo para que os acusados pudessem responder. A qualquer crítica ou questionamento em relação a isso, esses setores da imprensa respondiam alegando tentativa de censura ou de controle indevido da mídia.

Muitos temas relevantes que podiam ter impactado a candidatura de José Serra, por outro lado, foram ocultados. Em relação à sua candidatura, não houve nada que se assemelhasse à cobertura negativa empreendida contra a campanha de Dilma Rousseff. Não que o candidato não tivesse nenhum assunto espinhoso sobre sua atuação no governo de São Paulo e na prefeitura da capital, mas o que havia não virou pauta do jornal e da maior parte da imprensa nesse período, como veremos. Esporadicamente, aparecia alguma notícia que se poderia classificar como negativa para ele, de baixa relevância, escondida no meio do caderno especial do jornal para as eleições; apenas para dar alguma aparência de imparcialidade que o jornal afirma ter, mas de modo que não oferecesse risco para a campanha do candidato.

Ao longo do período entre 26 de agosto e 3 de outubro constata-se que a intenção por trás dessa forma de cobertura era levar a eleição para o segundo turno, recorrendo a todos os métodos possíveis. Nos dez dias anteriores ao pleito o tom foi mesmo de torcida pelo segundo turno e procurou-se dar um impulso à candidatura de Marina Silva, a terceira colocada, que poderia ajudar nesse objetivo. A campanha em prol do segundo turno foi similar à desenvolvida na maior parte da mídia na campanha de 2006, a quinze dias do primeiro turno,

quando também houve um bombardeio midiático em cima de um caso relativo a outro suposto dossiê contra tucanos. O fato teve muitos dos mesmos ingredientes utilizados na cobertura política de 2010. A tese de doutorado de Florentina Souza (2007), como vimos no capítulo anterior, estudou-o, concentrando-se no *Jornal Nacional*, demonstrando a ação levada a cabo em prol de um segundo turno naquela eleição. Em 2010, a *Folha* usa alguns expedientes já apontados no primeiro capítulo, quanto ao caso da ficha falsa de Dilma Rousseff, deixando de lado muitas recomendações do código de ética jornalístico e do próprio *Manual da Redação*. Por exemplo: fontes escusas ou escassas; teses do interesse do próprio jornal ou de determinada candidatura à qual o jornal era simpático; acusações, ilações e insinuações que viravam condenações sumárias; pouco ou nenhum espaço para o contraditório; falta de esclarecimentos necessários apontados por outras fontes de informações, entre outras táticas.

1. O Caso do “dossiê”

1.1. A versão da *Folha*

A campanha fundada no caso do suposto dossiê iniciou-se em 26 de agosto. Nesse dia o jornal publicou resultado de nova pesquisa eleitoral, na qual Dilma abria 20 pontos de vantagem e já superara Serra no Estado de São Paulo. O noticiário sobre o dossiê, apresentado como “furo de alto impacto”, já havia sido abordado em edições anteriores de até dois meses atrás, por exemplo, nos dias 6 e 12 de junho. Em 6 de junho, em chamada de capa e matéria em espaço nobre do primeiro caderno, afirma-se, sem “outro lado”, que “Pivô do caso dossiê deixa a campanha de Dilma”. Em matéria anterior, de 4 de junho, o jornal havia informado que o PT estava levando Serra à Justiça devido às acusações de que o partido tinha elaborado tal dossiê. Na manchete principal da capa de 12 de junho o jornal torna suas as acusações de José Serra: “Dossiê do PT traz dados fiscais sigilosos de dirigente tucano – Equipe da pré-campanha de Dilma investigou Eduardo Jorge; presidente petista nega envolvimento do partido”. O tema, portanto, não é novo; a estratégia ligada a supostos dossiês, dos quais não se sabe o conteúdo, já usada na campanha de 2006, também não. Entretanto, o que se subentende da importância dada ao caso pelo jornal por dezesseis dias contínuos e por outros tantos descontínuos até o segundo turno é que, à falta de tema melhor, investiu-se tudo nesse. O mote para a nova agenda de escândalo

foi o fato de a investigação que vinha sendo feita pela corregedoria da Receita Federal ter descoberto que foram quebrados os sigilos de mais três pessoas do PSDB, além do vice-presidente do partido, Eduardo Jorge. As outras três foram Luiz Carlos Mendonça de Barros, presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no governo de FHC; o ex-diretor do Banco do Brasil e “arrecadador da campanha de José Serra ao senado em 1994”, Ricardo Sérgio; e Gregorian Marin Preciado, apresentado no jornal como “parente de Serra” e “sócio do candidato tucano até 1995 em um imóvel”. As declarações de impostos de renda deles foram acessadas na agência da Receita de Mauá, no mesmo dia em que o foi a de Eduardo Jorge. O jornal, antes de quaisquer apurações, afirma categoricamente, já na chamada de capa e em matéria interna, que “os dados de EJ faziam parte de dossiê de um grupo da pré-campanha de Dilma Rousseff. Serra disse ontem que a irregularidade é ‘um crime contra a democracia’ e que a petista deve uma explicação para o país”.

Além do destaque na capa, o assunto ocupou três páginas (A4, A5 e A7) no interior do primeiro caderno. Nessas matérias, o jornal volta a afirmar que o acesso às declarações do imposto de renda de Eduardo Jorge, de 2005 a 2009, foi feito por um grupo de inteligência da campanha de Dilma Rousseff, mas não apresenta provas. Em um dos infográficos que ilustram o texto, as afirmações avançam mais: “Em junho, *Folha* obtém dossiês organizados por ‘grupo de inteligência’ da campanha de Dilma para serem usados contra tucanos”. Todos os acessos a dados sigilosos, segundo o jornal, foram feitos com a senha da servidora Antonia Aparecida Neves Silva, a partir do computador de uma colega, Adeilda Ferreira dos Santos. A matéria também informa que, no suposto dossiê, havia dados relativos a negócios da filha de Serra, Verônica Serra, e de seu marido. Ainda segundo o jornal, “o esquema de inteligência da pré-campanha de Dilma foi desfeito após o vazamento da movimentação do grupo. Antes de ser desmontada, contudo, a equipe reuniu o dossiê contra aliados e parentes de Serra”. Ao final, aparece uma lista de outras pessoas que tiveram os sigilos quebrados, incluindo um membro do PT e um sindicalista.

Na página A7, o jornal publicou um “outro lado”, que ouve o sindicato dos servidores da receita, cujo presidente defende as funcionárias e diz que o fisco deve ser mais transparente. Nesse outro lado, não há menção à resposta dos principais acusados na matéria, o PT e a campanha de Dilma Rousseff. Em matéria lateral, intitulada “Eduardo Jorge diz que órgão está aparelhado”, o vice-presidente do PSDB afirma que a Receita

está sendo usada para violar a vida privada de cidadãos e beneficiar um grupo político que insiste em estuprar a constituição [...]. Isso comprova que a sindicância não é para valer. Que só serve para protelar. Perguntas vitais deixaram de ser feitas aos funcionários. (*Folha de S. Paulo*, 26/8/2010, p. A4-A7)

Os dados divulgados pelo jornal, no entanto, foram fornecidos pela sindicância que é desqualificada por Eduardo Jorge.

No dia seguinte, a *Folha* volta ao assunto, com chamada na capa, cujo título informava que “Nova quebra de sigilo abre batalha judicial PT-PSDB”. Na parte interna, mais algumas páginas abordam a ação judicial do PSDB para cassar a candidatura de Dilma Rousseff devido às acusações de quebra de sigilo, tratando também da ação do PT contra José Serra por calúnia e difamação. O jornal, no entanto, procura ocultar as palavras referentes à ação do Partido dos Trabalhadores, não as menciona na chamada de capa e as evita na matéria interna. Apenas diz que “o PT vai responder à oposição com ações contra José Serra, que disse que o partido faz ‘espionagem’” (27/8, p. A4). Na outra página da mesma edição, o jornal liga Dilma Rousseff diretamente ao caso: “Dilma diz que acusação de Serra é prova de ‘desespero’ – Petista defende, porém, investigação sobre as quebras de sigilo na Receita” (27/8, p. A8). A matéria é ilustrada por uma foto de Dilma olhando para baixo. O texto faz também uma lembrança do caso e oferece espaço para que o PSDB e José Serra reforcem suas teses:

Os tucanos consideram Dilma responsável pela quebra de sigilo do vice-presidente do PSDB, Eduardo Jorge Caldas Pereira, e de outras três pessoas próximas a Serra e ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

[...]

Na tentativa de caracterizar a eleição da adversária como uma ameaça às instituições, Serra disse ontem que Dilma deve explicações sobre as violações de sigilo.

Segundo ele, a quebra “é um crime contra a Constituição, com finalidade eleitoral”. “É uma transgressão gravíssima. [...] É o peso do Estado, do governo entrando na vida privada das pessoas e utilizando informações para finalidades eleitorais, como instrumento de chantagem.” (*Folha de S. Paulo*, 27/8/2010, p. A8)

O jornal se trai na direção dada à matéria e deixa escapar, no meio do texto, que “PSDB tenta reeditar o que ocorreu em 2006, quando o escândalo dos aloprados garantiu o segundo turno presidencial”.

Uma das matérias dessa mesma página – “Para o ministro do STF, violação de sigilo fiscal é ‘golpe baixo’” – contém tática geralmente usada pela imprensa

quando se busca dar continuidade ao assunto. No caso, o jornal ouviu duas pessoas que concordam plenamente com suas teses: o ministro do Superior Tribunal Eleitoral, Marco Aurélio Mello, e o presidente nacional da OAB, Ophir Cavalcante. Na matéria, o ministro também afirma que, no Estado democrático de Direito, é preciso respeitar certos valores e “o valor coberto pelo sigilo é um valor maior. Não cabe a bisbilhotice”. Ainda, segundo a matéria, ele considerou “péssima” a quebra de sigilo de pessoas ligadas a José Serra e a Fernando Henrique Cardoso, e disse que teria a mesma reação se os dados “divulgados” fossem de petistas. O ministro também informa, indagado pelo jornal, que o assunto merece mudança na avaliação de voto, caso tenha partido de “certo seguimento”⁶⁴. Já o presidente da OAB diz que a entidade está “perplexa e indignada” com a quebra de sigilos.

Percebe-se total similaridade entre as teses do jornal e as da campanha de José Serra. Outro aspecto claro também é que as pessoas que afirmam estarem aviltadas pela quebra de sigilo são as que mais se esforçam por divulgar o assunto. O caso se estende pelos dias seguintes. A cada nova matéria, uma rememoração retrospectiva é feita, e o jornal vai procurando novos ingredientes para manter o caso na agenda, sejam informações, sejam investigações ou entrevistas de personalidades que corroborem as teses da cobertura. No início de setembro, o tema passou a ter uma vinheta própria: “ESCÂNDALO DA RECEITA”. No dia 4 de setembro, o novo ingrediente principal foi o fato de o contador que apresentou uma procuração assinada para acessar os dados de Verônica Serra ter sido filiado ao PT. A procuração continha a assinatura da filha de Serra, mas ela afirmou que era falsa. Conforme as informações fornecidas no texto, a filiação do contador Antônio Atella ao PT, segundo o Tribunal Regional Eleitoral (TRE), era de 2003. “O Tribunal não confirmou se ele continua no partido, pois consta que em novembro de 2009 foi feita uma anotação ‘apontando exclusão dele do cadastro de eleitores’ (4/9, p. A4-A7). Para o jornal, “isso não significa necessariamente que ele deixou de ser filiado”. Pessoas do partido informam, nessa matéria e em outras subsequentes, que não o conhecem e que ele não tem vida partidária. Para José Serra, conforme reproduz o jornal, “essa é mais uma prova do envolvimento político, claramente”. Em matéria da página A6 da mesma edição, o jornal ouviu o ministro da Fazenda, Guido Mantega, segundo o qual quebras de sigilos sempre ocorreram; o governo trabalha para reduzi-las, mas não há sistema inviolável. Na mesma página, uma matéria pequena informa que, para o procurador-geral da República, não há

prova de conexão eleitoral no crime. Em 5 de setembro o jornal publicou matéria sobre o assalto ao diretório do PT de Mauá, relacionando o fato com o caso do dossiê: “Assalto foi ‘**queima de arquivo**’ [grifo do jornal]⁶⁵, diz PSDB” (*Eleições 2010*, 5/9, p. 3). A matéria endossa a tese de tucanos: o assalto seria uma simulação para sumir com a ficha de filiação de Atella. Não há espaço no jornal para que o PT responda a essa acusação. O assalto ainda seria investigado pela polícia paulista, que, dias depois, “descarta queima de arquivo no roubo do comitê do PT”, conforme o próprio jornal informou em pequena nota (*ibidem*, 9/9, p. 3). Na página seguinte, a *Folha* publicou a matéria “**Falso procurador** [grifo do jornal] não era filiado ao PT”. Na matéria, dirigentes petistas informam que, tendo ido atrás de todos os registros de filiados, o de Atella não foi localizado; ele não chegou a ser oficializado, segundo eles, porque a ficha foi preenchida erradamente. O presidente estadual do PT de São Paulo afirma que ele nunca teve atividade partidária. Na mesma edição, uma matéria (*ibidem*, p. 3) informa que a filiação de Atella teria sido feita em ocasião em que havia disputa entre dois pré-candidatos a prefeito pelo partido, e cada um deles procurava registrar mais filiados favoráveis à própria candidatura.

Na edição de 5 de setembro o jornal publicou também, entre outros, um infográfico sobre o caso do dossiê, que passou a ser repetido ao lado de matérias sobre o tema em várias edições, intitulado “O QUE FALTA RESPONDER” (*ibidem*, 5/9, p. 3). São cinco perguntas, entre as quais: “CLIENTE: Quem contratou o contador Antônio Carlos Atella para requisitar os dados de Verônica na Receita?”; “DILMA: Como as declarações de imposto de renda de Eduardo Jorge saíram do fisco e chegaram à pré-campanha de Dilma?”; “LIGAÇÃO COM O PT: Quem abonou a ficha de filiação de Atella ao PT e qual o motivo de sua exclusão do cadastro do partido?”. As principais perguntas dessa série já tinham respostas convincentes e fundamentadas circulando na blogosfera, como veremos adiante; entretanto, permanecem no jornal como aspectos não esclarecidos, como forma de manter de pé algumas ilações sobre a origem das quebras de sigilo e sua ligação com a campanha de Dilma Rousseff.

Também em 5 de setembro o jornal dedica uma página inteira (*ibidem*, p. 2) para uma espécie de humor sobre o caso. Sob o título “Sem sigilo”, a *Folha* propõe: “Se espionar a vida alheia não fosse crime grave, políticos, candidatos improváveis e personalidades vigiaríamos quem? Ligue as imagens abaixo às declarações correspondentes”. As personalidades escolhidas pelo jornal para a “brincadeira” eram Lobão, Roberto Jefferson, Aguinaldo Silva, Mulher Pera,

Tiririca e Agnaldo Timóteo.

No dia seguinte, o novo ingrediente apresentado pelo diário foi o fato de a investigação da Receita ter informado que os dados cadastrais de Eduardo Jorge foram acessados também na cidade de Formiga, em Minas Gerais, e que o servidor que o fez, Gilberto Amarante, era filiado ao PT. O fato novo foi alardeado na primeira página. Sobre ele, a matéria informa que “os presidentes do PT nacional, José Eduardo Dutra, do PT de Minas, Reginaldo Lopes, e do PT de Arcos, Hilderaldo José, dizem que não conhecem Amarante e que ele não teve atividades partidárias nos nove anos de filiação” (ibidem, 6/9, p. 1). A matéria esclarece, apenas no final, que “a consulta ao CP (cadastro pessoal) dá acesso a dados cadastrais – como nome e endereço. Não permite observar declarações de renda e bens”.

No final da mesma matéria o jornal concede um pequeno espaço para a candidata Dilma Rousseff: “Ontem, Dilma minimizou o episódio. Afirmou que os acessos ocorreram em abril de 2009, mais de um ano antes de ela ser escolhida oficialmente pelo PT candidata”. Na mesma edição há uma longa matéria (ibidem, p. 3-4), com o título “Violação de sigilo fiscal está no **DNA do PT**, afirma Serra”. Como sempre, nas edições relativas ao tema, há um pró-memória completo do assunto, com um infográfico e várias submatérias correlacionadas ao tema.

Em 9 de setembro o fato novo que manteve o tema na manchete principal da capa foi o acesso também aos dados do genro de Serra, Alexandre Bourgeois, oito dias após a quebra de sigilo de sua esposa, Verônica Serra. Na mesma edição, informa-se que a Justiça Federal, que investigava o caso por meio da Polícia Federal, autorizou a quebra do sigilo telefônico da servidora da Receita responsável pela quebra de sigilo em Mauá (Capa e *Eleições 2010*, p. 1 e 3). No infográfico rememorativo dessa edição aparece uma novidade: duas sínteses explicativas do que é quebra de sigilo fiscal e do que é acesso a dados cadastrais. Nesse cuidado em rememorar o caso e em explicar didaticamente todos os elementos relacionados está implícita uma preocupação com os poucos resultados do bombardeio midiático sobre o tema, que ocupou toda a imprensa e cujas manchetes, em particular as da *Folha*, eram diariamente exibidas no programa de televisão de José Serra. As pesquisas até então não demonstravam queda de Dilma, apenas apareciam, nos *trackings* diários do *Vox Populi* (Cf. Viana, 28/9/2010), pequenas oscilações e o estancamento do aumento da diferença entre Dilma e Serra. Atribuía-se o baixo impacto em parte à

complexidade do caso e ao fato de ele não ter elementos que afetassem ou causassem indignação na maior parte da população⁶⁶.

Dois dias depois, 11 de setembro, a *Folha*, curiosamente, já noticiava o caso com mais discricção. Uma pequena chamada na parte inferior da capa informava que a Receita sabia da violação de dados do genro de Serra alguns dias antes de ter divulgado tal fato. Nessa edição, as matérias sobre o assunto aparecem nas últimas páginas do caderno dedicado às eleições, e não nas primeiras. Uma lacônica nota no pé da página 8 do caderno informa que Fernando Pimentel, o qual, em muitas matérias, fora acusado de ser um dos articuladores do PT na contratação do dossiê, afirmava que “toda a questão de dossiês com informações de pessoas ligadas a José Serra (PSDB) se resume a uma ‘compilação de registros’, sem quebra de sigilos fiscais ou bancários”. Toda a documentação é chamada na nota de “papéis usados pelo PT”. Por trás dessa nota estão ocultadas muitas coisas, como veremos nas informações levantadas pela blogosfera a esse respeito naquele período.

A partir de então o caso perde intensidade no jornal, bem como na campanha de José Serra, chegando quase a desaparecer. O jornal publica algumas pequenas matérias com pouca visibilidade nos dias 17, 23 e 24 de setembro sobre a investigação feita pela Polícia Federal a esse respeito. Se no dia 11 as matérias sobre o tema já foram relegadas às últimas páginas do caderno sobre as eleições, em contraste com o destaque máximo dado anteriormente, exatamente no dia seguinte o tema some e inicia-se um novo escândalo, dessa vez sobre irregularidades da então ministra Erenice Guerra na Casa Civil, o qual abordaremos adiante. Nesse dia, uma matéria com pouca visibilidade na página 6 do caderno *Eleições 2010*, sem chamada de capa, revela que as investigações constataram que houve quebra de sigilo fiscal de 2.900 pessoas, além dos tucanos indicados nas matérias da imprensa. As quebras foram feitas pela servidora Adeilda Ferreira dos Santos e envolviam pessoas de outros partidos: PMDB, DEM e também do PT. Em uma das últimas matérias sobre o tema, em 17 de setembro, informou-se, com pequena chamada na parte inferior da capa e matéria na página 6 do caderno das eleições, que a servidora de Mauá que perpetrara a quebra de sigilos admitiu à Polícia Federal que recebia “agrados” de 50 e 100 reais para fazê-lo. As violações eram encomendadas, segundo o depoimento, por três contadores, apresentados a ela por outro servidor do órgão.

Um artigo de Wladimir Safatle, publicado na *Folha* em 13 de setembro, faz uma avaliação do escândalo do dossiê, que estava chegando ao final. Para ele, os

sigilos de ocupantes de cargos de primeiro escalão do governo federal devem ser acessíveis à população, para maior transparência:

Para além da necessidade inquestionável de punir o crime, deveríamos aproveitar a situação para propor algo que pudesse acabar de vez com dossiês dessa natureza: a abertura do sigilo fiscal de todos aqueles que ocuparam o primeiro escalão do governo federal.

Membros do primeiro escalão são pessoas que gerem bens públicos, responsáveis por processos onde o dinheiro público está sempre presente.

Por isso a sociedade tem o direito de saber como tais pessoas entraram no governo, como elas saíram e como foi a evolução patrimonial de seus anos subsequentes.

Elas não são mais pessoas privadas. A partir do momento que se responsabilizaram pelo uso do dinheiro público, elas se transformaram em pessoas públicas.

[...]

Não porque eles são suspeitos de algo, mas porque a gestão do bem público exige transparência absoluta das pessoas privadas, a vigilância efetiva e constante da sociedade civil em relação àqueles que gerem o Estado.

Assim seríamos, entre outras coisas, poupados da atual situação de parar um debate eleitoral por causa de um dossiê a respeito do qual nem sequer sabemos o conteúdo. (*Folha de S. Paulo, Eleições 2010, p. 3*)

1.2. Os contrapontos

Como no episódio da ficha falsa, setores da blogosfera levantaram informações e fizeram contrapontos à forma como o escândalo foi agendado e noticiado no jornal e na maior parte da imprensa. Embora tenha havido muito alarde durante dezesseis dias na imprensa sobre o suposto dossiê, muitas informações foram ocultadas e apareceram apenas na blogosfera, e parte na revista *Carta Capital*, da qual não há repercussão na imprensa hegemônica, onde a revista jamais é citada, diferentemente do que sucede com outras revistas, jornais e telejornais.

Na imprensa anti-Dilma, ao se falar da quebra de sigilo de pessoas ligadas ao PSDB e ao candidato José Serra, não se fez menção ao histórico deles, relações com escândalos do passado – o que é um diferencial também da forma como pessoas ligadas à candidatura de Dilma Rousseff foram tratadas em reportagens durante a campanha. Eduardo Jorge, nas matérias, aparece apenas como vice-presidente do PSDB; Ricardo Sérgio, como ex-presidente do Banco do Brasil no governo FHC e arrecadador em campanhas de Serra no passado; Preciado é parente e sócio de Serra e Verônica, sua filha, vítima da quebra de sigilo, sem mais informações.

No entanto, nos contrapontos surgidos nos canais citados sabe-se um pouco da história dessas pessoas e o que levou a interesses pela quebra de sigilo delas. Quando surgiram nos jornais as primeiras denúncias sobre o fato, o repórter

Amaury Ribeiro Júnior⁶⁷ era acusado de estar reunindo esses dados a serviço do PT. Apresentado como uma espécie de militante do partido, ele, na verdade, é um jornalista investigativo que trabalhou em diversos meios de comunicação, como informa a revista *Carta Capital*:

Convenientemente apontado agora como “jornalista ligado ao PT”, Ribeiro Júnior sempre foi um franco-atirador da imprensa brasileira. E reconhecido. Aos 47 anos, ganhou três prêmios Esso e quatro vezes o Prêmio Vladimir Herzog, duas das mais prestigiadas premiações do jornalismo nativo. O repórter integra ainda o Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos e é um dos fundadores da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji). Entre outros veículos, trabalhou no *Jornal do Brasil*, *O Globo* e *Isto É*. Sempre se destacou como um farejador de notícia, sem vínculo com políticos e partidos. Também é reconhecido pela coragem pessoal. Nunca, portanto, se enquadrou no figurino de militante. (Fortes, 20/10/2010, p. 24-29)

No período das primeiras denúncias, Ribeiro Júnior enviou ao blogue *Conversa Afiada* trecho do livro que estava escrevendo para publicação após a Copa do Mundo⁶⁸. No trecho publicado com o título “Os porões da privatária”, o jornalista fala do envolvimento de Eduardo Jorge, Ricardo Sérgio, Preciado e Verônica em escândalos do período das privatizações no governo FHC e em negócios escusos que guardam ligações com as privatizações. O blogue de Paulo Henrique Amorim e outros publicaram o texto enviado na íntegra (Amorim, 4/6/2010). Citamos a seguir alguns fragmentos da apresentação do livro, conforme divulgado na blogosfera:

Quem recebeu e quem pagou propina. Quem enriqueceu na função pública. Quem usou o poder para jogar dinheiro público na ciranda da privatária. Quem obteve perdões escandalosos de bancos públicos. Quem assistiu os parentes movimentarem milhões em paraísos fiscais. Um livro do jornalista Amaury Ribeiro Jr., que trabalhou nas mais importantes redações do país, tornando-se um especialista na investigação de crimes de lavagem do dinheiro, vai descrever os porões da privatização da era FHC. Seus personagens pensaram ou pilotaram o processo de venda das empresas estatais. Ou se aproveitaram do processo. Ribeiro Jr. promete mostrar, além disso, como ter parentes ou amigos no alto tucanato ajudou a construir fortunas. Entre as figuras de destaque da narrativa estão o ex-tesoureiro de campanhas de José Serra e Fernando Henrique Cardoso, Ricardo Sérgio de Oliveira, o próprio Serra e três dos seus parentes: a filha Verônica Serra, o genro Alexandre Bourgeois e o primo Gregório Marin Preciado. Todos eles, afirma, têm o que explicar ao Brasil. (Amorim, 4/6/2010)

Na *Folha* e nos demais veículos da imprensa anti-Dilma nenhuma matéria toca nas questões desse texto, seja para desmenti-lo, seja para fazer apurações a esse

respeito, muito pouco foi abordado também do conteúdo dos depoimentos de Ribeiro Júnior à Polícia Federal. Sobre o que essas personagens teriam a explicar, o jornal jamais fez infográfico com perguntas sob o título “O que falta explicar?”, como fez em relação às acusações envolvendo a campanha de Dilma Rousseff e seu partido. As informações obtidas pelo jornalista, segundo Paulo Henrique Amorim afirmou então, não seriam fruto de quebra de sigilo fiscal, mas de documentos de CPIs e de processos judiciais:

É um trabalho de dez anos de Amaury Ribeiro Jr, que começou quando ele era do *Globo* e se aprofundou com uma reportagem na *Isto É* sobre a CPI do Banestado. Não são documentos obtidos com espionagem – como quer fazer crer o PIG⁶⁹, na feroz defesa de Serra. É o resultado de um trabalho minucioso, em cima de documentos oficiais e de fé pública. (Amorim, 13/9/2010)

No texto publicado na blogosfera, o jornalista aborda questões relacionadas a Eduardo Jorge e aos demais personagens, que, a partir de setembro, foram envolvidos nas matérias da imprensa anti-Dilma como vítimas de quebra de sigilo:

A começar por seu primo Gregório Marin Preciado, casado com a prima do ex-governador, Vicência Talan Marín. Além de primos, os dois foram sócios. O “Espanhol”, como (Marin) é conhecido, precisa explicar onde obteve US\$ 3,2 milhões para depositar em contas de uma empresa vinculada a Ricardo Sérgio de Oliveira, homem forte do Banco do Brasil durante as privatizações dos anos 1990. E continuará relatando como funcionam as empresas *offshores* semeadas em paraísos fiscais do Caribe pela filha – e sócia – do ex-governador, Verônica Serra, e, por seu genro, Alexandre Bourgeois. Como os dois tiram vantagem das suas operações, como seu dinheiro ingressa no Brasil...

[...]

A trajetória do empresário Gregório Marin Preciado, ex-sócio, doador de campanha e primo do candidato do PSDB à Presidência da República, mescla uma atuação no Brasil e no exterior. Ex-integrante do conselho de administração do Banco do Estado de São Paulo (Banespa), então o banco público paulista – nomeado quando Serra era secretário de Planejamento do governo estadual, Preciado obteve uma redução de sua dívida no Banco do Brasil de R\$ 448 milhões para irrisórios R\$ 4,1 milhões. Na época, Ricardo Sérgio de Oliveira era diretor da área internacional do BB e o todo-poderoso articulador das privatizações sob FHC [Essa informação aparece também na revista *Carta Capital* de 15 de setembro de 2010].

[...]

O que é mais inexplicável, segundo o autor, é que o primo de Serra, imerso em dívidas, tenha depositado US\$ 3,2 milhões no exterior através da chamada conta Beacon Hill, no banco JP Morgan Chase, em Nova York. É o que revelam documentos inéditos obtidos dos registros da própria Beacon Hill em poder de Ribeiro Jr. (Amorim, 4/6/2010)

O texto também aborda a sociedade entre Verônica Serra e Verônica Dantas, irmã de Daniel Dantas, banqueiro que arrematou várias empresas no processo de privatização. Essa sociedade também foi assunto de matéria da revista *Carta Capital* (Fortes, 15/9, p. 33-37), a qual recorda que Daniel Dantas e sua irmã Verônica “foram indiciados em 2008, pela operação Satiagraha, da Polícia Federal, por crimes de lavagem de dinheiro, evasão de divisas, sonegação fiscal, formação de quadrilha, gestão fraudulenta de instituição financeira e empréstimo vedado”. A empresa da qual as duas Verônicas eram sócias, a Decidir.com, conforme informações da revista *Carta Capital* (ibidem), no início de 2001 expôs na internet, para visita pública, dados sigilosos de todos os correntistas brasileiros com conta corrente ativa e o Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos (CCF), a chamada lista negra do Banco Central (BC), o que, segundo a revista, “é provavelmente uma das maiores quebras de sigilo da história do país”. Nessa época, uma funcionária, Cíntia Yamamoto, informara à imprensa que a empresa funcionava como a Serasa⁷⁰, para orientar o comércio sobre a inadimplência de pessoas físicas e jurídicas. Uma falha no sistema teria deixado os dados abertos ao público. Para acessá-los, bastava digitar o nome completo dos correntistas. Segundo informa a matéria, os cadastros teriam sido obtidos pela empresa em um “convênio” com o Banco do Brasil, no período do segundo governo de Fernando Henrique Cardoso.

De acordo com a matéria da *Carta Capital*, no site da empresa, criado em Miami, havia o seguinte aviso para interessados em participar de negócios no Brasil: “Encontre em nossa base de licitações a oportunidade certa para se tornar fornecedor do Estado’. Era, por assim dizer, um balcão facilitador montado nos Estados Unidos que tinha como sócias a filha do então ministro da saúde, titular de uma pasta recheada de pesadas licitações” (Fortes, 15/9, p. 33-37).

A ação da empresa é crime de quebra de sigilo fiscal. A Resolução 1.682 do Conselho Monetário Nacional proíbe a divulgação do cadastro de cheque sem fundos, a terceiros. Do mesmo modo, a Lei 4.595, de 1964, caracteriza a divulgação dessas informações como quebra de sigilo fiscal. Na época, o Banco Central sustou a apuração do caso, bem como a Polícia Federal, então comandada por um futuro deputado federal do PSDB, o delegado Agílio Monteiro, não conduziu, segundo a revista, nenhuma investigação. Durante a campanha, a imprensa hegemônica, ao falar da quebra de sigilo de Verônica Serra, não abordou esses fatos.

A respeito do assunto da empresa, o texto sobre o livro de Ribeiro Júnior

publicado no blogue *Conversa Afiada* informa que

percorrendo os caminhos e descaminhos dos milhões extraídos do país para passear nos paraísos fiscais, Ribeiro Jr. constatou a prodigalidade com que o círculo mais íntimo dos cardeais tucanos abre empresas nestes édens financeiros sob as palmeiras e o sol do Caribe. Foi assim com Verônica Serra. Sócia do pai na ACP Análise da Conjuntura, firma que funcionava em São Paulo em imóvel de Gregório Preciado, Verônica começou instalando, na Flórida, a empresa Decidir.com.br, em sociedade com Verônica Dantas, irmã e sócia do banqueiro Daniel Dantas. [...]

Financiada pelo banco Opportunity, de Dantas, a empresa possui capital de US\$ 5 milhões. Logo se transfere com o nome Decidir International Limited para o escritório do Ctco Building, em Road Town, ilha de Tortola, nas Ilhas Virgens Britânicas. A Decidir do Caribe consegue trazer todo o ervanário para o Brasil ao comprar R\$ 10 milhões em ações da Decidir do Brasil.com.br, que funciona no escritório da própria Verônica Serra, vice-presidente da empresa. Como se percebe, todas as empresas têm o mesmo nome. É o que Ribeiro Jr. apelida de “empresas-camaleão”. No jogo de gato e rato com quem estiver interessado em saber, de fato, o que as empresas representam e praticam, é preciso apagar as pegadas. É uma das dissimulações mais corriqueiras detectada na investigação. (Amorim, 4/6/2010)

A Decidir.com não existe mais no Brasil desde 2002. Verônica Serra e Verônica Dantas, segundo a *Carta Capital*, “recusam-se sistematicamente a sequer admitir que tenham sido sócias, apesar das evidências documentais a respeito”. Sobre a sociedade, a primeira diz: “Não conheço Verônica Dantas, nem pessoalmente nem de vista, nem por telefone, nem por *e-mail*” (Fortes, 15/9, p. 33-37).

Segundo Ribeiro Júnior,

não é outro o estratagema seguido pelo marido de Verônica, o empresário Alexandre Bourgeois. O genro de Serra abre a Iconexa Inc. no mesmo escritório do Ctco Building, nas Ilhas Virgens Britânicas, que interna dinheiro no Brasil ao investir R\$ 7,5 milhões em ações da Superbird.com.br, que depois muda de nome para Iconexa S.A. Cria também a Vex capital no Ctco Building, enquanto Verônica passa a movimentar a Oltec Management no mesmo paraíso fiscal. “São empresas-ônibus”, na expressão de Ribeiro Jr., ou seja, levam dinheiro de um lado para o outro. (Amorim, 4/6/2010)

Outra das pessoas cujo sigilo fiscal foi quebrado, Ricardo Sérgio, esteve envolvida em revelação de grampo telefônico no período das privatizações do governo de FHC. O grampo continha, entre outras coisas, uma frase bombástica: “Estamos no limite da irresponsabilidade”. A frase “ficou famosa nos idos de 1998, quando o então ministro das Comunicações de FHC, Luiz Carlos Mendonça de Barros, foi grampeado (ilegalmente) em conversa telefônica com um dos diretores do Banco Central do Brasil, Ricardo Sérgio de Oliveira”

(Memória Viva, 14/4/2010).

Outro personagem apontado como vítima, Eduardo Jorge, além de atual vice-presidente do PSDB, foi secretário-geral da presidência do governo FHC e esteve envolvido em alguns escândalos na época, particularmente na suposta compra de votos para a reeleição do então presidente. As matérias da *Folha* sobre a quebra de seu sigilo fiscal não mencionam isso, não fazem nenhuma lembrança a esse respeito. Sobre ele, o blogue *Brasil Nova Era* traz algumas informações a respeito da ação que tramita na 14^a- Vara da Justiça Federal sob o número 2005.34.00.037776-3, após suas apurações terem sido sustadas na Receita Federal em 2000, no governo de FHC:

Em julho de 2000, o Ministério Público Federal requisitou abertura de auditoria fiscal de Eduardo Jorge Caldas Pereira, de sua esposa e de todas as empresas em que ele tivesse adquirido participação nos últimos cinco anos, por haver diversos indícios de enriquecimento ilícito e existência de incompatibilidade de sua renda de servidor público com o patrimônio declarado. “A desproporcionalidade entre a renda tributada e a renda isenta, por si só, justificaria a realização de fiscalização da pessoa física e das pessoas jurídicas. Sobreponha-se a essas constatações o fato do contribuinte Eduardo Jorge Caldas Pereira possuir movimentação financeira incompatível com a declaração de renda do ano de 1999 e o registro de doação e incorporação ao patrimônio, de cotas da Metacor e Metaplan, que justamente lhe proporcionaram os lucros isentos declarados. Por muito menos, milhares de contribuintes são submetidos à chamada ‘malha fina’ da Receita Federal”, declaram os procuradores da República Lauro Pinto Cardoso Neto e Valquíria O. Quixadá Nunes, que assinam a ação. (Ventura, 26/8/2010)

Segundo Luis Nassif, em seu blogue, boa parte das informações que moveram o escândalo da “quebra de sigilos” tinham prazo de validade vencido e foram retomadas às vésperas da campanha eleitoral (Nassif, 10/9/2010). Ele afirma isso com base em matéria do próprio jornal, de 10 de setembro. Sob o título “Comitê do PT recebeu dossiê sobre filha de Serra”, tal matéria reconhece que aquilo que chama de “papelada” já circulava desde 2005, ou seja, antes de Dilma nem sequer imaginar ser candidata: “Tal papelada havia sido utilizada pelo partido em 2005 para solicitar ao Ministério Público a abertura de inquérito sobre uma empresa de Verônica Serra e do marido, Alexandre Bourgeois”. Da mesma maneira, o jornal reconhece que esses papéis, dos quais não aborda o conteúdo, são oficiais e envolvem apurações de suspeitas:

A *Folha* teve acesso a cerca de cem páginas do dossiê do PT paulista sobre Verônica. É o resultado de pesquisa em cartórios de registros de documentos, na Junta Comercial de São Paulo e em sites na internet. Não há nesse lote de papéis indício de quebra de sigilo

bancário ou fiscal. Mesmo tendo havido quebra de sigilo para obtenção de outras informações, boa parte da papelada é reconhecida como fruto de CPIs e de outras fontes oficiais.

[...]

Em junho de 2005, Vaccarezza chegou a propor uma CPI na Assembleia para investigar uma suspeita levantada pelo PT de que a empresa de Verônica e do marido havia sido favorecida em leilões na CPTM (companhia de trens), no Metrô e na Sabesp. (*Folha.com*, 10/9/2010)

As apurações do PT a respeito desses fatos começaram logo após o primeiro turno da eleição para a prefeitura de São Paulo, em 2004. Serra era o candidato do PSDB e venceu a disputa contra a então prefeita Marta Suplicy (PT). Em 2005, a Procuradoria da República paulista abriu procedimento administrativo⁷¹ para averiguar “crimes contra a ordem tributária e fraude em licitação” desses leilões. O procedimento deu origem a uma ação judicial, que passou a tramitar na 8ª- Vara Federal Criminal paulista. Contudo, em 2006, o próprio procurador responsável pelo caso pediu o arquivamento da ação. Verônica e seu marido nem chegaram a ser chamados para esclarecimentos.

Nessa mesma matéria, conforme questiona Nassif, a *Folha* põe o subtítulo “Outro lado” e ouve a assessoria de Serra, embora o acusado na matéria seja o PT:

Procurada para comentar as investigações realizadas pelo PT-SP acerca da empresa de Verônica, a assessoria da campanha de Serra soltou uma nota: “As especulações da reportagem dão curso às tentativas do PT de jogar lama na campanha na família do candidato José Serra”.

“Trata-se da prática de construir dossiês fajutos com informações falsas e insinuações criminosas. Não cabe nenhum comentário a não ser veemente repúdio a quem fez e a quem está divulgando baixarias”, diz o texto. (*Folha.com*, 10/9/2010)

Em seu *post*, a propósito, Nassif levanta duas perguntas sobre a matéria do jornal:

1º-) Se não tem indício de quebra de sigilo fiscal – sequer bancário –, por que a “reportagem” é colocada na página inicial da “Folha Poder” como “RECEITA FEDERAL”?

2º-) Se o material é idêntico ao que foi encaminhado pelo PT há cinco anos (ou seja, em meados de 2005) ao MP [Ministério Público], afinal é “dossiê” ou “autos do processo”? (Nassif, 10/9/2010)

A Polícia Federal conduzia a investigação sobre as quebras de sigilo de forma a divulgar os resultados após as eleições, para evitar acusações de direcionamento político. Mas o açodamento da mídia pelos resultados, distorções de fatos

relativos às investigações e insinuações de que a investigação estaria morosa para acobertar ligações dos fatos com a campanha de Dilma levaram à antecipação do resultado. Durante a campanha do segundo turno, em 20 de outubro, o diretor-geral da PF, Luiz Fernando Corrêa, e o delegado Alessandro Moretti, da Divisão de Inteligência Policial (DIP), convocaram uma entrevista para falar a respeito do caso. Em 120 dias de investigação, foram ouvidas 37 testemunhas em mais de 50 depoimentos, que resultaram nos indiciamentos dos despachantes Dirceu Rodrigues Garcia e Antônio Carlos Atella, além do *office boy* Ademir Cabral, da funcionária do Serpro cedida à Receita Federal, Adeilda dos Santos, e Fernando Araújo Lopes, suspeito de pagar à servidora pela obtenção das declarações de imposto de renda.

De acordo com os resultados da investigação, os sigilos da filha e do genro do candidato do PSDB foram quebrados na delegacia da Receita em Santo André, no ABC paulista. Outras cinco pessoas, das quais quatro ligadas ao PSDB, também tiveram o sigilo violado em 8 de outubro de 2009, numa unidade da Receita em Mauá, também na Grande São Paulo. Entre elas, o ex-ministro das Comunicações do governo Fernando Henrique Cardoso, o economista Luiz Carlos Mendonça de Barros, e Gregório Preciado, ex-sócio de Serra, bem como Ricardo Sérgio de Oliveira (Fortes, 20/10/2010, p. 24-29).

A Polícia Federal constatou, conforme informações concedidas na entrevista em que se divulgaram os resultados das investigações, que não havia relação entre a quebra de sigilo em unidades paulistas da Receita Federal e a campanha presidencial de 2010. De acordo com Moretti, assim como constou em nota distribuída aos jornalistas, as provas colhidas revelaram que o jornalista Ribeiro Júnior começou a fazer levantamento de informações de empresas e pessoas físicas ligadas a tucanos em fins de 2008, em virtude de trabalho que realizava no jornal *Estado de Minas*.

A informação não convenceu boa parte da mídia, a *Folha*, em particular. O jornal procurou manter os elos entre a quebra de sigilo, o dossiê e a campanha de Dilma Rousseff. Sobre a entrevista concedida pela Polícia Federal, a manchete, em letras garrafais na capa do jornal, foi o contrário do que a polícia afirmou: “PF liga quebra de sigilo fiscal à pré-campanha de Dilma” (20/10, capa, p. A4 e A6). Tal matéria rendeu nota com desmentido por parte da Polícia Federal (*Jusbrasil*, 20/10/2010).

A respeito disso, a matéria da revista *Carta Capital*, que resumiu todo o caso, afirma que

A nota da PF sobre a violação fez questão de frisar que “não foi comprovada sua utilização em campanha política”, base de toda a movimentação da mídia em torno de Ribeiro Júnior desde que, em abril, ele apareceu na revista *Veja* como integrante do tal “grupo de inteligência” da pré-campanha de Dilma Rousseff. Embora seja a tese de interesse da campanha tucana e, por extensão, dos veículos de comunicação engajados na candidatura de Serra, a ligação do jornalista com o PT não chegou a se consumir e é um desdobramento originado da encomenda feita por Aécio. (Fortes, 20/10/2010, p. 24-29)

De acordo com a mesma matéria, “a mídia rebola para esconder o fato: a quebra do sigilo da turma de Serra é fruto de uma guerra tucana”. O dossiê e a quebra de sigilo, segundo a revista, e informações que circularam na blogosfera desde o início da campanha, tiveram origem na “disputa fratricida dos tucanos pela candidatura” à presidência, fato revelado pela *Carta Capital* desde junho de 2010, durante as primeiras notícias sobre quebra de sigilo.

Durante a disputa entre os tucanos havia, de fato, uma guerra fria entre José Serra e Aécio Neves, em que trocavam afagos em público, mas cada um mexia-se para impulsionar a própria possibilidade de ser o candidato do partido. Nesse período, circulou, por exemplo, na mídia, um boato de que Aécio teria dado um empurrão e um tapa em sua namorada, fato jamais comprovado. O governador soltou nota negando-o. O boato foi associado a ações de bastidores de opositores de sua candidatura com apoio da mídia. Sobre essa guerra fria, a matéria supracitada informa que

acuado por uma investigação tocada por Itagiba, chefe da arapongagem de Serra desde os tempos do Ministério da Saúde, Aécio temia ter a reputação assassinada nos moldes do sucedido com Roseana Sarney, atual governadora do Maranhão, em 2002. Naquele período, a dupla Itagiba-Serra articulou com a Polícia Federal a Operação Lunus, em São Luís (MA), que flagrou uma montanha de dinheiro sujo na empresa de Jorge Murad, marido de Roseana, então no PFL. Líder nas pesquisas, Roseana acabou fora do páreo após a imagem do dinheiro ter sido exibida diuturnamente nos telejornais. Serra acabou ungido candidato da aliança à Presidência, mas foi derrotado por Lula. A família Sarney jamais perdeu o tucano pelo golpe. (Fortes, 20/10/2010, p. 24-29)

A reportagem da revista *Carta Capital* informa que, para evitar ações parecidas com essa, que destruiu a candidatura de Roseana Sarney em 2002, Aécio teria procurado se precaver, com munições que pudesse usar como escudo e como artilharia, caso fosse preciso. Fato é que, na época da obtenção dos dados de sigilo fiscal e outros, Ribeiro Júnior trabalhava para o jornal *Estado de Minas*. Ele prestou três depoimentos à PF:

No primeiro, afirmou que todos os documentos em seu poder haviam sido obtidos de forma

legal, em processos públicos. Confrontado com as apurações policiais, que indicavam o contrário, foi obrigado, nos demais depoimentos, a revelar a verdade. Segundo contou o próprio repórter, a encomenda aos despachantes fazia parte de uma investigação jornalística iniciada a pedido do então governador de Minas Gerais, Aécio Neves, que buscava uma forma de neutralizar a arapongagem contra ele conduzida pelo deputado federal e ex-delegado Marcelo Itagiba, do PSDB. Itagiba, diz Ribeiro Júnior, agiria a mando de Serra. (Ibidem)

Segundo ainda a revista, ele informou à polícia ter sido escalado para esse trabalho pelo jornal *Estado de Minas*:

Ribeiro Júnior disse à PF ter sido escalado para o serviço diretamente pelo diretor de redação do jornal mineiro, Josemar Gimenez, próximo à irmã de Aécio, Andréa Neves. A apuração, que visava levantar escândalos a envolver Serra e seus aliados durante o processo de privatização do governo Fernando Henrique Cardoso, foi apelidada de Operação Caribe. O nome sugestivo teria a ver com supostas remessas ilegais a paraísos fiscais. (Ibidem)

A irmã de Aécio, Andréa Neves, foi influente nos dois mandatos do irmão à frente do governo de Minas. Por sete anos, foi presidente do Serviço Voluntário de Assistência Social (Servas) de Minas Gerais, cargo tradicional das primeiras-damas mineiras. Desde o começo do primeiro mandato do irmão, ela foi escalada para intermediar as conversas entre o Palácio da Liberdade e a mídia local. Virou coordenadora do grupo técnico de comunicação do governo, formalmente criado para estabelecer as diretrizes e a execução das políticas de prestação de contas à população. Suas relações com o diretor do *Estado de Minas*, conforme a *Carta Capital*, se estreitaram.

Também, conforme informações dessa mesma matéria, dados da PF demonstram que todas as quebras de sigilo ocorreram entre setembro e outubro de 2009. As informações foram utilizadas para a confecção de relatórios, e todas as despesas do trabalho do jornalista, segundo ele próprio, “foram custeadas pelo jornal mineiro”. A apuração feita por Ribeiro Júnior jamais foi publicada na Folha. Guerras de destruição de reputação de oponentes são comuns durante eleições. As candidaturas procuram se munir de armas e escudos que não necessariamente são usados durante a campanha, mas servem de segurança. Pensando nisso, e de olho nas informações em poder de Ribeiro Júnior, “e preocupado com ‘espiões’ infiltrados no comitê, o então coordenador de comunicação da pré-campanha de Dilma, Luiz Lanzetta, decidiu procurar o jornalista” (Fortes, 20/10/2010, p. 24-29). Ele marcou, então, um encontro com Ribeiro Júnior em um restaurante de Brasília, o qual foi descoberto pela mídia e

daí se fez todo o escândalo associando a pré-campanha de Dilma à quebra de sigilo e ao dossiê, que tem toda essa história de relações complexas. O encontro

acabou por causar uma enorme confusão na pré-campanha de Dilma e, embora não tenha resultado em nada, deu munição para a oposição e fez proliferar, na mídia, o mito do “grupo de inteligência” montado para fabricar dossiês contra Serra. A quebra dos sigilos tornou-se uma obsessão do programa eleitoral tucano, até que, ante a falta de dividendos eleitorais, partiu-se para um alvo mais eficiente: os escândalos de nepotismo a envolver a então ministra da Casa Civil Erenice Guerra. (Ibidem)

Lanzetta foi desligado da campanha de Dilma após as primeiras notícias divulgadas na imprensa sobre a quebra de sigilo que o envolviam as informações obtidas por Ribeiro Júnior. Todos esses esclarecimentos não ganharam espaço na *Folha* e na imprensa hegemônica em geral. A matéria da *Carta Capital*, apesar da consistência, não teve repercussão em veículos da imprensa hegemônica. Houve um silêncio total quanto às informações da revista, as quais foram repercutidas apenas na blogosfera.

O jornal *Estado de Minas* negou que Ribeiro Júnior tivesse encomendado as quebras de sigilo para realizar seu trabalho para o jornal. Segundo o diretor de redação, Josemar Gimenez, ele teria feito essas apurações em período de férias das atividades profissionais. Mas, segundo a reportagem de *Carta Capital*,

o que Gimenez não pode negar é a adesão do *Estado de Minas* ao governador Aécio Neves na luta contra a indicação de Serra. Ela se tornou explícita em 3 de fevereiro deste ano, quando um editorial do jornal intitulado “Minas a Reboque, Não!” soou como um grito de guerra contra o tucanato paulista. No texto, iniciado com a palavra “indignação”, o diário partiu para cima da decisão do PSDB de negar as prévias e impor a candidatura de Serra contra as pretensões de Aécio. Também pareceu uma resposta às insinuações maldosas de um articulista de *O Estado de S. Paulo* dirigidas ao governador de Minas. (Ibidem)

Segundo a revista, o diretor de redação mudou suas versões sobre o possível envolvimento do jornal no caso enquanto o escândalo fervilhava, e quando foi procurado pela reportagem “ficou muito irritado com perguntas sobre a Operação Caribe. “Não sei de nada, isso é um absurdo, não estou lhe dando entrevista”, disse, alterado, ao telefone celular. Sobre a origem da pauta, foi ainda mais nervoso. “Você tem de perguntar ao Amaury [Ribeiro Júnior] –, arrematou”. Aécio Neves e o ex-delegado da Polícia Federal, deputado pelo PSDB e candidato derrotado à reeleição, Marcelo Itagiba, também negaram envolvimento na busca de informações negativas contra os pré-candidatos.

Como mencionado acima, o caso, conforme constatavam as pesquisas⁷², não

rendia muitos dividendos políticos para Serra, bem como começava a chamar a atenção para informações desagradáveis para o candidato. Embora o caso tenha proporcionado pautas durante dezesseis dias ininterruptos na *Folha* e nos órgãos de imprensa que lhe faziam coro a esse respeito, sumiu do noticiário de uma hora para outra, a partir de 10 de setembro, sem os devidos esclarecimentos. Para Luis Nassif: “A *Folha* blefou, perdeu e não quer mostrar as cartas. Há tempos, o jornal menciona dossiês que teriam circulado pelo comando de campanha de Dilma Rousseff, divulga trechos, passa dicas e não abre as cartas” (Nassif, 10/9/2010). Em 12 de setembro, inicia-se, então, um novo escândalo.

2. O caso Erenice

2.1. A versão da *Folha*

O novo escândalo iniciou-se com a revelação de suposto *lobby* do filho da então ministra da Casa Civil, Erenice Guerra. Israel Guerra teria intermediado contratos entre empresa privada e governo (12/9, capa e *Eleições 2010*, p. 1 e 8-9). Desde o início do escândalo, as manchetes substituem o nome da ministra, pouco conhecida na função, por “braço direito de Dilma”. A matéria que desencadeou o escândalo saiu inicialmente na revista *Veja* daquela semana, sendo repercutida no *Jornal Nacional* de sábado, na *Folha* de domingo (12/9) e em outros meios de comunicação pró-Serra e anti-Dilma⁷³. Segundo as informações publicadas, Israel teria ajudado, por meio de sua empresa de consultoria (Capital Consultoria), com colaboração de sua mãe, a empresa Master Top Airlines Ltda. (MTA Linhas Aéreas) a renovar concessão da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), sem a qual a empresa não teria fechado um contrato com os Correios. Tais informações não são publicadas na matéria da *Folha* no condicional, mas como certezas consumadas. Já na chamada de capa aparece uma declaração de José Serra a esse respeito: “A Casa Civil virou ‘um centro de maracutaias’”. A tematização do escândalo na imprensa, que teve seu ponto de partida às vésperas de um debate com os candidatos na Rede TV, procurou sempre associar os fatos à Casa Civil, ministério anteriormente ocupado por Dilma Rousseff, fazendo também associação entre Erenice e a candidata, seja por meio de uma foto em que ambas aparecem lado a lado, sempre repetida nas matérias ao longo do escândalo, seja pela também constante referência a ela como “braço direito” da candidata.

O tema se tornou um dos focos do debate na televisão, e as manchetes do jornal, no dia seguinte, fizeram ressonância: “Acusações de corrupção provocam maior duelo da campanha entre Dilma e Serra – Petista chama tucano de caluniador, mas não diz se poria mão no fogo por sua sucessora na Casa Civil; ex-governador acusa adversária de usar aparato para proteger companheiros” (*Eleições 2010*, 13/9, p. 1). Nessa edição do dia 13 aparecem novas acusações contra a ministra, também com chamada de capa, relativas a nepotismo. Quatro parentes de Erenice teriam ocupado cargos federais até 2008, quando o Supremo Tribunal Federal proibiu o nepotismo em cargos públicos (capa e *Eleições 2010*, 13/9, p. 3). A acusação inicial e respostas em relação a ela ficam de escanteio, aparecendo apenas uma pequena nota, na parte inferior de uma das páginas do caderno especial *Eleições 2010*, com o título “Anac nega irregularidade envolvendo Israel Guerra” (ibidem, p. 3). Segundo informações fornecidas pela Anac, que constam em tal nota, a ampliação do prazo de concessão negado anteriormente à MTA teria ocorrido porque a empresa regularizara sua situação na agência. A prorrogação havia sido negada devido à falta de regularização previdenciária.

Na edição do dia seguinte a manchete principal informa que “Lula mantém Erenice no cargo e exonera assessor”. Tal exoneração foi de um assessor da Casa Civil que teria ajudado Israel Guerra no *lobby*. O jornal continua repercutindo a matéria da *Veja* e informa que Israel teria acertado uma “taxa de sucesso” de 6% na “consultoria” ou “*lobby*” para a renovação do contrato da empresa. Esta teria obtido a renovação sem licitação e com permissão para transportar cargas dos Correios compartilhadas com outras cargas, o que antes não era permitido (capa e *Eleições 2010*, p. 1 e 3-4). As matérias informam que o governo abriu procedimentos para apurar o caso e procurar debelar a crise, e que Erenice e Israel prometeram abrir sigilo bancário. A ministra, sob exigência do governo, entregou à Comissão de Ética Pública da Presidência pedido para ser investigada. O ex-representante da MTA Linhas Aéreas, Fábio Baracat, que fez os contatos com Israel Guerra e foi pivô do início do escândalo, aparece nessa edição em uma pequena entrevista, publicada com pouca visibilidade, negando as acusações. Segundo a entrevista, a “consultoria” não foi fechada porque não teria havido necessidade pelo fato de as pendências já estarem resolvidas e a “taxa de sucesso” a ser cobrada ser a comum em consultorias similares. O escândalo continuou com grande destaque nas páginas do jornal: quadro rememorativo com síntese das acusações, do envolvimento de cada personagem; lista de perguntas com o título “O que precisa ser respondido”; infográficos replicados

em várias edições.

Outras acusações vão sendo somadas ao escândalo, criando a impressão de cascata de fatos e mantendo o tema nas manchetes de capa, como a denúncia de que a Casa Civil havia solicitado ao Itamaraty uma carta de apresentação do marido da ministra Erenice Guerra para que ele entrasse nos Estados Unidos mais facilmente para realização de negócios (*Eleições 2010*, 14/9, p. 3), e a de que um irmão da ministra teria feito um desvio de dinheiro na editora da Universidade de Brasília no valor de 5,8 milhões de reais. O infográfico a respeito do caso passou a ter o título de “Laços de família”.

Em 16 de setembro o jornal noticia uma nova denúncia, de maior impacto, segundo a qual o filho de Erenice teria realizado outra ação de tráfico de influência entre a empresa de energia EDRB do Brasil Ltda., para conseguir empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Segundo a notícia, a empresa teria informado que o filho da ministra e um assessor dela teriam cobrado 240.000 reais e mais 5% de comissão para intermediar o empréstimo. No calor da campanha, com essa nova denúncia, a ministra foi afastada do cargo. No dia seguinte, em letras garrafais, a *Folha* afirma na capa: “Novas acusações derrubam o ex-braço direito de Dilma” (capa e *Eleições 2010*, 17/9, p. 1 e 3-5), com os subtítulos: “Erenice será substituída interinamente por seu secretário-executivo; demitida atribui denúncias a ‘sórdida campanha’ movida por ‘paixões eleitorais’; candidata do PT apoia saída”. Abaixo da manchete, um novo infográfico, que foi repetido em diversas edições seguintes, traz uma linha do tempo com os ministros da Casa Civil, os anos que passaram no ministério e os escândalos e factoides principais envolvendo-os: José Dirceu, Dilma Rousseff, Erenice Guerra. As matérias reforçam a associação entre Dirceu, Erenice, os escândalos nos quais estiveram envolvidos e a candidata do PT. Uma nota, na parte inferior da página 3 do caderno das eleições, informava sobre o comunicado oficial do BNDES a respeito da denúncia: “BNDES diz que rejeitou empréstimo a empresa – De acordo com o banco estatal, o montante era incompatível com o tamanho da EDRB”. Metade dessa pequena matéria, destinada a ser um espaço de resposta do banco às acusações, corresponde a uma síntese das mesmas acusações que estavam novamente estampadas na capa, nas matérias principais e infográficos da edição.

Rubnei Quícoli, pivô da nova acusação envolvendo o BNDES, era a única fonte para as matérias a esse respeito. Ele era referenciado pela *Folha* e pela imprensa hegemônica como “consultor”, mas a blogosfera progressista revelará que ele foi

condenado por diversos crimes, o que fora ocultado na imprensa anti-Dilma, como veremos adiante. *E-mails* enviados por Quícoli a alguns assessores da Casa Civil, inicialmente referentes a suposto ajuste de *lobby* e, depois, a respeito de aparente denúncia, são apresentados nas matérias da *Folha* como provas documentais das informações fornecidas. Trata-se sempre de *e-mails* enviados por Quícoli; não é apresentado nenhum *e-mail* com resposta incriminadora enviada por parte de alguma pessoa da Casa Civil, de Israel ou de Erenice Guerra.

O caso permanece como principal assunto da cobertura jornalística do jornal por duas semanas, a partir do dia 12 de setembro, mas continuou sendo abordado até o dia da votação e no segundo turno. As manchetes da *Folha* sobre o assunto, desfavoráveis a Dilma Rousseff, eram exibidas continuamente no programa eleitoral de José Serra. O tema se mantinha na ordem do dia no jornal, seja com a busca de novas revelações, seja com comentários de políticos oposicionistas condenando-o, seja com a busca de declarações da candidata Dilma Rousseff ou de seus correligionários sobre o assunto. Algumas das matérias são assinadas pela repórter que também fez a matéria sobre a ficha falsa, estudada no primeiro capítulo, Fernanda Odilla.

No dia 18 de setembro o novo fato apresentado foi: “Filho de Erenice ‘nomeou’ amigos para a pasta de Dilma” (capa e *Eleições 2010*, p. 1 e 3). Já no dia seguinte o que garantiu a manchete foram declarações obtidas da candidata do PT a respeito do caso: “Dilma diz que não sabia de esquema na Casa Civil”. Nessa mesma edição, o jornal replica nova acusação da revista *Veja*, segundo a qual Israel Guerra teria interferido na compra do medicamento Tamiflu, para combater a gripe A, o qual teria sido adquirido sem licitação (capa e *Eleições 2010*, p. 1 e 3-5). Segundo essa matéria, Israel teria ganhado propina de 200.000 reais nesse episódio. Ao lado da matéria aparecia uma pequena nota em tom de desconfiança, na qual o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, informava que o medicamento foi comprado pelo Ministério da Saúde, sem interferência da Casa Civil e sem “intermediários”. A empresa fabricante do medicamento, a Roche, também se pronunciou negando a existência de intermediários. Sobre a quantidade comprada, o ministro informou que foram seguidas as orientações do Centro de Controle de Doenças dos Estados Unidos (CDC) quanto à constituição de estoques para o combate de eventuais epidemias. “O critério adotado é o número de tratamentos para proteger 10% da população”, segundo informou. Essa resposta se deve ao fato de as matérias a esse respeito terem informado que foram comprados medicamentos para atender a 24,5 milhões de

pessoas, e apenas 4,8 milhões contraíram a doença. O episódio, mais tarde, seria esclarecido por investigações da Controladoria Geral da União, conforme informações fornecidas pela blogosfera, como veremos adiante. Nos dias seguintes continuaram as manchetes e matérias a respeito do escândalo envolvendo Erenice Guerra, com novos elementos e declarações de menor relevância.

A edição da *Folha* de 21 de setembro é a primeira, desde que surgiu o escândalo, em que a manchete principal da capa não diz respeito ao tema. Nesse dia, o jornal trouxe uma manchete de baixa relevância, dentro do contexto da proximidade do primeiro turno: “USP vai reavaliar currículos e pode eliminar cursos”. Após cerca de dez dias com pauta ininterrupta sobre o caso Erenice, diminuiu-se a intensidade do noticiário a respeito. Coincidentemente, nesse dia, o tema também não foi tratado nos programas eleitorais do candidato José Serra (Saraiva, 22/9/2010).

2.2. A torcida pelo segundo turno

As pesquisas começaram a demonstrar os efeitos dos escândalos propagados durante o mês. Com a pesquisa publicada na *Folha* de 23 de setembro começou-se a expor as medições de tais efeitos: “Com escândalos, cai vantagem de Dilma, mostra Datafolha – Petista tem 49% das intenções, e os rivais somam 42%; cresce chance de 2º- turno” (capa e *Eleições 2010*, p. 1-6). No texto da chamada, as acusações relativas a Erenice Guerra são tratadas como se fossem fatos indubitáveis, comprovados: “Após a descoberta de tráfico de influência na Casa Civil, a vantagem de Dilma Rousseff (PT) sobre os adversários na disputa pelo Planalto caiu cinco pontos [...]”. Os textos da chamada e da matéria, que tratam as mudanças de números nas pesquisas como “placar”, não conseguem camuflar o tom de comemoração e permitem entrever as intenções por trás do agendamento de temas e da criação de escândalos em torno da candidatura de Dilma Rousseff. Abaixo da chamada principal da capa, foram publicadas outras duas chamadas, que reforçavam esse tom: “Candidata do PT sofre revés pela primeira vez em dois meses”; “Maior favorecida pelas variações, Marina (PV) tira votos da petista”.

Ao mesmo tempo em que se constatava nas pesquisas a tendência de subida de Marina, retirando pontos de Dilma, como efeito dos escândalos, o jornal, por meio de suas matérias, procurava reforçar esse movimento quando faltavam dez dias para o primeiro turno. Nota-se, a partir de então, maior interesse por Marina Silva por parte do jornal, o que não se verificou no período abordado no

segundo capítulo. Já no dia seguinte à pesquisa, 24 de setembro, o jornal trouxe duas matérias sobre a candidata e as pesquisas. Na primeira, faz uma síntese do programa eleitoral dela, com o título: “Marina busca nas recentes pesquisas fôlego para chegar ao segundo turno” (*Eleições 2010*, p. 5). O “olho” dessa mesma matéria traz a seguinte frase entre aspas, citada do programa da candidata do PV: “Marina é a única força política que sobe no país porque é séria”. Há também, nesse mesmo texto, uma pequena síntese do programa de José Serra e nada sobre o de Dilma Rousseff. Na página seguinte, a manchete de outra matéria a respeito de Marina anunciava: “Marina cresce e empata com Serra no Rio – Vácuo político e evangélicos ajudam a verde a ganhar 1 milhão de votos em dois meses no 3º- maior colégio eleitoral”. Em 26 de setembro, a candidata do PV ganhou a manchete principal da capa, apresentada como juíza a julgar o Partido dos Trabalhadores: “PT repete os erros do mensalão, diz Marina”. No texto, a candidata é implicitamente tratada como alternativa, acima do bem e do mal, pois, além de julgar os erros do PT, trata das falhas dos tucanos no final do texto: “‘Falta de sensibilidade’ com o social” (capa e *Eleições 2010*, p. 1 e 4).

Em 2 de outubro uma matéria ressaltava a “onda verde” e o passado de Marina como empregada doméstica: “Ex-patroa de Marina cria comitê para a candidata no Acre e crê na ‘onda verde’” (*Eleições 2010*, p. 6). No texto, o entusiasmo prevalece: “‘A onda verde também chegou aqui a Rio Branco. Marina pode surpreender’, diz ela, diante do cartaz da ex-seringueira na frente de sua casa. Ali funciona um dos duzentos comitês domiciliares, as chamadas ‘casas de Marina’, no Estado natal da candidata do PV”. Ressaltam-se também a origem humilde e a capacidade de superação de Marina: “Analfabeta e com a saúde frágil, Marina aprendeu a cozinhar e a lavar roupa enquanto dava os primeiros passos na alfabetização. Estudar foi a motivação para deixar aos 16 anos o seringal Bagaço, onde ajudava o pai na extração da borracha”. Em outra fala, reproduzida no jornal, a ex-patroa completa: “Aquela menina tímida e doente chegou longe e, se depender de mim, vai mais longe ainda. Não é bom duvidar da capacidade da Marina”.

Por trás desse reforço de imagem que o jornal e a maior parte da imprensa procurou dar à candidata do PV, sobretudo na reta final da campanha do primeiro turno, percebe-se que houve a constatação de que ela tinha possibilidades de conquistar votos, sem ameaçar a segunda posição de José Serra, favorecendo-o, ao levar a eleição para o segundo turno.

A poucos dias da votação, a torcida do jornal pelo segundo turno ficou

evidente. No dia 28 de setembro publicou-se uma nova pesquisa com tom de torcida ufanista: “Dilma cai em todas as regiões e crescem chances de 2º- turno (capa e *Eleições 2010*, p. 1 e 3-5). No dia seguinte, a capa continua com o mesmo tema na manchete principal: “Dilma tenta frear perda de voto com apelo à militância – Candidata muda de estratégia após queda de 6 milhões de virtuais eleitores em duas semanas”. Abaixo, outro título evoca uma vantagem, caso haja segundo turno: “Polarização em eventual 2º- turno acabará com a falta de ideologia”. Ainda na mesma edição, no caderno especial: “Risco de 2º- turno leva Dilma a acionar Lula – Para neutralizar boatos contra petistas entre religiosos, presidente vai à TV para ‘alertar’ sobre mentiras em campanhas”; “Tucano lembra 2002 e afirma que vai avançar”; “‘Sangria’ de Dilma chega a 6 mi de votos – Nova classe C concentra a maioria dos eleitores que desembarcaram da candidatura do PT nas duas últimas semanas”; “Serra precisa mudar no 2º- turno, diz Aécio – Favorito ao Senado, ex-governador mineiro afirma que PSDB deve incorporar propostas do PV para atrair Marina” (capa e *Eleições 2010*, 28/9/2010, p. 1-3).

Em 30 de setembro o jornal foi em busca de um reforço para a campanha pelo segundo turno. Entrevistou o cantor Caetano Veloso, o qual já diversas vezes tinha feito críticas a Lula e manifestado apreço por FHC. Portanto, a escolha do jornal pelo cantor a ser entrevistado, entre tantos outros possíveis, sobre a necessidade de um segundo turno não foi casual. A entrevista tinha por título: “2º- turno explicita **dúvidas**, diz Caetano – Cantor afirma que vitória do tom ‘desmedido de Lula e Dilma no domingo seria regressão populista primária” (*Eleições 2010*, p. 17). Ao lado, o jornal publicou um olho com fala do cantor em negrito e letras maiores, a qual não aparece na entrevista: “[...] as pessoas estão votando em Dilma, pessoa que elas não conhecem, só porque ele [Lula] mandou que fosse dessa maneira”.

Também em 30 de setembro o tema do aborto, recorrente no noticiário e insuflado na campanha, sobretudo em correntes de *e-mail*, em *sites* e blogs contra a candidatura de Dilma e entre líderes religiosos, alguns assumidamente apoiadores de Serra, começou a ganhar mais destaque nas páginas do jornal: “Edir Macedo defende Dilma sobre o aborto”. Tratava-se de ato da candidata realizado por sua campanha como estratégia para dirimir os boatos, segundo os quais se ela ganhasse legalizaria o aborto no Brasil, bem como boatos que alimentavam suspeitas a respeito da prática religiosa de Dilma. No ato, estiveram presentes lideranças de diversas igrejas, tanto evangélicas como da Igreja Católica. Mas quem ganhou destaque na manchete da *Folha* como “defensor” de Dilma foi o líder mais controverso, Edir Macedo. Abaixo, outra matéria informa

que “Marina acusa Dilma de mudar por votos discurso sobre o aborto – Petista, que afirmara ser a favor do aborto, diz agora que é contra” (*Eleições 2010*, p. 3).

Em 1º- de outubro, o jornal já deu como praticamente certa a ocorrência de um segundo turno e ainda qual seria a tendência de eleitores para a nova rodada: “Eleitor de Marina tende a Serra no 2º- turno” (idem, p. 6), e continuou com o tema do aborto: “Dilma diz que não mudou sobre o aborto – Petista reafirma ser contra a prática, apesar de ter defendido a descriminalização em 2007, e promete não mudar a lei” (idem, p. 10). No dia seguinte, véspera da eleição, o aborto e a certeza de segundo turno continuaram na pauta do jornal: “Após críticas de religiosos, Dilma batiza o neto no RS”; “Petista perde votos entre eleitores evangélicos, segundo o Ibope” (idem, p. 8); “Sem Marina, PV deve anunciar apoio a Serra – Verdes indicam uma aliança com PSDB em caso de segundo turno, mas candidata sinaliza que ficará neutra” (idem, p. 6).

Também em 1º- de outubro o jornal publicou uma nota, ocultada na página 10 do caderno das eleições, sobre a divulgação, por parte da Controladoria Geral da União (CGU), do resultado de quatro das nove auditorias que estavam sendo realizadas a respeito das acusações contra a Casa Civil. Apenas em uma das quatro auditorias foram encontradas irregularidades, envolvendo contratos no valor de 2 milhões de reais da editora da UnB, na qual trabalhava um irmão de Erenice Guerra. O jornal as tratou com descrédito: “Controladoria poupa Casa Civil em auditoria”. O jornal lança dúvidas, em particular, sobre os esclarecimentos a respeito das denúncias de Rubnei Quícoli envolvendo o BNDES, que, como veremos adiante, tinham pouca sustentação: “Não foram analisadas pelo órgão suspeitas de tráfico de influência e *provas* [grifo nosso] apresentadas por Quícoli, como a troca de *e-mails* com o ministério”.

A torcida pelo segundo turno continuou até a edição do dia da votação, quando o jornal publicou nova pesquisa: “Dilma tem menor índice em 50 dias; 2º- turno segue indefinido – Petista oscila para baixo e chega a 50%, mesma soma dos rivais; Marina atinge sua melhor marca e Serra estaciona, diz Datafolha, feito sexta e ontem” (capa e *Eleições 2010*, p. 1 e 3-9). As oscilações dentro da margem de erro, tanto de Dilma como de Marina, não permitiram certeza estatística do segundo turno, mas serviram para reforçar o tom de torcida e, como fora feito ao longo da campanha, para influenciar eleitores, alimentando o clima de mudança de votos.

2.3. Os contrapontos na blogosfera

A blogosfera progressista constituiu-se, ao longo desse caso, em permanente

contraponto às informações da *Folha* e dos outros órgãos da imprensa hegemônica, dando outras versões, publicando desmentidos, criticando a forma como os fatos eram noticiados ou ocultados, com viés partidário, e apontando ligações entre a cobertura das eleições e a campanha de José Serra.

Sobre a acusação inicial do caso Erenice, a renovação do contrato da empresa aérea MTA (cf. p. 172-173), a blogosfera independente, como veremos abaixo, publicou todas as notas a respeito divulgadas por entidades e pessoas envolvidas nas acusações e, sobretudo, algo fundamental que também fora ocultado pela *Folha* e seus correlatos na imprensa: o fato de que a principal fonte da matéria inicial da *Veja*, repercutida na *Folha* e em toda a imprensa, como pessoa que levantou a acusação contra Erenice Guerra, Fabio Baracat, negou as acusações atribuídas a ele na matéria:

Ainda no sábado (11) [set.], logo que a revista chegou às bancas, o empresário Fábio Baracat, principal “fonte” da reportagem, divulgou uma nota desmentindo a *Veja*. Segundo ele, a revista mentiu aos leitores.

Na versão fantasiosa da *Veja*, Baracat, suposto dono da empresa Via Net e sócio da MTA, queria ampliar a participação de suas companhias nos Correios e, para isso, ele teria pago a suposta propina de aproximadamente 6% sobre um contrato de R\$ 84 milhões.

O empresário diz na nota que foi surpreendido com a matéria: “Primeiramente, gostaria de esclarecer que não sou e não fui funcionário, representante da empresa Via Net, ou a representei em qualquer assunto comercial, como foi noticiado na reportagem. Apenas conheço a empresa e pessoas ligadas a ela, assim como diversos outros empresários do setor”. (Gonzalez, 14/9/2010)

Baracat também negou “qualquer relacionamento pessoal ou comercial com a ministra Erenice Guerra”. Disse que a conheceu, mas nunca tratou de negócios, nem políticos nem privados, com ela. Informou também que, ao procurá-lo, a revista só perguntou sobre a relação da MTA com o coronel Artur, o então diretor de Operações dos Correios. E concluiu, dizendo que se sentia como “mais uma personagem de um jogo político-eleitoral irresponsável do qual não participo, porém que afeta famílias e negócios que geram empregos”.

As notas oficiais publicadas, negando o foco inicial do escândalo e pouco repercutidas na imprensa, foram seis. A empresa Via Net informou, em sua nota, entre outras coisas, que Baracat não foi dono ou sócio da empresa, como vinha sendo noticiado, bem como nunca foi “procurador ou gestor, e tampouco pertenceu algum dia ao quadro de funcionários da empresa, fatos esses que podem facilmente ser comprovados” (Gonzalez, 14/9/2010). A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) afirmou, em sua nota, que o

fechamento dos contratos estava de acordo com a legislação vigente e que os contratos em vigor com a empresa de transporte aéreo de carga MTA “resultam de processos licitatórios regulares e transparentes, que estão disponíveis para consulta na página dos Correios na internet” (ibidem). A empresa afirmou ainda que tem contratos com mais seis empresas para o transporte aéreo de carga e que “todos passaram pelos mesmos crivos das Leis 8.666/93 e 10.520/02”. Outra instituição pública que emitiu nota desmentindo a revista foi a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Junto com a nota, a agência disponibilizou cópias do processo que renovou a concessão da empresa MTA. Segundo a agência, a decisão favorável à MTA, em 18 de dezembro, ocorreu porque a empresa apresentou a certidão que faltava para comprovar que sua situação previdenciária estava regular. Erenice Guerra também divulgou nota na qual afirma que, quando ela e familiares foram procurados pela *Veja*, “forneceram todas as respostas cabíveis a cada uma das interrogações feitas pela revista. De nada adiantou nosso procedimento transparente e ético, já que tais esclarecimentos foram, levianamente, desconhecidos” (ibidem). A ministra afirmou também, nessa nota, que moveria processo contra a revista.

Com todas essas notas e esclarecimentos, mesmo que continuassem pairando dúvidas a respeito da atuação de Erenice Guerra e de seu filho Israel, que sob determinação da presidência da República passaram a ser investigados pela Controladoria Geral da União, pairam dúvidas também sobre a notícia que desencadeou o escândalo. O jornalista Luis Nassif fez, em seu blogue, uma lista com os passos duvidosos dados na construção da matéria inicial:

O jogo da manipulação consiste em pegar um conjunto de informações soltas, depois compor um roteiro à vontade do freguês, uma peça de ficção, mas que contenha alguns ingredientes reais.

Como fez o Diego [Escosteguy, jornalista que assinou a matéria]?

1. Levantou um contrato da Via Net Express com a Capital (do filho da Erenice) em que se fala em taxa de sucesso de 6%.
2. Diz que, pela Via Net, quem assina é o seu dono, Fábio Baracat. Na verdade, Baracat nada tem a ver com a empresa, a não ser oferecer serviços eventuais.
3. Levanta matérias recentes da imprensa, sobre as ligações da MTA com a Anac e os Correios.
4. Ponto: tem os contratos da MTA junto aos Correios e a comissão de 6%. Cruza uma com outra e tem-se o valor da propina.
5. Para fechar o elo, diz que Erenice “indicou” o tal coronel Quá-Quá para a Anac. A prova: a assinatura dela na indicação. Não informa que todas as indicações para cargos públicos passam pela Casa Civil.

6. A partir dessa soma admirável, a revista faz toda sorte de elucubrações. Fala em financiamento do esquema, em reuniões fechadas, sem celular nem caneta e o escambau. (Nassif, 12/9/2010)

Os tais 6%, segundo Nassif, referiam-se à obtenção de financiamentos, que, segundo Baracat, nunca foram obtidos e seriam uma praxe de consultorias em geral, e não apenas do contrato específico a que a matéria se referia:

A revista precisava mostrar a “prova” do pagamento de 6% de propina. Mas esse percentual não vinha separado: estava em um parágrafo inteiro que não podia ser suprimido. Precisou, então, publicar o parágrafo inteiro para expor o número mágico dos 6%. Publicando, matou, ela própria, sua matéria.

E aí fica-se sabendo que a taxa de sucesso nada tinha a ver com a Anac, com contratos com os Correios, com renovação de concessão. Mas, apenas, no caso de obter financiamentos – que, pelas declarações do Baracat, nunca foram obtidos. (Ibidem)

Em sua nota a esse respeito, a empresa Via Net afirma desconhecer o contrato cujo fac-símile fora publicado na matéria da revista *Veja* e repercutida na *Folha*: “Não assinou esse suposto contrato, não conhece a Capital Assessoria, não conhece seus sócios, nunca manteve qualquer contato e qualquer tipo de relação comercial com a mesma”. Afirmava também que não possui nenhum tipo de contrato de prestação de serviços com os Correios, nem compra serviços de transporte aéreo nas aeronaves dos Correios. Também informava que “buscará os esclarecimentos necessários, para em seguida adotar as medidas judiciais cabíveis”. Embora houvesse todas essas dúvidas e contrainformações, o “crime” denunciado pela imprensa era tratado como comprovado e sentenciado. Enquanto isso, a revista *Carta Capital* publicou matéria, já abordada, sobre a empresa da filha de José Serra que, segundo informava, intermediava contratos de empresas estrangeiras com o governo brasileiro quando seu pai era ministro da Saúde, mas não teve repercussão alguma na imprensa hegemônica; tratamento muito diferente dado à matéria de *Veja* sobre o filho de Erenice, que teve repercussão ampla em toda a imprensa.

A outra denúncia de suposto tráfico de influência, referente à obtenção de financiamento do BNDES para a empresa EDRB montar parque de energia eólica, a qual fora o estopim que derrubou a ministra Erenice Guerra (cf. p. 174-175), foi levantada por Rubnei Quícoli, a única fonte das matérias que continham a acusação. Em todas as matérias a esse respeito ele fora apresentado de forma pomposa, como “consultor”. O jornal ocultou ao máximo outros dados pertinentes sobre ele, que teriam sido importantes para que os leitores pudessem

avaliar as informações e acusações por ele levantadas. Segundo Quícoli, o projeto de financiamento não fora aprovado porque teria havido uma recusa de sua parte em pagar propina. A partir disso ele teria enviado *e-mails* a pessoas da Casa Civil alertando sobre a tentativa de corrupção. Entretanto, após esclarecimentos divulgados na blogosfera, como veremos abaixo, ele fica com pouca credibilidade para ser o único fiador de acusações dessa gravidade. O prontuário dele, ocultado pela maior parte da imprensa, traz algumas condenações e cumprimento de prisão pelos seguintes crimes:

- recebeu 10 toneladas de carga roubada de um caminhão roubado;
- tentou negociar com nome falso, a venda para a própria vítima, o dono da carga roubada, mediante pagamento de cerca de 1/3 do valor;
- quando o dono armou flagrante para a polícia, o motorista contratado para devolver (que apenas fez o frete) denunciou Rubnei Quícoli como quem o contratou;
- Rubnei, armado, ameaçou de morte o motorista e sua família para mudar o depoimento que o incriminava. (Menezes, 17/9/2010)

Todos os crimes acima foram comprovados e testemunhados nos autos, o que o levou à condenação. Estão descritos no processo⁷⁴, cuja sentença foi reproduzida no blogue supracitado e em vários outros.

Com relação à denúncia de *lobby* para financiamento do BNDES à empresa EDRB, a nota do banco com informações sobre as inconsistências do projeto e sua recusa pelos trâmites legais apresentou argumentos consistentes. Posteriormente, tais informações foram comprovadas pela investigação da Controladoria Geral da União:

Em função de reportagem publicada na edição desta quinta-feira, 16 de setembro, do jornal *Folha de S. Paulo*, o BNDES vem a público declarar que:

Repudiamos a insinuação de que o Banco poderia estar envolvido em um suposto esquema de favorecimento para a obtenção de empréstimos junto à instituição e consideramos que a tese demonstra um total desconhecimento quanto ao funcionamento do BNDES. O projeto em questão foi rejeitado pelo Comitê de Enquadramento e Crédito do BNDES, órgão interno do Banco, formado por seus superintendentes. A aprovação por esse colegiado é condição básica e necessária para que qualquer pedido de apoio financeiro seja encaminhado para análise.

Na reunião semanal do Comitê, ocorrida em 29 de março deste ano – e na qual o projeto em questão foi apenas um dos itens discutidos –, o pedido foi negado. A decisão foi tomada pelos 14 superintendentes presentes à reunião, todos funcionários de carreira da instituição.

O projeto da EDRB foi encaminhado ao BNDES por meio de carta-consulta, solicitando R\$ 2,25 bilhões (e não R\$ 9 bilhões, como afirma a reportagem) para a construção de um

parque de energia solar. O BNDES considerou que o montante solicitado era incompatível com o porte da referida empresa. Além disso, a companhia não apresentou garantias e não havia local definido para a instalação do empreendimento (essencial para o licenciamento ambiental), não atendendo, portanto, a pré-requisitos básicos para a concessão do crédito. Qualquer aprovação de financiamento pelo BNDES passa por um processo de análise que envolve mais de 30 técnicos de carreira da instituição, além da consulta à Diretoria do Banco. Esse rigor técnico tem como consequência um índice de inadimplência de 0,2%, muito inferior à média do sistema financeiro brasileiro, público e privado. (Nassif, 16/9/2010)

O projeto estava incompleto e inconsistente e fora recusado liminarmente pelo corpo técnico que o analisou. O jornal e a maior parte da imprensa ouviram fonte única, não deram espaço ao outro lado, nem checaram informações. A nota do BNDES não teve o devido destaque na imprensa, aliás, foi ocultada em pequenas notas com alguns trechos ou nem publicada. O destaque maior ficou por conta da queda da ministra, em virtude da denúncia feita no dia anterior, repercussões a esse respeito e novas denúncias que iam se somando às anteriores, sem que estas fossem investigadas ou comprovadas. Dos 9 bilhões de reais informados pela reportagem da *Folha*, mas que no projeto apresentado pela empresa eram 2,5 bilhões de reais, se tiraria, segundo o jornal, com base em denúncias de Rubnei Quícoli, a propina de 5 milhões de reais, que se destinariam em parte para a campanha de Dilma Rousseff. Entretanto, o próprio Quícoli recua, após prestar depoimento à Polícia Federal, e desmente o que fora informado na *Folha*: “Nega ter dito que a propina era para campanha de Dilma” (Farah, 18/9/2010). E nega também que tenha dito que a ministra Erenice Guerra soubesse do *lobby*:

Mais adiante, na entrevista coletiva, quando questionado se a então ministra Erenice sabia das transações que supostamente ocorreriam na Casa Civil, Quícoli voltou a afirmar:

– Eu não sei. Nunca posicionei uma informação dessa. A única informação que eu coloquei foi que o Marco Antonio me pediu esse valor para poder acertar alguma coisa entre eles lá. Eu nunca disse que esse dinheiro era para o PT, para a campanha da Dilma. Isso daí nunca foi relacionado. Essas perguntas muitas vezes relacionadas para favorecer uma parte ou outra não têm cabimento. (Ibidem)

Nessa mesma matéria de *O Globo*, ele confirma ter vínculos com a Capital (consultoria), mas nega conhecer Israel, com quem havia afirmado anteriormente ter se reunido para negociar o *lobby*. Nessa ocasião, ele pôs toda a responsabilidade pelo suposto pedido de propina no então diretor dos Correios, Marco Antonio de Oliveira. Sobre a entrevista de Quícoli, a *Folha* publicou matéria confirmando o *lobby* na Casa Civil, ao passo que ele havia modificado

sua versão: “Lobby na Casa Civil: consultor confirma pedido de propina de ex-diretor dos Correios” (*Eleições 2010*, 29/9, p. 5).

Além das condenações de Quícoli, que não permitem reconhecer nele o paladino da honestidade mostrado nas matérias sobre o caso, e da falta de sustentação das acusações envolvendo o BNDES, a blogosfera (por exemplo: Nassif, 18/9/2010) revelou outras informações ocultadas. Quícoli alegou que enviou as mensagens entre dezembro de 2009 e fevereiro de 2010 para convencer a Casa Civil a desautorizar a Capital Consultoria, de Israel Guerra, que exigia comissão para “viabilizar” o pedido de financiamento. As matérias não revelavam a informação de que o pedido ao BNDES entrou apenas em meados de fevereiro. Como a Capital Consultoria poderia ser desautorizada se nem havia pedido de financiamento ainda? Quícoli parece ter confundido as datas, afirma Nassif (*ibidem*). As matérias que apresentam fac-símiles de *e-mails* enviados por Quícoli a funcionários da Casa Civil como provas das acusações não levam em consideração que se pode enviar *e-mail* a qualquer pessoa sobre qualquer assunto e depois apresentar a quem quer que seja as mensagens enviadas. Em um dos *e-mails* Quícoli ameaça encontrar-se com Serra para contar sobre as suas acusações, embora, após o estouro do escândalo, ele tenha negado ter se encontrado com ele. Nenhuma matéria da imprensa “explicou por que Serra mencionava o escândalo antes de ele ter saído. Ou foi informado pelo consultor da *Folha* ou pelo próprio cliente do consultor, o jornal” (Nassif, 18/9/2010).

Em matéria de 18 de setembro de 2009, “Consultor diz ter avisado Casa Civil de que vazaria escândalo” (*Eleições 2010*, p. 4; reproduzida por Nassif, 18/9/2010), a *Folha* procura álibis políticos para seu “consultor”, esforça-se em demonstrar que ele não tinha vínculos com o PSDB: “O consultor afirmou que nunca teve relações com o PSDB, mas com o PDT e com o PSB, ambos hoje na base aliada do governo Lula. [...] Afirmou que nos anos 1980 era ‘militante de esquerda’. Disse que trabalhou na campanha à Prefeitura de Campinas (SP) de Jacó Bittar – fundador do PT e amigo do presidente Lula. O consultor disse ter votado duas vezes em Lula, em 1989 e em 1994” (Nassif, 18/9/2010). Após o depoimento à Polícia Federal, conforme matéria de *O Globo*, ele desmente que nunca tenha tido vínculos com o PSDB: “Admitiu já ter sido filiado ao partido tucano” (Farah, 18/9/2010). Quícoli e as matérias do jornal que repercutem suas informações entraram em contradição. A mesma matéria de *O Globo* também informa que “Quícoli gravou e entrevistou para o programa de TV do candidato José Serra (PSDB) um dia depois de fazer a denúncia ao jornal *Folha de S. Paulo*. O publicitário Luiz Gonzalez, marqueteiro da campanha de Serra, afirmou a O

Globo que ainda ‘a princípio’ não deverá usar o material na campanha eleitoral” (ibidem). O caso e as manchetes da imprensa foram empregados fartamente nos programas de José Serra. Para o jornalista Luis Nassif, “o que a *Folha* está fazendo é algo inédito, que nunca testemunhei em quarenta anos de jornalismo, mesmo com todos os exageros dos anos 1990” (Nassif, 17/9/2010). Em outro *post*, Nassif aborda a falta de confiabilidade do testemunho de Quícoli e da maneira como o escândalo foi construído, fiando-se apenas neste testemunho:

Já foi exaustivamente demonstrado que o tal Quícoli é um escroque condenado, que não tinha sequer contrato assinado com a EDRB, que ameaçou chantagear os lobistas antes mesmo do contrato ser apresentado ao BNDES; que não havia a menor possibilidade de o financiamento ser aprovado. Nem por ordem divina.

O jogo é o de sempre. Pega-se um bandido e faz-se um acordo de delação premiada. Depois, apresentam-se denúncias fiando-se exclusivamente na palavra do bandido, meramente provas testemunhais de testemunhos que não seriam aceitos em nenhum tribunal sério do mundo.

Esse pessoal não tem o menor respeito pela história do jornal, pela credibilidade sendo desmontada denúncia a denúncia.

É o padrão *Folha*: confirma que o escroque pediu a propina; mas não consegue saber se era para ele ou para a campanha eleitoral. (Nassif, 25/9/2010)

No mesmo dia em que o escândalo da Casa Civil se iniciou, 12 de setembro, o candidato da oposição, José Serra, em ato de campanha, fez tabela com as denúncias e antecipou que viriam mais coisas, como de fato surgiram novas acusações:

– Ainda vêm muito mais coisas pelo que a imprensa diz. Isso é gravíssimo. A Casa Civil virou um foco de escândalos neste governo. Começou com Waldomiro Diniz, passou por José Dirceu e agora atinge toda a equipe de Dilma – disse Serra, considerando o ministério um mau exemplo para o governo.

– Tem que acabar com o *lobby*. Tem que parar de usar a máquina do Estado com a finalidade de um partido ou um grupo político ganhar dinheiro – emendou o candidato. Ao lembrar os escândalos nos Correios, Serra disparou:

– Dá para ver a teia que foi montada (nos Correios). É um tal de troca diretor, faz isso, faz aquilo. É todo um sistema funcionando para no fundo tirar dinheiro do público para encaminhar a partidos e ao bolso de pessoas. (Freire, 13/9/2010)

Os argumentos, acusações e ênfases do candidato correspondem exata e literalmente aos da *Folha*. Havia dobradinha também entre mídia impressa e eletrônica e entre estas e o programa eleitoral de José Serra na TV. As manchetes sobre os escândalos saíam pela manhã nos jornais, principalmente na *Folha*, em *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*, e, à noite, as mais fortes já estavam no programa

de Serra e eram repercutidas no *Jornal Nacional*, da Rede Globo,⁷⁵ ampliando assim a informação ao público, já que no país poucos leem jornal.

Outra denúncia, cuja inconsistência foi evidenciada de forma convincente, foi a relativa à compra do medicamento para a gripe A, o Tamiflu. A acusação era que fora comprado pela Casa Civil, sem licitação, com pagamento de propina e suspeita de superfaturamento, em quantidade muito além do necessário. A nota do Ministério da Saúde apresentou a esse respeito informações que demonstravam a inconsistência da denúncia (conforme informações anteriores) e que foram posteriormente comprovadas pela investigação da Controladoria Geral da União (CGU) pelos seguintes fatos: a Roche é a única produtora mundial de Tamiflu; com único fornecedor, não existe licitação; a compra não passou pela Casa Civil, mas foi encaminhada pelo Ministério da Saúde; o lote de medicamentos foi adquirido a preços 76,7% abaixo dos de mercado; o volume comprado levou em conta o possível atendimento a pelo menos 10% da população brasileira, conforme cálculos e padrões internacionais para pandemias (CGU, 30/9/2010). Tais resultados de investigação, como geralmente ocorre, não foram publicados com o mesmo destaque dado para as denúncias, sendo ocultados em pequenas notas no meio dos jornais.

Em 30 de setembro, ainda antes do segundo turno, a CGU enviou os primeiros resultados de suas auditorias ao presidente da República, que havia solicitado a investigação, e, em seguida, à Polícia Federal. Na investigação realizada até então algumas das denúncias não foram comprovadas, incluindo a principal (sobre o financiamento à empresa EDRB), a qual derrubou a ministra. Outras, como a da empresa de aviação MTA, continuavam sendo investigadas. Das cinco denúncias cuja auditoria demonstrou os resultados até então, quatro eram falsas, algumas das quais demonstradas acima, e em uma se encontraram indícios de irregularidades: a análise dos processos relativos à contratação da Fundação Universidade de Brasília (FUB) pelo Ministério das Cidades (MCid), para a elaboração de planos diretores integrados de mobilidade urbana em áreas metropolitanas. Embora ainda não concluída, a auditoria encontrou indícios de irregularidades relacionadas, sobretudo, à escolha da instituição para a realização dos serviços e ao pagamento de 2,1 milhões de reais por produto que aparentemente não atendeu à demanda estabelecida pelo MCid. Quanto ao possível envolvimento de um irmão de Erenice nesses fatos, o que havia até o momento na auditoria era a constatação de que ele foi assessor da Secretaria Nacional de Transportes e Mobilidade Urbana (Semob) do Ministério das

Cidades, tendo sido contratado pela Editora UnB, em períodos próximos e seguidos, na época dos fatos.

A denúncia inicial do escândalo dizia respeito a 5 milhões de reais destinados a Erenice Guerra e à campanha de Dilma Rousseff. Essa denúncia foi relegada a segundo plano por ter sido abatida em voo pela demonstração de erros técnicos nas primeiras matérias do escândalo. Para o jornalista Luis Nassif, a repercussão esqueceu a denúncia inicial, e outros fatos – alguns insignificantes – foram sendo somados, para manter o “fogo” do caso no noticiário:

Como funcionam esses esquemas de fogo de exaustão da mídia? Um primeiro veículo solta a denúncia. Nos dias seguintes, os demais repercutem a denúncia e publicam matérias de apoio sobre outros temas envolvendo o personagem, muitos deles insignificantes, mas que servem de reforço para manter a denúncia em evidência.

[...]

Conclusão: a repercussão ficou uma mula sem cabeça, apenas com as matérias de apoio, porque a denúncia principal (a tal propina de R\$ 5 milhões) desapareceu completamente das matérias – com a honrosa exceção do repórter Leandro Colon, da sucursal do *Estadão* em Brasília, que continuou mencionando a informação furada da *Veja*.

Todas as matérias de apoio levantam a relevante informação de que, na cidade em que o maior número de postos de trabalho é no serviço público, parentes de Erenice também são funcionários públicos, alguns com cargos comissionados – uma novidade tão grande quanto dizer que na família de Lula tem outros metalúrgicos. (Nassif, 13/9/2010)

Entretanto, às vésperas da eleição, com todo o agendamento negativo desses dois escândalos repetidos e reforçados à exaustão na imprensa hegemônica, o que estava na cabeça de boa parte dos eleitores eram ideias difusas, alimentadas pelos escândalos, segundo as quais havia grossa corrupção na Casa Civil, relacionada a Dilma Rousseff. Algumas denúncias já haviam sido imputadas como condenações pela imprensa, embora não comprovadas. Parte da população pode não ter acreditado, parte não se deixou influenciar por isso para mudar o voto, mas esse foi um dos fatores que mudaram o rumo da eleição, levando-a para o segundo turno.⁷⁶

Em março de 2011 a CGU concluiu suas auditorias a respeito das acusações contra Erenice Guerra e apontou irregularidades em três dos nove casos investigados. Uma matéria da revista *Carta Capital* sintetiza os resultados que foram enviados à Polícia Federal:

De acordo com a auditoria, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) favoreceu a empresa de telefonia Unicel ao conceder uma faixa de frequência privilegiada. À época, a companhia era dirigida pelo marido de Erenice. A CGU identificou ainda irregularidades na

contratação da Master Top Linhas Aéreas (MTA) pelos Correios. Os quatro contratos analisados somam mais de 59,8 milhões de reais. Além disso, a controladoria apontou problemas num convênio entre o Ministério das Cidades e a Fundação Universidade de Brasília. O trabalho não foi entregue e o prejuízo causado aos cofres públicos é estimado em 2,1 milhões de reais. O relatório foi entregue à Polícia Federal, ao Ministério Público e à Comissão de Ética Pública da Presidência da República.⁷⁷ (*Carta Capital*, 30/3/2011, p. 18)

3. Outros temas agendados pela imprensa hegemônica

Os dois temas centrais da cobertura jornalística do primeiro turno foram o caso do suposto dossiê e as acusações contra Erenice Guerra, e, na reta final, a eles se somou a temática religiosa, envolvendo o questionamento sobre a religião dos candidatos, principalmente a respeito da legalização do aborto. Mas, a esses temas, na cobertura da *Folha*, ao longo de todo o mês de setembro, foram acrescentados inúmeros outros assuntos negativos para a candidata do PT. A parcialidade ficou evidente. Foi feita uma varredura na vida da candidata, desde seu tempo de estudante, no Ensino Médio, passando por atuação em cargos públicos, até a recente atuação como ministra do governo Lula. O jornal, por exemplo, foi em busca do histórico escolar de Dilma e publicou matéria de uma página inteira, na qual é reproduzido o boletim de uma das séries do Ensino Médio e do doutorado (*Eleições 2010*, 13/9, p. 10). O título, em letras garrafais, alardeia: “NOTA A EM CAPITALISMO – No doutorado de economia na Unicamp, Dilma Rousseff foi pior em disciplina sobre intervenção do Estado”. O tamanho das letras denota o espanto em relação ao fato de uma “esquerdista”, mais propriamente “comunista”, como o jornal havia demonstrado classificar a candidata em outras ocasiões já abordadas neste livro, ter tirado conceito melhor em disciplina sobre capitalismo do que em uma sobre intervenção do Estado na economia, um tema mais caro às esquerdas. Há um misto de ridículo e comicidade nessa matéria; no entanto, ela não foi publicada como humor.

O jornal, que desde a matéria com a ficha falsa já havia revelado estar ainda muito fixado nos embates da guerra fria entre capitalismo e comunismo, mais uma vez deixa transparecer isso. No dia 6 de setembro o diário já havia trazido à baila novamente o tema da participação de Dilma na luta armada contra a ditadura, numa matéria que fala de uma suposta “febre Dilma na Bulgária”.

Afirmava-se, já no título, que a mídia daquele país enaltecia o fato de uma “búlgara presidir a 7ª- economia do mundo” (*Eleições 2010*, p. 6). O pretexto para falar novamente da luta armada e da suspeita de que ela tivesse participado, junto com outros guerrilheiros, do furto do cofre de Adhemar de Barros, é o fato de, segundo o jornal, a mídia búlgara estar abordando esse tema, que já havia sido bastante explorado na mídia brasileira. Toda a matéria de quase uma página inteira trabalha com a ideia acalentada, segundo o jornal, pelos búlgaros, de que ela é conterrânea deles, embora nunca tenha ido lá, nem fale a língua do país, mas porque é filha de pai búlgaro. No dia anterior, domingo, 5 de setembro, o jornal havia tratado do mesmo tema, associando o fato de a candidata ser búlgara ao medo dos comunistas, em matéria de página inteira: “A Bulgária dos Rousseff”. O texto afirma que o meio irmão de Dilma, nascido lá, queria vir para o Brasil para fugir da ditadura de esquerda que governava o país. Além disso, o *lead* da matéria faz alusão ao “perigo dos comunistas”:

Enquanto Dilma Rousseff lutava contra uma ditadura de direita no Brasil, seu meio-irmão, Luben Russév, sofria com a ditadura de esquerda na Bulgária.

No Brasil, Dilma era considerada perigosa por ser comunista. Na Bulgária, Luben era visto como não confiável pelo governo comunista por ter um pai que havia fugido para um país capitalista. (*Eleições 2010*, p. 10)

Não poucas vezes, até o segundo turno, o jornal voltará a falar da resistência de Dilma à ditadura como desqualificativo e como perigo para o país. A insistência nessa forma de abordagem da temática objetivava alimentar rejeições a Dilma Rousseff entre o público que não tem opinião favorável à resistência, à luta armada e ao comunismo, e também entre o público que nem sabe bem o que isso significa e que não conhece a história, mas rejeita tais temas, associados sempre a perigos e ao “mal”. Tais informações são reproduzidas de diversas maneiras ao longo da campanha (*memes*)⁷⁸. No mesmo 5 de setembro, por exemplo, um blogue contrário a Dilma Rousseff, de autor anônimo, repercute a matéria da *Folha*, reforçando o horror à “comunista” Dilma Rousseff:

A parte boa do DNA dos Rousseff ficou refém dos comunistas. O mais certo teria sido Dilma ter nascido e ficado na Bulgária, junto dos seus, praticando o que ela sempre adorou fazer. Lá, os comunistas conseguiram desestabilizar o governo com atos terroristas e ocuparam o poder. A mesma coisa que ela e seu bando tentaram por aqui, no Brasil. [...] (*Filadasopa*, 5/9/2010)

Também em 5 de setembro o título e a chamada principal da capa eram bombásticos para a candidata do PT: “Consumidor de luz pagou R\$ 1 bi por

falha de Dilma”. Pelo texto da capa não se pode entender do que exatamente se trata. A única coisa clara é que está no título, embora mal explicado no texto: uma suposta falha de Dilma fez as pessoas pagarem 1 bilhão de reais a mais na conta de luz. Na matéria interna, o *lead* informa que, embora Dilma em sua propaganda seja definida como excelente gestora, ela cometeu essa falha e foi alertada pelo Tribunal de Contas da União três vezes e não tomou providências (capa e *Eleições 2010*, p. 1). O prejuízo teria se dado devido ao uso de recursos de um fundo criado para ajudar consumidores que gastavam pouca energia (até 80kWh por mês) e que, portanto, eram pobres. Mas a medida havia beneficiado também casas de veraneio de pessoas ricas que as usavam poucas vezes no ano e por isso tinham baixo consumo de energia, enquanto casas de pessoas pobres em que moram muitas pessoas precisavam pagar porque o consumo excedia 80 kWh.

A matéria faz o cálculo de prejuízo causado por essa falha, por ano, e a soma alcança o valor de 1 bilhão de reais, mas não se sabe como se chegou a esses dados, nem como foi feito o levantamento do número de pessoas sem condições econômicas que tiveram que pagar energia e a quantidade de proprietários de casas de veraneios que deixaram de pagar. O texto não informa também algo que virá a ser revelado depois na blogosfera (cf., por exemplo, Rodrigues, 5/9/2010). Essa falha no fundo social para a energia ocorreu no governo FHC, que, em abril de 2002, aprovou a lei sobre esse fundo, prevendo um cadastro de pessoas de baixa renda que seriam beneficiadas por ela. Entretanto, a lei passou a vigorar sem que houvesse o cadastro. A distorção no fundo era essa, mas a matéria dá a entender que todos os brasileiros pagaram a mais na conta de energia elétrica. Uma pequena nota ao lado da matéria designada como “outro lado” traz informações fornecidas por Dilma Rousseff afirmando que, enquanto estava no Ministério das Minas e Energia, deu início aos estudos para resolver esse problema, o que resultou em lei sancionada pelo governo em janeiro de 2010. Mas, dentro do espaço do “Outro lado”, o jornal rebate a informação: a ministra saiu das Minas e Energia, mas passou para a Casa Civil, que coordena todas as ações do governo, e o problema levou muito tempo para ser solucionado. Para essa tréplica do jornal não houve espaço para nova réplica da candidata. Dilma só poderá responder a isso em outros espaços, como nos debates de televisão, nos quais a matéria da *Folha* foi abordada, e na blogosfera (ibidem), que esclareceu o assunto.

Segundo tais explicações dadas posteriormente no blogue citado (Rodrigues, 5/9/2010), entre outros, a lei aprovada em 2002 não podia simplesmente ser

modificada no ano seguinte, bem como o cadastro de pessoas de baixa renda, em um país complexo como o Brasil, não é algo tão simples. Segundo a candidata, em debate na TV, em resposta sobre o assunto, o governo, desde 2003, tomou medidas para fazer um cadastro único de pessoas de baixa renda para utilização nos programas sociais do governo e foi aprimorando-o. A demora na solução se deveria à complexidade de definir e fazer levantamento dos consumidores que eram de fato pobres e dos que possuíam casas que consumiam até 80 kWh, mas não eram de baixa renda. Concluído o cadastro, embora ainda não completo, a falha pôde ser corrigida, segundo ela.

No dia seguinte à matéria sobre essa “fala de Dilma” em debate, já surge nova acusação ao PT quanto ao caso da quebra de sigilos, e o tema da taxa de luz é tratado apenas em uma matéria na qual Marina Silva dá sua sentença: “Marina diz que erro de Dilma é ‘falta de transparência’” (*Eleições 2010*, p. 3). No texto entre aspas no início da matéria, a candidata do PV diz que “aos poucos a falta de transparência, de profissionalização do Estado, vai se revelando o grande pé de barro daqueles que pensam que [a política] [complemento do jornal] é apenas o poder pelo poder”. É significativo que, um ano antes, essa mesma notícia sobre a conta de energia já havia sido publicada pela *Folha*, com o mesmo conteúdo, excetuando-se a imputação de culpa a Dilma Rousseff. A matéria do caderno *Dinheiro*, de 18 de outubro de 2009, informava: “Brasileiro paga a mais por luz há 7 anos; consumidores perdem R\$ 1 bi por ano” (*Folha.com*, 18/3/2010). Mas, depois de um ano, a notícia reapareceu na manchete principal de uma edição de domingo do jornal como sendo uma novidade.

A matéria sobre a conta de luz serviu de estopim para uma série de brincadeiras do público no Twitter sobre o jornal e sua cobertura das eleições. Na coluna do domingo seguinte, a *ombudsman* aborda a matéria e a repercussão no Twitter. Segundo o texto, 45 mensagens “anti-Folha” já tinham sido postadas no microblogue. Entretanto, o assunto passou a ocupar os *trendtopics* do microblogue. Citamos algumas dessas mensagens com paródias de manchetes da *Folha*, as quais foram replicadas em muitos blogues: “Erro de Dilma na coordenação das obras do PAC atrasa conclusão do Coliseu romano em 2.000 anos”; “Paul McCartney diz à Folha que Dilma plantou discórdia interna no grupo e levou ao fim dos Beatles”; “Dilma afirmou que vai desapropriar o Pântano do Shrek”; “Serra lamenta: a Dilma me indicou o Xampu Esperança”; “Errar é humano. Colocar a culpa na Dilma está no Manual da Redação da Folha”; “Dilma é favorável à dor de dente”; “Dilma quer acabar com domingos e feriados”; “Dilma foi testemunha a favor de Barrabás”; “Dilma erra nos cálculos e

mar Vermelho fecha antes da hora”; “Dilma torce por unha encravada”; “Dilma vai vender seu neto a casal europeu”; “Dilma para Napoleão: ‘Você vai bombar em Waterloo’”... (R7, 12/9/2010; *Por um novo Brasil*, 7/9/2010).

Na ocasião do escândalo da quebra de sigilos já haviam surgido muitas brincadeiras no Twitter relativas às matérias em pauta, como: “Judas Iscariotes foi filiado ao PT”; “Lobo que devorou chapeuzinho seria filiado ao PT”. Durante a campanha, também foi criado por internautas um blogue humorístico que parodiava a *Folha* e suas matérias. O nome do blogue era uma sátira ao do jornal e chamava-se “Falha de S. Paulo”. Pela semelhança do nome e da logomarca, o jornal entrou com processo contra os seus criadores, para tirá-los do ar e exigir uma indenização. A *ombudsman* da *Folha*, Suzana Singer, reconheceu que a empresa deu um tiro no pé ao mover o processo, pois, embora tenha criado problemas jurídicos que demandaram gastos de dinheiro e tempo para os criadores do *site*, chamou mais a atenção para o *Falha de S. Paulo*. No artigo intitulado “Davi e Golias”, a conclusão dela é taxativa: “O processo da *Folha* contra a ‘Falha’ prejudica mais o jornal do que o blogue humorístico” (9/1/2011, p. A4).

A *ombudsman* também havia se pronunciado a respeito da matéria sobre o prejuízo nas contas de luz no domingo seguinte à sua publicação. Suzana Singer criticou o fato de a matéria ter ignorado que a lei que criou essa situação foi editada pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, e não pelo atual governo. Ela criticou também a forma como o diário vinha “se dedicando a revirar vida e obra” da candidata do PT à presidência da República, Dilma Rousseff. O jornal é criticado pela *ombudsman* por ter dado um destaque que “não se justifica jornalisticamente” a uma questão sobre valores de contas de luz, e de ignorar a reação dos leitores sobre isso no Twitter. Ela destaca que a *Folha* “foi à Bulgária conversar com parentes que nem a candidata conhece, levantou a fase brizolista da ex-ministra, suas convicções teóricas e até uma loja do tipo R\$ 1,99 que ela teve com uma parente no Sul” (12/9, p. A4).

Embora faça parte do processo eleitoral conhecer a vida dos candidatos à presidência da República, percebe-se esse profundo interesse do jornal apenas pela vida de um deles, e mais especificamente no que possa haver de ruim para sua candidatura, mesmo que as informações tivessem pouca sustentação e fossem desmentidas no dia seguinte. Grande parte de quem leu e de quem teve acesso à repercussão das matérias não chegava a conhecer os desmentidos, que, às vezes, saíam em pequenas notas no jornal, às vezes não eram publicados,

sendo esclarecidos apenas na blogosfera. A *ombudsman* afirma que a reportagem da *Folha* sobre as contas de luz “dava um peso indevido ao que se tinha apurado”, ao dizer que “a propaganda eleitoral apresenta a candidata do PT como uma ‘eficiente gestora’, mas que ‘um erro coloca em xeque essa imagem’”. Essa poderia ser uma conclusão do leitor, não do jornalista, segundo ela. Para o portal *R7*, na matéria a respeito da crítica da *ombudsman* a esse caso, o jornal estava desequilibrando a disputa eleitoral:

A manchete “forçada” da *Folha*, mais o escândalo da Receita sobre a quebra de sigilo fiscal de pessoas ligadas ao candidato da oposição, José Serra (PSDB), “desequilibrava a cobertura eleitoral”. Dilma está bem à frente nas pesquisas de intenção de voto e isso é suficiente para que se dê mais atenção a ela do que a seu concorrente, mas, há dias, José Serra só aparece na *Folha* para fazer “denúncias”. Nada sobre seu governo recente em São Paulo. Nada sobre promessas inatingíveis, por exemplo. (*R7*, 12/9/2010)

Em 20 de setembro surge mais uma matéria com tom bombástico contra a candidata petista ocupando uma página inteira do jornal: “Dilma favoreceu firma e aparelhou secretaria, diz auditoria do TCE – Parecer apontou que fundação comandada por Dilma beneficiou instituto que depois prestaria serviços ao PT” (Rodrigues, 5/9/2010). O Tribunal teria aplicado multas “contra a atual candidata, que mais tarde foram convertidas em mera advertência”. Segundo a matéria, uma licitação vencida pela Fundação Meta Instituto de Pesquisas enquanto Dilma era secretária de Estado no Rio Grande do Sul teria sido direcionada. Mais ainda: a Fundação teria sido criada apenas para vencer tal licitação. O direcionamento teria se dado pela complexidade do edital e pela sua pouca divulgação, e apenas essa fundação teria concorrido. Dilma foi secretária do governo estadual do Rio Grande do Sul em duas gestões, entre 1993 e 2002. A mesma empresa teria depois fechado contratos com a Fundação Perseu Abramo, ligada ao PT, em 2009, com o governo federal, com o Ministério do Desenvolvimento Social e com o Ministério da Justiça. A outra acusação – “aparelhamento da máquina” – teria se dado pela contratação, por Dilma, de muitos servidores para a secretaria que comandava.

Na mesma matéria, um olho com texto em negrito informava que técnicos do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul haviam dificultado o acesso do jornal a dados, o que cinco dias depois foi desmentido em nota com pouca visibilidade no próprio jornal (*Eleições 2010*, 25/9, p. 5), na qual o TCE do Rio Grande do Sul informa que não houve empecilho algum ao fornecimento de dados e que o jornal teve acesso a tudo. A nota do jornal traz apenas alguns

trechos mais brandos da nota publicada pelo órgão três dias antes, e repercutida em outros canais de informação, e demonstra a fundo as inconsistências da matéria:

A solicitação do jornal *Folha de S. Paulo* para o fornecimento de cópias relativas aos processos de contas da Senhora Dilma Vana Rousseff foi prontamente atendida pelo TCE/RS, não ocorrendo nenhuma tentativa de se “ocultar laudo”, como referido na reportagem. Tratando-se de processos já arquivados há alguns anos, visto que se referem a contas dos exercícios de 1991 a 1994 e de 1999 a 2002, foi necessária a busca nos arquivos microfilmados. Com isso, não houve qualquer restrição de acesso a essa informação, que é pública, compreendendo decisões já transitadas em julgado. A propósito, o compromisso da Instituição com a transparência pode ser constatado nas suas decisões e nas informações que veicula regularmente, sobretudo no seu portal na internet e na “Rádio TCE”, que, inclusive, transmite ao vivo todas as sessões do Tribunal.

[...]

O contraditório e a ampla defesa são garantias essenciais do Estado de Direito democrático. Assim, a tomada de decisão, pelo Tribunal, em todos os processos que examina, está fundada não apenas nos relatórios das inspeções e auditorias, sendo levados em conta os termos da defesa, o conteúdo das provas, a posição do Ministério Público e, evidentemente, o livre convencimento dos julgadores. Portanto, é totalmente descabido dizer-se, como o fez a matéria, que multas aplicadas por este Tribunal foram “perdoadas”. Do mesmo modo, improcede a assertiva do jornal de que o TCE/RS teria sido “pressionado” a “cancelar” uma multa (quando, em verdade, houve o provimento de um recurso de reconsideração). (*Sul 21, 22/9/2010*)

No mesmo dia em que saiu a matéria sobre esse suposto erro de Dilma, em ato de campanha, a candidata concedeu uma entrevista a diversos repórteres, na qual desmente as acusações, tendo em mãos documentos que demonstram que as contas das secretarias de governo nas quais atuou no Rio Grande do Sul foram aprovadas todos os anos. Em sua fala, ela acusa o jornal de má-fé:

Eu quero fazer um protesto veemente contra a parcialidade do jornal *Folha de S. Paulo*. Eu fui julgada em todos os anos, vou dizer precisamente quais anos, pelo TCE: 93, 94, 95, 2000, 2001, 2002. Todas as minhas contas foram aprovadas. Todas. Esta informação não está na matéria. Chega ao ponto de me acusar de eu ter feito um contrato em 94 e depois a empresa ter feito um contrato em 2009. É a única acusação de futuro que já vi na vida. Ou seja, a minha responsabilidade é porque dez anos depois fizeram um contrato com a empresa. Que história é essa?

Em algum momento da matéria ficou claro para vocês que eu tive as contas aprovadas? Não. Esta informação, extremamente relevante, foi ocultada. A matéria é parcial e de má-fé. Além disso, eu cheguei à Secretaria de Energia do Rio Grande do Sul e tinha dois funcionários concursados. Não se faz uma secretaria com dois funcionários concursados.

O parecer do Ministério Público [diz]: “considerando que a situação em tela se trata de

deficiência de ordem estrutural, que perdura de longa data, e as procedentes manifestações da senhora Dilma Vana Rousseff, somos da opinião que a mesma não pode ser responsabilizada”.

O voto do pleno do tribunal é pela aprovação das minhas contas. (Youtube, 21/9/2010)

Também a assessoria de imprensa da candidata prestou esclarecimentos detalhados sobre o caso, e o jornal não publicou nada a respeito de tais esclarecimentos. Entre as informações relevantes que constam neles note-se que não foi apenas uma concorrente que se apresentou para disputar a licitação que, segundo o jornal, teria sido direcionada:

A candidata [Dilma Rousseff] não tinha nem tem qualquer ligação com a empresa. As supostas irregularidades foram contestadas, ponto por ponto, em recurso apresentado ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, que lhe deu provimento por unanimidade. Foi demonstrada a correção da modalidade de contratação, através de licitação por tomada de preços com a publicação do edital em jornal, conforme prevê a legislação. As empresas concorrentes encaminharam suas propostas e foi contratada a empresa que apresentou o menor preço, tendo ocorrido inclusive uma redução do preço na assinatura do contrato. Em sua decisão final, de 17 de junho de 1998, o TCE/RS registrou que “as providências adotadas pela recorrente [...] revelaram-se eficazes, tanto que se refletiram positivamente no exercício seguinte (1993)”. (Nassif, 20/9/2010)

Nos dias seguintes, até mesmo em debates de televisão nos quais o tema foi abordado pelo candidato José Serra, a candidata aprofundou os esclarecimentos a respeito das acusações de aparelhamento das secretarias estaduais em que trabalhou. A assessoria de imprensa dela também publicou esclarecimentos a esse respeito, com comprovações documentais, mas tudo isso nunca se tornou um “outro lado” nas páginas da *Folha*.

Em 29 de setembro, o jornal revelou um novo esforço que começara a fazer para levantar mais dados sobre a participação de Dilma Rousseff na resistência à ditadura: “STM (Superior Tribunal Militar) nega liminar para abrir caso Dilma” (*Eleições 2010*, p. 5). O jornal estava tentando judicialmente ter acesso ao processo que levava Dilma à prisão durante a ditadura. A presidência do STM estava vedando o acesso a ele para evitar uso político. O jornal passou, a partir de então e durante toda a campanha do segundo turno, a mover uma batalha judicial para que os documentos fossem liberados (Marcondes, 17/11/2010).

A cada dia apareciam no jornal e na imprensa em geral novas acusações e pautas negativas para Dilma Rousseff. Para não sermos repetitivos, não abordaremos todas. Em geral, elas seguem as características das várias pautas já mencionadas: fortes denúncias contra a candidata, tom bombástico, distorções

para reforçar aparência ou indícios de irregularidade, sustentação frágil, ausência ou limitação de “outro lado” que apresente o necessário contraditório, fontes pouco confiáveis, mistura de elementos supostos ou duvidáveis com elementos reais para reforçar a verossimilhança da narrativa; alguns temas são irrelevantes, mas ganham grande espaço; e, por fim, ignoram-se ou ocultam-se em pequenas notas publicadas dias depois as respostas, esclarecimentos e críticas a tais pautas. Tudo isso é muito contrastante em relação às pautas do jornal sobre a candidatura de José Serra, como veremos adiante, e de Marina Silva, como vimos acima.

Destacamos, para finalizar esta parte, quatro táticas do noticiário da *Folha* que foram marteladas muitas vezes nos textos informativos e nos artigos e editoriais, além das pautas de denúncias de irregularidades. A primeira: Dilma não passava de uma invenção, uma “criatura” de Lula; às vezes, chamada em alguns artigos como o “poste de Lula”. Isso aparece, por exemplo, na matéria de página inteira da edição de domingo, 26 de setembro, sobre os programas de TV da candidata: “A Hollywood de Dilma”, com uma submatéria: “Para diretora, Dilma não é uma ‘invenção’” (*Eleições 2010*, p. 12). Apenas a palavra “invenção” está entre aspas e não aparece a forma como a repórter levou-a a afirmar isso.

A segunda tática foi entrevistar pessoas das quais já se sabiam os posicionamentos ou contra Dilma ou favoráveis a Serra, cujas afirmações mais fortes iam para os títulos e olhos da matéria. Citamos dois exemplos: em 5 de setembro, o jornal publicou uma página inteira da edição dominical com uma entrevista com Celso Roma. Logo no início e no subtítulo ressalta-se que ele é “cientista político, doutor pela USP”, ou seja, a entrevista seria científica, isenta, imparcial. O título era: “PSDB deve resgatar o **legado positivo** [grifo do jornal] de FHC” (*ibidem*, p. 7). Entre as frases do entrevistado, destacadas em olhos na matéria, com letras maiores e em negrito, estão recomendações de como o PSDB deve proceder na campanha: “O partido precisa convencer os eleitores de que o avanço do país é resultado, em parte, dos esforços iniciados na administração FHC. Com o tempo, os eleitores poderão formar uma opinião positiva sobre seu governo”. Em 27 de setembro, quem esteve em uma entrevista de página inteira foi a vice-procuradora-geral eleitoral Sandra Cureau. O título da entrevista era: “Lula quer fazer sucessora a qualquer custo” (p. A16). O conteúdo de toda a entrevista estava em tom pouco comedido para uma representante da Justiça, responsável pelo bom andamento do pleito, por sua lisura e imparcialidade. Entre as perguntas e respostas:

FOLHA: Como a sra. reage à posição do presidente, que recebe uma multa, duas, três e...?

SANDRA CUREAU: ... não está nem aí. Isso faz parte do quadro, e não é uma multa que vai parar isso, ainda mais que são multas baixas.

FOLHA: No escândalo da ex-ministra Erenice Guerra, houve partidarismo da imprensa

SANDRA CUREAU: A imprensa prestou um serviço não só ao povo brasileiro, que paga impostos que estavam sendo usados naquelas negociatas, sei lá, como prestou um serviço ao presidente.

Embora a vice-procuradora se pronunciasse assim sobre o caso Erenice, as acusações ainda estavam em investigação pela Justiça, sem nenhuma sentença.

A terceira tática foi a publicação de matérias e títulos com declarações de Serra e de seus correligionários, ou que se assemelham a *releases* de sua campanha: “Serra diz que quebra revela ‘jogo sujo’ de petistas; tucano atribui caso à equipe de Dilma e defende que ela responda por isso” (26/8, p. A7); “Lula age como ‘biombo’ de Dilma, diz Serra; presidente ataca a mídia” (*Eleições 2010*, 9/9, p. 4); “Se Dilma ganhar, Lula não volta nem como deputado, diz Serra – Para tucano, desempenho dela afetará popularidade do presidente (idem, 11/9, p. 9); “Serra leva à TV fala em que Dirceu chama Dilma de ‘companheira de armas” (idem, 15/9, p. 3); “Serra defende punição para todos os responsáveis” (idem, 17/9, p. 4); “Militantes de Serra lavam calçada da receita com vassoura” (idem, 18/9, p. 6); “Para Serra, Dilma é má gestora ou comete crime – Tucano cobrou petista por suposto pagamento de propina dentro da Casa Civil e lobby”⁷⁹ (idem, 19/9, p. 3); “[César] Maia diz que quer evitar *kit* chavista do PT” (idem, 28/9, p. 11); “Só resposta de Serra a Marina desfaz clima morno do debate” (capa e *Eleições 2010*, 1º-/10, p. 8-9); “Para Serra, fala de petista sobre aborto revela ambiguidade” (*Eleições 2010*, 3/10, p. 7); “Serra diz ter certeza que irá ao segundo turno” (idem, 3/10, p. 9)...

A quarta tática consistia em dar destaque a qualquer denúncia de irregularidade de candidatos nos Estados que fossem aliados de Lula, ou aliados de aliados de Lula. Ao mesmo tempo se abafavam irregularidades de tucanos e aliados do PSDB, como as relacionadas ao governo de Yeda Crusius no Rio Grande do Sul, em particular a respeito de investigações de quebra de sigilo fiscal e bancário de membros do PT por parte desse governo estadual. De tais casos de nacionalização de acusações em Estados citamos um mais emblemático quanto à falta de imparcialidade com que foi publicado: “Aliado de líder do governo joga pela janela R\$ 100 mil – Voluntário da coligação de Jucá diz que PF o ‘assustou’; senador nega envolvimento” (capa e *Eleições 2010*, p. 1). Tratava-se de um aliado de aliado de Lula: trabalhava na campanha do líder do governo

no Senado, Romero Jucá, de Roraima. O que o jornal publicou é que seria mais um político ligado a Lula e, por conseguinte, a Dilma, envolvido em procedimentos suspeitos. Entretanto, embora a manchete tenha feito esse rodeio para chegar à campanha de Dilma, o aliado do aliado de Lula era irmão de um deputado do PSDB. O mais lógico e sem rodeios seria então que o título fosse: “Irmão de deputado do PSDB joga R\$ 100 mil pela janela”.

Nesse mesmo período a *Folha* passou a veicular novamente, até mesmo em intervalos de debates, um comercial do jornal que foi ao ar em 1987-1988. Enquanto aparece na tela um fundo branco com bolas pretas (retículas ampliadas) que vão se reduzindo para que se torne reconhecível a imagem que formam, uma voz grave enumera realizações de um governo:

Este homem pegou uma nação destruída, recuperou sua economia e devolveu o orgulho a seu povo. Em seus quatro primeiros anos de governo, o número de desempregados caiu de seis milhões para novecentas mil pessoas. Este homem fez o Produto Interno Bruto crescer 102 por cento e a renda *per capita* dobrar. 80

As realizações do governo de que fala o anúncio se assemelham àquelas de que o governo Lula e a candidata Dilma faziam propaganda. O telespectador associava então o comercial ao governo brasileiro e ao presidente. Enquanto o anúncio continuava:

Aumentou os lucros das empresas de 175 milhões para 5 bilhões de marcos e reduziu a hiperinflação a, no máximo, 25% ao ano. Este homem adorava música e pintura e, quando jovem, imaginava seguir a carreira artística.

Enquanto isso, o rosto composto pelas retículas pretas se forma. Trata-se de Hitler. E o locutor conclui:

É possível contar um monte de mentiras dizendo só a verdade, por isso é preciso tomar muito cuidado com a informação e o jornal que você recebe.

Não parece mera coincidência que se reedite um anúncio de vinte e três anos atrás às vésperas dessa eleição. Fica patente no comercial, veiculado nesse período de campanha em que o país havia conseguido melhorar PIB, renda, diminuir desemprego, a associação implícita e subliminar entre Lula e Hitler, e a acusação também implícita de que o governo mente e tende a se tornar autoritário. Por outro lado, diante do que estamos analisando aqui sobre a atuação do jornal na campanha, percebe-se na veiculação desse comercial e na sua frase final um alto grau de cinismo, e a ironia se volta contra o próprio jornal

e sua cobertura política: “É possível contar um monte de mentiras dizendo só a verdade, por isso é preciso tomar muito cuidado com a informação e o jornal que você recebe” (*Youtube*, 5/5/2011).

4. Temas silenciados

Em contrastes com casos acima, que tomaram permanentemente a pauta do jornal e de certos setores da imprensa durante a campanha, e, em particular, no mês de setembro, muitos temas similares, mas que poderiam ser pautas negativas para o PSDB e seu candidato, foram silenciados ou ocultados. A começar pelo escândalo midiático que envolveu as acusações de quebra de sigilo fiscal contra o Partido dos Trabalhadores e ligadas à campanha de Dilma Rousseff. Acusações similares foram publicadas na revista *Carta Capital* e em alguns blogues, como vimos anteriormente, sobre a empresa de sociedade entre a filha de Serra, Verônica Serra, e Verônica Dantas, irmã de Daniel Dantas. Os indícios muito mais fortes de que tal empresa teria oferecido em seu *site* na internet o sigilo bancário de milhões de brasileiros, além de trabalho de intermediação de contratos de empresas estrangeiras com o governo brasileiro, quando José Serra era ministro da Saúde do governo FHC, não viraram escândalo similar na imprensa. Na *Folha*, não houve repercussão alguma. Também não houve repercussão em relação às acusações feitas pelo jornalista Ribeiro Júnior em relação às acusações de desvio de dinheiro público por parte de tucanos para paraísos fiscais, conforme noticiado na *Carta Capital* e no blogue *Conversa Afiada*. O premiado jornalista investigativo Ribeiro Júnior recebeu menos crédito por suas acusações do que uma pessoa que cumpriu pena de prisão por diversos crimes, Rubnei Quícoli, o qual, como vimos, foi tratado sempre como “consultor” pela *Folha* e por seus pares da imprensa, além de não ter suas acusações comprovadas.

Um dos casos mais emblemáticos de temas silenciados durante a campanha foi a investigação sobre propinas para fechamentos de contratos da empresa Alstom com o governo do Estado de São Paulo, entre 1989 e 2009 (portanto, nos governos Covas, Alckmin e Serra). As investigações não foram iniciadas por órgãos de controle dos gastos públicos do Estado, nem pela Justiça local, mas pela Justiça dos países-sede da empresa – França e Suíça –, e só depois passou a haver investigação também no Brasil. Embora já tivessem sido divulgados fortes

indícios de irregularidades, o caso teve pouquíssimo destaque na imprensa hegemônica e não houve escandalização alguma durante a campanha. Sobre o assunto, o blogue Transparência São Paulo (24/9/2010) dá uma pequena síntese:

O grupo Alstom é uma empresa multinacional francesa que fornece trens, material ferroviário e equipamentos para sistemas de energia (turbinas).

O grupo Alstom tem 237 contratos com o governo paulista de 1989 a 2009, no valor total de R\$ 10,6 bilhões.

O Ministério Público da Suíça descobriu o pagamento de propinas do grupo Alstom para “funcionários” do governo paulista.

A propina paga variava entre 7,5% e 15% sobre o valor dos contratos.

Esses pagamentos foram para “comprar” licitações e prolongar contratos de forma irregular, muitos por mais de 20 anos. Até aqui, nenhum dos envolvidos foi punido.

Essa síntese é seguida, na página do blogue, por uma lista dos principais envolvidos, todos ligados ao PSDB e ao governo de São Paulo, e pela reprodução de algumas pequenas matérias da Agência Estado, do ano de 2008. Geralmente, quando saiu alguma coisa sobre esse assunto na imprensa, era em nota ou matéria curta e de pouca visibilidade. Embora as investigações continuassem durante a campanha, nada mereceu destaque na *Folha* e nos demais órgãos de imprensa que alimentaram escândalos durante a campanha; nenhuma associação ou pergunta ao candidato que esteve à frente do governo de São Paulo poucos meses antes da campanha, responsável pelo fechamento de alguns desses contratos. O contraste com a farta escandalização associada ao PT e à candidata Dilma é evidente. Uma das matérias da Agência Estado reproduzida no blogue tem o seguinte título: “Suíça investiga propina da Alstom em contratos no Brasil – Gigante de engenharia francesa teria pago US\$ 6,8 milhões em propina para obter contrato em metrô de SP” (*Transparência São Paulo*, 24/9/2010). Trata-se de contratos de grande monta e de propinas altas, bem maiores que as das denúncias contra Erenice Guerra. O que saiu na imprensa a esse respeito, além de pouca visibilidade, omitia o nome do PSDB e a relação com seus políticos; quando muito, se atribuía o caso à gestão do falecido ex-governador Mário Covas.

Outra suspeita grave envolvendo o governo de São Paulo foi o suposto sumiço de 4 milhões de reais dos cofres da campanha de Serra, cuja responsabilidade caberia ao ex-diretor da Dersa⁸¹ e amigo de José Serra, Paulo Vieira de Souza, conhecido como Paulo Preto. Embora a revista *Isto É* tenha publicado matéria sobre esse assunto em agosto de 2010, nada repercutiu na *Folha* e na maioria dos demais veículos da imprensa durante a campanha do primeiro turno. O ex-

diretor estava envolvido em grandes obras viárias do governo de São Paulo, o que seria motivo mais que suficiente para que a imprensa abordasse o sumiço do dinheiro e investigasse a sua origem. *A Isto É* revelou que

a maior parte da dinheirama fora arrecadada junto a grandes empreiteiras responsáveis pela construção do Rodoanel. Agora é descoberto um elo ainda mais forte entre o engenheiro e as construtoras da obra, considerada uma das vitrines do governo tucano em São Paulo. (Pardellas, Sequeira e Rodrigues, 29/10/2010)

O caso não foi mais questionado nem repercutido após a matéria da revista e só voltou à agenda no primeiro debate do segundo turno, realizado na Rede Bandeirantes, por meio de uma fala da candidata Dilma Rousseff. As principais obras viárias do governo do Estado na gestão Serra estiveram sob a responsabilidade de Paulo Preto: o trecho sul do rodoanel, orçado em 5 bilhões de reais; a ampliação da marginal Tietê, orçada em 1,5 bilhão de reais; e a Avenida Jacu-Pêssego. Conforme a *Isto É*, as duas primeiras estavam sob investigação do Tribunal de Contas da União e a última era alvo de acusações de tráfico de influência por parte de Paulo Preto:

Em breve, Paulo Preto também poderá ter de se explicar por suas estripulias na esfera administrativa. Ao rejeitar as acusações sobre a suposta atividade de arrecadador informal do PSDB, o engenheiro estufa o peito para falar de suas qualidades de administrador probo e eficiente. Mas diversas ações abertas pelo Ministério Público de São Paulo desde 2008, para investigar problemas em contratos da Dersa, sugerem um quadro bem diferente do que pinta o ex-diretor. Há, por exemplo, sete investigações em curso sobre irregularidades e superfaturamento no pagamento das indenizações de desapropriação de imóveis para obras, como o trecho sul do rodoanel. Os promotores também apuram eventual prejuízo ao erário na execução do contrato firmado com o consórcio responsável pela mesma obra, tanto na “metodologia empregada para a construção de pontes” como no “emprego de material diverso do ajustado” (Pardellas e Sequeira, 22/10/2010)

Outro fato a respeito do ex-diretor da Dersa, veio à tona posteriormente, mas não foi pautado na cobertura do primeiro turno:

A filha de Paulo Preto, a advogada Priscila Arana de Souza Zaharan, do escritório de advocacia Edgard Leite Advogados Associados, facilitou licitações com empreiteiras no governo do Estado de São Paulo quando Serra ainda era governador de São Paulo.

Os deputados estaduais do PT dizem que o esquema era simples: tanto a Dersa quanto as empreiteiras eram clientes do mesmo escritório. A função da advogada era resolver tudo juridicamente para que essas empresas fossem contratadas pelo governo.

De acordo com o deputado Adriano Diogo, Priscila “requeitava os contratos e dava as bases legais para as contratações”. (R7, 5/5/2011)

A filha de Paulo Preto, então, prestava serviços de advocacia a empresas que faziam obras para o governo do Estado de São Paulo e que estavam submetidas à fiscalização do pai. Priscila figura ainda como uma das advogadas que defendem o governo paulista em um levantamento sobre as obras do rodoanel, executadas pelo pai.

Segundo a reportagem da *Isto É* (Pardellas, Sequeira e Rodrigues, 29/10/2010), os casos de nepotismo envolvendo o governo do Estado e Paulo Preto, que não mereceram destaque como os casos relacionados à assessora de Dilma Rousseff na Casa Civil, foram no mínimo três, além do já mencionado, sobre a filha do assessor, Priscila Arana de Souza. Outra filha dele foi contratada tanto pela prefeitura de São Paulo como pelo governo do Estado, durante as gestões de Serra, como prefeito e governador. Segundo a *Isto É*, Paulo Preto também contratou a empresa Peso Positivo Transportes Comércio e Locações, de propriedade da mãe e do genro do ex-diretor da Dersa. Tal empresa prestou serviços para as obras do lote 1 do trecho sul do rodoanel por um período de pelo menos três meses, em 2009. Para a revista,

apesar das evidências envolvendo Paulo Preto, o PSDB e José Serra continuam a tratar o tema como um assunto de pouca importância. Embora tenha nomeado uma das filhas do ex-diretor da Dersa, Tatiana Arana Souza Cremonini, para cargo de confiança, no mês em que assumiu o governo de São Paulo, Serra disse que não teve responsabilidade pela contratação quando foi questionado sobre o indício de “nepotismo” em entrevista ao *Jornal Nacional* na terça-feira 19. Tatiana trabalha no cerimonial do Palácio dos Bandeirantes, com salário de R\$ 4.595 e, segundo fontes ouvidas por *Isto É*, era vista com frequência ao lado do então governador. Hoje, Tatiana está de férias. “Essa menina foi contratada – eu não a conhecia, não foi diretamente por mim – para trabalhar no cerimonial que faz recepções, que cuida de solenidades e tudo mais. Sempre trabalhou corretamente. Inclusive, eu só vim a saber que era filha de um diretor de uma empresa muito tempo depois”, afirmou o tucano. Durante sua gestão à frente da Prefeitura de São Paulo, Serra contratou a mesma filha de Paulo Preto para um cargo de confiança na SPTuris. (Pardellas e Sequeira, 22/10/2010)

Como se pode constatar, houve benevolência na imprensa com relação ao nepotismo nos mandatos de Serra. O mesmo tratamento foi também dispensado pela *Folha*, que na sua cobertura não deu importância a tais evidências. Enquanto isso, os mesmos veículos cobravam de Dilma responsabilidades diretas pelo nepotismo de sua ex-assessora e não se admitia que ela desconhecesse os fatos.

Uma das matérias da *Isto É* revela também que, juntamente com o pai, a filha do diretor da Dersa, Paulo Preto, que prestava serviço a empreiteiras, emprestou

ao ex-secretário estadual de São Paulo e então candidato a senador pelo PSDB, Aloysio Nunes Ferreira, a quantia de 300.000 reais para a quitação da compra de um apartamento em Higienópolis, bairro nobre da cidade de São Paulo. A revista informa que, em dezembro de 2009, a *Folha* havia publicado matéria a esse respeito. Entretanto, esse fato não é retomado na pauta das matérias sobre a corrida eleitoral, embora Aloysio fosse um dos candidatos do PSDB, que, aliás, foi eleito senador.

Também foi abafada, durante a campanha do primeiro turno, a prisão de Paulo Preto por receptação de joias roubadas, bem como as pressões que a delegada que efetuou a detenção recebeu de autoridades do alto escalão do governo paulista para liberar o diretor. O fato virou notícia nas páginas de *Isto É*, no segundo turno:

O engenheiro foi preso em flagrante no dia 12 de junho, na loja de artigos de luxo Gucci, dentro do Shopping Iguatemi, no momento em que negociava ilegalmente um bracelete de brilhantes avaliado em R\$ 20 mil. Detido pela polícia, Paulo Preto foi encaminhado ao 15º DP, localizado no Itaim Bibi, bairro nobre de São Paulo. Por coincidência, estava na delegacia naquele momento, registrando uma ocorrência, o deputado Celso Russomano (PP-SP). Ali ele presenciou uma cena pouco usual. A delegada titular do distrito, Nilze Baptista Scapulattielo, conforme Russomano contou a *Isto É*, foi pressionada por autoridades da Polícia Civil e do governo de São Paulo para livrar o engenheiro da prisão. “Ela recebeu ligação do Aloysio (Nunes Ferreira, ex-chefe da Casa Civil), do delegado-geral, do delegado do Decap (Departamento de Polícia Judiciária da Capital), isso tudo na minha frente, para aliviar o Paulo Preto.” (Pardellas e Sequeira, 22/10/2010)

A *Isto É*, como fazia a *Folha* em relação aos escândalos relacionados ao PT, também propôs uma série de perguntas, em matérias publicadas durante o segundo turno, sobre coisas que faltavam ser explicadas sobre as denúncias e suspeitas envolvendo Paulo Preto, o PSDB e o governo paulista. Perguntas como essas jamais apareceram nas pautas do jornal e em outros órgãos de imprensa de atuação similar:

1. De onde vieram os R\$ 4 milhões que Paulo Vieira de Souza é acusado de desviar das campanhas tucanas?
2. O que manteve o engenheiro Paulo Preto à frente das principais obras do Estado, mesmo depois de ser definido pelo então vice-governador, Alberto Goldman, como “incontrolável”?
3. Por que o ex-secretário de Transportes, Mauro Arce, a quem a Dersa é vinculado, não afastou Paulo Preto, se ele também foi avisado por Goldman sobre as atitudes do engenheiro?
4. Por que Paulo de Souza foi exonerado quando Goldman assumiu o governo?
5. Por que, após o caso vir a público, os tucanos se mantiveram em silêncio por dois

meses?

6. O tesoureiro-adjunto do PSDB-SP, Evandro Losacco, diz que Paulo de Souza tinha poder para pedir dinheiro em nome do partido. Quem deu esse poder a ele?

7. Por que o candidato José Serra disse inicialmente que não conhecia o engenheiro e, após ser ameaçado por Paulo Preto, apresentou outra versão e afirmou tratar-se de um profissional competente? (Pardellas e Sequeira, 15/10/2010)

Em uma das matérias da *Isto É* são mencionados também contratos sem licitação feitos pela Dersa, sob o comando de Paulo Preto:

Muitas dessas apurações partiram de processos julgados irregulares pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-SP), que no início de setembro condenou um contrato de R\$ 1,4 milhão, firmado sem licitação pela Dersa com o chamado Instituto Internacional de Ecologia e Gerenciamento Ambiental (IIEGA). O termo de parceria foi assinado em junho de 2007 por Paulo Vieira de Souza, então responsável pela engenharia, e o diretor-presidente da Dersa, Thomaz de Aquino Nogueira – que foi multado em R\$ 16 mil. Para os conselheiros do TCE-SP, o Dersa não conseguiu justificar a escolha da contratada “em detrimento de outras instituições ou empresas habilitadas a prestar os serviços” e a “ausência de elementos utilizados para a avaliação da economicidade”. Curiosamente, o instituto de ecologia foi criado pelo cientista José Galizia Tundisi, que presidiu o CNPq durante o primeiro mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Na gestão de Tundisi, o Tribunal de Contas da União (TCU) apontou várias irregularidades e chegou a multá-lo por conta do aumento ilegal de 160% no valor de um contrato milionário firmado com a IBM. (Pardellas e Sequeira, 22/10/2010)

A matéria mostra trecho de fac-símile do TCE com o “acórdão” a respeito desse contrato sem licitação. É revelador que tudo isso não tenha merecido a mesma atenção que a *Folha* deu às acusações contra Erenice Guerra, embora o caso envolva nepotismo, suspeitas em contratos governamentais sem licitação, que eram as mesmas feitas à ex-assessora de Dilma. A diferença é que, no caso Paulo Preto, as cifras são maiores, há contratos sem licitação com sentenças já deferidas, além de outros sob suspeitas, e crime de receptação de joias roubadas.

Com relação a contratos sem licitação realizados pelo governo de São Paulo, mais especificamente na área de educação, durante a campanha, circularam diversas informações na blogosfera (citada abaixo), também sem repercussão na *Folha* e na imprensa em geral, com exceção da revista *Carta Capital*. Trata-se de contratos de altas somas com empresas de mídia para a compra de jornais e revistas para escolas. Tais fatos foram levantados pelo blogue *NaMaria News*, com base em pesquisas feitas no *Diário Oficial do Estado*. No perfil do blogue, a autora se define como “uma web-pesquisadora assaz dedicada, com fino faro para as curiosas desgraças cometidas, sobretudo, pelo PSDB na Educação Pública

de São Paulo”. Ela divulgou sua pesquisa em diversos *posts* de seu blogue⁸², que depois foram resumidos em um *post* e numa entrevista dela ao blogue *Viomundo*, do jornalista Luiz Azenha. A mesma mídia que alardeava os contratos sem licitação ligados ao caso Erenice Guerra silenciava sobre contratos seus com a Fundação Desenvolvimento da Educação (FDE), para a venda de apostilas, jornais, revistas e livros, sem licitação:

“Desde 2004, especialmente de 2007/2008 em diante, a FDE pagou no mínimo R\$ 250 milhões (R\$248.653.370,27) [valores não corrigidos] à Abril, Folha, Estadão, Globo/Fundação Roberto Marinho”; “As vendas maciças desse papelório à FDE coincidem com o apoio crescente da mídia à candidatura José Serra e apoio ao PDSB”, denuncia *NaMaria* ao *Viomundo*. “A maioria sem licitação”. (Lemes, 14/10/2010)

A entrevistada, que apresenta dados fundamentados com citação do número e data dos contratos e *links* para eles no *Diário Oficial*, afirma que se trata da aquisição de verdadeiras “escolas de papel”, um “papelório cuja maior parte se destina ao lixo”, como apostilas cujos mapas da América do Sul continham dois Paraguais, que foram encontradas em caçambas de lixo:

Para a Editora Abril/Fundação Victor Civita, foram entregues R\$ 52.014.101,20 para comprar 4.543.401 exemplares de diferentes publicações. Com esse dinheiro, poderiam ser construídas quase 13 escolas ou 152 salas de aula novinhas, com capacidade para mais de 15 mil alunos nos três períodos – considerando que uma escola com 12 salas custe R\$ 4,1 milhões e cada sala cerca de R\$ 340 mil. (Lemes, 14/10/2010)

NaMaria relata que a Secretaria de Educação de São Paulo é uma das maiores empresas públicas do mundo, tem 4.449.689 alunos (matrículas de 2009), 278.443 professores ativos e execução orçamentária recorde, em 2009, de 1,9 bilhão de reais. A FDE-SP, vinculada à Secretaria de Educação, foi criada para cuidar da construção e infraestrutura escolar, cresceu, adquiriu poderes e, segundo *NaMaria*, “virou um buraco negro”. Exceto a folha de pagamentos, passa por ela desde o dinheiro para a compra de papel higiênico (suprimentos), merenda, material didático, mobiliário escolar, *kits* escolares (mochilas, cadernos etc.), até projetos pedagógicos, capacitações, aquisição de computadores e *softwares*. Muitas das compras de todas essas coisas dispensam licitação, mas, conforme denuncia a pesquisadora, há a obrigação de divulgar a justificativa para a compra sem licitação e o contrato dela no *Diário Oficial*, o que nem sempre a FDE faz, afirma. Para ela, pesquisar no *Diário Oficial* esses assuntos nunca abordados pela imprensa envolve

“drama, suspense, ação, ficção científica, mistério. E um pouco da realidade, que não faz mal a ninguém” [...]. É como se eu me movesse num enorme labirinto. Por exemplo, eu chego lá com o número de um contrato ou o nome de algum personagem histórico do mundo dos negócios. Eu tenho de seguir o rastro dele, atentando às mínimas pistas, para reconstruir as tramas. Às vezes, ao “caçar” compras de jornais e revistas sem licitação, acho um contrato recém-assinado, milionário, com empresa de aluguel de computadores ou serviço de lanches, prestação de serviços em eventos. Sem dúvida, o *DO* (risos, de novo) é o melhor jornal de todos os tempos. Parece ser o único que fala alguma verdade – mesmo que por outras vias. Há também os leitores que nos enviam sugestões de pesquisa, denúncias, perguntas interessantes. (Ibidem)

Entre os inúmeros contratos de produtos e serviços, sem licitação, apontados pela blogueira, destacam-se os fechados com a Editora Abril para a compra das revistas *Veja*, *Recreio*, *Nova Escola*, *Guia do Estudante* e *Atlas Nacional Geografic* (total de R\$ 52.014.101,20 reais); Fundação Roberto Marinho e Editora Globo: revistas *Época*, *Galileu*, apostilas e DVDs do telecurso, kits de livros (“Pelo que achei até agora temos o pequeno valor de R\$ 54.184.737,71 – entre os anos de 2005 e 2010”) (Lemes, 14/10/2010); *Folha de S. Paulo*: 10.649 assinaturas em dois contratos de 2.704.883,60 e 2.581.280,00 reais; e impressão de várias apostilas na Gráfica Plural, de propriedade do mesmo grupo empresarial. Também foram feitas assinaturas de quantias iguais do jornal *O Estado de S. Paulo* (dois contratos nos valores de 2.691.806,00 e 2.568.800,00 reais) e da revista *Isto É* (2.464.178,00 reais). *NaMaria* esclarece que não há orientação alguma para as escolas e professores sobre o que fazer com tantos jornais, revistas, guias do estudante e atlas: “Se lermos com atenção as entrelinhas desses ‘projetos’, acompanharmos o que rezam os editais e conversarmos com professores e alunos, fica patente a filosofia da SEE-SP. Primeiro, vêm os ‘negócios’, depois o planejamento” (ibidem). Coincidência ou não nesses contratos, percebe-se que ficam de lado revistas similares existentes no mercado, como a *Carta Capital* e a *Carta na Escola*.

A blogueira toca em assunto correlato, que também pouco tem interessado à imprensa anti-Dilma e pró-Serra: o fracasso da educação pública em São Paulo, com péssimos índices nas pesquisas e exames que avaliam a educação, embora seja o Estado da federação com mais recursos financeiros:

Quem mora em outro Estado e vê a propaganda acha que a nossa educação vai muito bem. Tremenda ilusão. A propaganda é bonita, mas pura mentira. A educação vai péssima. O fracasso pedagógico está claríssimo. Basta conversar com pais, alunos e professores. As escolas públicas paulistas são protótipos caros de cadeias e túmulos de sonhos. As crianças e os jovens que as frequentam são o que menos importa aos gestores. Idem os

professores.

[...]

Dinheiro não significa qualidade. E dinheiro mal empregado, pior ainda. É a máxima do menos é mais, só que ao avesso. O fracasso pedagógico decorre da filosofia implantada aqui: a nossa educação é baseada em negócios. (Lemes, 14/10/2010)

NaMaria levanta suspeitas a respeito de alguns contratos pelo fato de haver licitações que, segundo ela, parecem direcionar a compra para determinadas empresas:

Como se explica a compra por licitação dos materiais do Telecurso da Fundação Roberto Marinho para as escolas técnicas e os supletivos? Por que fazer licitação para um material que somente a Fundação Roberto Marinho faz? Por que sempre entre as mesmas três gráficas licenciadas?

A gente tem de se esforçar e crer que são totalmente legais ou o mundo estaria perdido. Mas é preciso analisar mais profundamente. Por exemplo, há casos de licitações bastante estranhos. O certame para fazer “eventos” é um deles. Tudo indicava um ganhador, uma empresa campeã de contratos, a Objetiva, que é do Eduardo Graziano — irmão do Xico Graziano, funcionário público do governo FHC (assim como o irmão), e depois do Serra. A Objetiva sempre levava todas no mundo governamental, é muito influente.

[...]

Os editais, quando há licitação e são dispostos ao público, mostram muito mais do que se imagina. As compras de *software*, sempre Microsoft, são impressionantes. Há especificações tão “específicas” que sugerem que são dirigidas. (Ibidem)

Além desses, muitos outros casos importantes deixaram de ser pautados pela *Folha* e pela maior parte da imprensa, ou foram noticiados com pouca visibilidade e isenção do governo do Estado e o ex-governador, José Serra, de serem associados a eles, como:

- Aplicação de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) para o Estado no mercado financeiro e apropriação deles como se fossem do próprio Estado, e não do SUS:

Matéria de Leandro Fortes, na *Carta Capital*, mostra que relatório do Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde (Denasus) apontou o desaparecimento de R\$ 350 milhões repassados pelo SUS para o programa de assistência farmacêutica básica no Estado. Os auditores descobriram ainda uma manobra contábil que se apropriou de outros R\$ 44 milhões do SUS como se fossem recursos estaduais.

O Denasus constatou ainda que, em 2008, durante o governo Serra, 11,8 milhões do Fundo Nacional de Saúde repassados para a compra de remédios foram contabilizados como “contrapartida estadual” no acordo de Assistência Farmacêutica Básica.

[...]

Em fevereiro, *Carta Capital*, em matéria do mesmo Leandro Fortes, já tinha mostrado que a auditoria do Denasus mostrava que, em três Estados governados por tucanos (São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul) e no Distrito Federal, governado pelo DEM, os recursos do SUS foram aplicados no mercado financeiro, ao longo dos últimos quatro anos. Ou seja, a custa da saúde da população, estes estados justificaram os seus choques de gestão e redução do déficit. (Porter, 26/10/2010)

- O caos da segurança pública em São Paulo, com aumento da criminalidade e dados proibidos de serem divulgados ou divulgados com “maquiagem”; evidências de corrupção, baixa remuneração e pouca eficiência da polícia:

Tivemos o caso do traficante colombiano Juan Carlos Abadía, que descreveu a extorsão que sofreu nas mãos da polícia paulista. Tivemos o escândalo que derrubou o secretário de Segurança, cujos assessores foram acusados de oferecer “facilidades” a policiais corruptos. Eu mesmo, na condição de repórter, cobri a prisão de um dos mentores do assalto ao Banco Central de Fortaleza, que disse ter pago mais de um milhão de reais a policiais paulistas para ficar solto. Tivemos o gravíssimo confronto entre as polícias diante do Palácio dos Bandeirantes. E, nas últimas horas, tivemos o grave caso de uma investigação – da qual participou a Casa Civil do governo Serra – que omitiu empresas ligadas ao ex-governador de Goiás, Marconi Perillo [PSDB]. (Azenha, 14/3/2010)

- Os sucessivos problemas do metrô, com paralisações causadas por problemas técnicos; superlotação e insuficiência da rede para atender a cidade. Às vésperas da votação do primeiro turno, em 21 de setembro, houve uma paralisação da linha vermelha no período de pico, às 7h50. O sistema foi normalizado às 10h30, mas as filas nas estações continuaram até cerca de 13h30. Passageiros que ficaram presos em trens que estavam na linha por longo período acionaram os botões de emergência, quebraram vidros e saíram andando pela passarela ao lado dos trilhos. Houve falha no sistema de alto-falantes e os passageiros não puderam ser informados sobre o que ocorria. As notícias a esse respeito foram amenas e endossavam a explicação do diretor de operações do metrô, Conrado Grava de Souza, segundo a qual não houve falha no metrô, mas uma simples blusa presa em uma porta havia paralisado a linha e causado toda a confusão. A matéria da *Folha*, em alguns pontos, dá a entender que os passageiros que ficaram presos, ao não conseguirem acionar os botões de emergência para abrir as saídas, agiram como vândalos. Não há nenhum questionamento que vá além disso na imprensa pró-Serra; nenhuma associação aos problemas constantes no metrô e à sua saturação, devido aos baixos investimentos. Como o jornal considera já na chamada de capa, o governador Alberto Goldman abriria investigação para saber se o problema “foi um acidente ou foi motivado”

(22/9/2010, p. C1). Insinuou-se sabotagem com cunho político. Não se leva em consideração que, a partir de agosto daquele ano, “os trens da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) e da Companhia do Metropolitano de São Paulo (Metrô-SP) apresentaram pelo menos doze problemas que afetaram a circulação de passageiros”. O assunto não foi tratado no caderno de política, mas no caderno *Cotidiano*. O resultado da perícia publicada após as eleições, em 3 de novembro, mostrou que não houve sabotagem, como havia sido insinuado pelo então governador, mas falha técnica provocada pela superlotação (*Brasil Atual*, 3/11/2010; Guimarães, 3/11/2010). Se o problema ocorrido às vésperas da eleição tivesse tido a apuração que lhe cabia por parte da imprensa, isso poderia contribuir para a discussão sobre o sistema de metrô em São Paulo, um tema indigesto para a campanha de Serra e seu partido: o metrô da Cidade do México, que tem 230 quilômetros de extensão, começou a ser construído na mesma época que o de São Paulo, que tem apenas 65 quilômetros de trilhos. O PSDB, no governo durante os últimos 16 anos, construiu cerca de 20 quilômetros de metrô em São Paulo. Em média, 1,2 quilômetro por ano de governo.

No quesito silenciamento inclui-se também a não referência a obras, programas sociais do governo Lula, os quais só aparecem no jornal, quando muito, em pequenas notas, mas em notícias de grande destaque quando se trata de acusações, indicações de problemas, irregularidades, atrasos. Apenas como exemplo, entre tantos possíveis, citamos trecho de *post* do jornalista Renato Rovai em seu blogue:

A *Folha de S. Paulo* de hoje traz uma matéria que poderia ser manchete de domingo, mas está num canto do caderno *Dinheiro* dessa sexta-feira. Trata-se de um estudo da economista Sonia Rocha, do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade, que aponta que o país vem sofrendo uma mudança estrutural histórica de inclusão social.

[...]

O percentual de pobres caiu de maneira sustentável no Brasil entre 2004 e 2008 e, mesmo com a crise financeira internacional, o movimento provavelmente não foi interrompido em 2009, de acordo com a economista Sonia Rocha. (Rovai, 21/5/2010)

Percebe-se um jornal engajado contra a candidata Dilma Rousseff e contra o governo que a apoia, enquanto blinda o candidato José Serra e seu governo na prefeitura e no Estado de São Paulo:

Quantas crises, caos e apagões tivemos no Brasil em anos recentes? Tivemos o caos aéreo, o apagão elétrico, a crise da febre amarela, o fim dos tempos econômicos e o apagão moral no Senado. Curiosamente, todas essas foram crises federais. Como se sabe, não existem crises, caos ou apagões em São Paulo. Temos o caos no trânsito quando o MST decide se

manifestar nas ruas da capital, mas do contrário temos “excesso de veículos”.

Por quê? Porque o roteiro de um certo projeto político, apoiado na Globo, *Veja*, *Folha e Estadão*, parte do princípio de que, em 2010, teremos o “resgate gerencial” do Brasil. Nas palavras de Paulo Henrique Amorim, um choque de gestão. (Azenha, 14/3/2010)

Entre os silenciamentos também estiveram as pesquisas do Instituto Vox Populi e do Sensus, as quais foram as primeiras a mostrar a tendência de vitória de Dilma. A *Folha* só publicava com destaque as pesquisas do Ibope e do Datafolha, que, ao contrário do Vox Populi e do Sensus, demoraram mais a demonstrar em suas pesquisas o crescimento das intenções de votos e o aumento da vantagem da candidata do PT.

5. Críticas à *Folha* e reações do jornal

Toda essa cobertura do jornal, suas ênfases em determinadas pautas e silenciamento de outras foram rendendo críticas ao longo do processo eleitoral, que cresceram à medida que a radicalização aumentava. A blogosfera independente e canais alternativos de informação, além de fazerem contrapontos e levantarem temas que ficavam fora da pauta da imprensa, constituíram uma instância crítica da cobertura da imprensa hegemônica e pró-Serra, apontando a unificação das pautas, e do jogo casado com a campanha de Serra. Os blogueiros aqui citados apontaram durante toda a campanha o partidarismo da mídia e a seleção dos escândalos, factoides, acusações e condenações sumárias por ela produzidos como meio de interferir no processo eleitoral:

Não temos ilusão quanto aos defeitos de nossa classe política e seus representantes, mas também não nos iludimos quanto à perseguição seletiva praticada por uma imprensa desde sempre identificada com ideais conservadores – e portanto com os partidos afinados com esses ideais.

Protestamos, em suma, contra hábitos sinistros que estão se arraigando em nossa imprensa, como fazer acusações sem provas e prejudicar pessoas e instituições de maneira açodada, desrespeitando o princípio da presunção da inocência. Com seu poder, a mídia consegue intimidar inclusive juízes, produzindo outra aberração contra a democracia, que é obstruir o direito de todo cidadão ou empresa de ter um julgamento isento e livre, longe das paixões políticas.

Protestamos, principalmente, contra a tentativa de interferir no processo eleitoral, através da criação de factoides que vão parar diretamente, às vezes no mesmo dia, na página de alguns candidatos. Denúncias devem ser feitas, claro, mas embasadas num mínimo de provas e fundamentos lógicos. Os escândalos que pipocam não nascem da intenção

louvável de aprimorar o funcionamento da máquina pública, e sim do desejo mal disfarçado de produzir estragos políticos no adversário da vez. (Rosário, 22/9/2010)

Mesmo aliados de Serra reconheceram o engajamento da imprensa na campanha do candidato. Cláudio Lembo, do DEM de São Paulo, que foi vice-governador de Geraldo Alckmin, afirmou, em entrevista ao portal Terra, que “a mídia está engajada, tem um candidato que é o Serra e com isso se perdeu o equilíbrio, vem o desequilíbrio, é desse embate que nasce a intranquilidade...” (Fernandes, 20/9/2010).

Também o diretor do Ibope, Augusto Montenegro, que antes da campanha havia afirmado, em entrevista à revista *Veja*, que não tinha dúvidas de que Dilma Rousseff não venceria as eleições e que, portanto, não pode ser considerado simpatizante de sua candidatura, também deu declarações a respeito da escalada de escândalos na imprensa. Em entrevista ao jornal *Poder*, disse que tantas denúncias contra a candidata estavam transformando-a em vítima para a população. Para ele, a mídia estava fazendo um cerco contra ela e a democracia só é aceita por determinados setores quando eles estão vencendo (Faria, 13/9/2010).

Especificamente sobre a atuação da *Folha* na campanha, o blogueiro Rodrigo Vianna fez alusão a meses “de cobertura enviesada” e “tosca” do jornal:

Nessa segunda-feira, o jornal da família Frias teve o seu dia de FOX. Dilma bateu pesado na “*Folha*”. É o troco, depois de dias e dias de uma campanha unilateral. Aliás, são meses de deturpações e cobertura enviesada. Começou lá atrás, com a ficha falsa na primeira página. Seguiu com a manchete tosca sobre o aumento da conta de luz “por culpa de Dilma” (tão tosca que fez a “*Folha*” ir parar nos *trendtopics* do Twitter, como exemplo mundial de manipulação). (Vianna, 20/9/2010)

No mesmo texto ele afirma que a mídia assumiu o comando da oposição, diante do “aturdimento” da campanha de Serra, e se constituiu no “verdadeiro partido de oposição”, confirmando o que a presidente da Associação Nacional de Jornais (ANJ) e executiva da *Folha*, Judith Brito, havia declarado meses antes. Segundo ele, o ímpeto investigativo dos jornais não se volta – jamais – contra os tucanos (*ibidem*).

Durante a campanha, o blogue de Luis Nassif publicou diversas mensagens indignadas de leitores protestando contra o jornal, algumas das quais são cópias de *e-mails* que eles enviaram ao jornal e ao portal que reproduz seu conteúdo, o UOL. Muitos deles informam que cancelaram a assinatura do jornal (Paiva,

19/9/2010).

No auge da radicalização da imprensa na campanha, durante o escândalo referente à então ministra Erenice Guerra, a campanha de Dilma decidiu passar a fazer críticas e denúncias ao “partidarismo” da imprensa, e as principais declarações a esse respeito foram dadas pelo então presidente Lula em atos de campanha ou entrevistas:

Nós não vamos derrotar apenas os nossos adversários tucanos. Nós vamos derrotar alguns jornais e revistas que se comportam como se fossem partido político e não têm coragem de dizer que são partido político, que têm candidato e não têm coragem de dizer que têm candidato. (Oliveira, 18/9/2010)

Algumas dessas críticas do PT à imprensa foram divulgadas na *Folha*, mas sempre com o uso de algum recurso para pô-las em xeque, desautorizá-las ou apresentá-las em tom de ridicularização. Por exemplo, sobre a fala de Lula em Campinas a respeito de partidarismo da imprensa, o jornal informou no subtítulo que o presidente “também disse ser ‘democrata’, pois permite que a imprensa ‘bata’ nele e que dará bolsa família aos tucanos” (*Eleições 2010*, 20/9, p. 3). Ao lado, uma matéria “ANJ e OAB reagem a ataque do presidente”, na qual afirma ser preocupante que o presidente desconheça “o papel da imprensa em sociedades democráticas” de levar informação ao público, “mesmo aquelas que desagradem os governantes”. Segundo a nota da ANJ, Lula “jamais criticou o trabalho jornalístico quando as informações tinham implicações negativas para seus opositores”. Em 24 de setembro o jornal abordava o mesmo tema, comentando uma entrevista do então presidente Lula ao portal Terra: “Imprensa finge que não tem **lado** [grifo do jornal], diz Lula – Presidente volta a atacar a mídia durante entrevista ao portal ‘Terra’ e afirma que país tem liberdade de comunicação”. Em outro subtítulo: “Serra fala em ‘cerco’ à liberdade de imprensa no Brasil; Dilma evita criticar ato de entidades contra a mídia em SP”. Dessa forma, começa-se a reforçar o discurso dos riscos à liberdade de imprensa e de expressão como forma de rebater as críticas de parcialidade feitas à imprensa. Novamente percebe-se a similaridade de discurso entre Serra e o jornal, dessa vez para falar de “cerco à liberdade de imprensa”. Na matéria, o jornal publica declarações de Lula e de Serra. O primeiro afirmou na entrevista que

a imprensa brasileira deveria assumir categoricamente que ela tem um lado, tem um candidato e tem um partido. Seria mais simples, mais fácil. O que não dá é para as pessoas ficarem vendendo uma neutralidade disfarçada. [...] Acho que seria mais lógico, mais explícito. Mas eles preferem fingir que não têm lado e fazem críticas a todas as pessoas que

criticam determinados comportamentos e determinadas matérias. (*Eleições 2010*, 24/9, p. 4)

O candidato José Serra, na mesma matéria, afirma que as críticas de Lula à publicação de “notícias sobre maracutaias representam um cerco, um verdadeiro combate” à liberdade de imprensa: “Tem gente que defende a liberdade de imprensa, mas só quando a imprensa fala bem”.

Na mesma edição, aparece uma nota sobre um “ato contra a imprensa”, realizado em São Paulo. Tratava-se do “Manifesto contra o golpismo da imprensa nas eleições”, organizado por centrais sindicais, movimentos sociais, jornalistas e representantes de partidos políticos, que ocorreu no Sindicato dos Jornalistas em 23 de setembro. O jornal também informa que, no Rio de Janeiro, cerca de trezentas pessoas, a maioria militares da ativa e da reserva, se reuniram no Clube Militar para analisar os “riscos à democracia”. Os participantes “aplaudiram críticas duras a tentativas de controle da mídia e da cultura e de aparelhamento estatal”. O jornal não menciona, mas os debatedores que participaram desse encontro, em uma instituição marcada pelo apoio ao regime de exceção que censurou e cerceou a imprensa por vinte anos, eram expoentes da imprensa nacional: Merval Pereira, Reinaldo Azevedo e o diretor de assuntos legais da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Rodolfo Machado Moura. O cinismo de defender a liberdade de imprensa diante de pessoas favoráveis à ditadura ou que dela participaram, no espaço de uma instituição que também esteve envolvida no regime de exceção, demonstra que os vínculos entre a mídia tradicional e os ideais da ditadura ainda não haviam terminado.

Ao mesmo tempo em que goza de “liberdade quase selvagem” (Rosário, 22/9/2010), criando escândalos, muitas vezes baseados em falsas denúncias e factoides, interferindo no processo eleitoral de maneira desonesta e criticando livre e até desonestamente o governo, a imprensa denuncia falta de liberdade e se julga vítima de um perigo totalitário. Trata-se de uma contradição acompanhada de cinismo: defender a liberdade de expressão e ao mesmo tempo não aceitar críticas à sua atuação, ou seja, quem critica a imprensa não teria direito a essa mesma liberdade que ela reivindica? A liberdade de imprensa é fundamental para a democracia, mas sua responsabilidade e o respeito a opiniões contrárias também:

Como empresas privadas, os jornais têm liberdade para defender ou atacar seja quem for, mas a Constituição ficaria grata se evitassem desrespeitar o direito dos indivíduos. [...] Não

pedimos isenção. Ao contrário, pedimos honestidade em declarar sua preferência partidária, como fazem os jornais norte-americanos, o que ajudaria os leitores a separar notícia de opinião e entender melhor o que estão lendo. (Ibidem)

Ainda na edição de 24 de setembro, ao lado das matérias que mencionavam as críticas de Lula e o manifesto contra o golpismo da imprensa e a “defesa da democracia” no Clube Militar, outra informava que o secretário de Relações Institucionais do governo de São Paulo (do PSDB) organizava um evento em São Paulo para divulgar o “Manifesto em defesa da democracia”, contra grupos que defendem a “restrição à liberdade de imprensa” (*Eleições 2010*, p. 4).

Ao mesmo tempo em que procurava tornar-se imune às críticas, a imprensa, por meio da propalação de supostas ameaças à liberdade de imprensa, endossadas por adversários do governo, tentava “imputar ao presidente Lula a pecha de ‘autoritário’ e qualificar a eventual vitória de Dilma ‘como uma ameaça à democracia’” (Wu, 18/9/2010).

A *Folha* procurou, nesse período, reforçar o discurso a respeito de sua alegada imparcialidade. Em 22 de setembro, ela publicou uma pesquisa realizada pelo seu instituto de pesquisas, a qual atestava que seus leitores aprovavam o jornal: “Leitores **aprovam** [grifo do jornal] cobertura da *Folha* sobre acusações – Datafolha mostra que a maioria avalia como ótimo ou bom o noticiário sobre a Receita e sobre a crise na Casa Civil” (*Eleições 2010*, p. 5). Para 76%, o jornal não favoreceria nenhum candidato à presidência; para 11%, a cobertura prejudica a candidatura de Dilma. Em um cantinho do quadro de gráficos, um mini-infográfico ilustra as intenções de voto dos leitores do jornal: Serra, 51%; Marina, 21%; e Dilma, 15%, ou seja, os leitores da *Folha*, diferentemente do conjunto dos brasileiros, eram em expressa maioria apoiadores de Serra, que, se dependesse desse grupo, teria ganhado a eleição no primeiro turno, deixando Dilma Rousseff em distante terceiro lugar. No geral dos eleitores do país, a essa altura da campanha, o mesmo instituto de pesquisa apontava números inversos: Dilma com 51% de intenções de voto; Serra, 27%; e Marina, 11%. Era previsível que quem compra o jornal se identifica com o que ele publica. O periódico não menciona as recentes quedas de assinaturas e de vendas avulsas, ou seja, boa parte de quem não acha o jornal isento e não concorda com sua cobertura deixou de lê-lo e, portanto, não se inclui no universo pesquisado, que o “aprovou”, segundo a pesquisa. Conforme dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC) de 2000 e de 2010, no início da década, a *Folha* vendia 471.000 exemplares/dia e hoje vende 295.000 (Guimarães, 26/12/2010). A

queda de vendas avulsas em bancas foi ainda mais acentuada, fazendo o jornal depender mais de assinantes, pertencentes às classes A e B⁸³:

Quando você descobre que a *Folha de S. Paulo*, considerada um dos três mais influentes jornais do país, vendeu em média 21.849 exemplares diários em bancas em todo o território nacional entre janeiro e setembro de 2009, é possível constatar a abissal queda de circulação [grifo do autor] na chamada grande imprensa brasileira. Em outubro de 1996, a venda avulsa de uma edição dominical da *Folha* chegava a 489 mil exemplares. (Castilho, 17/11/2009)

Em 2010, após vinte e quatro anos de liderança como o jornal de maior circulação diária, a *Folha* perdeu a posição para o *Super Notícia*, um jornal popular de Belo Horizonte (Borges, 26/1/2011).

Em 26 de setembro, a *Folha* publicou editorial em local, tamanho e formato inusual: uma coluna inteira, larga, na primeira página, com letras em tamanho e entrelinhamento maiores que os demais textos da capa. Nele, o jornal criticava o governo por “julgar-se acima de críticas”; considerava todas as críticas que o próprio jornal recebia como tentativas de cercear a liberdade de imprensa, a qual defende veementemente; mencionava os riscos autoritários que representariam o governo Lula e sua candidata Dilma Rousseff. Também defende como verdadeiras e justas as denúncias e escândalos, algumas já então desmentidas, enaltece o que chama de “independência, pluralidade e apartidarismo” do jornal e faz “advertências a Lula e Dilma”. Novamente, ao mesmo tempo em que defende o direito de criticar, o jornal se julga acima de qualquer crítica:

Nem por isso seu governo pode julgar-se acima de críticas. O direito de inquirir, duvidar e divergir da autoridade pública é o cerne da democracia, que não se resume apenas à preponderância da vontade da maioria.

Vai longe, aliás, o tempo em que não se respeitavam maiorias no Brasil. As eleições são livres e diretas, as apurações, confiáveis, e ninguém questiona que o vencedor toma posse e governa.

Se existe risco à vista, é de enfraquecimento do sistema de freios e contrapesos que protege as liberdades públicas e o direito ao dissenso quando se formam ondas eleitorais avassaladoras, ainda que passageiras.

[...]

Fiquem ambos [Lula e Dilma] *advertidos* [grifo nosso], porém, de que tais bravatas somente redobram a confiança na utilidade pública do jornalismo livre. Fiquem *advertidos* [grifo nosso] de que tentativas de controle da imprensa serão repudiadas e qualquer governo terá de violar cláusulas pétreas da Constituição na aventura temerária de implantá-lo. (Capa, 26/9/2010)

No dia 27 de setembro, o jornal deu continuidade a seus esforços para aparentar imparcialidade. Foram publicadas, lado a lado, duas vitrines das campanhas de Serra e Dilma, propostas na área de saúde: AMEs (“clínicas com médicos especialistas”), de Serra, e UPAS (“pronto-socorro”), de Dilma. Segundo as matérias, ambas não corresponderiam, na realidade, ao que é anunciado nas propagandas. As duas reportagens, que saíram na última página do caderno especial *Eleições 2010*, tinham um título principal único: “Saúde eleitoral – ‘Vitrines’ de Serra e Dilma na área têm realidades diferentes da propaganda na TV” (*Eleições 2010*, 27/9, p. 10). Entretanto, o título de cada matéria afirma que as unidades enaltecidas por Dilma “têm fila para entrar na fila no Rio” e, nas de Serra, embora faltem médicos, “sobram vagas”. Mesmo tentando parecer imparcial, o jornal acaba encontrando algo para elogiar nas unidades de Serra, as quais tiveram avaliação do programa como um todo, enquanto apenas uma unidade das UPAs propostas por Dilma é visitada.

Em 28 de setembro, o jornal usou duas páginas do caderno especial *Eleições 2010* (p. 6-7) para reafirmar sua imparcialidade, pois teria criticado todos os presidentes, de Sarney a Lula: “Folha fez cobertura jornalística crítica de Sarney, Collor, Itamar, FHC e Lula – Ataques do atual presidente à imprensa, feitos após revelação de esquema de tráfico de influências e corrupção na Casa Civil, ecoam críticas de antecessores, que sempre reclamam da fiscalização da mídia”. Dessa forma, o jornal procura mostrar a mesma atuação em relação aos outros presidentes e ao governo Lula, dando ares de racionalidade ao partidarismo não assumido nas eleições de 2010, conforme demonstrado acima. Diante de tantas evidências de partidarismo, o observador atento, e quem teve acesso a bibliografias que demonstram o partidarismo do jornal ao longo dos governos citados, tendo-os apoiado (cf. Kushnir, 2004; Taschner, 1992; Conti, 1999, Lima, 2006 e 2007; Fonseca, 2005), percebe mais um exercício de racionalidade cínica.

6. Alguns detalhes negativos sobre Serra

As constantes críticas levaram o jornal a tomar algumas outras medidas para se contrapor a elas: além do reforço ao discurso da imparcialidade, passou a incluir pequenas matérias negativas ou parcialmente negativas para José Serra em meio ao noticiário político do período (mês de setembro).

Com tantas pautas relativas ao candidato José Serra importantes de serem abordadas pela imprensa, como mostramos acima, a *Folha* optou por tratar apenas de algumas poucas pautas de baixa relevância que pudessem servir de argumento ao discurso de imparcialidade do jornal. Tais pautas, no período entre 26 de agosto e a votação do primeiro turno, foram bem mais reduzidas que as abordadas no capítulo anterior (entre abril e agosto). Até 22 de setembro, quando o então presidente Lula e sua candidata começaram a se manifestar publicamente em relação ao partidarismo da imprensa, não houve na *Folha* nenhuma matéria negativa para José Serra e seu governo, à exceção de uma em tom benevolente afirmando que “Para tucanos ‘originais’, PSDB deve ser refundado” (*Eleições 2010*, 5/9, p. 16). Tal matéria fora diagramada ao lado de entrevista que anunciava a necessidade de resgatar o “legado positivo de FHC”.

A partir do dia 22, no auge do escândalo Erenice, com Dilma perdendo pontos nas pesquisas e com as críticas à atuação da imprensa aumentando, começaram a aparecer uma ou outra pauta negativa para Serra. Em 22 de setembro uma pequena matéria, com pouca visibilidade, informa que “Serra comete *deslizes* [grifo nosso] ao falar do Bolsa Família” (*idem*, 22/9, p. 3). Três dias depois, aparece uma entrevista com o aliado de Serra, candidato ao Senado por São Paulo, Aloysio Nunes. O tema é a luta armada contra a ditadura, da qual ele participou. É revelador que o tom da matéria é mais ameno e menos incriminador que aqueles usados nas matérias das possíveis participações de Dilma Rousseff nessa forma de resistência: “LUTA ARMADA – Candidato tucano afirma que sua participação foi um equívoco sério, mas *motivado por razões éticas*” [grifo nosso]⁸⁴ (*idem*, 25/9, p. 11).

No dia seguinte, o jornal publicou matéria de uma página, sem chamada de capa, cedendo metade dela para um “outro lado” do candidato José Serra. O título era: “Promessas de Serra já foram alvo do TCE – Auditorias durante a gestão do tucano apontam problemas em áreas que viraram bandeiras de campanha”. O texto aborda de “ressalvas” do tribunal à gestão de Serra em algumas áreas do governo. Ao lado, grandes infográficos trazem em negrito as propostas de Serra para educação, saúde, esporte, habitação e transporte público. Abaixo, em letras menores e sem negrito, os problemas constatados nas ressalvas do tribunal e reclamações da população para cada área. Entretanto, ilustra-se também o que foi realizado. O “outro lado” tem como título “Tucano nega irregularidades e diz que *Folha* quer ‘desinformar’” (*Eleições 2010*, 26/9, p. 3). Além das explicações da assessoria de imprensa, há um subtítulo: “Ataques ao

jornal”, sob o qual relata-se a suposta indignação do candidato com a matéria, acusando a *Folha* de “desinformar o leitor” e “apostar na máxima petista de pregar que todos são iguais e cometem os mesmos equívocos na ação governamental”. Dessa forma dá-se a entender que o candidato também se sente prejudicado pela *Folha* e a crítica. Indiretamente, reforça-se a tese de campanha, segundo a qual o candidato não seria igual aos “petistas”, pois suas irregularidades são menores ou nem existem, teriam boas explicações e respostas. Sugeriria-se, assim, que não apenas Dilma tinha do que se queixar em relação ao jornal. Tal matéria transparece uma encenação muito pouco convincente: uma maneira de o jornal procurar manter a credibilidade ante as acusações de que fazia campanha contra Dilma, a favor de Serra, e também uma forma de José Serra, com as críticas ao jornal, ajudar a dar credibilidade às matérias negativas em relação à oponente. O episódio não oferecia riscos ao candidato, visto que se tratava de uma pauta secundária e o assunto principal naquele momento, com espaço e escandalização incomparavelmente maior, era o caso Erenice, que já surtia efeitos nos índices de intenção de votos a Dilma.

A pauta do jornal, durante todo o mês, entre o que foi agendado e o que foi silenciado, matérias e manchetes com aparência de *releases* de campanha e sínteses dos programas de TV do candidato, revela as boas relações entre ele e o jornal e reforça suspeitas apontadas em muitos blogues (cf. Borges, 11/10/2010), segundo as quais o candidato tinha linha direta com as redações e, sobretudo, com a diretoria de alguns órgãos de imprensa. Em entrevista após as eleições, um aliado de José Serra, Cláudio Lembo, que foi vice-governador de Alckmin, afirmou: “Se o governador Serra telefonasse menos para as redações e fizesse mais campanha, teria ganho a eleição. Às vezes, acho que não é bom ficar telefonando para todos os jornalistas do Brasil, é melhor ir para a rua entrar em contato com o povo” (*UOL Notícias*, 31/10/2010).

Em 30 de setembro, uma matéria com chamada de capa traz um assunto negativo para Serra, também sem maiores riscos para o candidato: “Após ligação de Serra, Mendes para julgamento de ação do PT”. O jornal teria flagrado o candidato ligando para o ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, pedindo-lhe que interrompesse a sessão na qual a ação movida pelo PT para que o eleitor não fosse obrigado a apresentar dois documentos⁸⁵ para votar ganhava por 7 a 0. O ministro pediu mais prazo para análise e a sessão foi interrompida. Desse modo, a questão poderia não ser decidida antes da eleição ou, mesmo que decidida, como de fato foi, haveria menos tempo para a

divulgação do resultado (capa e *Eleições 2010*, p. 1). Na mesma edição, o jornal publicou duas matérias com temas impopulares para José Serra: o candidato teria defendido “mudança na aposentadoria – ao falar a representantes do funcionalismo público”; “tucano diz preferir ‘mexer na idade do que na remuneração” (*Eleições 2010*, 30/9, p. 4). Na outra matéria, de pouca visibilidade, informa-se que “tucano usa servidores para encher comício – em Barueri, alunos são liberados para que funcionários participassem de ato com Serra”.

Assim se encerram as poucas pautas do jornal adversas para a campanha de Serra, entre o final de agosto e o dia da votação, 3 de outubro. Além da baixa relevância, tais notícias apareciam no jornal esporadicamente e com amplo direito a “outro lado”, e não em agenda contínua, por dias, como as pautas negativas voltadas para a candidata Dilma Rousseff, cujo “outro lado” era reduzido, com pouca visibilidade, acompanhado de tréplicas. Nem correspondiam de fato a “outro lado”, pois algumas vezes restringia-se a reforçar as teses das matérias principais.

Conclusão do capítulo

Começamos o capítulo relatando o editorial da *Folha* que constatava, no final de agosto, o crescimento de Dilma Rousseff nas pesquisas e a tendência de vitória dela no primeiro turno, ao mesmo tempo que mencionava a possibilidade de algum fato novo e de reviravoltas na campanha: “Fatores imprevisíveis, como se sabe, são capazes de alterar o rumo de toda eleição. Não há como negar, portanto, chances teóricas de sobrevida à postulação tucana”. Durante toda a campanha, muitos jornalistas, blogueiros e analistas políticos mencionavam esses fatores que têm ocorrido na reta final das campanhas presidenciais, e alguns deles confessavam certo receio de que havia uma “última bala de prata” da imprensa contra a candidata Dilma Rousseff. Nos dias seguintes ao editorial, começaram a aparecer no jornal os “fatos novos” que poderiam causar as “reviravoltas” mencionadas. Inicia-se com o escândalo da quebra de sigilos, o qual, como vimos, não era tão novo assim, pois notícias a esse respeito já havia circulado desde o ano anterior. Outras “novidades” são temas passados que ressurgem do nada, como o caso da conta de luz que virou piada no Twitter, as falsas denúncias em relação ao trabalho de Dilma em secretarias estaduais do Rio

Grande do Sul havia mais de uma década e até o boletim da faculdade da candidata com notas mais altas em matérias “capitalistas” que em matérias “comunistas”. Alguns casos estavam na geladeira, esperando a hora certa para vir à tona.

Em seguida, ao lado de outros temas negativos para a candidata do PT, surgem as denúncias contra a sua ex-assessora e então ministra da Casa Civil, Erenice Guerra. Em meio a todo esse festival de escândalos, algumas denúncias e indícios de irregularidades, de igual ou maior gravidade, que se relacionavam ao governo de São Paulo e ao candidato José Serra, não eram mencionados, nem apurados. Quando muito, ganhavam nota num canto da página, em espaço de pouca visibilidade. O candidato do PSDB, segundo o jornal, apenas cometia “deslizes”. Entre o final de agosto e o dia da votação do primeiro turno, desde o “escândalo da Receita”, a *Folha*, assim como todos “os grandes jornais de São Paulo e Rio, as maiores revistas de informação e o noticiário da principal emissora de televisão dão cobertura máxima a denúncias de vários tipos contra Dilma, sua campanha, o PT e o governo Lula” (Coimbra, 20/9/2010). Tais veículos pautam grande parte da imprensa do país, os veículos regionais, embora estes tenham reverberado menos os escândalos da imprensa do Rio de Janeiro e de São Paulo que em outras eleições. “Só a velhinha de Taubaté acredita” que tantos escândalos nessa época e contra um dos candidatos apenas sejam obra do acaso:

A onda nasceu em tal momento que é impossível não desconfiar que exista intencionalidade por trás dela.

Os segmentos na sociedade e na mídia insatisfeitos com a possibilidade de vitória de Dilma aguardavam ansiosos o começo da propaganda eleitoral na televisão e no rádio. Sabe-se lá de onde imaginavam que Serra reagiria a partir de 17 de agosto e que conseguiria reverter suas perspectivas muito desfavoráveis.

Não viam que o mais provável era o oposto, que Dilma crescesse quando Lula chegasse à televisão. Como resultado de mais um dos equívocos que cometeram na avaliação das eleições, se surpreenderam quando a vantagem da candidata do PT rapidamente aumentou.

Foi de repente, quando a decepção com a performance de Serra e o susto com o bom desempenho de Dilma se generalizaram, que começamos a ter uma denúncia atrás da outra. (Coimbra, 20/9/2010)

As manchetes migravam rapidamente de uma denúncia a outra; do escândalo da Receita, que não surtiu efeito nas pesquisas, ao caso Erenice Guerra, que abalou a candidatura de Dilma e diminuiu suas intenções de votos, conforme as pesquisas. A enxurrada de denúncias em ritmo acelerado não permitia aos leitores condições para reflexão e interpretação, e alimentava a suspeição

permanente sobre o governo e sua candidata. As denúncias não eram apuradas, as matérias, superficiais e as condenações, sumárias. Parecia pouco importar para o jornal e outros veículos da imprensa que isso não fosse feito e, dias depois, as denúncias fossem desmentidas. De uma maneira ou de outra, as matérias iam ecoando e sendo reverberadas na sociedade:

A intenção não parece ser informar ou simplesmente fundamentar as denúncias, e muito menos lançar alguma luz sobre o funcionamento do governo.

As pautas parecem selecionadas conforme o potencial de fazer grudar um pouco da lama diretamente na candidata. Se as acusações podem ser comprovadas, a imprensa deve ir fundo, mesmo depois das eleições. Mas como os jornais e revistas não dão continuidade às investigações, muito certamente tudo isso acaba no dia 3 de outubro, como aconteceu nas eleições anteriores. (Nassif, 15/9/2010)

A estratégia de agendamento de escândalos em setembro, mês que antecedia as eleições presidenciais, não era nova: já havia sido usada em 2002 e em 2006. Por isso, diversas pessoas a identificaram com facilidade. Em 13 de setembro, o jornal *Brasil Econômico* (citado por Nassif, 15/9/2010) publicou uma reportagem mostrando como a campanha de 2010 repetia as disputas de 2002 e 2006: um dos candidatos – no caso de 2010, uma candidata – disparando e sendo bombardeado por acusações na imprensa. Tanto em 2002 como em 2006, segundo lembra o jornal, o então candidato Luiz Inácio Lula da Silva vinha liderando as pesquisas de intenção de voto quando se intensificaram os escândalos, exatamente no mês de setembro, como em 2010. Em 2006, a tempestade de escândalos iniciou-se quinze dias antes do primeiro turno e mudou as intenções de voto, levando a eleição para o segundo turno, como mostra Florentina Souza (2007) em sua tese de doutorado.

Na eleição de 2010 repetiram-se o período em que pipocaram os escândalos e a forma como eles surgiam e eram repercutidos, se comparada com a de 2006. Eles começam em um determinado veículo, como vimos, em uma revista semanal, depois seguem para o telejornal de maior audiência e para os principais jornais diários. Depois, cada um dos veículos procura novas denúncias que tivessem alguma verossimilhança e uns meios alimentam os outros, dando “pernas ao assunto”. Faz-se repercussão de qualquer tipo, mais um “pró-memória”, para manter o caso na agenda:

O padrão dos “assassinatos de reputação” está de volta. Dilma, a terrorista, foi obra da *Folha de S. Paulo*. É uma espécie de pedágio que o jornal pagou, no rodízio que os órgãos da propaganda eleitoral de Serra fazem. Uma hora é a *Folha* que denuncia, repercutida pela

Globo. Outra hora é a *Veja* que denuncia, repercutida pelo *Estadão*. De outra feita a Globo denuncia e os jornais correm atrás. É um ciclo de retroalimentação, sempre com objetivos políticos. Informações são misturadas a boatos e ilações. Em um fato real são penduradas dezenas de suposições. (Azenha, 15/8/2009)

Houve unidade de pauta e de estratégias da maior parte da imprensa hegemônica, de forma que a análise feita aqui, sobre a *Folha*, poderia servir para qualquer outro jornal, telejornal ou revista, salvo pouquíssimas exceções, embora em 2010 essa uniformidade tenha diminuído em relação a outros escândalos eleitorais do passado. Não participaram do coro a revista *Isto É* e os telejornais da Rede Record, bem como a revista *Carta Capital*. Esta revista divulga em editorial o candidato que apoia, mas não deixa tal opção contaminar a parte informativa, que permanece imparcial, publicando reportagens com temas positivos ou negativos para o candidato que apoia, com argumentos e formas de abordagem consistentes. Outros veículos de imprensa, como a *Folha*, pelo contrário, não assumem qual candidato apoiam, mas deixam sua preferência contaminar a parte informativa, fazendo denúncias, com gritante carência de consistência de argumentação. Ao mesmo tempo, tentam manter uma imparcialidade aparente. Nos dez dias finais da campanha do primeiro turno, por exemplo, a *Folha* deixou transparecer sua clara torcida pelo segundo turno e pela consequente ida de José Serra para a nova etapa.

Além da unidade de pauta entre a maior parte dos veículos, notou-se, a partir deste trabalho da *Folha*, certa sintonia entre tais pautas e o comitê eleitoral de José Serra. As manchetes com denúncias que saíam no jornal pela manhã, estavam, à noite, no programa eleitoral do candidato. No dia em que se constatou que o caso Erenice estava surtindo efeitos na diminuição de intenções de voto em Dilma e quando o tema já poderia entrar em fase de saturação, saiu tanto da manchete principal da capa do jornal como do programa eleitoral do candidato. Recordamos que até um aliado de Serra afirmou, após a eleição, que o candidato deveria ter feito mais campanha nas ruas e menos ligações para as redações.

Geralmente, nas campanhas eleitorais, os candidatos fazem ataques uns contra os outros. Entretanto, o candidato que ataca aumenta a própria rejeição, e ataques de um adversário a outro têm menos credibilidade que os feitos pela imprensa. Constatou-se que nessa campanha os ataques ficaram a cargo desta e não de quem poderia ser o principal interessado, José Serra. Na blogosfera independente, muitas vezes foi apontada essa “terceirização” dos ataques, a

simbiose entre setores da imprensa e o candidato do PSDB. O fato de a imprensa parecer ter tomado a dianteira da campanha da oposição fez parecer que a eleição tendia a se tornar imprensa *versus* Dilma e não Serra *versus* Dilma. Em vez de abordar e questionar programas de governo e as reais necessidades do país, a imprensa optou pela escandalização e pela criação de factoides e denunciamentos, demonstrando parcialidade e virando assunto ela mesma:

Tal comportamento, onde todos os meios de comunicação atuam de forma orquestrada, em fina sintonia com os comitês de campanha, traduz a relação simbiótica entre o tucanato e as famílias que controlam os mecanismos de produção e difusão informativos. No estreitamento do processo, um projeta no outro seus interesses pessoais e políticos. Serra é a mídia. A mídia é Serra. (Caroni, 17/9/2010)

Conforme o sociólogo Emir Sader, “o denunciamento foi a tônica opositora, levando a imprensa brasileira a um dos piores momentos da sua história – ainda superada pelo apoio unânime dos órgãos atuais ao golpe militar e à ditadura que se instaurou em 1964” (Sader, 17/9/2010).

Quando as críticas ao partidarismo aumentaram, da metade para o fim de setembro, como vimos, a *Folha* passou a procurar reafirmar que é imparcial e pluralista, chegando a publicar um editorial na capa, para defender essa posição. Os argumentos são pouco convincentes, diante da parcialidade demonstrada ao longo deste capítulo. Não bastasse tal exercício de racionalidade cínica para tentar camuflar seu partidarismo, o jornal ainda publicou, no dia da eleição, uma matéria na qual lamentava: “Campanha não teve discussão de propostas – Escândalos soterraram debate sobre projetos”. Segundo tal matéria, a partir de dado momento, “a campanha virou gestão de escândalos” e “quando o eleitor parar em frente à urna, terá passado por três meses de campanha. Dificilmente, porém, poderá dizer que os 90 dias serviram para deixá-lo mais esclarecido a respeito das diferenças entre os programas dos principais candidatos à Presidência” (*Eleições 2010*, 3/10, p. 11). É verdade que os escândalos, muitos dos quais fabricados, impediram a discussão de propostas e programas de governo. Entretanto, o lamento da pequena matéria parece desconhecer que o próprio jornal no qual ela está publicada foi um dos maiores insufladores e fabricantes de escândalos, que, além de mexer nas intenções de voto, afetavam a campanha, justamente por impedir a discussão dos problemas reais da população, o que, pelo contrário, deveria ser uma das linhas mestras da cobertura da imprensa em qualquer eleição.

Como as pesquisas e os resultados das urnas demonstraram, os escândalos

fizeram as intenções de voto em Dilma caírem, enquanto Marina subiu, também com reforço da imprensa, como demonstrado. José Serra, embora com todo o apoio da mídia hegemônica, cresceu, mas não tanto quanto Marina, que dobrou suas intenções de voto, chegando a 19,33% (ao longo da maior parte da campanha esteve na casa dos 10%). Dilma Rousseff teve 46,91% e José Serra, 32,61%. O esforço concentrado de escândalos e os temas do aborto e da pertença religiosa dos candidatos que, embora já circulassem em correntes de *e-mails* “apócrifos” durante toda a campanha, ganharam força nos últimos dias na imprensa e ajudaram a levar a eleição para o segundo turno. Entretanto, mais de um mês de escândalos e denúncias martelados diariamente nos principais órgãos de comunicação do país não surtiu efeitos proporcionais à sua intensidade e variedade. Mesmo com a avalanche de escândalos e factoides contra a sua candidatura, Dilma Rousseff alcançou cerca de 47% dos votos no primeiro turno e, no segundo, foi eleita, após José Serra ter diminuído a diferença, no início da nova etapa, para apenas 7%, gerando expectativa de virada. O jornal e a maior parte da mídia hegemônica não conseguiram eleger seu candidato. Mas embora a imprensa já não tenha a mesma força nas eleições em favor de suas opções partidárias como em outros períodos da história do país, ainda continua tendo muita influência. Nesse contexto, a blogosfera progressista desempenhou importante papel como contraponto à mídia hegemônica, fazendo apurações e esclarecimentos que faltam a esta.

[62.](#) Conforme mencionado no capítulo anterior, os posts na blogosfera e a expectativa geral de correligionários de Dilma com relação a isso foram muitos. Cf., por exemplo, Nassif, 5/9/2010; Guimarães, 25/9/2010.

[63.](#) Quando se fala “o jornal” em relação a essa campanha desencadeada cerca de um mês antes do primeiro turno, pode-se ler “a maior parte da imprensa hegemônica”. Com poucas exceções, como veremos adiante, no capítulo, houve uma agenda uníssona de toda essa mídia com relação a tal campanha.

[64.](#) Marco Aurélio Mello, ao reger as eleições de 2006, recebeu inúmeras queixas de petistas, devido ao que eles entendiam como ações do ministro em favor da candidatura do PSDB de então e contra a de Lula.

[65.](#) Os títulos do caderno especial da Folha, Eleições 2010, que circulou no mês de setembro, tinham trechos em negrito. Geralmente, quando se tratava de matérias relativas ao PT, a palavra ou expressão mais negativa do título aparecia em negrito, como nos dois exemplos acima. Quando se tratava de matérias sobre o PSDB ou Marina Silva, a ênfase recaía na expressão mais positiva, por exemplo: “PSDB deve resgatar o **legado positivo** do governo FHC” (Eleições 2010, 5/9, p. 9); “Marina se sai **melhor**, mas Dilma conquista mais votos” (ibidem, 13/9, p. 6-13 – sobre pesquisa qualificativa feita durante debate). Nos títulos citados ao longo do trabalho, reproduzimos em grande parte esses trechos ou palavras em negrito, que são grifos do jornal.

[66.](#) Conforme reconhece uma análise publicada em 11 de setembro (Eleições 2010, p. 1): “Caso da receita influencia voto em segmentos da classe média”. O caso teria influenciado apenas setores da classe média e causado estabilidade nas pesquisas, interrompendo a queda de Serra e a subida de Dilma nas pesquisas.

[67.](#) Esse é o nome completo do jornalista. No nosso texto, doravante, passaremos a fazer referência a ele como Ribeiro Júnior, e nos textos citados ele aparece denominado de outras formas abreviadas, como “Amaury Ribeiro Jr.” e “Ribeiro Jr.”.

[68.](#) Segundo o autor, a publicação foi adiada para 2011 de forma a evitar ligação com as eleições. O livro saiu no final de 2011, com o título *A privatária tucana*, pela Geração Editorial. Durante diversas semanas figurou na lista dos mais vendidos.

[69.](#) PIG, sigla com a qual o jornalista designa de maneira irônica a imprensa conservadora do país; significa Partido da Imprensa Golpista.

[70.](#) Empresa privada que gerencia bancos de dados de informações para crédito.

[71.](#) Investigação prévia presidida por um procurador.

[72.](#) Conforme pesquisas de intenção de voto, o caso apenas teve influência em setores da classe média e se estancou a tendência de distanciamento dos números entre Serra e Dilma; não garantiu a exclusão da possibilidade de vitória dela no primeiro turno (Folha de S. Paulo, Eleições 2010, 11/9, p. 1).

[73.](#) Posturas similares ao que aqui é estudado com relação ao jornal Folha de S. Paulo.

[74.](#) Processo 114.01.2004.068543-3, Tribunal de Justiça de São Paulo, fórum de Campinas, 3ª-Vara Criminal, sentença condenatória em 27 de julho de 2007.

[75.](#) Segundo Noelle-Neuman (apud Souza, 1999, p. 111), para que a tematização agendada tenha efeitos sobre a população, são necessários três mecanismos: acumulação, exposição excessiva nos meios de comunicação; consonância, a similitude da informação veiculada pelos diferentes órgãos de comunicação social focalizando os acontecimentos sob determinadas perspectivas, com maneiras similares de construir a informação; ubiquidade ou publicidade, que pretende traduzir o caráter público das opiniões expressas nos meios de comunicação. Com a avaliação de jornalistas, políticos, especialistas etc. sobre os temas agendados, os meios de comunicação tendem a criar climas positivos ou negativos em relação a eles.

[76.](#) As próprias pesquisas de intenção de voto até o dia da eleição, feitas em consonância com a escalada de escândalos, demonstraram isso. Segundo Noelle Neumann (apud Souza, 1999, p. 110), o contexto influencia o indivíduo, porque as pessoas estariam sujeitas a observar as mudanças que constantemente ocorrem no meio social para não se isolarem da comunidade. “Isto significa que as pessoas necessitariam consumir as informações veiculadas pelos órgãos de comunicação, que, por sua vez, exerceriam sobre elas uma influência forte e direta, a curto ou a longo prazo, provocando mudanças de opinião e de atitude”. Segundo Marcos Coimbra (in: Lima, 2007, p. 187-210), as pessoas com decisão de voto menos seguro e as medianamente ou mal-informadas são mais suscetíveis à ação da mídia às vésperas das eleições.

[77.](#) Em meados de 2012 a Justiça arquivou as investigações contra Erenice por falta de provas. O fato não foi divulgado pela imprensa. As poucas notas a respeito foram de baixíssima visibilidade. Passadas as eleições, o interesse da imprensa por ela e pelos supostos escândalos

na Casa Civil cessaram.

78. Richard Dawkins (2007) faz uma analogia à propagação de genes e dos memes. O nível mais profundo em que a seleção natural age são os genes – na verdade, a informação contida neles. Animais e plantas são veículos para os genes, replicadores biológicos, cuja informação está sendo transmitida, em muitos casos, há bilhões de anos. No campo da informação, as unidades mínimas são por ele denominadas “memes” – átomos da cultura e da história, considerados uma unidade de informação que se multiplica de cérebro a cérebro, ou entre locais onde a informação é armazenada (como livros, jornais, sites etc.) e outros locais de armazenamento ou cérebros. No que diz respeito à sua funcionalidade, o meme é considerado uma unidade de evolução cultural que pode, de alguma forma, autopropagar-se de modo análogo ao que mantém os genes nas populações biológicas. A linguagem falada no dia a dia e os meios de comunicação são veículos de informações que propagam memes, que por sua vez são propagados por quem de alguma forma os recebeu ou impregnou-se deles como se fossem “vírus”. Dessa forma, os memes difundidos pela imprensa se propagam na sociedade, mesmo que surjam desmentidos e questionamentos.

79. Na edição desse dia a manchete principal da capa e longas matérias (p. 3 a 5) diziam em tom de reprovação que “Dilma não sabia de lobby na Casa Civil”.

80. O anúncio está disponível no Youtube em <<http://www.youtube.com/watch?v=nd9R7ZxhjJ8>>. Acesso em 5 mai. 2011. Há vários outros posts desse vídeo no mesmo portal.

81. A Dersa – Desenvolvimento Rodoviário S.A. – é uma empresa de economia mista, vinculada à Secretaria Estadual de Logística e Transportes do governo de São Paulo.

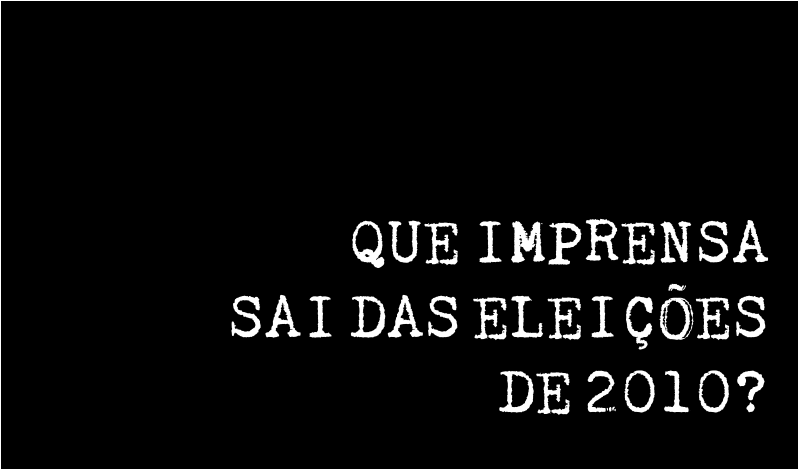
82. Por exemplo, o post no qual são associados os contratos de assinaturas da revista Veja feitos pelo governo do Estado e as capas da revista favoráveis ao candidato José Serra (NaMaria, 11/9/2010).

83. Há, em geral, com raras exceções, queda constante na circulação dos principais jornais do país (Portal Imprensa, 19/7/2011), os quais têm tomado direcionamento político similar e voltados para as classes A e B, como mencionado desde o início. Ao mesmo tempo, aumenta a tiragem de jornais populares.

84. Já as iniciativas de Dilma Rousseff e de grupos dos quais participou na resistência, segundo o mesmo jornal, foram terrorismo, e criminalidade comum não tinha, no enquadramento das matérias, nada que pudesse ser considerado ético.

85. A apresentação de dois documentos poderia levar pessoas mais simples, que não dispusessem de título de eleitor, a não poder votar. Para alguns analistas, isso tiraria votos do PT. O partido requeria que fosse solicitado apenas documento de identidade (cf. Dias, 24/9/2010).

Epílogo



QUE IMPRENSA
SAI DAS ELEIÇÕES
DE 2010?

Pelo que foi analisando nos três capítulos, percebe-se a opção partidária clara da *Folha de S. Paulo* e da maior parte da imprensa. Tal opção contaminou todo o conteúdo informativo do jornal, suas pautas, ênfases, silêncios, formas de narrar e de responder ou silenciar sobre as críticas a tais formas de partidarização da informação, e foi feita com recurso a diversos métodos, que diminuíram a qualidade da informação, a confiabilidade e a credibilidade do jornal e da maior parte da mídia hegemônica, além de ter constante contraponto na blogosfera e em *sites* de informação alternativa, os quais derrubavam factoides e fantasias; desmontavam com facilidade as versões dos fatos que eram publicados no jornal; demonstravam lacunas, enviesamentos, carências informativas e argumentativas, ausência de fontes confiáveis e variadas, pouco ou nenhum espaço para “outros lados” em relação às versões apresentadas, bem como silenciamento de pautas importantes que poderiam ser negativas para José Serra.

A opção partidária por parte de um órgão de imprensa não é ilegítima;

entretanto, ele deve pautar-se pela honestidade, afirmando a preferência por determinado candidato ou linha política, como é feito em muitos países. Aqui no Brasil, essa atitude é assumida pela revista *Carta Capital* no início das campanhas. Em tais situações, ao mesmo tempo em que se declara o apoio a determinada candidatura, deve-se restringi-la a editoriais e textos opinativos, separando ao máximo as opções partidárias das informações, embora toda narração de fatos implique subjetividades e haja uma variada gama de forças agindo sobre a produção das notícias. No caso da *Folha* e sua atuação nas eleições de 2010, além de não ter havido a declaração da preferência partidária, procurava-se camuflá-la e, o que é mais importante, não houve separação entre o que era apoio partidário e o que era informação. Como demonstrado ao longo do trabalho, o jornal, em várias ocasiões, manifestou não apenas o seu partidarismo, mas um partidarismo desabrido que, no seu auge, parecia não importar-se com a sua credibilidade, apostando na incapacidade do leitor de perceber as intenções e estratégias por trás das matérias e as inconsistências delas.

O episódio da ficha falsa de Dilma Rousseff e seus desdobramentos, estudado no primeiro capítulo, levou-nos a imaginar o que o jornal seria capaz de fazer em prol de sua opção partidária na eleição, o que ficou comprovado pela atuação na campanha. Nesse episódio, além do recurso a fonte duvidosa, com falsidade claramente identificável. Embora o jornal alegue que a publicação tenha se dado por uma falha havida na redação, houve uma recusa sistemática em reconhecer a falsidade do documento, demonstrada de maneira indubitável na blogosfera, e em esclarecer suficientemente o episódio. Soma-se a isso o recurso, na reportagem em que a ficha foi publicada, a velhos posicionamentos e chavões do medo em relação ao “comunismo” e ao combate ao “terror”, alimentados no período anterior ao golpe civil-militar e durante a ditadura, usados não apenas nessa reportagem, mas repetidas vezes ao longo de toda a campanha, como vimos nos três capítulos. Percebe-se que a proximidade entre o jornal e grande parte da mídia hegemônica em relação ao ideário da ditadura continua de pé, mantendo-se os mesmos argumentos utilizados no período. As consequências da ditadura na sociedade brasileira e a configuração social promovida por ela, mesmo tantos anos após o encerramento do regime, não terminaram. É um passado que ainda não passou. Como demonstrado no primeiro capítulo com base em tantos autores que tratam do tema, a imprensa apoiou a ditadura e alguns veículos de comunicação foram apoiados por ela, os quais experimentaram grande desenvolvimento no período ditatorial. São laços da mídia com setores políticos e econômicos que ainda não se desfizeram. A

herança da ditadura na forma como a mídia hegemônica age na atualidade também se revela na ação conjunta para impor versões da realidade; para determinar a agenda política; manter uma concepção de país, de economia e de política com um mínimo de dissenso; configurar um pensamento único; o desejo de impor à sociedade governos favoráveis à manutenção do *status quo* – em suma, uma forma autoritária de atuação jornalística.

No início do segundo capítulo mostrou-se como as mesmas teses e o vocabulário do anticomunismo que vigoravam nos anos 1960 a 1980 embalaram as discussões do fórum promovido pelo Instituto Milenium no início de 2010, que abordou a temática da imprensa na conjuntura política de então, com a participação da maior parte dos principais empresários e expoentes dos quadros de jornalistas dos principais órgãos de mídia. A partir desse fórum, intensificaram-se as pautas negativas sobre Dilma Rousseff e sobre o governo que a apoiava, seja na *Folha*, seja na maior parte da mídia hegemônica. Sua campanha aparecia sempre como cheia de erros, fragilidades, divisões, inabilidades políticas, enquanto se ocultavam os problemas da campanha de José Serra, o qual aparecia como bom gestor, tocando uma campanha unida, empolgante, bem-sucedida e favorita à vitória. Tudo isso era publicado com ares de imparcialidade e de espelho da realidade, mas, como demonstrado, ela não correspondia a tais pautas, que tendiam mais a manifestações de desejos. Entretanto, o noticiário do jornal ainda mantinha certa compostura nesse período, enquanto parecia crer no que publicava: a campanha de Dilma estava fadada ao fracasso e Serra era favorito e, como teria maior capacidade, cresceria mais nas pesquisas quando começassem os debates. Houve nesse período algumas pautas negativas a José Serra, mas publicadas de maneira secundária, de forma a não causar grande impacto e não entrar na agenda da sociedade como tema forte.

No momento em que se constatou, por meio de pesquisa de opinião, no final de agosto de 2010, o favoritismo de Dilma, que já era apontado não apenas por analistas políticos sofisticados, mas por qualquer pessoa um pouco mais versada em política, o partidarismo demonstrado no capítulo anterior entrou em fase de exacerbação. Os editoriais da *Folha* passaram a registrar as dificuldades da campanha de Serra, com aparente desespero, mas eles anunciavam que “reviravoltas” sempre são possíveis em campanhas eleitorais. No dia seguinte, o jornal dá início a uma escalada de escândalos e factoides com o caso do suposto dossiê contra tucanos, no qual se podia perceber a confiança da mídia de que era possível mudar os rumos da campanha. Os resultados dessa estratégia nas

pesquisas eleitorais foram poucos, os números permaneceram estáveis, sem sinal algum de reviravolta. Descartou-se então a pauta em torno do dossiê e passou-se para o caso Erenice Guerra, então ministra da Casa Civil, o qual abalou a candidatura de Dilma.

Ao lado desses dois casos principais, houve uma enorme quantidade de pautas de denúncias, escândalos, incluindo até mesmo o boletim escolar de Dilma Rousseff. Muitas denúncias eram desmentidas no dia seguinte, ou no mesmo dia, em que eram noticiadas, mas passava-se de uma denúncia a outra, alimentando um fluxo constante de suspeição em relação a Dilma Rousseff, seu partido e o governo que, independentemente de comprovação ou desmentidos futuros, se espalhava na sociedade.

Enquanto se praticava uma superdosagem da estratégia de juntar elementos reais e fictícios na cobertura jornalística para promover escândalos relacionados a uma das candidatas, silenciava-se quanto a problemas similares ou de maiores magnitudes e cifras referentes à outra candidatura. Nos dez dias anteriores ao primeiro turno, com a percepção de aumento das intenções de voto em Marina Silva – entre outros fatores, devido à escalada de escândalos –, o jornal passou a reforçar a imagem da candidata, como vimos, somando essa tática à estratégia de levar a eleição para o segundo turno. Notou-se também nesse período o aumento das intenções de voto em José Serra e as notícias a esse respeito apresentavam também características de torcida pelo segundo turno. Contrapontos, questionamentos e desmentidos feitos na blogosfera, em ambientes da *web* em geral e pelas pessoas envolvidas nas denúncias eram, na maioria das vezes, ignorados pelo jornal, que seguia sua pauta como se esses novos ambientes midiáticos não existissem.

Verificou-se, conforme demonstrado, uma diferença muito grande de tratamento entre as candidaturas e muita similaridade entre as pautas e teses do jornal e as da campanha de José Serra. Muitas declarações do candidato ou de seus partidários e suas propostas de governo viravam manchetes e matérias semelhantes a *releases* de campanha, em estratégias óbvias, de fácil percepção. As manchetes com denúncias mais fortes saíam pela manhã no jornal e à noite já estavam no programa do candidato, e quando o jornal baixava o tom com relação a determinado assunto o candidato também fazia o mesmo. Mesmo um aliado de José Serra, após a conclusão das eleições, declarou que o candidato poderia ter tido melhores resultados se tivesse feito mais campanha e ligado menos para os jornalistas.

Com ligações telefônicas ou não, percebe-se uma convergência entre a campanha e o jornal, bem como uma convergência entre diversos dos maiores veículos da mídia brasileira. Criaram-se “bolhas midiáticas”, muitas vezes distanciando-se da realidade. Por exemplo, quando se garantia que a campanha de Serra estava unida e repleta de acertos e a de Dilma cheia de divisões e erros, tendendo ao fracasso. Alguns direcionamentos do jornal, bem como as estratégias de campanha de Serra, pareciam de fato acreditar nessas hipóteses e teses das bolhas, que se desfaziam rapidamente ou se mantinham por mais tempo, embora sem garantir os resultados indicados. Com esse jornalismo distante da realidade e com pouca consistência de análise, o próprio jornal se enfraquece, como também os setores partidários que apostam nessa forma de apoio da imprensa para desenvolver campanhas e baseiam sua análise da conjuntura em bolhas.

A cobertura do jornal, em coro com muitos outros veículos, repercutindo-os ou sendo repercutida por eles, misturou frequentemente fatos com opiniões e boatos, somando-se a isso outros elementos, como torcida, manifestação de desejos travestida de informação, argumentação frágil e com pouca lógica, estratégias óbvias e já desgastadas pelo uso repetitivo em diversas eleições, incapacidade de analisar processos econômico-sociais para construir posicionamentos e críticas com um mínimo de sofisticação; teses e hipóteses furadas; narrativas e entrevistas enviesadas; fontes de baixíssima credibilidade. Muitas estratégias e narrativas estavam na linha do anticomunismo dos anos 1960 a 1980 e assumiam o caráter de cruzada contra os “perigos” que rondariam essa órbita, muitas vezes, reduzindo-se a um discurso mofado antiesquerdista ou a mero antilulismo. Com essas características, mostradas em detalhes ao longo do trabalho, o jornal não só abriu mão de alguns princípios de seu *Manual da Redação*, mas ignorou-o quase por completo, esquecendo-se também de princípios gerais de ética e qualidade jornalística.

Houve, por parte do jornal, não apenas uma opção partidária, o que em si não seria tão problemático, já que os jornais podem espelhar segmentos sociais que representam, mas um partidarismo sem nuance e sem freios. A cobertura não correspondeu aos ideais universais propalados pelo jornal: isenção, pluralidade, apartidarismo. Entretanto, a todas as críticas e questionamentos o jornal respondeu com o enaltecimento desses valores, com a defesa da democracia e da possibilidade de criticar, ao mesmo tempo em que se colocava acima de críticas, julgando-as como expressão de desejos de cercear a liberdade de imprensa ou meras defesas partidárias. Nessa forma de proceder, como mencionado na

“Introdução”, se exercita a racionalidade cínica com a qual se ocultam intenções, as quais podem englobar insinceridade, fingimento, hipocrisia e má-fé.

A diversidade de pensamento e capacidade de reflexão e informação consistentes que se esvaem no jornal tende a ganhar espaço na blogosfera, e um bom contingente de leitores migrou para esses novos meios de informação por esse motivo, e não apenas devido às novas tecnologias. Desse modo, o jornal descarta setores do público e abre espaço para o fortalecimento de blogues e sites de informação que apresentem maior consistência e diversidade.

Os blogues e sites citados desempenharam, ao longo de todo o período da campanha abordado, o papel de apresentar o necessário contraditório que não tinha espaço no jornal e na maior parte da imprensa, demonstrando as inconsistências das matérias – o que dificultou e diminuiu a força das estratégias políticas da mídia hegemônica (Lima, 2007). Houve, nesses novos ambientes de comunicação, participação continuada de muitos jornalistas blogueiros e também de leitores que postavam comentários e contribuíam para os contrapontos e construção da informação. Embora se verifique que a atuação dessa blogosfera tenha funcionado mais como interpretação e reação a pautas e agendas levantadas pelas outras mídias⁸⁶, não tendo ainda a capacidade de agendar temas que a maior parte da mídia hegemônica. Verificou-se a capacidade de a blogosfera ampliar o espaço público de discussão e de minar a força de velhas estratégias de aliança entre setores da imprensa e certos setores políticos no país. Isso rendeu aos blogues que faziam contrapontos às narrativas da imprensa o apelido de “blogues sujos”, dado pelo candidato José Serra (*Escrevinhador*, 1º-/9/2010).

Pelo que foi demonstrado ao longo dos capítulos, não se pode dizer que a *web* e a blogosfera sejam a redenção da comunicação brasileira, mas elas têm dado uma importante contribuição, com consistência, no espectro de informação do país, ampliando a diversidade e fornecendo contrapontos para a mudança da maneira de se formar a opinião pública. Embora, também na *web* haja tendência de concentração em sites e portais que tendem a se tornar hegemônicos, no contexto estudado é inegável que houve essa ampliação da diversidade informativa e de formas de narrar os mesmos fatos.

Embora com meses de pautas negativas na imprensa tradicional, intensificadas em doses exageradas durante mais de um mês antes do primeiro turno, e que continuaram na campanha do segundo turno, Dilma Rousseff elegeu-se. Conforma-se assim o desgaste de formas de aliança entre setores da imprensa e

certos setores político-sociais, o que mostra que já não tem a mesma força que em outras eleições ou momentos da história, como em alguns casos citados no primeiro capítulo: o golpe civil-militar e a ditadura, a eleição de Fernando Collor, a implementação da agenda neoliberal no país. O esforço feito pelo jornal e pelos seus pares na imprensa não conseguiu eleger o candidato de sua preferência. Esses velhos modos de atuação tendem a se amiar na realidade do país.

Entretanto, esses setores da imprensa mantêm ainda força e influência nas eleições e em seus resultados. A escalada de escândalos em relação a um dos candidatos e o silêncio de pautas negativas para outro foram o mais forte dos fatores que levaram a eleição para o segundo turno, juntamente com a precipitação de temas religiosos sobre a campanha, que se somou à suspeição constante em relação à candidata Dilma Rousseff. A atuação do jornal e do coro similar a ele na mídia não definiu a eleição, mas alterou os rumos da campanha, conseguiu definir a agenda de temas discutidos no período, focada sobretudo em escândalos e factoides, influiu nas intenções de voto e nos resultados finais. A imprensa não faz a cabeça do leitor, mas ajuda a criar e reforçar tendências e tem um peso significativo nas decisões dele, particularmente em relação aos neutros, ou na intenção de voto pouco convicta (cf. Marcos Coimbra, in: Lima, 2007, p. 187-210).

A imprensa brasileira, altamente concentrada e com essa forma de agir, dificulta a ampliação e o amadurecimento da democracia. A sua função de fiscalizar a política e o funcionamento das instituições é indispensável à esta. Mas é fundamental que esse trabalho seja feito de maneira qualificada, com fontes e argumentos confiáveis, não se reduzindo a meras escandalizações de factoides com o objetivo de gerar instabilidades seletivas e alterar rumos de eleições e governos. Além disso a fiscalização não deve se restringir a alguns partidos e linhas políticas. Conforme a atuação do jornal com relação à candidatura de José Serra e a seus governos na prefeitura e no Estado de São Paulo, como demonstrado, percebe-se que um possível governo dele no país, da mesma forma, não seria investigado e cobrado pela imprensa.

Como mencionado na introdução, este livro não tem o intuito de desmerecer o jornal e a imprensa, ou simplesmente criticá-los, mas sim o de contribuir para seu amadurecimento e qualificação, o que, conseqüentemente, leva à qualificação da democracia. Como dizia Muniz Sodré, em frase citada na epígrafe, “O resultado das urnas vindouras [das eleições de 2010] periga ser

muito educativo para o jornalismo em voga”. De fato, a forma de cobertura feita e os resultados das eleições podem ser fonte de avaliação para o jornal e a mídia hegemônica. Para que ela faça jus à sua função de instituição democrática, é necessário que suas modernizações não se restrinjam às reformas gráficas e técnicas, mas contemplem também a atualização de suas linhas editoriais, em sintonia com processos sociais que dizem respeito a toda a população brasileira, e não apenas a alguns partidos ou setores sociais.

Fazer oposição de maneira pouco inteligente a tais processos não é fazer oposição ao partido A ou B, ou ao presidente X ou Y, mas ao país.

[86](#). Embora muita informação tenha migrado da blogosfera para outros meios de comunicação.

Bibliografia

Livros e artigos científicos

- ALBUQUERQUE, A. *Um outro quarto poder: jornalismo e responsabilidade política no Brasil*. v. 4. Rio de Janeiro: Contracampo, 2000, p. 23-57.
- AZEVEDO, Antônio. “Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político”. *Opinião Pública*. Campinas, ano 12, nº- 1, abr./mai., 2006, p. 88-113.
- ARENDT, Hannah. *As origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das letras, 1989.
- BORGES, Altamiro. *A ditadura da mídia*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.
- CASTRO, Eduardo Viveiros. *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2002.
- CAVALCANTI FILHO, José P. (org.). *Informação e poder*. Rio de Janeiro: Record, 1994.
- COHN, Gabriel. *Comunicação e indústria cultural*. São Paulo: Nacional/Edusp, 1971.
- CONTI, Mario Sergio. *Notícias do Planalto*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- DAWKINS, Richard. *O gene egoísta*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- DREIFUSS, René. *1964: a conquista do Estado – Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- EAGLETON, Terry. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 1997.
- FOLHA DE S. PAULO. *Manual da redação*. São Paulo: Publifolha, 2001.
- FONSECA, Francisco. *O consenso forjado*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- FRANÇA, Francisco Lúcio. *A imprensa durante o regime militar*. São Paulo, 2009. Mimeo. Pesquisa contendo fotocópias de matérias de jornal.
- HABERMAS, J. *Mudança estrutural na esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HALIMI, Serge. *Os novos cães de guarda*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- HERZ, Daniel. *A história secreta da Rede Globo*. Porto Alegre: Tchê!, 1986.
- KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda – Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- LIMA, Venício Artur de (org.). *Mídia: crise política e poder no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.
- . *A mídia nas eleições de 2006*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.
- MAKHOUL, Fabio Jammal. *A cobertura da revista Veja no primeiro mandato do presidente Lula*. São Paulo: PUC, 2009. Dissertação de mestrado.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.
- MURDOCK, Graham. “Comunicação contemporânea e questões de classe”. *Matrizes*. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes da USP/Paulus, ano 2, nº- 2, 1º- sem., 2009, p. 31-56.
- RAMOS, Murilo C.; e SANTOS, Suzy (orgs.). *Políticas de comunicação: buscas teóricas e práticas*. São Paulo:

- Paulus, 2007.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- RÜDIGER, Francisco. *Introdução à teoria da comunicação*. São Paulo: Edcom, 1998.
- SADER, Emir; e GARCIA, Marco Aurélio. *Brasil: entre o passado e o futuro*. São Paulo: Boitempo/Fundação Perseu Abramo, 2010.
- SAFATLE, Vladimir. *Cinismo e falência da crítica*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- SAFATLE, Vladimir; e TELES, Edson (orgs.). *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- SANTOS, Boaventura Souza. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006.
- . *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- SLAVOJ, Sîzêk (org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contracampo, 1996.
- SODRÉ, Muniz. *Antropológica do espelho*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- . *A narração do fato*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- SODRÉ, Nelson W. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- SOUZA, Florentina das N. *O Jornal Nacional e as eleições presidenciais 2002-2006*. São Paulo: ECA-USP, 2007. Tese de doutorado.
- SOUZA, Jorge P. *As notícias e os seus efeitos: as “teorias” do jornalismo e dos efeitos sociais dos media jornalísticos*. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 1999. Livro disponível em <http://www.bocc.uff.br/_listas/tematica.php?cod_tema=8>. Acesso em 11 ago. 2009.
- SUMMA, Giancarlo. *Le role politique de la presse au Brésil – De l’élection à la réélection de Lula*. Paris: Institut des hautes études de l’amérique latine, 2008.
- TASCHNER, Gisela. *Folhas ao vento: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- TRIVINHO, Eugênio. *A dromocracia cibercultural: lógica da vida humana na civilização mediática avançada*. São Paulo: Paulus, 2007.
- . *Visibilidade mediática, melancolia do único e violência invisível na cibercultura: significação social-histórica de um substrato cultural regressivo da sociabilidade em tempo real na civilização mediática avançada*. São Paulo, 2009. Cópia reprográfica e digital.
- VENTURA, Zuenir. *1968, o ano que não terminou: a aventura de uma geração*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Jornais e revistas⁸⁷

- BRESCIANI, Eduardo. “Ministro do TSE aplica quinta multa a Serra por propaganda antecipada”. *G1*. Disponível em <<http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/07/ministro-do-tse-aplica-quinta-multa-serra-por-propaganda-antecipada.html>>. Acesso em 31 jul. 2010.
- CARTA CAPITAL. “O rastro da ex-ministra – CGU vê graves problemas em contratos investigados no caso Erenice”. *Carta Capital*. São Paulo, ano XVI, 30/3/2011, p. 18.
- COIMBRA, Marcos. “Os escândalos na imprensa e a velhinha de Taubaté”. *Carta Capital*. Disponível em

- <<http://www.cartacapital.com.br/politica/marcos-coimbra-os-escandalos-na-imprensa-e-a-velhinha-de-taubate>>. Acesso em 20 set. 2010.
- DIAS, Marina. “Para não perder votos, PT contesta exigência de dois documentos”. *Veja*. Disponível em <<http://veja.abril.com.br/blog/eleicoes/veja-acompanha-eleicoes-2010/para-nao-perder-votos-pt-contesta-exigencia-de-dois-documentos>>. Acesso em 24 set. 2010.
- FARAH, Tatiana. “Em depoimento à PF, Quicoli recua e nega ter dito que propina era para campanha de Dilma”. *O Globo*. Disponível em <<http://oglobo.globo.com/pais/eleicoes2010/mat/2010/09/28/em-depoimento-pf-quicoli-recua-nega-ter-dito-que-propina-era-para-campanha-de-dilma-922433137.asp>>. Acesso em 18 set. 2010.
- “Polícia apreende panfletos contra Dilma e cabos eleitorais do PSDB são detidos”. *O Globo*. Disponível em <<http://oglobo.globo.com/pais/eleicoes2010/mat/2010/10/26/policia-apreende-panfletos-contra-dilma-cabos-eleitorais-do-psdb-sao-detidos-922883602.asp>>. Acesso em 26 out. 2010.
- FARIA, Tales. “Montenegro diz que Dilma ‘quase nocauteou’ Serra no debate da Rede TV! ‘Até eu que não morria de amores por ela estou começando a gostar’”. *Poder Online*. Disponível em <<http://colunistas.ig.com.br/poderonline/2010/09/13/montenegro-diz-que-dilma-quase-nocauteou-serra-no-debate-da-rede-tv-ate-eu-que-nao-morria-de-amores-por-ela-estou-comecando-a-gostar?allcomments>>. Acesso em 13 set. 2010.
- FOLHA.COM. “Dilma contrata laudos que negam autenticidade de ficha”. *Folha.com*. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u587549.shtml>>. Acesso em 28 jun. 2009.
- “Brasileiro paga a mais por luz há 7 anos; consumidores perdem R\$ 1 bi por ano”. *Folha.com*. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u639643.shtml>>. Acesso em 18 mar. 2010.
- “Projeto editorial: Precisamos atacar os problemas”. *Folha.com*. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/conheca/projetos-1984-3.shtml>>. Acesso em 27 mai. 2010.
- “Autenticidade de ficha de Dilma não é provada”. *Folha.com*. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u556855.shtml>>. Acesso em 11 ago. 2010.
- “Comitê do PT recebeu dossiê sobre filha de Serra”. *Folha.com*. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/796501-comite-do-pt-recebeu-dossie-sobre-filha-de-serra.shtml>>. Acesso em 10 set. 2010.
- FOLHA DE S. PAULO. *Poder e Eleições 2010*. Toda a cobertura política entre 3/3/2010 e 31/10/2010.
- “Grupo de Dilma planejou o sequestro de Delfim Netto”. São Paulo, 5/4/2009, p. A8-A10.
- FORTES, Leandro. “Sinais trocados – Extinta empresa de Verônica Serra expôs os dados bancários de 60 milhões de brasileiros obtidos em acordo questionável com o governo FHC”. *Carta Capital*. São Paulo, ano XVI, nº- 613, 15/9/2010, p. 33-37.
- “Violação da lógica – A mídia rebola para esconder o fato: a quebra de sigilo da turma de Serra é fruto de uma guerra tucana”. *Carta Capital*. São Paulo, ano XVI, nº- 619, 20/10/2010, p. 24-29.
- FREIRE, Flávio. “Serra diz acreditar no surgimento de novos focos de corrupção na Casa Civil”. *O Globo*. Disponível em <<http://oglobo.globo.com/pais/eleicoes2010/mat/2010/09/13/serra-diz-acreditar-no-surgimento-de-novos-focos-de-corrupcao-na-casa-civil-917618709.asp>>. Acesso em 13 set. 2010.
- ISTO É. “Cartas marcadas no metrô de Serra”. Disponível em <http://www.istoe.com.br/reportagens/108292_cartas+marcadas+no+metro+de+serra>. Acesso em 29 out. 2010.
- LOYOLA, Leandro; SILVA, Eumano; e ROCHA, Leonel. “O passado de Dilma”. *Época*, nº- 639, 16/8/2010,

p. 34-48.

- MARTINS, Franklin. “A era da pedra no lago acabou”. *Caros Amigos*. Entrevista. Disponível em <[http://www.franklinmartins.com.br/pdf/Entrevista_Franklin_Caros Amigos.pdf](http://www.franklinmartins.com.br/pdf/Entrevista_Franklin_Caros_Amigos.pdf)>. Acesso em 30 mai. 2011.
- MOTA, Vinicius. “Leitor tem renda e escolaridade altas”. *Folha.com*. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/quem_e_o_leitor.shtml>. Acesso em 30 mai. 2011.
- OLIVEIRA, Maria Angélica. “Vamos derrotar tucanos e alguns jornais e revistas’, diz Lula em ato”. *GL*. Disponível em <<http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/09/vamos-derrotar-tucanos-e-alguns-jornais-e-revistas-diz-lula-em-ato.html>>. Acesso em 18 set. 2010.
- PARDELLAS, Sérgio; e SEQUEIRA, Claudio Dantas. “O poderoso Paulo Preto – Parte 1”. *Isto É*. Disponível em <http://www.istoe.com.br/reportagens/106182_o+poderoso+paulo+preto+parte+1?pathImagens=&path=&actualArea=internalPage>. Acesso em 15 out. 2010.
- . “O protegido Paulo Preto”. *Isto é*. Disponível em <http://www.istoe.com.br/reportagens/107329_o+protegido+paulo+preto?pathImagens=&path=&actualArea=internalPage>. Acesso em 22 out. 2010.
- PARDELLAS, Sérgio; SEQUEIRA, Claudio Dantas; e RODRIGUES Alan. “Paulo Preto e os negócios em família”. *Isto É*. Disponível em <http://www.istoe.com.br/reportagens/108277_paulo+preto+e+os+negocios+em+familia>. Acesso em 29 out. 2010.
- R7. “Ombudsman da *Folha de S. Paulo* acusa jornal de ser parcial na cobertura eleitoral”. Disponível em <<http://noticias.r7.com/eleicoes-2010/noticias/ombudsman-da-folha-de-s-paulo-acusa-jornal-de-ser-parcial-na-cobertura-eleitoral-20100912.html>>. Acesso em 12 set. 2010.
- . “Homem-bomba do PSDB’ faz festa com direito a camelo e odalisca, acusa PT”. Disponível em <<http://noticias.r7.com/eleicoes-2010/noticias/-homem-bomba-do-psdb-faz-festanca-com-direito-a-camelo-e-odalisca-acusa-pt-20101013.html>>. Acesso em 5 mai. 2011.
- SANTIAGO, Tatiana. “Serra ironiza problemas de Lula com TCU na inauguração do rodoanel”. *Folha.com*. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u714172.shtml>>. Acesso em 30 mar. 2010.
- SERPA, Egídio. “PSDB usa dinheiro público para ato evangélico pró Serra”. *Diário do Nordeste*. Disponível em <<http://blogs.diariodonordeste.com.br/egidio/psdb-usa-dinheiro-publico-para-ato-evangelico-pro-serra/>>. Acesso em 3 mai. 2010.
- SILVA, Carlos Eduardo Lins da. *Ombudsman*. “Para ficar ao abrigo de desmentidos”. São Paulo: *Folha de S. Paulo*, 12/4/2009, p. A4.
- . *Ombudsman*. “É simples saber se ficha é falsa”. São Paulo: *Folha de S. Paulo*, 5/7/2009, p. A4.
- SOARES, Regina. “Ombudsman da *Folha* nega pressão de jornalistas e fontes em seu trabalho”. *Folha.com*. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u627023.shtml>>. Acesso em 11 ago. 2010.
- SPINELLI, Evandro. “Governador nega problemas em projeto do trecho sul do rodoanel”. *Folha.com*. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u721261.shtml>>. Acesso em 15 abr. 2010.

Blogues e sites

- ALENCAR, Jakson Ferreira de. “Mídia coronelista e Severina”. *Observatório da Imprensa*. Disponível em <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=384FDS005>>. Acesso em 10 nov. 2010.
- ALMEIDA, Danilo. “Brasil se aproxima do eterno sonho de país do futuro”. *Yahoo Notícias*. Disponível em <<http://br.noticias.yahoo.com/s/05112009/48/manchetes-brasil-se-aproxima-eterno-sonho.html>>. Acesso em 5 nov. 2009.
- AMORIM, Paulo Henrique. “A fraude da Folha (*) II. Publica carta com desmentido sobre participação de Dilma em sequestro”. *Conversa Afiada*. Disponível em <<http://www.conversaafiada.com.br/antigo/?p=8714>>. Acesso em 11 ago. 2009.
- “Kupfer: falatório contra o Bolsa Família é falatório”. *Conversa Afiada*. Disponível em <<http://www.conversaafiada.com.br/antigo/?p=20925>>. Acesso em 25 out. 2009.
- “Livro desnuda a relação de Serra com Dantas. É por isso que Serra se aloprou”. *Conversa Afiada*. Disponível em <<http://www.conversaafiada.com.br/pig/2010/06/04/livro-desnuda-a-relacao-de-serra-com-dantas-e-por-isso-que-serra-se-aloprou>>. Acesso em 4 jun. 2010.
- “Amaury repete à PF que não violou sigilo. Dados da filha de Serra são públicos”. *Conversa Afiada*. Disponível em <<http://www.conversaafiada.com.br/brasil/2010/09/13/documento-amaury-repete-a-p-f-que-nao-violou-sigilo-dados-da-filha-de-serra-sao-publicos/>>. Acesso em 13 set. 2010.
- ANÁLISE DE CONJUNTURA – O BLOG DO PORTER. “Serra, cadê o dinheiro do SUS de São Paulo?”. Disponível em <<http://analisedeconjuntura.blogspot.com/2010/10/serra-cade-o-dinheiro-do-sus-de-sao.html>>. Acesso em 26 out. 2010.
- ANDRADE FILHO, Francisco Antônio. “Ficha falsa na folha, uma camuflagem do golpe de 1964”. *Desabafo País*. Disponível em <<http://desabafopais.blogspot.com/2009/04/ficha-falsa-na-folha-uma-camuflagem-do.html>>. Acesso em 29 abr. 2009.
- AZENHA, Luis Carlos. “Espinosa desafia Folha a mostrar gravação”. *Viomundo*. Disponível em <<http://www.viomundo.com.br/voce-escreve/espinosa-desafia-folha-a-mostrar-gravacao/>>. Acesso em 6 abr. 2009.
- “Serra, o desespero em campanha”. *Escrevinhador*. Disponível em <<http://www.rodrigovianna.com.br/outras-palavras/azenha-e-as-piadas-de-ratzinger-e-de-diogo-caio.html>>. Acesso em 15 ago. 2009.
- “A demonização de Dilma 2”. *Viomundo*. Disponível em <<http://www.viomundo.com.br/arquivo/opinioa/a-demonizacao-de-dilma-2>>. Acesso em 21 ago. 2009.
- “Nome de Perillo surge no caos da segurança pública do Zé Pedágio”. *Conversa Afiada*. Disponível em <<http://www.conversaafiada.com.br/antigo/?p=16151>>. Acesso em 14 mar. 2010.
- “Burburinho: Executiva da Folha admite que jornal faz papel dos partidos da oposição”. *Viomundo*. Disponível em <<http://www.viomundo.com.br/voce-escreve/stanley-burburinho-executiva-da-folha-admite-que-jornal-faz-papel-dos-partidos-da-oposicao.html>>. Acesso em 1º abr. 2010.
- AZEVEDO, Reinaldo. “Dilma, o documento que ela diz ser falso e o ‘crime de organização’”. *Blog Reinaldo Azevedo*. Disponível em <<http://veja.abril.com.br/blog/reinado/geral/dilma-documento-que-ela-diz-ser-falso-crime-organizacao/>>. Acesso em 18 abr. 2009.
- BARBOSA, Bia. “Grande mídia organiza campanha contra candidatura de Dilma”. *Carta Maior*. Disponível em <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=16414>. Acesso em 18 abr. 2010.
- BORGES, Altamiro. “Chefão da Veja confessa apoio a Serra”. *Blog do Miro*. Disponível em

- <<http://altamiroborges.blogspot.com/2010/10/chefao-da-veja-confessa-apoioserra.html>>. Acesso em 11 out. 2010.
- . “Folha perde liderança em circulação após 24 anos”. *Vermelho*. Disponível em <http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=146201&id_secao=6>. Acesso em 26 jan. 2011.
- BRASIL ATUAL. “Pane no metrô foi motivada por falha técnica, diz Instituto de criminalística”. Disponível em <<http://www.redebrasilatual.com.br/temas/politica/2011/cidades/2010/11/pane-no-metro-foi-motivada-por-falha-tecnica-diz-instituto-de-criminalistica>>. Acesso em 3 nov. 2010.
- CARONI, Gilson. “Som e fúria da velha mídia”. *Vi o Mundo*. Disponível em <<http://www.viomundo.com.br/voce-escreve/gilson-caroni-som-e-furia-da-velha-midia.html>>. Acesso em 17 set. 2010.
- CARRARA, Mauro. “Jornalista denuncia plano midiático contra Lula, Dilma e o PT”. *Política com dedo na ferida*. Disponível em: <<http://politicacomdedonafer.tempsite.ws/blog/?p=2127>>. Acesso em 15 abr. 2010.
- CASTILHO, Carlos. “Venda avulsa de jornalões brasileiros cai a índices surpreendentes”. *Observatório da Imprensa*. Disponível em <http://observatoriodaimprensa.com.br/blogs.asp?id_blog=2&id=%7BA4CDF479-112C-48EB-8DCD-443DD1C160CA%7D>. Acesso em 17 nov. 2009.
- CGU. “CGU conclui primeiras apurações das denúncias feitas no período eleitoral”. Disponível em <<http://www.cgu.gov.br/Imprensa/Noticias/2010/noticia11010.asp>>. Acesso em 30 set. 2010.
- CLOACA NEWS. “A segunda carta de Espinosa (que a Folha também não publicou)”. Disponível em <<http://cloacanews.blogspot.com/2009/04/segunda-cartade-espinosa-que-folha.html>>. Acesso em 7 abr. 2009.
- COMUNIQUE-SE. Disponível em <<http://www.comunique-se.com.br/Conteudo/NewsShow.asp?idnot=51752&Editoria=8&Op2=1&Op3=0&pid=243481&fnt=fntnl>>. Acesso em 11 jun. 2009.
- CONGRESSO EM FOCO. “Nos jornais: derrota em Minas acirra ânimos no PSDB”. Disponível em <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticia.asp?cod_publicacao=35121&cod_canal=1>. Acesso em 1 nov. 2010.
- COTURNO NOTURNO. “Desta parte Dilma lembra tudo”. Disponível em <<http://coturnonoturno.blogspot.com/2009/04/desta-parte-dilma-lembra-tudo.htm>>. Acesso em abr. 2009.
- FERNANDES, Bob. “Lembo: não temos partidos, só um movimento coordenado por Lula”. *Terra*. Disponível em <<http://noticias.terra.com.br/eleicoes/2010/noticias/0,,OI4679143-E115315,00-Lembo+nao+temos+partidos+so+um+movimento+coordenado+por+Lula.html>>. Acesso em 20 set. 2010.
- FERNANDES, Nilson. “Folha: da série o que vier eu traço”. *Luis Nassif Online*. Disponível em <<http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/folha-da-serie-o-que-vier-eu-traco?page=2&iframe=true&width=95%2525&height=95%2525>>. Acesso em 18 set. 2010.
- FERRAZ, Adriana. “Superfaturamento na obra do Rodoanel”. *Um olhar crítico sobre as obras do rodoanel*. Disponível em <<http://www.geoprojeto.blogspot.com>>. Acesso em 25 jan. 2010.
- FILADASOPA. “A Bulgária dos Rouseff”. Disponível em <<http://filadasopa.blogspot.com/2010/09/bulgaria-dos-rousseff.html>>. Acesso em 5 set. 2010.
- FORTES, Leandro. “A quem interessa tornar a revista invisível?”. *Observatório da Imprensa*. Disponível em <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=607IMQ013>>. Acesso em 16 set. 2010.
- FURTADO, Jorge. “Carta às lebres de março”. Disponível em <<http://www.casacinepoa.com.br/o-blog/jorge-furtado/carta-%C3%A0s-lebres-de-mar%C3%A7o>>. Acesso em 28 ago. 2009.

- GONZALEZ, Claudio. “Seis notas oficiais desmentem a Veja”. *Blog do Miro*. Disponível em <<http://altamiroborges.blogspot.com/2010/09/seis-notas-oficiais-desmentem-veja.html>>. Acesso em 14 set. 2010.
- GUIMARÃES, Eduardo. “Haverá uma última bala de prata?”. *Blog da cidadania*. Disponível em <<http://www.blogcidadania.com.br/2010/09/havera-uma-ultima-bala-de-prata>>. Acesso em 25 set. 2010.
- . “Perícia desmente acusação de Soninha, Goldman e Serra ao PT”. *Blog da Cidadania*. Disponível em <<http://www.blogcidadania.com.br/2010/11/pericia-desmente-acusacao-de-soninha-goldman-e-serra-ao-pt>>. Acesso em 3 nov. 2010.
- . “Imprensa termina década no fundo do poço”. *Blog da Cidadania*. Disponível em <<http://www.blogcidadania.com.br/2010/12/imprensa-termina-decada-no-fundo-do-poco>>. Acesso em 26 dez. 2010.
- INSTITUTO MILLENIUM. “Quem somos”. Disponível em <<http://www.imil.org.br/institucional/quem-somos>>. Acesso em 20 mar. 2010.
- JUSBRASIL. “Em nota, PF desmente manchete da Folha sobre quebra de sigilo de tucanos”. Disponível em <<http://www.jusbrasil.com.br/politica/6090693/em-nota-pf-desmente-manchete-da-folha-sobre-quebra-de-sigilo-de-tucanos>>. Acesso em 20 out. 2010.
- KOTSCHO, Ricardo. “O caso Folha-Dilma e o que ameaça os jornais”. *Pátria Latina*. Disponível em <<http://www.patrialatina.com.br/editorias.php?idprog=7d571e5c15bad5ef8c4352ce7a1d9e78&cod=39772>>. Acesso em 29 abr. 2009.
- . “O que diferencia o Jornal Nacional do horário político?”. *Diap*. Disponível em <<http://www.diap.org.br/index.php/noticias/artigos/14419-o-que-diferencia-o-jornal-nacional-do-horario-politico>>. Acesso em 17 set. 2010.
- LEMES, Conceição. “Na Maria: Desde 2004, PSDB paulista gastou R\$ 250 milhões com a mídia (quase tudo sem licitação)”. *Vi o Mundo*. Disponível em <<http://www.viomundo.com.br/denuncias/serra-psdb-educacao-midia-acoes-entre-amigos.html>>. Acesso em 14 out. 2010.
- MANRIGIONE, Gilberto. “O rosar golpista do Instituto Millenium”. *NPC*. Disponível em <http://www.piratininga.org.br/novapagina/leitura.asp?id_noticia=5944&topico=M%25EDdia>. Acesso em 27 mai. 2011.
- MARCONDES, Celso. “O processo da ditadura contra Dilma Rousseff”. *Carta Maior*. Disponível em <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=17193>. Acesso em 17 nov. 2010.
- MELLO, Dilma: “A ficha [publicada na Folha] é falsa, é uma montagem”. *Blog do Mello*. Disponível em <<http://blogdomello.blogspot.com/2009/04/dilma-ficha-publicada-na-folha-e-falsa.html>>. Acesso em 20 abr. 2009.
- MEMÓRIA VIVA. “Estamos no limite da irresponsabilidade”. *CMI Brasil*. Disponível em <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2006/05/353211.shtml>>. Acesso em 14 abr. 2010.
- MENEZES, Daleuson. “A Folha corrida da nova atração do Zé Baixaria”. *Repassando Tudo*. Disponível em <<http://repassandotudo.blogspot.com/2010/09/folha-corrida-da-nova-atracao-do-ze.html>>. Acesso em 17 set. 2010.
- MORETZSOHN Sylvia. “Quando o ‘Erramos’ pretende encobrir a fraude”. *Observatório da Imprensa*. Disponível em <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=535IMQ001>>. Acesso em 28 abr. 2009.

- “A arrogância do silêncio diante da fraude”. *Observatório da Imprensa*. Disponível em <[http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod= 536IMQ002](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=536IMQ002)>. Acesso em 5 mai. 2009
- “Manobra primária para encobrir responsabilidades”. *Observatório da Imprensa*. Disponível em <[http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=5 44IMQ001#](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=544IMQ001#)>. Acesso em 30 jun. 2009.
- NAMARIA NEWS. “Veja como isso é possível”. Disponível em <<http://namarianews.blogspot.com/2010/09/veja-como-isso-e-possivel.html>>. Acesso em 11 set. 2010.
- NAS RETINAS. “Marco Aurelio Mello: o escárnio da elite brasileira em pessoa”. Disponível em <[http://emerluis.wordpress.com/2008/02/29/marco-aurelio-mello o-escarnio-da-elite-brasileira-em-pessoa/](http://emerluis.wordpress.com/2008/02/29/marco-aurelio-mello-o-escarnio-da-elite-brasileira-em-pessoa/)>. Acesso em 8 fev. 2011.
- NASSIF, Luis. “Os sete erros na ficha da ministra”. *Luis Nassif On line*. Disponível em <[http://colunistas.ig.com.br/luisnassif/2009/06/28/os-sete-erros-da-ficha-de dilma](http://colunistas.ig.com.br/luisnassif/2009/06/28/os-sete-erros-da-ficha-de-dilma)>. Acesso em 28 jun. 2009.
- “A ficha falsa de Dilma”. *Luis Nassif Online*. Disponível em <<http://colunistas.ig.com.br/luisnassif/?s=caso+ficha+falsa+da+dilma>>. Acesso em 7 jul. 2009.
- “O desafio do Datafolha”. *Luis Nassif Online*. Disponível em <<http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/o-desafio-do-datafolha>>. Acesso em 13 ago. 2010.
- “Como será a bala de prata na campanha”. *Luis Nassif Online*. Disponível em <[http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/como-sera-a-bala-de-prata-na-cam panha](http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/como-sera-a-bala-de-prata-na-campanha)>. Acesso em 5 set. 2010.
- “Do incrível caderno Poder, da Folha”. *Luis Nassif Online*. Disponível em <<http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/do-incrivel-caderno-poder-da-folha?page=1>>. Acesso em 10 set. 2010.
- “A história do dossiê da Folha”. *Luis Nassif Online*. Disponível em <<http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/a-historia-do-dossie-da-folha>>. Acesso em 10 set. 2010.
- “Veja publicou a própria prova do (seu) crime”. *Luis Nassif Online*. Disponível em <[http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/veja-publicou-a-propria-prova-do- seu-crime](http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/veja-publicou-a-propria-prova-do-seu-crime)>. Acesso em 12 set. 2010.
- “A repercussão que esqueceu a denúncia”. *Luis Nassif Online*. Disponível em <[http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/a-repercussao-que-esqueceu-a-de nuncia](http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/a-repercussao-que-esqueceu-a-denuncia)>. Acesso em 13 set. 2010.
- “Cadê o escândalo que estava aqui?”. *Luis Nassif Online*. Disponível em <[http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/cade-o-escandalo-que-estava-aqui? page=1](http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/cade-o-escandalo-que-estava-aqui?page=1)>. Acesso em 15 set. 2010.
- “A armação do ‘consultor’ da Folha”. *Luis Nassif Online*. Disponível em <<http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/a-armacao-do-consultor-da-folha>>. Acesso em 16 set. 2010.
- “Folha: a mentira na primeira página”. *Luis Nassif Online*. Disponível em <<http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/folha-a-mentira-na-primeira-pagina>>. Acesso em 17 set. 2010.
- “Folha continua se valendo de seu consultor”. *Luis Nassif Online*. Disponível em <<http://advivo.com.br/blog/luisnassif/folha-continua-se-valendo-de-seu-consultor?page=2>>. Acesso em 18 set. 2010.
- “TCE aprovou todas as contas de Dilma”. *Luis Nassif Online*. Disponível em <<http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/tce-aprovou-todas-as-contas-de-dilma>>. Acesso em 20 set.

- 2010.
- , “Os últimos tiros, valendo-se de ex-presidiários”. *Luis Nassif Online*. Disponível em <<http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/os-ultimos-tiros-valendo-se-deex-presidiarios>>. Acesso em 25 set. 2010.
- , “Como os jornais reduziram o universo de leitores”. *Luis Nassif Online*. Disponível em <<http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/como-os-jornais-reduziram-o-universo-de-leitores>>. Acesso em 30 mai. 2011.
- OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. “A carta da ministra ao ombudsman”. Disponível em <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=535IMQ012>>. Acesso em 25 abr. 2009.
- OBSERVATÓRIO DO DIREITO À COMUNICAÇÃO. “Jornalista denuncia má fé da FSP e armadilha contra Dilma”. Disponível em <http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=4848>. Acesso em 11 ago. 2010.
- OZZY. “O conselheiro Robson Marinho e a Alstom”. *Luis Nassif Online*. Disponível em <<http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/o-conselheiro-robson-marinho-e-a-alstom?page=1>>. Acesso em 29 dez. 2010.
- PAIVA, Paulo. “Desabafo de leitor – 4”. *Luis Nassif Online*. Disponível em <<http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/desabafo-de-leitor-4>>. Acesso em 19 set. 2010.
- PORTAL IMPRENSA. “IVC aponta que circulação dos vinte maiores jornais do Brasil caiu 6,9% em 2009”. Disponível em <http://portalimprensa.uol.com.br/portal/ultimas_noticias/2010/02/03/imprensa33560.shtml>. Acesso em 19 jul. 2011.
- POR UM NOVO BRASIL. “Depois da manchete memorável de domingo, 5/9/2010, ‘Consumidor de luz pagou R\$ 1 bi por falha de Dilma’, sugerimos outras, na mesma linha”. Disponível em <<http://por1novobrasil.blogspot.com/2010/09/depois-da-manchete-memoravel-de-domingo.html>>. Acesso em 7 set. 2010.
- RODRIGUES, Cristina. “Folha não sabe mais o que fazer”. *Somos Andando*. Disponível em <<http://somosandando.wordpress.com/2010/09/05/folha-nao-sabe-mais-o-que-fazer/>>. Acesso em 5 set. 2010.
- ROSÁRIO, Miguel do. “A última luta contra a ditadura”. *Vi o Mundo*. Disponível em <<http://www.viomundo.com.br/politica/miguel-do-rosario-a-ultima-luta-contr-a-ditadura.html>>. Acesso em 22 set. 2010.
- ROVAI, Renato. “Proporção de pobres cai de 33% para 23% em 4 anos”. *Blog do Rovai*. Disponível em <http://www.revistaforum.com.br/blog/2010/05/21/proporcao_de_pobres_cai_de_33_para_23_em_4>. Acesso em 21 mai. 2010.
- SADER, Emir. “Balanço da campanha na sua reta final”. *Blog do Emir*. Disponível em <http://www.cartamaior.com.br/templates/postMostrar.cfm?blog_id=1&post_id=543>. Acesso em 17 set. 2010.
- SARAIVA, Carlos Alberto. “Êta ‘coincidência’: dia em que Serra tira as manchetes de jornais da TV, a Folha tira as baixarias da capa”. *Blog do Saraiva*. Disponível em <<http://saraiva13.blogspot.com/2010/09/eta-coincidencia-dia-em-que-serra-tira.html>>. Acesso em 22 set. 2010.
- SILVA, Anderson. “Educação e pobreza: o impacto das condicionalidades do programa Bolsa Família”. Disponível em <<http://www.educacao.ufrj.br/artigos/n8/numero8->

- 05_educacao_e_pobreza_o_impacto_das_condicionalidades_do_programa_bolsa_familia.pdf>. Acesso em 4 abr. 2010.
- SUL 21. “TCE-RS esclarece informações veiculadas por jornal paulista sobre Dilma”. Disponível em <<http://sul21.com.br/jornal/2010/09/tce-rs-esclarece-informacoes-veiculadas-por-jornal-paulista-sobre-dilma/>>. Acesso em 22 set. 2010.
- TORTURA NUNCA MAIS. “Iara Iavelberg”. Disponível em <<http://www.torturanuncamais-rj.org.br/MDDetalhes.asp?CodMortosDesaparecidos=80>>. Acesso em 21abr. 2010.
- TRANSPARÊNCIA SÃO PAULO. “Escândalos que a Veja não deu: o Caso Alstom”. Disponível em <<http://transparenciaopaulo.blogspot.com/2010/09/escandalos-que-veja-nao-deu-o-caso.html>>. Acesso em 24 set. 2010.
- . “Folha pratica censura em pesquisa das eleições 2010”. Disponível em <<http://transparenciaopaulo.blogspot.com/2010/05/folha-pratica-censura-em-pesquisa-das.html>>. Acesso em 17 mai. 2010.
- UOL NOTÍCIAS. “Serra ganharia se telefonasse menos às redações, diz Lembo”. Disponível em <<http://mais.uol.com.br/view/1575mnadmj5c/serra-ganharia-se-telefonasse-menos-s-redaes-diz-lembo-04021A3072DCC923E6>>. Acesso em 31 out. 2010.
- VENTURA, Jucilene. “Série Dossiê: ‘vítima’ 1 – Eduardo Jorge”. *Brasil Nova Era*. Disponível em <<http://brasilnovaera.blogspot.com/2010/08/serie-dossie-vitima-1-eduardo-jorge.html>>. Acesso em 26 ago. 2010.
- VIANNA, Rodrigo. “Vale tudo em 2010?”. *Escrevinhador*. Disponível em <<http://www.rodrigovianna.com.br/palavra-minha/um-ano-da-ficha-falsa-de-dilma-va-le-tudo-em-2010>>. Acesso em 05 abr. 2010.
- . “José Serra volta a atacar ‘blogs sujos’”. *Escrevinhador*. Disponível em: <<http://www.rodrigovianna.com.br/geral/jose-serra-volta-a-atacar-blogs-sujos.html>>. Acesso em 1 set. 2010.
- . “‘Folha’ vira a FOX de Dilma Roussef”. *Escrevinhador*. Disponível em <<http://www.rodrigovianna.com.br/radar-da-midia/folha-vira-a-fox-de-dilma.html>>. Acesso em 20 set. 2010.
- . “Tracking permite ver impacto das denúncias”. *Escrevinhador*. Disponível em <<http://www.rodrigovianna.com.br/plenos-poderes/analise-do-tracking-permite-visualizar-impacto-das-denuncias.html>>. Acesso em 28 set. 2010.
- WU, Vinicius. “Grande mídia planeja a “Venezuelização” do Brasil”. *Carta Maior*. Disponível em <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=16972>. Acesso em 18 set. 2010.
- YOUTUBE. “Dilma protesta contra a parcialidade da Folha de São Paulo”. Disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=aRMo5RBiYLo>>. Acesso em 21 set. 2010.
- . “Folha – Hitler”. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=nd9R7Z_xhJ8>. Acesso em 5 mai. 2011. Anúncio.

87. Acrescentamos em “Jornais e revistas” o conteúdo de jornais e revistas impressos dos quais obtivemos apenas o conteúdo correspondente online, mas que saíram nas versões impressas.

Copyright © Paulus 2013

Direção editorial
Zolferino Tonon

Produção editorial
AGWM produções editoriais

Coordenação de desenvolvimento digital
Erivaldo Dantas

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Alencar, Jakson Ferreira de
A ditadura continuada : fatos, factoides e
partidarismo da imprensa na eleição de Dilma
Rousseff / Jakson Ferreira de Alencar. – São
Paulo : Paulus, 2012.

ISBN 978-85-349-3621-7

1. Blogues 2. Campanha eleitoral – Brasil
3. Comunicação e política 4. Eleições presidenciais
5. Escândalos na mídia 6. *Folha de S. Paulo*
7. Imprensa – Brasil 8. Jornalismo – Brasil
9. Meios de comunicação 10. Memética
11. Rousseff, Dilma, 1947- I. Título.

12-11814

CDD-302.23

Índices para catálogo sistemático:

1. Eleições presidenciais 2010 : Cobertura
jornalística : Jornalismo partidarizado :
Comunicação e política : Comunicação social 302.23

© PAULUS – 2013

Rua Francisco Cruz, 229

04117-091 – São Paulo (Brasil)

Tel.: (11) 5087-3700 – Fax: (11) 5579-3627

www.paulus.com.br

editorial@paulus.com.br

ISBN 978-85-349-3621-7